



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
MESTRADO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

AUREKELLY RODRIGUES DA SILVA

ASAS DA INFORMAÇÃO:

PROTAGONISMO DAS MULHERES USUÁRIAS DA CASA ABRIGO DA PARAÍBA



**JOÃO PESSOA
2020**

AUREKELLY RODRIGUES DA SILVA

ASAS DA INFORMAÇÃO:

PROTAGONISMO DAS MULHERES USUÁRIAS DA CASA ABRIGO DA PARAÍBA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Ciência da Informação.

Linha de pesquisa: Organização, Acesso e Uso da Informação.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Gisele Rocha Côrtes

Financiamento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

JOÃO PESSOA
2020

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586a Silva, Aurekelly Rodrigues da.

ASAS DA INFORMAÇÃO: PROTAGONISMO DAS MULHERES USUÁRIAS
DA CASA ABRIGO DA PARAÍBA / Aurekelly Rodrigues da
Silva. - João Pessoa, 2020.
218 f.

Orientação: Gisele Rocha Côrtes.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCSA.

1. Protagonismo Social. 2. Mediação da Informação. 3.
Casa Abrigo. 4. Violência Doméstica. 5. Mulheres. I.
Côrtes, Gisele Rocha. II. Título.

UFPB/BC

AUREKELLY RODRIGUES DA SILVA

ASAS DA INFORMAÇÃO:

PROTAGONISMO DAS MULHERES USUÁRIAS DA CASA ABRIGO DA PARAÍBA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Ciência da Informação.

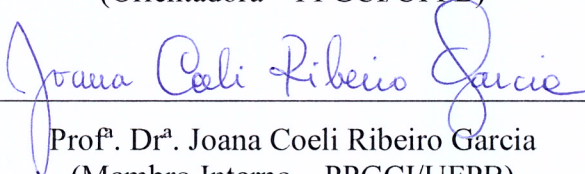
Área de concentração: Informação, Conhecimento e Sociedade

Dissertação Aprovada em: 11 / 02 / 2020

Banca examinadora:



Profª. Drª. Gisele Rocha Côrtes
(Orientadora – PPGCI/UFPB)



Profª. Drª. Joana Coeli Ribeiro Garcia
(Membro Interno – PPGCI/UFPB)

Profª. Drª. Eliane Bezerra Paiva
(Suplente Interna – PPGCI/UFPB)

Profª. Drª. Henriette Ferreira Gomes
(Membro Externo – PPGCI/UFBA)

Profª. Drª. Sandra Raquew dos Santos Azevêdo
(Suplente Externa – PPGCI/UFPB)

Dedico a todas as mulheres que vivem em situação de violência doméstica, principalmente, as que buscam nas Casas Abrigo a sua asa para voar, asa esta que foi cortada a cada manifestação de violência.

AGRADECIMENTOS

A **Deus** primeiramente, pois foi ele que me amparou durante esse processo tão árduo e repentino me concedendo saúde física e mental para concluir cada etapa posta em meu caminho. Muito obrigada, meu Deus!

À toda **minha família**, que mesmo distante, acredita, torce e comemora cada conquista minha. Muito obrigada!

À minha mãe, **Rosicleide Rodrigues**, por ser meu maior exemplo de mulher, mãe e amiga. Agradeço pelas inúmeras vezes que conversou com Deus, por meio de orações, para que ele me abençoasse a cada dia. Agradeço pelas palavras de carinho, incentivo e força para eu seguir em frente sem medo de não dar certo, porque no fundo ele sempre acreditou em mim, mesmo nos momentos em que eu mesma duvidei. Muito obrigada!

A meu pai, **José Cláudio Gomes**, que mesmo sem jeito para expressar por palavras ou gestos, não esconde o orgulho que sente ao me ver contar da luta diária e do que já conquistei. Apesar do pouco estudo, ele sempre soube que estudar é o melhor caminho para vencer na vida. Muito obrigada!

Aos meus irmãos, **Aureslayne Rodrigues** e **Kleber Rodrigues**, amigos e companheiros de todas as horas, principalmente, minha irmã por me ligar várias vezes, justo na hora em que escrevia a dissertação, dizendo estar com saudades depois de ter me visto no dia anterior. Muito obrigada!

Ao meu esposo, **Leandro Vieira**, parceiro, amoroso e paciente que compartilhou comigo cada dia dessa caminhada e que me acalentou com amor nos momentos difíceis. Muito obrigada!

À minha tia, **Áurea Gomes**, professora e guerreira, que sempre foi meu maior exemplo de inteligência e sabedoria incentivando desde os primeiros anos de minha vida a estudar com dedicação. Muito obrigada!

À minha orientadora, Professora Doutora **Gisele Rocha Côrtes**, exemplo de mulher, amiga e companheira, que desde o primeiro momento me acolheu com sua paciência infinita, dedicação e muito ensinamento, pois é uma fonte de conhecimentos que não se restringe a si, mas que tem o maior prazer de compartilhá-los. Grata por me apresentar essa temática que até então eu nunca havia trabalhado, mas que me abriu os olhos para perceber as questões de gênero, em especial, a violência doméstica que nós mulheres sofremos e que é, muitas vezes, invisibilizada devido à naturalização do fenômeno. Muito obrigada!

Aos **membros examinadores (as) da banca**, pela generosidade em avaliar a pesquisa, bem como pelas excelentes contribuições oferecidas desde a banca de qualificação. Muito obrigada!

À **minha turma de Mestrado em Ciência de Informação, da Universidade Federal da Paraíba (PPGCI/UFPB)**, pela união e companheirismo, meu muito obrigada! Desde o início nossa turma demonstrou que vaidade e competição não é regra na pós-graduação e foi isso que fez de nós, uma exceção. Obrigada pelos momentos de alegria, pelo compartilhamento de saberes e, principalmente, pelas amizades que foram construídas, as quais levarei para a vida. Espero que possamos nos encontrar em outros momentos!

Ao **Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, da Universidade Federal da Paraíba (PPGCI/UFPB)**, na figura de todos (as) os (as) docentes e funcionários (as) pela disponibilidade, orientação e lições em sala de aula e na vida. Muito obrigada!

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (**CAPES**) pelo apoio através do Programa de Bolsas, que é fundamental para a promoção de pesquisas no país. Muito obrigada!

A todos (as) que compõem o Grupo de Pesquisa Sociologia e Informação (**GEPSI**) por propiciar o compartilhamento de informações e conhecimento tão importantes para nossa formação e para pesquisa. Agradeço especialmente à **Ana Patrícia Silva** e **Patrícia da Silva Oliveira** pela ajuda na tabulação dos dados quantitativos e elaboração dos gráficos expostos nesse estudo. Muito obrigada!

À equipe da Secretaria da Mulher e da Diversidade Humana pelo apoio e colaboração, em especial, à **Gilberta Santos Soares** (Secretária) por permitir a realização da pesquisa com as mulheres da Casa Abrigo da Paraíba, e **Elinaide Alves** (Coordenadora da Gerência Executiva de Gênero), pela entrevista sobre as políticas públicas da Paraíba. A vocês, o meu muito obrigada!

À equipe da Casa Abrigo da Paraíba, principalmente às coordenadoras do órgão, na pessoa de **Soraya Jordão Almeida** e **Suely Guimarães**, que desde o início mostraram interesse e apoio para que a pesquisa fosse realizada com êxito. Muito obrigada!

À **Izânia Monteiro**, coordenadora do Centro de Referência Estadual Fátima Lopes, por viabilizar uma das entrevistas no local e contribuir direta e indiretamente neste trabalho. Muito obrigada!

Às **mulheres acolhidas na Casa Abrigo da Paraíba**, protagonistas que se dispuseram a ser entrevistadas contando suas histórias de dor, resistência e superação. Muito obrigada!

*Que nada nos limite, que nada nos defina, que nada nos sujeite.
Que a liberdade seja nossa própria substância, já que viver é ser livre.
(Simone de Beauvoir)*

RESUMO

Considerada uma violação dos direitos humanos e fruto das relações desiguais de poder entre homens e mulheres, a violência contra mulheres é um fenômeno transversal, que ocorre em sociedades falocêntricas. Os dados sobre a violência de gênero no Brasil explicitam o alto índice de feminicídio. Graças ao protagonismo dos movimentos feministas, por meio de reivindicações, criaram-se políticas públicas específicas para mulheres que se tornaram fundamentais no enfrentamento à violência. A pesquisa debruça-se sobre Casa Abrigo (CA) enquanto uma das políticas existentes, especialmente a Casa Abrigo da Paraíba, uma moradia protegida, de caráter sigiloso e implantada no Estado para acolher mulheres vítimas de violência doméstica em risco iminente de morte. Tem como objetivo geral: analisar, sob o paradigma social da Ciência da Informação, de que forma a mediação dos conteúdos informacionais dinamizados pela Casa Abrigo contribui no desenvolvimento do protagonismo das mulheres, impactando nas percepções sobre a violência doméstica e o rompimento com o ciclo de violência. Como objetivos específicos: traça o perfil socioeconômico das mulheres atendidas na Casa Abrigo no período entre 2011 e 2018; identifica a dinâmica de acesso e busca de informação protagonizado pelas mulheres; verifica quais são os dispositivos de mediação da informação disseminados pela CA; e estabelece como se dinamiza o protagonismo das mulheres que acessaram o serviço. Compreende um estudo de caso do tipo descritivo, além de ser uma pesquisa de campo e documental. Faz uso das abordagens quali e quantitativa. Os dados quantitativos foram coletados por meio das fichas de atendimento das mulheres da CA. Quanto aos dados qualitativos, utiliza como técnica entrevista por meio de um roteiro de entrevista semiestruturada com oito interlocutoras: cinco com mulheres, usuárias da CA, vítimas de tentativa de feminicídio; duas com integrantes da equipe técnica da CA; e uma com uma integrante do movimento feminista da Paraíba. Para análise dos dados, utiliza a análise de conteúdo. Constata que 156 mulheres foram acolhidas na CA entre 2011 e 2018. O protagonismo das mulheres pôde ser constatado na resistência e luta para romper com a situação de violência desde o momento que essas buscaram ajuda e foram direcionadas para a CA. Os resultados demonstram que a CA é um espaço crítico, de dialogia, criatividade e alteridade, na qual a mediação da informação é consciente e constante com o intuito de ressignificar a violência vivenciada pelas mulheres acolhidas na casa. Verifica que a informação é substrato do processo de empoderamento das mulheres por gerar novos conhecimentos e ressignificar a violência que as levaram ao abrigo. Considera que o acesso, a mediação e a apropriação da informação são ações fundamentais para que as mulheres desenvolvam seu protagonismo e empoderem-se para romper com o ciclo de violência. Sugere a ampliação de pesquisas sobre protagonismo social, assim como sobre violência doméstica, pois são temas ainda pouco explorados na CI. Infere que a informação mediada conscientemente pode ser uma das vias para mudança de mentalidades e reversão dos diversos problemas existentes na sociedade que ainda é regida pelo machismo, racismo e a desigualdade social.

Palavras-chave: Protagonismo Social. Mediação da Informação. Casa Abrigo. Violência Doméstica. Mulheres.

ABSTRACT

Considered a violation of human rights and the result of unequal power relations between men and women, violence against women is a transversal phenomenon, which occurs in phallogocentric societies. Data on gender violence in Brazil make explicit the high rate of femicide. Thanks to the protagonism of feminist movements, through claims, specific public policies for women have been created that have become fundamental in combating violence. The research focuses on Shelter House (CA) as one of the existing policies, especially Shelter House of Paraíba, a protected housing, of a confidential nature and implanted in the State to welcome women victims of domestic violence at imminent risk of death. Its general objective: to analyze, under the social paradigm of Information Science, how the mediation of informational content streamlined by Shelter House contributes to the development of the role of women, impacting on perceptions about domestic violence and breaking the cycle of violence. As specific objectives: it outlines the socioeconomic profile of the women served at Shelter House between 2011 and 2018; identifies the dynamics of access and search for information carried out by women; verifies the information mediation devices disseminated by the CA; and establishes how the role of women who accessed the service is enhanced. It comprises a descriptive case study, in addition to being a field and documentary research. It makes use of both qualitative and quantitative approaches. Quantitative data were collected through the care records of women in CA. As for qualitative data, the interview technique is used by means of a semi-structured interview script with eight interlocutors: five with women, users of CA, victims of attempted femicide; two with members of the CA technical team; and one with a member of the Paraíba feminist movement. For data analysis, use content analysis. It notes that 156 women were welcomed in the CA between 2011 and 2018. The role of women could be seen in the resistance and struggle to break the situation of violence from the moment they sought help and were directed to the CA. The results demonstrate that the AC is a critical space, of dialogue, creativity and alterity, in which the mediation of information is conscious and constant in order to redefine the violence experienced by the women welcomed at home. It verifies that the information is a substrate of the women's empowerment process for generating new knowledge and reframing the violence that led them to shelter. He considers that access, mediation and appropriation of information are fundamental actions for women to develop their protagonism and empower themselves to break the cycle of violence. It suggests the expansion of research on social protagonism, as well as on domestic violence, as these are still little explored themes in CI. It infers that consciously mediated information can be one of the ways to change mentalities and reverse the various problems that exist in society that is still governed by machismo, racism and social inequality.

Keywords: Social protagonism. Information Mediation. Shelter House. Domestic violence. Women.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Dinâmica da movimentação feminista brasileira em prol dos direitos das mulheres no âmbito de instituições intergovernamentais nos anos noventa.	69
Quadro 2 - Evolução dos Serviços Especializados de Atendimento às Mulheres no Brasil	79
Quadro 3 - Serviços Especializados de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência no Brasil (2019)	80
Quadro 4 - Serviços de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência na Paraíba (2019).	86
Quadro 5 – Quantidade de usuárias da CA (2011-2018).....	110
Quadro 6 – Tipos de Violência conforme a Lei Maria da Penha	128
Quadro 7 - Relatos das mulheres sobre o início dos relacionamentos	133
Quadro 8 – Relatos sobre o início da violência doméstica.....	133
Quadro 9 – Relatos sobre a violência vivenciada pelas mulheres acolhidas na CA	134
Quadro 10 – Instrumentos utilizados pelos agressores durante a violência doméstica	135
Quadro 11 – Marcas da violência doméstica nas mulheres da CA.	136
Quadro 12 – Reflexo da violência na vida dos (as) filhos(as).....	138
Quadro 13 – Relatos atinentes à primeira fase do ciclo de violência	140
Quadro 14 - Relatos referentes à segunda fase do ciclo de violência.....	141
Quadro 15 – Relatos que simulam a terceira fase do ciclo de violência	142
Quadro 16 – Caminho percorrido pelas mulheres até chegar a CA	144
Quadro 17 – Órgãos acessados pelas mulheres antes de ter acesso à CA	145
Quadro 18 – Informações recebidas pelas mulheres no processo de busca por ajuda nos órgãos da rede.	146
Quadro 19 – Decisão em ir para a CA.....	147
Quadro 20 – Conhecimento de fontes de informação sobre questões relacionadas à violência doméstica citadas pelas mulheres da CA.	148
Quadro 21 – O que motivou/fortaleceu as mulheres a procurar ajuda.	150
Quadro 22 – Conteúdos informacionais mediados pela CA e as dimensões da mediação da informação envolvidas	151
Quadro 23 – Naturalização da violência doméstica	156
Quadro 24 – Internalização da dominação masculina.	157
Quadro 25 – Culpabilização da mulher pela violência sofrida.....	158
Quadro 26 – Identificação das formas de violência vivenciada.	159

Quadro 27 – Conhecimento dos órgãos de políticas específicas para as mulheres em situação de violência	160
Quadro 28 - Práticas e ações das mulheres na Casa Abrigo.....	161
Quadro 29 - Informações acessadas pelas mulheres na Casa Abrigo.....	163
Quadro 30 – Acesso à livros pelas mulheres da Casa Abrigo	164
Quadro 31 – Produto informacional produzido pelas mulheres durante o acesso à CA	165
Quadro 32 – Relação das mulheres com a equipe de profissionais da Casa Abrigo	166
Quadro 33 - Percepção sobre a violência após a mediação da informação na CA.....	168
Quadro 34 – Conhecimento das políticas públicas após a mediação consciente da informação na CA.....	170
Quadro 35 – Conhecimento da Lei Maria da Penha.....	172
Quadro 36 – Percepção das mulheres da CA sobre a Lei Maria da Penha.....	173
Quadro 37 – Mediação consciente da informação sobre violência doméstica na CA e alteração da situação de violência doméstica vivenciada.	174
Quadro 38 – Protagonismo das mulheres da CA.....	177
Quadro 39 – Resistências das mulheres da CA.	178
Quadro 40 – Apropriação da informação por parte das mulheres da CA.....	180
Quadro 41 - Empoderamento das mulheres da CA.	182

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Perfil dos Estados Brasileiros referente as Casas Abrigo (2018).....	92
Gráfico 1 – Casos de (re) abrigamentos na CA por ano (2011-2018).....	111
Gráfico 2 - Número de mulheres e filhos (as)	111
Gráfico 3 – Faixa etária das mulheres que acessaram à CA (2011-2018).....	113
Gráfico 4 – Caracterização étnico-racial das mulheres	113
Gráfico 5 – Estado civil das mulheres abrigadas.....	115
Gráfico 6 – Grau de escolaridade das mulheres abrigadas na CA.....	116
Gráfico 7 – Ocupação das mulheres acolhidas na CA.....	117
Gráfico 8 – Cidade que reside as mulheres acolhidas na CA	118
Gráfico 9 – Renda Individual e Familiar das mulheres	119
Gráfico 10 – Número de acompanhantes e mulheres abrigadas na CA	121
Gráfico 11 – Relação das mulheres com os agressores	122
Gráfico 12 – Faixa etária dos agressores	123
Gráfico 13 – Grau de escolaridade dos agressores	124
Gráfico 14 – Profissão dos agressores.....	125
Gráfico 15 – Tempo que as mulheres acolhidas na CA sofrem com a violência	126
Gráfico 16 - Tipo de violência sofrida pelas mulheres.....	127
Gráfico 17 – Local onde ocorreu a violência doméstica sofrida pelas mulheres acolhidas na CA (2011-2018).....	129
Gráfico 18 – Órgãos de apoio buscados pelas mulheres antes de ter acesso à CA	130
Gráfico 19 – Tempo que as mulheres passaram acolhidas na CA.....	131

LISTA DE SIGLAS

AFYA	Centro Holístico da Mulher
APROS	Associação de Profissionais do Sexo
ASTRAPA	Associação de Transfeministas da Paraíba
BAMIDELÊ	Organização de Mulheres Negras da Paraíba
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BRAPCI	Base de dados de Periódicos em Ciência da Informação
BO	Boletim de Ocorrência
CA	Casa Abrigo
CAM	Centro de Atendimento à Mulher
CPCC	Centro Popular de Cultura e Comunicação
CI	Ciência da Informação
CoLIS	<i>International Conference on Conceptions of Library and Information Science</i>
CECF	Conselho Estadual da Condição Feminina
CEDM	Conselho Estadual dos Direitos da Mulher
CEDHOR	Associação Flor Mulher, Centro de Direitos Humanos Dom Oscar Romero
CENTRAC	Centro de Ação Cultural
CEPIR	Conselho Estadual da Promoção da Igualdade Racial
CERMFL	Centro Estadual de Referência Fátima Lopes
CM8M	Centro da Mulher 8 de Março
CNDM	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
CPCC	Centro Popular de Cultura e Comunicação
CPMI	Comissão Parlamentar Mista de Inquérito
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CRM	Centros de Referência de Atendimento à Mulher
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DDM	Delegacia de Defesa da Mulher
DEAM	Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher
EUA	Estados Unidos da América
FBPF	Federação Brasileira para o Progresso Feminino

GEM	Grupo de Pesquisa em Gênero e Mídia da UFPB
GEPSI	Grupo de Estudo e Pesquisa em Sociologia e Informação
IMP	Instituto Maria da Penha
LISA	<i>Library and Information Science Abstracts</i>
LMP	Lei Maria da Penha
MMFDH	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
MMT	Movimento de Mulheres Trabalhadoras da Paraíba
MNU	Movimento Negro Unificado
NEIM	Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PAMVVS	Programa de Assistência às Mulheres Vítimas de Violência Sexual
PBF	Programa Bolsa Família
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
POTIRON	Associação de Mãos Dadas pela Vida das Mulheres, Crianças e Adolescentes
REAMCAV	Rede Estadual de Atenção às Mulheres, Crianças e Adolescentes em Situação de Violência
SEMDH	Secretaria Estadual da Mulher e da Diversidade Humana
SIC	Serviço de Informações ao Cidadão
SPM	Secretaria Especial de Políticas para Mulheres
UBM	União Brasileira de Mulheres
UFPB	Universidade Federal da Paraíba

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	16
2	CONCEPÇÕES CONTEMPORÂNEAS DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	26
3	PROTAGONISMO SOCIAL	36
3.1	BREVE HISTÓRICO DO CONCEITO DE MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO	41
3.2	PROTAGONISMO SOCIAL DAS MULHERES: MOVIMENTO FEMINISTA E RELAÇÕES DE GÊNERO	50
3.3	AÇÃO PROTAGONISTA DO MOVIMENTO FEMINISTA: ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO BRASIL	56
4	POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES.....	67
4.1	IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES NO BRASIL .	67
4.2	IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES NO ESTADO DA PARAÍBA	81
4.3	CASAS ABRIGO	88
5	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	93
5.1	CARACTERIZAÇÃO E DELINEAMENTO DA PESQUISA	94
5.2	COLETA E ANÁLISE DOS DADOS	96
5.3	CAMPO DE PESQUISA.....	100
5.3.1	O encaminhamento à CA	101
5.3.2	Entrada e estadia na CA	102
5.3.3	A equipe profissional da CA	104
5.3.4	Os atendimentos disponibilizados pela CA	105
5.3.5	O pós-abrigamento	107
6	ASAS DA INFORMAÇÃO: PROTAGONISMO DAS MULHERES USUÁRIAS DA CASA ABRIGO DA PARAÍBA.....	109
6.1	A CASA ABRIGO DA PARAÍBA: ATUAÇÃO DO ÓRGÃO REFLETIDA EM DADOS.....	109
6.1.1	Perfil socioeconômico das mulheres que acessaram à CA	112
6.1.2	Características da violência	125
6.2	PROTAGONISMO SOCIAL NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	131
6.2.1	História de violência	133
6.2.2	Ciclo da Violência	139
6.2.3	Acesso e busca de informação protagonizado pelas mulheres para romper com a situação de violência	143
6.2.4	Conteúdos informacionais mediados pela CA	151
6.2.5	Percepção da violência antes da mediação da informação na CA	155
6.2.6	Vivência na Casa Abrigo.....	161
6.2.7	Protagonismo das mulheres, apropriação da informação e resistências	176
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	185
	REFERÊNCIAS.....	190

APÊNDICES 211
APÊNDICE A..... 212
APÊNDICE B..... 213
APÊNDICE C..... 214
APÊNDICE D..... 217

1 INTRODUÇÃO

Iniciamos o presente estudo explicando o significado do título, visto que este traz em si uma metáfora quando diz “Asas da informação”, o qual é carregado de sentidos, sentimentos e relevância. Dito isso, ressaltamos que o termo “asas” foi enunciado em uma das entrevistas com as mulheres acolhidas na Casa Abrigo (CA). Em sua fala ao se referir à CA, a interlocutora relatou que, ao chegar no órgão, as mulheres “não tem aquela asa pra voar, e lá, o abrigo fornece essa asa pra você ser **livre** pra voar” (LÍRIO). Compreendemos que “asas” indica o conhecimento que elas não tinham antes da mediação da informação na CA, o qual possibilita que elas se apropriem das informações e passem a enxergar com outros olhos a violência, o mundo e, em especial, a si próprias. A informação proporciona essa asa para as mulheres que acessam uma Casa Abrigo e este é o sentido do nosso título.

A humanidade tem passado por inúmeras transformações históricas e sociais. A informação se tornou algo indispensável no cotidiano das pessoas e, com o passar do tempo, um poderoso insumo da sociedade. Historicamente, as mulheres foram cerceadas no exercício de seus direitos, como, por exemplo, no direito de acesso à informação. Destarte, lutaram pela igualdade de direitos subvertendo as concepções hegemônicas de gênero impostas e vivenciadas durante muitas décadas. No século XIX aumentou a acessibilidade à informação por parte desse público (CARVALHO, 2014), a qual se tornou um recurso estratégico capaz de mudar mentalidades e contribuir para o empoderamento e inclusão social por meio do seu acesso e apropriação.

Interseccionando o cenário de mudanças e os avanços na história das mulheres, percebe-se inúmeras possibilidades de promover e visibilizar o seu protagonismo ao longo dos séculos, o qual foi silenciado historicamente. Assim, passou-se a existir de forma vigorosa o interesse em pesquisas sobre mulheres e relações de gênero, abrindo espaço pra o surgimento de um campo de reflexão específico que perpassa diferentes ciências e tradições disciplinares. (COSTA; SARDENBERG, 2014)

A violência contra mulheres, desde a década de 1970, tem se tornado assunto em pauta de inúmeras discussões na sociedade e em vários campos científicos sob diferentes perspectivas teóricas. No campo sociológico, por exemplo, estudos sobre violência – em especial, aqueles com foco na violência de gênero – têm sido realizados objetivando compreender os fenômenos sociais e culturais que embasam a ocorrência de tal barbárie, visto que se enquadra como um grave problema social (BANDEIRA, 2014; SAFFIOTI, 2001b). De acordo com Lourdes

Bandeira, esse tipo de violência é motivado por expressões de desigualdades que são baseadas na condição de sexo, e muitas vezes tem se inicia no universo familiar, onde as relações de gênero se concebem no protótipo de relações hierárquicas. (BANDEIRA, 2014)

Considerada uma violação dos direitos humanos e fruto das relações desiguais de poder entre homens e mulheres, a violência contra mulheres é um fenômeno transversal que ocorre em sociedades falocêntricas. A problemática ignora qualquer fronteira de raça/etnia, classes sociais, religião, grau de escolaridade e grau de desenvolvimento econômico podendo ocorrer em qualquer etapa da vida das mulheres. Essas relações persistem no tempo, porém, variam de acordo com o período histórico, as condições sociais, econômicas, políticas, dentre outros fatores.

O termo “violência contra mulher” é polissêmico, por vezes, utiliza-se violência contra a mulher, violência doméstica, violência intrafamiliar, violência conjugal, violência familiar e violência de gênero (ALMEIDA, 2007). A utilização dessas nomenclaturas varia de acordo com a concepção teórica e o campo empírico dos estudos. Segundo Dantas-Berger e Giffin (2005), a delimitação conceitual do termo se apoia na “ambiguidade terminológica” que impede o consenso para, então, nomear a violência praticada contra as mulheres. No entanto, as pesquisas possuem como denominador comum a desnaturalização das relações de violência.

Conforme Heleieth Saffioti (2001b), a violência de gênero é um conceito mais amplo, e embora os outros tipos de violência (violência contra mulheres, violência doméstica e violência intrafamiliar) se enquadrem nessa, a autora justifica que há argumentos para distingui-las entre si. A violência de gênero abrange vítimas como mulheres, crianças e adolescentes de ambos os sexos, ou seja, os homens também se configuram como vítimas desse tipo de violência. A violência contra mulheres, no entanto, inclui como vítimas, exclusivamente mulheres, em todas as idades. Quanto à violência doméstica, esta é caracterizada pela autora como distinta da violência intrafamiliar, pois enquanto a primeira acomete vítimas que não são parentes consanguíneos ou afins, que vivem parcial ou integralmente no domicílio, a intrafamiliar não se restringe ao território físico-doméstico e os agressores são membros familiares (SAFFIOTI, 2001b).

No presente estudo utilizaremos a conceituação violência doméstica, haja vista que a mesma se coaduna com o campo empírico da pesquisa. As mulheres que são encaminhadas para as Casas Abrigo no Brasil, em geral, são vítimas de violência doméstica. Adotamos como base a definição que figura na Lei nº 11.340/06, denominada Lei Maria da Penha (LMP). Segundo o seu artigo 5º, a violência doméstica e familiar contra as mulheres constitui qualquer

ação ou omissão baseada no gênero que cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e algum dano moral ou patrimonial (BRASIL, 2006).

Embora possa ser causada por qualquer pessoa que não seja necessariamente próxima ou conhecida da vítima e que ocorra em qualquer ambiente, a violência doméstica é geralmente perpetrada no ambiente doméstico e familiar por agressores (homens que podem ser atuais ou ex-companheiros) com os quais as mulheres agredidas mantêm ou já mantiveram algum tipo de relação afetiva (INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO, *online*¹; TAVARES; SARDENBERG; GOMES, 2011; WASELFISZ, 2015). Esta é uma realidade que a categoria social mulheres enfrenta devido à naturalização de concepções hegemônicas de gênero que alocam às mulheres a situação de desigualdade social.

Assim, caracterizada como um problema social de alta magnitude, a violência doméstica não afeta somente as mulheres, mas toda a sociedade, principalmente os (as) familiares mais próximos (as) das vítimas, que também sentem na pele as consequências da brutalidade, haja vista que tal violência se configura em diferentes formas, sendo a morte sua faceta mais grave.

Para entender melhor como a violência doméstica é engendrada nas relações sociais, cabe trazer à luz o conceito relações de gênero. Segundo Meyer (2003), gênero corresponde aos processos individuais, sociais e institucionais pelos quais os sujeitos vão se constituindo como masculinos e/ou femininos em meio à cultura e às relações de poder. Esses processos não são fixos nem lineares e decorrem de um processo histórico e social. Apesar de utilizado muitas vezes como sinônimo de sexo, o termo gênero, nas ciências sociais, vem expressar as diferenças construídas socialmente que independem de qualquer base biológica. (BUFREM; NASCIMENTO, 2012)

Na presente pesquisa, adotamos como orientação metodológica e analítica as concepções de Joan Scott (1995) e Heleieth Saffioti (1994, 1999, 2004). Utilizamos tais abordagens por considerarem que a linguagem, os símbolos e os significados informacionais detêm papel central no processo de comunicação, interpretação e representação de gênero. Além disso, as autoras concebem a existência de relações de poder profundamente desiguais entre mulheres e homens, mas enunciam a possibilidade de ação dos sujeitos para subverter tais poderes. Coadunando com Foucault (1999), aonde há poder, há resistência. Scott (1995) ressalta que o conceito de gênero pode ser compreendido a partir das relações sociais, baseadas em diferenças percebidas entre os sexos, como uma forma de significar relações de poder.

¹ Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/violencias/violencia-domestica-e-familiar-contra-as-mulheres/>.

Partindo dessa perspectiva, é relevante ressaltar que as mulheres enfrentaram (enfrentam) muitas barreiras em busca da cidadania plena e para se inserir de forma igualitária em diversas instâncias sociais, como, por exemplo, no mercado de trabalho, na política, no trabalho doméstico, no campo científico, entre outras. (BRUSCHINI, 1998; GROSSI; MIGUEL, 2001; HAYASHI *et al*, 2012; OLINTO, 2011; SOUZA, 2013).

Historicamente, as mulheres têm sido protagonistas no processo de luta pela equidade de gênero², no qual destaca-se a conquista do direito à educação, ao voto e à igualdade de oportunidades. Não obstante, percebe-se a persistência de desigualdades em diversas esferas sociais, a exemplo das estruturas econômicas, participação em atividades produtivas e acesso a recursos, discriminação no mercado de trabalho, acesso à educação, atendimentos de saúde e serviços relacionados, representação política e entraves para a participação das mulheres na ciência (BORGES; OLINTO; LETA, 2014; IBGE, 2018). Essas desigualdades estão imbricadas de forma intrínseca ao fenômeno da violência de gênero, sendo este um problema complexo, que envolve dimensões subjetiva, social, política e cultural.

Para retratar o cenário atual da violência de gênero no Brasil, o Atlas da Violência (2019) aponta que, em 2017, houve um crescimento dos homicídios femininos no Brasil, com cerca de 13 assassinatos por dia. No total, foram 4.936 mulheres mortas, o maior número registrado desde 2007. Durante uma década (2007-2017) verificou-se crescimento expressivo de 30,7% no número de homicídios de mulheres no país, o que corresponde a 4,7 mortes para cada 100 mil mulheres. Ao se imbricar a perspectiva interseccional, explicita-se que do total de mulheres assassinadas no país, 66% são negras. Enquanto a taxa de homicídios de mulheres brancas cresceu 1,6% entre 2007 e 2017, a taxa de homicídios de mulheres negras cresceu 29,9% (CERQUEIRA *et al*, 2019). Isso mostra que ao imbricarmos racismo e sexismo o feminicídio é potencializado.

De acordo com o 13º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2019), a cada dois minutos um caso de violência doméstica é registrado no país. O infográfico que ilustra a violência em números, mostra que em 2019 houve crescimento de 4% nos casos de feminicídios, no qual 1.206 mulheres já foram vítimas desse crime hediondo no Brasil. As mulheres assassinadas tinham em média 30 anos de idade, a maioria (61%) eram negras e

² Na visão de Lisboa (2010, p. 73) “A equidade de gênero se refere à distribuição justa de direitos, oportunidades, recursos, responsabilidades, tarefas entre os gêneros respeitando as diferenças entre homens e mulheres. Pressupõe, ainda, ações para dotar as mulheres dos instrumentos, recursos e mecanismos necessários para participar e deixá-las preparadas para exercer cargos, propor e participar das decisões que lhe dizem respeito.”

tinham no máximo ensino fundamental (70,7%). Em 88,8% dos casos o autor do crime foi o companheiro ou ex-companheiro.

De acordo com a Agência Patrícia Galvão, a média mensal de agressões entre 2017 e 2018 cresceu 24%. Em dezembro de 2018, um balanço realizado no Ligue 180 - Central de Atendimento à Mulher em situação de violência - constatou que 391 mulheres foram agredidas diariamente e 974 queixas foram registradas para as tentativas de homicídios. Houve um aumento de 78% dos casos analisados no mesmo período de 2017.

Por décadas considerada questão de ordem privada, graças ao protagonismo dos movimentos feministas, a violência contra as mulheres tornou-se um problema político. Nessa seara, os movimentos feministas reivindicaram a criação de políticas públicas específicas para as mulheres, como, por exemplo, as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, os Centros de Referências e as Casas Abrigo - foco desta pesquisa - que se tornaram fundamentais e têm contribuído para o enfrentamento à violência. Frente a essas considerações, inserida no campo da Ciência da Informação, esta pesquisa visa estudar sobre violência doméstica contra as mulheres usuárias da Casa Abrigo da Paraíba.

As ações desenvolvidas por essas políticas buscam reverter o cenário da violência, engendrado em uma sociedade predominantemente machista e misógina, ainda marcada pela desigualdade de gênero. Nesse contexto, a informação enquanto fenômeno social capaz de modificar as estruturas cognitivas e gerar conhecimento nos sujeitos pode alterar pensamentos e ações, construindo novos contextos de significados. Dessa forma, o acesso, a mediação e a apropriação da informação contribuem enquanto estratégias para enfrentar o fenômeno da violência contra as mulheres e se tornam meios eficazes para desconstruir conteúdos informacionais pautados em desigualdades de gênero e construir seres mais humanos e inclusivos.

Por meio do acesso à informação é possível promover a equidade de gênero e o empoderamento individual e coletivo das mulheres, colaborando para diminuir os índices de violência, mudar mentalidades e possibilitar o conhecimento das diversas formas de enfrentamento e acesso aos canais de atendimentos disponíveis às mulheres.

Por meio de seu viés social e enquanto campo multidisciplinar, a Ciência da Informação (CI), ao possuir a informação como seu objeto de estudo, se torna um campo fundamental no processo de enfrentamento da violência doméstica contra as mulheres. A informação, principalmente nesse contexto, pode transformar culturalmente os sujeitos através de políticas públicas de informação, visando à inclusão social de todos (as) (AQUINO, 2010). Enquanto sujeitos informacionais e vítimas dos crimes hediondos, as mulheres podem - via acesso, uso e

apropriação da informação -, significar ou ressignificar os sentidos. Dessa forma, os novos conhecimentos, adquiridos por meio de um processo de interatividade e dialogia, podem contribuir na (re)construção da realidade dessas mulheres e proporcionar a adoção de novas práticas e ações protagonistas para romper com o ciclo da violência³.

Partindo da perspectiva de Santos, Targino e Freire (2017), a informação torna-se fator essencial de empoderamento, identidade e cidadania para todos os cidadãos, principalmente para aqueles pertencentes às classes ditas marginalizadas, já que estes se encontram à mercê da discriminação e de todo tipo de preconceito.

A CI utiliza como objeto o estudo das relações entre os discursos, áreas de conhecimento e documentos de determinadas comunidades de usuários (as) (HJORLAND, 2003). O uso da informação pode ser presenciado em diferentes contextos e aplicado em situações variáveis. Nesse sentido, percebe-se a importância de trabalhar o protagonismo social das mulheres em interface com a violência doméstica, no âmbito da Ciência da Informação, tendo em vista seu viés social e a relação que podemos realizar com seu objeto de estudo e os dados advindos do processo de pesquisa.

Nesta perspectiva, abordar o protagonismo social no campo da CI vai ao encontro do papel social da informação, pois o primeiro está intrinsecamente voltado à valorização da vida cidadã, com foco no respeito, na inclusão e na cidadania. Na visão de Gomes (2019), o protagonismo social está relacionado à uma postura, uma conduta, um modo de existência que abraça todas as esferas da vida humana, nas suas várias dimensões, inclusive a dimensão cultural, na qual a cultura é compreendida como produção humana, na qual o objeto informação está incluído. Dessa forma, é fundamental tratar de um assunto tão relevante, haja vista o contexto de retrocessos, autoritarismo e perda de direitos na atual sociedade brasileira, na qual a empatia, a solidariedade e o respeito às diferenças estão se tornando algo cada vez mais distantes.

O protagonismo social passou a ser campo de estudos de alguns (as) pesquisadores (as) no campo da CI, a exemplo de Henriette Gomes, Edmir Perroti, entre outros (as) intelectuais que vêm contribuindo veementemente para a área ao evidenciar a ação de sujeitos nos enfrentamentos das contradições sociais, sobre as quais focou-se neste trabalho nas desigualdades de gênero.

³ O ciclo da violência pode ser entendido a partir da teoria desenvolvida pela psicóloga Lenore Walker, em 1979, para identificar padrões abusivos em uma relação afetiva, onde a violência se manifesta de diferentes formas, em um padrão cíclico, que se repete. Walker divide o ciclo da violência em três fases: aumento de tensão, explosão da violência e a fase da calma, também chamada de “lua de mel”. (SILVEIRA, 2006)

Mediante reflexões sobre a violência doméstica contra as mulheres e pesquisa na literatura no âmbito da CI, nos instigamos a desenvolver um estudo sobre a problemática visando conhecer a experiência das mulheres que foram encaminhadas para Casa Abrigo (CA), campo de estudos da referida pesquisa. Nesse contexto, tais mulheres são as protagonistas por romperem com a situação de violência, enfrentarem preconceitos, vergonha, medo e esquemas hegemônicos de gênero.

A Casa Abrigo foi criada em outubro de 2011, na cidade de João Pessoa, vinculada à Secretaria Estadual da Mulher e da Diversidade Humana (SEMDH). O local se configura como uma moradia sigilosa, protegida, temporária, com atendimento integral, oferecida pelo Estado, como último recurso à mulher vítima de violência doméstica e familiar. A mesma acolhe mulheres juntamente com suas/seus filhas/os crianças e adolescentes com até 16 anos de idade, em situação de risco iminente de morte, em razão de violência doméstica e familiar. (CASA..., 2012, *online*)

Uma das motivações para realizarmos o estudo na CA é a inexistência de pesquisas neste campo, tendo em vista que já são 8 (oito) anos de funcionamento e ainda não foi desenvolvido nenhum estudo, principalmente, devido ao seu caráter sigiloso. Além disso, percebe-se que a CA se configura como mecanismo de extrema relevância no âmbito das políticas públicas de enfrentamento à violência contra mulheres, sendo essencial trazer à sociedade um pouco sobre o órgão assim como sobre as mulheres que têm acesso ao abrigo.

Na perspectiva de Krenkel e Moré (2017), as Casas Abrigo são locais que oferecem apoio emocional às mulheres atuando no empoderamento e desenvolvimento da autonomia das abrigadas. Enquanto unidade informacional, a Casa Abrigo visa atender às necessidades de informação de suas usuárias por meio de ações, atividades e serviços ligados à informação, a fim de promover a cidadania e empoderamento das mulheres para que estas ressignifiquem a violência em que se encontravam antes de ter acesso ao abrigo. Destacamos que nesse espaço, a mediação da informação é constante, e os sujeitos envolvidos - as usuárias da casa e a equipe de profissionais - participam diretamente nesse processo, fortalecendo, assim, seu protagonismo por meio da apropriação das informações veiculadas na casa.

Dessa forma, consideramos que abordar o protagonismo de mulheres vítimas de violência no campo da CI é algo instigante e desafiador, pois as discussões sobre o assunto ainda são muito recentes. Segundo Gomes (2018), o protagonismo implica tomada de posição que exige dos protagonistas liderança na luta contra qualquer obstáculo que represente ameaça, pois estes devem assumir embates pela criação de um mundo comum. Ser protagonista é se

tornar um sujeito social que age com e em relação ao outro, independentemente deste outro estar presente ou não na cena da ação (GOMES, 2018; PERROTI, 2017). Conhecer as práticas das mulheres para romper com a situação da violência, ou seja, ouvir a voz das mulheres e visibilizar o seu protagonismo, pode contribuir para gerar conhecimentos que suscitarão o empoderamento de outras mulheres.

Com relação ao fenômeno informacional, o protagonismo social se dá por meio de um processo dialógico com a mediação da informação, que serve como estímulo para que as pessoas se apropriem das informações e se empoderem usando-as em benefício próprio e do meio em que estão inseridas. Segundo Farias, Varela e Freire (2019), o alcance do protagonismo social ocorre quando os atores são deslocados para o papel principal, revelando uma dimensão pessoal e plural de convivência com o outro na sociedade.

A inexistência de estudos sobre protagonismo vinculados à violência contra mulheres é também fator motivador dessa pesquisa, tendo em vista que ambas temáticas são consideradas relevantes e atuais no campo da CI. Acredita-se que analisar como se dinamiza o protagonismo das mulheres que acessaram a Casa Abrigo pode trazer contribuições, não só para a CI enquanto ciência social, mas para a sociedade de modo geral, uma vez que, por meio deste estudo, busca-se também conhecer como a mediação dos conteúdos informacionais dinamizados pela Casa Abrigo impactaram nas percepções das mulheres e alteraram a situação de violência doméstica vivenciada.

A pesquisa também busca colaborar no dimensionamento da violência contra mulheres que ocorre no Brasil trazendo informações sobre esse aspecto no Estado da Paraíba, tendo em vista que poucos estudos abordaram tal problema no âmbito da CI, e desses, os resultados vem sempre evidenciando a necessidade de ampliar a discussão sobre o assunto, pois pesquisas podem ser um caminho viável para mudança da realidade vivenciada por mulheres em situação de violência.

A carência de estudos sobre a temática violência contra mulheres e, especificamente, sobre “Casa Abrigo” pode ser comprovada por meio de buscas realizadas na Base de Dados de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), que recupera produções do período de 1972 a 2020, assim como na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) atinentes às teses e dissertações defendidas nas instituições brasileiras de ensino e pesquisa. Em ambas as bases foi utilizado o descritor “Casa Abrigo”. Na BRAPCI, **um único** trabalho foi recuperado sobre o tema. Produzido pela autora desta pesquisa, foi apresentado e publicado na modalidade de resumo expandido no Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, em 2019. Na BDTD, **48 trabalhos** foram localizados utilizando o termo “Casa Abrigo”, porém, desses,

há duplicação de 2 trabalhos na base de dados, e apenas 28 são, de fato, sobre Casas Abrigo para mulheres. Quando analisadas as áreas que as produções foram desenvolvidas, constatou-se que **nenhum** deles é no âmbito da CI⁴. Assim, percebe-se a deficiência de estudos relacionados a Casas Abrigo para mulheres em situação de violência, e, principalmente, na Ciência da Informação, que apresenta indisponibilidade de trabalhos que abordem a temática.

Partindo dos pressupostos até aqui apresentados e após nos depararmos com um campo de pesquisa tão profícuo, identificamos a seguinte problemática: Como se delineia o protagonismo das mulheres que acessaram a Casa Abrigo? De que forma a mediação dos conteúdos informacionais dinamizados pela Casa Abrigo impactou as percepções das mulheres sobre a violência doméstica e alteraram a situação de violência doméstica vivenciada?

É em busca de tentar solucionar tal questionamento que este estudo possui como objetivo geral: Analisar, sob o paradigma social da Ciência da Informação, de que forma a mediação dos conteúdos informacionais dinamizados pela Casa Abrigo contribui no desenvolvimento do protagonismo das mulheres, impactando nas percepções sobre a violência doméstica e o rompimento do ciclo de violência. Para tanto, delineamos os seguintes objetivos específicos:

- a) traçar o perfil socioeconômico das mulheres atendidas na Casa Abrigo no período entre 2011 e 2018;
- b) identificar a dinâmica de acesso e busca de informação protagonizado pelas mulheres;
- c) verificar quais são os dispositivos de mediação da informação disseminados pela CA;
- d) conhecer como se dinamiza o protagonismo das mulheres que acessaram o serviço.

O estudo caracteriza-se como um estudo de caso, além de ser uma pesquisa do tipo descritiva. Quanto a natureza das fontes, será uma pesquisa de campo e documental e utilizou como fonte as fichas de atendimento da CA. Faz uso da abordagem mista, articulando as abordagens quanti e qualitativa. A coleta dos dados foi dividida em dois momentos: o primeiro se deu na coleta dos dados quantitativos extraídos por meio da consulta às fichas de atendimentos da CA; e o segundo momento foi de trabalho com as informações coletadas por meio de entrevistas com algumas mulheres que tiveram acesso à Casa Abrigo. Para as entrevistas utilizamos como instrumento o roteiro de entrevista semiestruturado. Para análise dos dados utilizamos a análise de conteúdo.

⁴ Os trabalhos encontrados na BDTD sobre Casa Abrigo estão inseridos nas áreas de Psicologia, Educação, Psicologia Social, Direitos Humanos, Ciências Sociais, Serviço Social, Saúde, Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, Ciências das Religiões, Enfermagem e Linguística.

Ressaltamos que para a construção do referencial teórico houve a necessidade de realizar entrevistas com integrantes da equipe técnica da CA (APÊNDICE A) e com uma integrante do movimento feminista da Paraíba (APÊNDICE B), que também foi integrante da primeira gestão estatal de implantação das políticas públicas no Estado. Faz-se necessário analisar o protagonismo social das mulheres que tiveram acesso à CA e saber como as práticas informacionais contribuíram para o empoderamento e o rompimento da violência.

Para tanto, tomaremos como base a concepção de poder de Michel Foucault (1979) para compreender as relações de poder em que a violência contra as mulheres se torna consequência predominante. Seguindo a perspectiva do autor, o poder possui as dimensões macro e micro e nas relações de poder encontram-se mecanismos que atuam e buscam coagir, disciplinar e controlar os indivíduos.

Além de categoria histórica, o conceito de gênero pode ser empregado também como uma categoria política para analisar a questão da igualdade e da diferença, apontando para uma nova perspectiva de interpretação e transformação da realidade social. Nas relações de gênero são produzidas e reproduzidas relações de poder alocando à categorial social homens o direito de controlar as mulheres. Tal fato acarreta severos prejuízos às mulheres, todavia, seguindo as concepções de Foucault, as mulheres não são assujeitadas, isentas de poder, mesmo que em doses desiguais de poder dinamizem resistências à dominação masculina (FOUCAULT, 1979).

Mediante os aspectos até aqui abordados, consideramos que a relevância deste estudo - seja de caráter pessoal, profissional, científico e/ou social - pauta-se na preocupação em compreender o lugar que a informação ocupa no processo de empoderamento das mulheres em situação de violência doméstica que recorrem a um abrigo. Busca-se colaborar para que a Ciência da Informação aumente a visibilidade da informação voltadas para temáticas sobre violência contra mulheres e o protagonismo das mesmas, tendo em vista o alto índice de feminicídio no Brasil e a subnotificação das informações sobre este tipo de violência. Para, além disso, também se pretende divulgar informações estatísticas oficiais no tocante às usuárias dos serviços da Casa Abrigo da Paraíba. Considera-se que organizar e disseminar informações da Casa Abrigo da Paraíba contribuirá para conhecer a dinâmica da violência, (re) planejar políticas públicas e embasar novos estudos sobre o tema. Dessa forma, pretendemos fortalecer ainda mais a rede de atenção às mulheres em situação de violência no Estado da Paraíba e contribuir para o delineamento de novas pesquisas.

2 CONCEPÇÕES CONTEMPORÂNEAS DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Desde sua criação na década de 1960 durante o cerne da revolução científica e técnica que se seguiu a Segunda Guerra Mundial (SARACEVIC, 1996), a Ciência da Informação tem buscado solucionar os problemas informacionais que tornaram necessária sua existência mediante o aspecto social da informação. Segundo Silva e Freire (2012, p. 3), “[...] na história da humanidade, sempre foi preciso pensar a possibilidade de uma ciência para organizar o conhecimento e propor procedimentos de organização e disseminação da informação, principalmente a partir da explosão informacional do século XX.”

Enquanto campo de investigação, a CI foi inicialmente conceituada a partir dos resultados das conferências do *Georgia Institute of Technology*⁵, realizadas entre 1961 e 1962. Para se constituir enquanto ciência, a CI teve influência de algumas disciplinas como a Biblioteconomia, a Documentação, a Ciência da Computação, as Ciências Cognitivas, a Comunicação, a Recuperação da Informação, assim como de alguns grandes nomes que foram fundamentais nesse processo, como Paul Otlet, La Fontaine, Vannevar Bush e outros (SILVA, 2008).

Após sua consolidação teórica e institucional na década de 1960, a CI foi delineando em seu âmbito algumas subáreas de pesquisa ou correntes teóricas constituídas da seguinte forma: os fluxos da informação científica, a representação e a recuperação da informação, os estudos de usuários, a gestão do conhecimento, a economia política da informação e os estudos métricos da informação (ARAÚJO, 2014a). Paralelo a isso, a CI foi atribuindo características próprias e construindo sua identidade enquanto ciência sendo caracterizada como uma ciência interdisciplinar, pós-moderna e uma ciência humana e social.

O caráter interdisciplinar da CI a torna uma ciência ampla, irrestrita e com a liberdade de transitar por várias áreas do conhecimento visando que seu objeto de estudo seja produzido, disseminado e de fácil acesso, de modo que, supra a necessidade informacional dos sujeitos e transforme a sociedade. Para Araújo (2018b), a CI faz dialogar dentro de si, contribuições de diferentes áreas de conhecimento, como por exemplo, da psicologia, linguística, computação, sociologia e outras, ressignificando os conceitos oriundos dessas áreas em um processo de troca, sendo essa a dinâmica que caracteriza o caráter interdisciplinar.

⁵ Tradicionalmente conhecida como “Georgia Tech”.

Uma outra característica da CI é ser considerada uma ciência pós-moderna por esta ter uma especificidade em estudar diferentes fenômenos, “[...] mobilizando determinados conceitos e métodos, naquilo que foi progressivamente sendo entendido como o olhar informacional sobre o real [...]” (ARAÚJO, 2014b, p. 15). Considerada fundamental por Araújo (2014b), a terceira característica da CI é ser uma ciência humana e social que se relaciona com a própria natureza dos fenômenos estudados, tendo em vista que seu objeto, a informação, não existe independente dos sujeitos que se relacionam com ela.

A Ciência da Informação não nasceu tipicamente social. mas identificou-se ao longo dos anos com o escopo das ciências sociais à medida em que se orientou para uma postura em que os sujeitos passaram a ser vistos como o principal ator e objetivo dos chamados sistemas de informação, e que métodos e conceitos das ciências humanas e sociais foram aplicados para o seu estudo (ARAÚJO, 2018b, p. 40).

Para compreender o quadro evolutivo da CI recorremos a Rafael Capurro (2003), pois foi um dos responsáveis por melhor explicar suas transformações por meio de uma tríade que apresenta o conceito de informação nos paradigmas: físico, cognitivo e social.

Inicialmente, a Ciência da Informação possuía um caráter fisicista e o conceito de informação foi elaborado a partir da Teoria Matemática da Comunicação, gerada por Claude Shannon e Warren Weaver, em 1949. Nesse paradigma, a informação se caracteriza como objeto físico transmitido de um emissor para um receptor por meio de mensagens ou signos. A informação foi percebida como fenômeno objetivo, que independe do sujeito (ARAÚJO, 2018b; CAPURRO, 2003; SILVA, 2008). No paradigma cognitivo, a informação é concebida considerando as estruturas cognitivas do sujeito, visto que no paradigma anterior esse era desconsiderado. Segundo Araújo (2014b, p. 20), “Tal modelo relaciona informação a conhecimento: algo é informacional na medida em que altera as estruturas de conhecimento do sujeito que se relaciona com dados ou documentos.”

Posterior aos modelos apresentados, surge o paradigma social da CI, o qual possui como marco histórico a *I International Conference on Conceptions of Library and Information Science* (CoLIS) (1992), realizada na Finlândia (ARAÚJO, 2008a). Esse paradigma se volta para a constituição social do processo informacional considerando os elementos subjetivos dos (as) usuários (as) para construção de sistemas de informação mediante a visão desses sujeitos no mundo (ARAÚJO, 2014a). Para Capurro (2003, *online*), “Uma consequência prática desse paradigma é o abandono da busca de uma linguagem ideal para representar o conhecimento ou de um algoritmo ideal para modelar a recuperação da informação a que aspiram o paradigma físico e o cognitivo”.

O paradigma social ressignifica a Ciência da Informação, que passa a dar enfoque às questões sociais e a considerar os indivíduos como seres atuantes que estão inseridos em contextos sociais, os quais contribuem e influenciam no processo de produção de significados.

Como aponta Araújo (2018b, p. 93), “[...] a Ciência da Informação tem caminhado para a consolidação de perspectivas calcadas em aspectos do chamado paradigma social [...]”, e por meio do seu olhar informacional passa a buscar no contexto sociocultural e na interação dos sujeitos, a dimensão informacional presente nesses fenômenos. Para tanto, é preciso ter “[...] um olhar mais atento à complexidade dos fenômenos, ao inter-relacionamento de seus elementos e dimensões [...]” (ARAÚJO, 2018b, p. 93). É partindo dessa perspectiva que este estudo focará no paradigma social da CI e a importância deste para análise da informação. Importante destacar que todos os paradigmas são (foram) fundamentais para o delineamento da área e por isso não deve existir hierarquização entre eles.

Na perspectiva social, Marteleto (1995, p. 1) define informação “[...] como um artefato cultural, como forma de criação e instituição dos significados ou ainda como modo de produção, controle e distribuição social dos bens simbólicos.” Essas definições emergem o aspecto social como fundamental para se entender a funcionalidade desse fenômeno no terreno sócio histórico.

Coadunando com tais perspectivas, Frohmann (2008) enuncia que a informação possui um caráter social, material e público. Para compreender tais aspectos, o autor deposita a atenção para a questão da materialidade como base para o entendimento dos aspectos públicos e sociais desse objeto. A materialidade da informação é vista por intermédio dos documentos, ou seja, os estudos da documentação se tornaram um meio de explorar a materialidade da informação. A informação é materializada, segundo Frohmann, não só por meios institucionais, mas também por meios tecnológicos.

O processo de consolidação e transformação da CI foi moldando-a de forma que novos enfoques teóricos surgiram e novas práticas e novos sujeitos passaram a ser utilizados no cerne dessa ciência, ou seja, um novo contexto social se apresentava a esse campo científico. Para Araújo (2018b), a CI não é a mesma de 50 décadas atrás. As tecnologias trouxeram um novo cenário a essa ciência, solucionando diversos problemas informacionais, mas trazendo muitos outros também.

Por meio da aplicação dessas tecnologias, novas formas de acesso à informação foram aparecendo, principalmente com o uso intensificado da *internet* (ALMEIDA, 2003). Novas práticas informacionais foram sendo desenvolvidas nesse contexto, porém, a forma que os (as) usuários (as) buscam e fazem uso da informação deve ser analisada com um olhar mais cuidadoso, pois, de acordo com Barreto,

A estrutura da relação entre o fluxo de informação e o público a quem o conhecimento é dirigido vem se modificando com o tempo [...]. O fluxo em si, uma sucessão de eventos, de um processo de mediação entre a geração da informação por uma fonte emissora e a aceitação da informação pela entidade receptora, realiza uma das bases conceituais que se acredita ser o cerne da ciência da informação: a geração de conhecimento no indivíduo e no seu espaço de convivência (BARRETO, 1998, p. 122).

A globalização proporcionou mudanças socioeconômicas e culturais na sociedade da informação, influenciando e refletindo nos usos e nas possibilidades quanto à ação da informação na atualidade. As pesquisas começaram a focar no aspecto humano e nas questões subjetivas dos (as) usuários (as) da informação no processo de busca, uso e interação dos (as) usuários (as). Araújo (2018b, p. 49) ressalta que “[...] é preciso estudar e refletir sobre as diversas ações e práticas das pessoas na produção, na circulação, no acesso e na apropriação da informação [...]”. O autor trata em sua obra sobre algumas questões desafiantes no contexto informacional como, por exemplo, a questão da pós-verdade, um termo novo que apesar de surgir na década de 1990, é algo que vem sendo evidenciado nos últimos anos, principalmente no cenário político. A pós-verdade diz respeito à disseminação de informações falsas sobre fatos que possuem o poder de manipular opiniões devido à falta de interesse das pessoas em checar a veracidade das informações. Isso é algo preocupante, citamos como exemplo, a manipulação e a divulgação de informações equivocadas a respeito das lutas empreendidas pelas feministas ao longo das décadas (ARAÚJO, 2018b).

Outra questão levantada pela ascensão das tecnologias é a necessidade dos sujeitos não apenas consultar informações, mas também produzi-las, editá-las e compartilhá-las, e isso a internet tem proporcionado juntamente com novos dispositivos. Outro ponto levantado como desafio é a necessidade de gerenciamento do patrimônio cultural, por exemplo, nas redes sociais, pois se percebe a necessidade de preservar discussões estabelecidas dentro delas para uma posterior necessidade de recuperação desses discursos sociais, seja no âmbito político, cultural ou de valores sociais (ARAÚJO, 2018b), tendo em vista que as redes sociais, por exemplo, se tornam empresas comerciais.

Nas últimas duas décadas, a CI foi conduzida a um novo cenário com novas configurações, conforme aponta o autor:

Termos como pragmático, intersubjetivo, sociocultural são usados para descrever esse novo modelo, apontando que informação é algo da ordem não apenas do objetivo ou do subjetivo mas também do coletivo, de uma construção social. Nessas descrições, informação aparece ligada a termos como documento, saberes, ação, contexto, cultura, memória, coletivo, sociedade, histórico. (ARAÚJO, 2018b, p. 51).

O paradigma social se torna mais evidente no campo da CI no século XXI. A forma como os sujeitos são compreendidos se alteram. Nesse contexto, os sujeitos deixam de ser

estáticos e passam a ser ativos no mundo capazes não só de receber, mas também de produzir e disseminar informação. A informação, por sua vez, também sofre mudanças no contexto contemporâneo da CI. Enquanto fenômeno, a informação possui natureza intersubjetiva, imbricada nas interações sociais dos sujeitos, tendo em vista sua capacidade de produzir efeitos e estar inserida sempre a um contexto. A informação passa a ser compreendida através de vínculos com as dimensões social, cultural, política e econômica, sendo construída por meio de um processo que envolve cultura, memória, identidades e linhas de ações dos sujeitos.

Cabral e Vasconcelos (2005) ao analisar o Estado da Arte de pesquisas no âmbito da CI, mostram novas tendências, enfoques, assim como temas e abordagens metodológicas em evidência utilizadas por pesquisadores (as) da linha de pesquisa Informação, Cultura e Sociedade. A informação é investigada enquanto fenômeno social e considerada “[...] como um produto cultural, gerado pelos sujeitos no lugar social específico que ocupam na sociedade de classes [...]” (CABRAL; VASCONCELOS, 2005, p. 4). Marteleto (1995, p. 2) também atribui a ideia de a cultura construir o objeto informação, colocando-a como artefato que considera “[...] não apenas ao modo de relação dos sujeitos com a realidade, mas também aos artefatos criados pelas relações e práticas sociais [...]”

Como já dito anteriormente, a Ciência da Informação é constituída de algumas subáreas, dentre as quais ‘os estudos de usuários da informação’ é uma delas. Segundo Araújo (2008a), esse é um tema que tem representação significativa no campo de Biblioteconomia e Ciência da Informação, e algumas vezes é a temática mais estudada. No entanto, algumas abordagens concebiam o (a) usuário (a) como um sujeito que apenas recebia a informação, ou seja, era um processo estático. Com o avançar dos estudos no âmbito da CI, os (as) usuários (as) deixam de ser vistos (as) apenas como receptores (as) e passam a ser considerados sujeitos capazes de também disseminar informações advindas do processo de produção de conhecimento. Assim, estudos de usuários passaram a ser objetos de estudos de várias investigações dentro da CI, e isso não só no cenário nacional, mas também no internacional (ARAÚJO, 2009).

Os estudos de usuários possuem um percurso histórico recente considerando os principais acontecimentos que precederam o início das discussões sobre o assunto. Para contextualizar seu surgimento é necessário nos remeter aos dois grandes marcos: primeiro, a fundação da *Graduate Library School* da *University of Chicago*, em 1930. Os estudos desenvolvidos na Escola de Chicago tiveram grande relevância para a sociedade na época, pois a cidade vivenciava um momento de integração de um enorme número de imigrantes e a biblioteca da escola teve um grande papel na socialização dos povos (ARAÚJO, 2008a; RODRIGUES, 2017). Segundo Figueiredo (1994), as bibliotecas públicas tinham a função de

educar e recrear as pessoas. Assim, a realização de estudos de usuários no âmbito da biblioteca buscava “conhecer esses imigrantes - quem são, que línguas conhecem, que grau de escolaridade possuem, quais interesses, etc. – como forma de cumprir o objetivo proposto” (ARAÚJO, 2008a, p. 4).

O segundo marco - também considerado o berço dos estudos de usuários - foi a realização da Conferência da *Royal Society* no ano de 1948 em Londres, onde os estudos se voltaram para comunidade científica de várias áreas específicas, deixando, assim, de se voltar apenas aos (às) usuários (as) das bibliotecas (ARAÚJO, 2012; CHOO, 2003). No evento foram apresentados diversos trabalhos voltados para temática, contribuindo significativamente para o desenvolvimento dessa área de investigação, pois passaram a dar ênfase aos estudos que envolviam o processo de uso de documentos e os hábitos dos (as) usuários (as) para obter informações (FIGUEIREDO, 1994). Após 10 anos, em 1958, acontece a Conferência Internacional de Informação Científica, em Washington, onde são apresentados 13 trabalhos sobre o assunto mostrando que a Conferência ocorrida em Londres trouxe resultados positivos para a área (WILSON, 2000). Segundo Rodrigues (2017, p. 22), “[...] os usuários deixavam de ser meros informantes sobre o uso das coleções das bibliotecas e passavam a ser o centro dos serviços oferecidos pelas bibliotecas, ao serem encorajados a falar sobre suas necessidades de informação.”

Cabe salientar, todavia, que nos dois marcos, o escopo dos estudos de usuários da informação possuía discrepâncias e foi dividido em duas abordagens: estudos “voltados para o sistema” (estudo de uso), também chamados de abordagem tradicional; e estudos “voltados para os usuários”, chamados de abordagem alternativa.

De acordo com Figueiredo (1994), na abordagem tradicional a atenção estava voltada para a avaliação da comunidade quanto aos serviços prestados nas bibliotecas por meio de questionários e entrevistas aplicados aos (às) usuários (as), objetivando otimizar os serviços prestados na organização.

Dessa forma, na abordagem tradicional, os estudos de uso, embora tendessem centrar nas necessidades de informação dos (as) usuários (as), acabou se distanciando dos mesmos e se aproximou das fontes de informação, das bibliotecas e dos sistemas de informação. Dessa forma, esses estudos foram utilizados “[...] para se obter mais conhecimento sobre as fontes, os serviços e os sistemas de informação [...]” (ARAÚJO, 2008a, p. 5).

A abordagem alternativa centrava-se nos aspectos cognitivos e psicológicos dos (as) usuários (as) com o intuito de conhecer suas reais necessidades (RODRIGUES, 2017). Dervin e Nilan (1986) foram pesquisadores com ênfase na década de 1970, pois foram responsáveis

por realizar estudos que criticavam a primeira abordagem e mostraram em suas pesquisas as limitações dos estudos anteriores.

Araújo (2008a) ao evocar Brenda Dervin e Michael Nilan (1986) afirma que foram os autores que:

[...] perceberam que os estudos tidos como “tradicionais” se caracterizavam por um modelo em que a informação é vista como objetiva e os usuários como processadores de informação; que procura por proposições trans-situacionais sobre a natureza do uso de sistemas de informação; que faz isso enfocando as dimensões externamente observáveis do comportamento. (ARAÚJO, 2008a, p. 6).

Assim, foi a partir das críticas ao modelo tradicional que, no final da década de 1970, os estudos passaram a focar, de fato, nos (as) usuários (as) a partir de uma perspectiva cognitivista e passou-se a “[...] enfatizar as percepções dos usuários em relação à sua própria ausência de conhecimento, os passos trilhados para solucionar essa ausência (em direção à informação) e o uso da informação para a execução de determinada tarefa ou problema.” (ARAÚJO, 2014a, p. 62)⁶.

De acordo com Choo (2003), nessa abordagem os estudos se ocupam com os sentimentos, a percepção, o modo como as pessoas usam a informação para criar novos conhecimentos, ou seja, estudos que avaliam - segundo os teóricos da corrente cognitivista - quais fatores interferem no comportamento de busca e de uso da informação. O autor diferencia a abordagem tradicional para a alternativa da seguinte forma:

Enquanto a pesquisa orientada para sistemas observa o que acontece no ambiente externo para o indivíduo em termos de instrumentos, serviços e práticas, a pesquisa orientada para o usuário examina as preferências e necessidades cognitivas e psicológicas do indivíduo, e como elas afetam a busca e os padrões de comunicação da informação. (CHOO, 2003, p. 70).

Araújo (2012) considera a transformação da abordagem alternativa mediante à tradicional, pois abarca um universo amplo de usuários, independentemente de serem apenas ligados às bibliotecas ou à ciência, a exemplo das usuárias de serviços de atendimento às mulheres e situação de violência, foco da presente pesquisa. Todavia, o autor é crítico ao modelo alternativo por este ter o caráter cognitivista no qual

A informação nessa perspectiva deixa de ser entendida enquanto documento ou item informacional usado/acessado pelos usuários e passa a ser definida em termos de sua relação com o conhecimento – ou melhor, com a ausência de conhecimento. [...] Neste

⁶ A literatura sobre estudos de usuários passou a ter um aumento considerável e isso pôde ser identificado no Library and Information Science Abstracts (LISA), que entre os anos de 1970 a 2007, o número de trabalhos produzidos passou de 75,4 trabalhos/ano em 1970 e a partir dos anos 2000 esse número se potencializou chegando a 510 trabalhos/ano (BAPTISTA; CUNHA, 2007). Em 1977, a temática sobre os (as) usuários (as) também foi destaque nos trabalhos apresentados na Conferência de Copenhague, representando assim um grande marco no desenvolvimento de estudos sobre o assunto (ARAÚJO, 2009).

tipo de abordagem, as maneiras (ou “tipos”, como colocaria Weber) dos usuários perceberem suas lacunas é considerada uma variável mais importante para explicar seu comportamento informacional do que as variáveis sociodemográficas. (ARAÚJO, 2012, p. 147-148).

Considerando as contribuições das abordagens tradicional e alternativa, a década de 1990 se apresenta com alguns avanços no campo dos estudos de usuários. Nesse período, começaram a unir as perspectivas das duas tradições e formular uma nova maneira de realizar pesquisas relacionadas aos (às) usuários (as), nas quais deixem de ser vistos (as) como seres nulos (abordagem tradicional) ou como seres isolados (abordagem alternativa) e passem a participar mais ativamente do processo de pesquisa (ARAÚJO, 2012) “[...] considerando a importância de seus contextos em suas práticas informacionais [...]” (MEDEIROS, 2013, p. 240) mediante um processo de interação.

Araújo (2012) destaca em sua obra alguns autores, dentre os eles, Wilson que tem se aprofundado teoricamente nos estudos relacionados ao campo dos estudos de usuários propondo a este campo uma nova denominação chamada de “[...] estudo de comportamento informacional”. Nesta linha, o autor defende a utilização da Fenomenologia para “estudar como o fenômeno humano é experienciado na consciência humana, com ênfase na compreensão da experiência de mundo das pessoas em sua situação concreta [...]” (ARAÚJO, 2012, p. 149). Araújo também destaca Tuominen, Talja e Savolainen (2005) que trazem a ideia do “construcionismo social” para o estudo do comportamento informacional, o qual, por meio da ideia de “construção”, busca entender “[...] como os usuários são ativos no processo de escolher, determinar os sentidos e usar as fontes de informação; e, por meio da ideia de “social”, enfatizar o caráter coletivo, determinado no seio das interações, desse processo [...]” (ARAÚJO, 2012, p. 149). Para além desses (as) autores (as) destacados na obra de Carlos Alberto Ávila Araújo, outros autores como Dervin e Nilan (1986), Kuhlthau (1991), Ellis (1989), Wilson (1981) e Choo (2003) também buscaram desenvolver modelos na abordagem alternativa para entender como se dá o processo de busca e uso da informação por parte dos usuários (COSTA; SILVA; RAMALHO, 2009).

Na seara da CI, as abordagens dos estudos de usuários também podem ser compreendidas por meio dos paradigmas apresentados por Capurro (2003): o físico, cognitivo e o social, foco deste trabalho. Araújo destaca que

O **paradigma social** descrito por Capurro (2003) não teria ainda uma manifestação muito nítida no campo de estudos de usuários. A maneira como diferentes pesquisadores têm desenvolvido esse paradigma, contudo, fornece importantes pistas de como poderia se dar sua aplicação nos estudos de usuários (ARAÚJO, 2010, p. 26, grifo nosso).

Nesse último paradigma da CI, o (a) usuário (a) foi reconhecido (a) como sujeito pertencente a um contexto social que age e sofre interferências do espaço em que está inserido. Os sujeitos se tornaram “[...] produtores de sentido, que se articulam em comunidades diversas, de diferentes naturezas: profissionais, étnicas, religiosas, sexuais, políticas, econômicas, etc [...]” (ARAÚJO, 2008a, p. 11).

Mediante análise sobre as abordagens até então elaboradas acerca dos estudos de usuários, Carlos Alberto Ávila Araújo propõe uma nova abordagem que vai ao encontro ao paradigma social da CI, visto que este é um aspecto muito relevante dessa ciência. Araújo (2012) denomina de **abordagem interacionista** de estudos de usuários da informação, no qual a “interação” é o conceito chave dessa nova abordagem.

Uma perspectiva interacionista volta-se para a percepção da dimensão reciprocamente referenciada dos fenômenos e dos elementos que o compõem. Estudar os usuários da informação e seu comportamento informacional é, ao mesmo tempo, ver [que] o usuário é determinado pelo social, mas também como não é totalmente alheio a ele; ver que o significado da informação está lá no documento, mas também é recriado pelo usuário; e assim sucessivamente. (ARAÚJO, 2012, p. 150).

Partindo dos pressupostos apresentados, cabe ressaltar que no campo da CI, os estudos de usuários da informação constituem “[...] uma investigação que objetiva identificar e caracterizar os interesses, as necessidades e os hábitos de uso de informação de usuários reais e/ou potenciais de um sistema de informação [...]” (DIAS; PIRES, 2004, p. 10), ou um “[...] conjunto de estudos que trata de analisar, qualitativa e quantitativamente, os hábitos de informação dos usuários [...]” (SANZ CASADO, 1994, p. 31).

Para tanto, é com intuito de compreender o sujeito como protagonista, por meio de suas ações sociais, que se segue com a fundamentação teórica deste estudo. Na presente pesquisa, buscaremos conhecer o protagonismo das usuárias da Casa Abrigo da Paraíba no processo de busca, acesso, uso e apropriação da informação com o objetivo de romper com a situação de violência e garantir o direito à vida.

Corroboramos com o pensamento de Bufrem e Nascimento ao evidenciar que a informação pode ser utilizada como

[...] fator de diminuição das desigualdades e ampliação do reconhecimento sobre as possibilidades políticas, tanto de diminuição dos desequilíbrios sociais, quanto da ruptura da tradição do modelo binário de gênero nas esferas da ciência, da política, das instituições e das organizações. (BUFREM; NASCIMENTO, 2012, p. 212).

Assim, a informação torna-se fundamental para compreender as relações de poder em que mulheres em situação de violência se encontram e as práticas sociais que estas desenvolvem para subverter as desigualdades de gênero. Compreende-se que o processo de interação que a

informação propicia é transformador, capaz de gerar mudanças por meio da disseminação, acesso e uso voltados para a apropriação da informação. Nesse contexto, corrobora-se com Gomes (2019) sobre a importância do protagonismo social enquanto elemento fundante do processo democrático de construção das bases de humanização do mundo. Para tanto, é necessário se apoiar nas atividades de mediação consciente da informação para, então, desenvolver efetivamente o protagonismo social.

3 PROTAGONISMO SOCIAL

Para tratar de protagonismo social tomamos como referências as obras de Perroti (2017) e Henriette Gomes (2014, 2017, 2018, 2019) com vistas a compreender a gênese do conceito de protagonismo e discorrer sobre seu conceito articulando-o com a informação e ao contexto do presente estudo: mulheres vítimas de violência doméstica acolhidas em Casa Abrigo.

Segundo Perroti (2017), a gênese do conceito de protagonismo é observada na história de *Antígona* de Sófocles (496-409 a.C.). Uma mulher que, ao ver seus dois irmãos morrerem lutando em batalha, desafia o rei de Tebas, Creonte, por este não permitir o sepultamento de seu irmão, Polineices. Este era considerado traidor da pátria por lutar em oposição ao rei, que ordena deixar o corpo exposto para ser comido por aves de rapina. Antígona reage tentando realizar o funeral de seu irmão e usa as leis dos deuses que regem a vida da *polis* e dá direito à sepultura a todo cidadão como argumento perante Creonte. No entanto, furioso e desconsiderando as leis de Tebas, o rei a condena à morte e a sepulta viva em uma caverna subterrânea. Creonte coloca a esfera do privado acima da esfera pública e, a partir de então, várias desgraças passam a acontecer gerando um período de violência que comprometeu a vida coletiva, inclusive a do próprio Creonte. O viver junto se tornou impossível naquela época e a relação entre os diferentes foi ficando comprometida. Assim, a conduta de *Antígona em oposição ao rei Creonte*, passou a representar a esfera pública que se opõe contra a extrema elevação do privado que tenta regular a ‘vida comum’.

É nesse contexto que o conceito de protagonismo se fundamenta na valorização da vida cidadã, no reconhecimento do outro como pertencente ao todo sem distinção de qualquer aspecto, sendo o respeito a base da prática social.

Para Gomes (2019), o protagonismo social envolve várias dimensões do protagonismo. A autora recorre a abordagem de protagonismo cultural de Edmir Perroti para, então, expandir o olhar sobre a ideia de protagonismo. De acordo com Perroti (2017), protagonismo é um termo multifacetado devido a sua riqueza semântica. Vem sendo usado em vários campos da ação social, especialmente na esfera das lutas por direitos de naturezas diferentes. Quanto à formação do termo, protagonismo é composto inicialmente por “proto” que está relacionado a principal, primeiro; e “ago/agonistes” que se refere aquele que luta, o lutador. Assim, significa, principal ou primeira (o) lutadora (o).

O termo protagonismo se remete a um lugar de luta, uma posição ocupada por sujeitos em embates. Essa luta presente no agir protagonista está relacionada não só a lutadoras (es), mas também a espectadoras (es), e ocorre não no âmbito privado, oculto, mas sim no espaço

público, de aparição, visível a todas (os), espaço inclusivo, pois relaciona-se a interesses de todos, e não especificamente a um alguém, segundo Perroti (2017).

Na percepção de Henriette Gomes (2019), cabe refletir que a luta dos sujeitos protagonistas - exposta ainda na história de Sófocles - provoca reações contrárias e arbitrárias resultantes da ação de luta que por si é carregada de resistência; resistência esta que possui uma potência transformadora.

A reflexão em torno do protagonismo não isenta pensar também em antagonismo, pois apesar deste último referir-se àquele que se opõe, que é contra algo ou a alguém, remete-se também a uma direção, à defesa de interesses particulares ou privados. A luta entre protagonistas e antagonistas representa mais que forças e sujeitos distintos, é a luta entre o público e o privado (PERROTI, 2017). Ambos os termos (protagonismo e antagonismo) possuem o vocábulo “agonia”, que significa estado no qual a doente luta contra a morte. Tanto “proto” quanto “anti” referem-se a uma dimensão espacial e temporal. O antagonista, ao fazer resistência ao protagonista, tenta dissipar a luta pelo “tempo que resta”, colocando-se a favor, portanto, da morte (PERROTI, 2017). Enquanto o “[...] tempo do protagonista é o tempo da construção da *polis* que sobrevive à morte, o do antagonista é o tempo efêmero de uma vida incapaz de transcendência.” (PERROTI, 2017, p. 15).

Assim, entende-se com base em Perroti (2017), que o antagonista age em busca de findar aquilo que lhe é apresentado como obstáculo e se entrega. O protagonista por sua vez, luta para enfrentar a situação em busca do bem comum. Perroti (2017, p. 15) compreende que

[...] protagonismo implica uma dimensão existencial inextricável. Significa resistência, combate, enfrentamento de antagonismos produzidos pelo mundo físico e/ou social e que afeta a todos. Significa tomada de posição dianteira face a obstáculos que ameaçam a espécie (causados por pessoas, animais, circunstâncias, sentimentos, ideias, preconceitos etc.).

Nessa perspectiva, depreende-se que um (a) protagonista é aquele (a) que luta não só contra algo, mas a favor de alguma causa que vise o bem comum, de modo a construir um mundo melhor em que todos (as) se beneficiem com as conquistas advindas de ações protagonistas; ações estas ancoradas em princípios axiológicos que são essenciais aos seres, como, por exemplo, o “viver junto” (PERROTI, 2017). Esse sujeito sabe conviver com as diferenças e busca agir em consonância com aqueles (as) que se encontram em uma determinada situação, meio ou sociedade.

Segundo Perroti (2017, p. 16), ser protagonista “[...] é assumir um modo de ser, uma forma de identidade em relação (e não em oposição) ao ‘mundo comum’, de todos. Mais que ganhar a luta (os resultados) e derrotar o outro, importa ao protagonista afirmar princípios

básicos que regem o viver junto [...]”. Desse modo, suas ações voltam-se inteiramente para o aspecto humano e social, onde a solidariedade é um dos pilares que rege as ações dos sujeitos protagonistas.

Ao retomar a história de Antígona, Perroti (2017) remonta que a morte não é o fim, o fim seria viver sem significação, viver agonicamente. Assim, ao representar a *polis* em enfrentamento ao despotismo de Creonte e da privatização da vida, Antígona lutou e o seu não silenciamento a tornou eterna.

A atuação de Antígona, em oposição ao rei Creonte, mostra que o conhecimento que esta possuía sobre as leis dos deuses que regem a vida da *polis* deu a ela o direito de exigir o cumprimento das mesmas, motivando-a a se expor e arriscar-se enfrentando a autoridade máxima da cidade para que seu irmão fosse sepultado dignamente. Em contrapartida, sua irmã Ismênia, mesmo inconformada ao saber da morte de seu irmão e o tratamento que este estava destinado a receber, não teve a mesma reação de Antígona em rebelar-se e recusar-se a aceitar tal destino. Diante disso, Perroti (2017) afirma que o acesso à informação é condição para o protagonismo, porém, não é o suficiente para tornar-se um sujeito protagonista, pois a forma que cada um reage diante da informação é distinta.

Conhecendo um pouco sobre como se configura o protagonismo e as práticas dos agentes que atuam como tal, torna-se necessário trazer o uso do termo para o campo da CI, utilizando de seu objeto - a informação - para compreender como agem os (as) protagonistas sociais ao utilizá-la.

De acordo com Gomes (2019), após um processo de interpretação e significação, a informação se configura como elemento que torna possível compreender a realidade e as transformações que essa causa na sociedade. Dito isso, a autora afirma que trabalhar conscientemente com a informação coloca o protagonismo social e a mediação da informação no centro dessa atividade (GOMES, 2019). Partindo desses pressupostos entende-se que para ser protagonista é necessário ter consciência da ação da informação e da sua capacidade de ressignificação.

A consciência de que o trabalho informacional de preservação da memória social; do desenvolvimento das atividades de acesso e uso da informação; de construção do espaço dialógico; crítico e criativo, promotores do processo de apropriação da informação, evidencia o protagonismo como meta central do trabalho com a informação, assim como a mediação da informação e suas dimensões como fundamentos que sustentam a efetividade deste fazer humano no que tange a sua responsabilidade social. (GOMES, 2019, p. 19).

O protagonismo se efetiva em espaços críticos de dialogia, alteridade e criatividade, locais que proporcionam a construção de diálogo, debates, dissenso e consenso em que os

sujeitos vão expor e compartilhar pensamentos, opiniões e experiências de vida por meio de um processo comunicacional e interativo entre o (a) profissional e o (a) usuário, no qual acontece o acesso, uso e apropriação das informações mediadas nesses espaços (GOMES, 2017).

Nesse contexto, a autora evidencia a importância da informação e da comunicação na construção do conhecimento, pois ambas permitem ao sujeito pensar, contestar e propor, ou seja, possibilita o exercício da crítica, no qual será possível desconstruir verdades e reformular novos questionamentos sobre a realidade. Henriette Gomes enuncia ainda que “A informação e a comunicação contribuem para a potencialização da capacidade de interpelar, interferir, criar e recriar o conhecimento instituído e o mundo; enfim, são relevantes ao desenvolvimento do protagonismo social.” (GOMES, 2017, p. 40).

Ao tomar como base reflexiva o pensamento de Habermas, Gomes (2017) ressalta que, por meio da interação os sujeitos agem, reagem, convivem e se comunicam em busca de encontrar o consenso para suas decisões de modo a tornar o “viver juntos” algo possível de alcançar. É na interação que ocorre as manifestações, as intersubjetividades, revelando seres singulares, capazes de pensar e agir no mundo.

Nos espaços críticos, a ação comunicativa se efetiva desde que: todos (as) tenham espaço de voz, possam questionar e argumentar livremente; o debate seja aberto para problematizar a validade dos discursos de modo que não haja preconceitos e sim respeito à alteridade; as subjetividades dos sujeitos, como, por exemplo, os sentimentos, atitudes e desejos sejam expressadas sem restrições; e o direito de contestar, exigir ou permitir explicações manifestadas no estabelecimento de atos reguladores da vida ativa, do mundo da vida ou do sistema, enfim, da própria interação (GOMES, 2017).

É durante esse processo comunicacional que ocorre a ampliação dos diálogos e a possibilidade de os sujeitos compreenderem a realidade social e construir ou até mesmo expandir sua identidade cultural, assumindo ações protagonistas em um movimento dinâmico e social (FARIAS, 2014).

Sabendo que o protagonismo social está baseado no respeito à alteridade, ao outro com suas diferenças, esses elementos imprescindíveis para a vida ativa, Gomes (2017, p. 38) afirma que “Somente a luta pelo protagonismo social pode representar um plano de resistência à redução do espaço crítico e da ação”. O trabalho com a informação deve estimular o exercício do diálogo, da produção de sentidos e da criatividade, que, conseqüentemente, irá proporcionar a construção e a manutenção do espaço crítico (GOMES, 2017).

Dessa forma, compreende-se que os sujeitos informacionais se tornam protagonistas à medida que se apropriam de informações e passam a construir sentidos e significados por meio

de suas práticas sociais. Na visão de Gomes (2017), a informação - caracterizada como conhecimento em estado de compartilhamento - torna-se objeto de trabalho das (os) profissionais que atuam socialmente em ambientes e práticas relacionadas com esse objeto. Ao organizar, preservar, disseminar e recuperar a informação para as (os) usuários (as), estes (as) agentes estão cumprindo sua ação social e assumindo a posição de protagonistas. Dessa forma, as (os) produtoras (es) e disseminadores (as) de informações, num processo de mediação consciente de informação, podem alcançar o protagonismo social à medida que acontece a apropriação da informação por parte dos sujeitos envolvidos.

Segundo Almeida Júnior (2007, 2004), a apropriação da informação acontece por meio do processo de mediação, e se constitui em uma ação não só de consumo, mas de produção que pressupõe alteração, transformação e modificação do conhecimento, que apenas a (o) usuária (o) é responsável pela concretização efetiva da informação. Gomes (2017, p. 34), por sua vez, ressalta que a apropriação da informação resulta das relações estabelecidas com os outros, considerada pela autora como “[...] o processo por meio do qual damos significado à informação, com repercussões no sentido que damos às nossas próprias vidas.”

Dessa forma, cabe aqui trazer de forma mais aprofundada como se configura a ação mediadora discorrendo sobre o percurso histórico do conceito, sua aplicação no campo da CI e a importância da mesma para o desenvolvimento do protagonismo social, visto que este último é meta da ação mediadora.

Os estudos de usuários configuram-se uma área que tem crescido consideravelmente no Brasil nas últimas décadas. Com o surgimento do paradigma social, essas produções começaram a ser realizadas utilizando uma nova abordagem em que estudos dos “sujeitos informacionais” se ampliaram com o intuito de alargar algumas limitações existentes nos estudos de comportamento. De acordo com Araújo (2013, p. 2), “[...] o principal motivo que levou a tal ampliação foi o surgimento de perspectivas de pesquisa que buscaram integrar o caráter individual e coletivo do comportamento dos (as) usuários (as), bem como sua inserção nos contextos socioculturais.” Assim, os estudos sobre protagonismo social se tornaram fundamentais nessa perspectiva, pois envolvem diretamente o aspecto social da informação e os sujeitos informacionais se tornaram atores principais, ou seja, protagonistas no uso da informação para se empoderarem.

3.1 BREVE HISTÓRICO DO CONCEITO DE MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO

A etimologia do conceito de mediação advém do latim *mediatio* (MALHEIRO; RIBEIRO, 2011). A constituição histórica do termo mediação teve origem a partir do pensamento de Platão e Aristóteles, no qual buscavam solucionar conflitos e estabelecer o bem comum e a justiça a todas (os). Esse pensamento conduz ao entendimento errôneo de que a ação mediadora é algo imparcial que não sofre interferência do mediador, e na visão de Santos Neto (2014; 2019), relacionar o entendimento sobre a mediação como sinônimo de ponte no âmbito dos processos e práticas informacionais seria algo ingênuo e reducionista.

Em análise, Corroy e Gonnet (2008, p. 204, tradução nossa), ressaltam que o termo mediação foi se modificando ao longo do tempo, ganhando novas percepções.

Do latim *mediatio*, ‘mediação, intervenção’, do verbo *mediar*, ‘estar no meio de’. Mediação no sentido de ‘reduzir para metade’ foi empregado no século XIII e rapidamente abandonado. A partir do século XIV, a mediação é ‘o mediador entre Deus e os homens’. No século XIX, utilizou-se o termo diplomacia para conciliar as partes, as pessoas, envolve a mediação em casos de conflito ou desacordo, intervenção de uma terceira pessoa.

Em complemento ao percurso histórico do conceito de mediação, Silva e Ribeiro (2010) atenuam que a mediação se manifesta de três formas: por meio da linguagem, da comunicação, e das mediações institucionais e estratégias de comunicação. Seu conceito, além de histórico, está atrelado a diversas áreas do conhecimento, a exemplo do Direito (mediação de conflitos), Educação (mediação como instrumento de prática pedagógica) e Comunicação e cultura (mediação e ação cultural) (CARVALHO, 2016). A mediação recebe olhares diversificados e são atribuídos conceitos e nomenclaturas ao termo de acordo com o campo que a aplica, “[...] o que tem permitido uma ampla propagação, adaptação e importação conceitual para outras áreas, incluindo a Ciência da Informação [...]” (CARVALHO, 2016, p. 46).

Dessa forma, o conceito de mediação torna-se multidisciplinar e plural (ARAÚJO, 2018a; COSTA; FARIAS, 2019; SANTOS, 2013; SILVA, 2015), algo que dificulta sua precisão conceitual e requer das (os) pesquisadoras (es) uma construção teórica mais sólida (LOUSADA, 2015; SANTOS, 2013). Nessa perspectiva, Martins (2010, p. 204) acredita que há “[...] paradoxalmente certo esvaziamento e certo inchaço no emprego do termo [mediação]: ao mesmo tempo em que abarca uma infinidade de processos, práticas, atores, objetos e dispositivos ela não é foco de reflexão ou investigação que revele ou explicita sua natureza”.

Para Davallon (2007) e Santos Neto (2014), o conceito de mediação é envolto de plasticidade por ser utilizado em diversas áreas do conhecimento as quais comportam sinônimos e desdobramentos que se relacionam. Em sua tese de doutorado, Santos Neto (2019) localiza

diversas extensões do conceito de mediação (mediação da informação, mediação de cultura, mediação da leitura, mediação pedagógica, mediação tecnológica, entre outras) e alerta para o cuidado das (os) pesquisadoras (es) que trabalham assiduamente na produção científica sobre a temática em evitar o uso de conceitos de mediação que se tornam ambíguos, evitando, assim, a fragilidade no amadurecimento de um termo específico. Segundo o autor, isso se torna possível por meio do diálogo entre os pares a fim de padronizar o uso dos termos.

Na CI, área de estudo em que este trabalho se insere e se debruça, o termo mediação é habitualmente interligado ao termo informação, os quais formam a expressão de mediação da informação, que é voltada inteiramente às práticas relacionadas com o fenômeno informação (SANTOS, 2013). Nesse contexto, Santos Neto (2019) ressalta que a mediação da informação consiste em uma ação voltada para a solução de conflitos informacionais e/ou culturais que se enquadram na esfera social.

De acordo com Silva (2015), o conceito de mediação passa a ser trabalhado na Ciência da Informação, especialmente em fins do século XX e início do século XXI. Todavia, tem sido nos últimos anos que a temática vem conquistando espaços significativos no âmbito dessa ciência⁷.

A utilização do conceito tem interferido de forma bastante intensa nos quadros teóricos-conceituais da área de forma a reorientar seu objeto de estudo, ou seja, a informação, e tornar a mediação da informação como seu atual objeto. Para Almeida Júnior (2009) esta é uma proposta que se fundamenta devido a informação ser algo intangível, que só existe a partir dos processos de mediação, de recepção e na relação do usuário com os conteúdos informacionais.

Partindo desses pressupostos, Almeida Júnior (2006, p. 262) ressalta que “O que diferencia a área da Ciência da Informação das outras áreas que lidam, também, com a informação, seria o fato de que o objeto da Ciência da Informação não é a informação em si, mas a mediação dela.”

Nunes e Cavalcante (2017) destacam que

[...] a mediação colabora diretamente para uma reorientação da agenda de pesquisa da CI ao possibilitar a composição de bases teóricas pelas quais se pode abordar não só as condições materiais e técnicas que perpassam a natureza da informação, mas, também, o seu caráter social, diante da compreensão de que a própria informação não tem existência exterior, fora da sociedade e da cultura na qual ela está inserida. Tal panorama auxilia a demonstrar singularidades das questões informacionais,

⁷ As produções sobre mediação da informação têm sido dinamizadas no GT 3 – Mediação, Circulação e Apropriação da Informação – no ENANCIB, desde 2005. Nesse espaço são realizadas discussões importantes para o amadurecimento teórico do conceito.

permitindo abordá-las desde suas condições de produção, recepção e apropriação pelos indivíduos. (NUNES; CAVALCANTE, 2017, p. 2).

Constata-se nesse estudo o impacto que a mediação da informação possui no campo da CI, sendo considerada por alguns(as) autores(as), como elemento fundamental para compreender as interlocuções entre mediador (a), sujeito e recursos informacionais (NUNES; CAVALCANTE, 2017).

Para além disso, vale ressaltar que inúmeras produções (FARIAS, 2014; LOUSADA, 2015; SANTOS NETO, 2014) foram empreendidas no escopo da CI durante os últimos anos a fim de conceituar a “mediação da informação”. Porém, Silva (2015, p. 98) afirma que a Ciência da informação para pensar o conceito de mediação da informação toma como base a mediação cultural, que segundo o autor consiste em “[...] uma construção e representação dos processos sociais e artísticos que busca no diálogo com indivíduos e/ou grupos promover significados e sentido a realidade humana a partir de um conjunto de atividades pensadas e constituídas coletiva e dialogicamente.” Essa importação desse ser observada positivamente, de modo a estabelecer discursos críticos que favoreçam uma solidificação do conceito de mediação da informação na CI por meio de debates epistemológicos em torno do conceito na área.

Silva (2015) ainda ressalta que antes de empregar o conceito de mediação, é necessário fundamentar o que de fato é a informação, pois só assim será possível entender e associá-lo a mediação. Nesse sentido, corroboramos com Almeida Júnior (2009, p. 97) ao enunciar que a informação “[...] está sendo empregada como criadora de conflitos, pois só estes viabilizam a transformação do conhecimento. A informação não dirime as dúvidas ou elimina incertezas. Ela exige a reconstrução do conhecimento na medida em que destrói certezas.”

Percebe-se a partir do pensamento do referido autor que os conflitos gerados pela informação devem ser vistos positivamente, pois é a partir das incertezas que surge o sujeito crítico que buscará a partir de novos questionamentos viabilizar a reconstrução de conhecimentos, a exemplo da resignificação das assimetrias de gênero.

Dito isso, é importante destacar algumas concepções conceituais elaboradas por pesquisadores (as) da CI, orientados por outras (os) autoras (es) da área, que possibilitam nesse estudo refletir sobre a mediação da informação no desenvolvimento do protagonismo social. Assim, elencam-se alguns (as) desses (as) autores (as) e seus respectivos conceitos para a mediação da informação:

Para Silva (2015, p. 103) a mediação consiste em

[...] um conjunto de práticas construtivas de intervenções e interferências regidas por intencionalidades, normas/regras, correntes teórico-ideológicas e crenças concebidas

pelo profissional da informação em interação com os usuários no âmbito de suas realidades cotidianas e experienciais, indicando procedimentos singulares, coletivos e/ou plurais de acesso e uso da informação, estimulando a apreensão e apropriação para satisfação de necessidades de informação.

Lousada (2015, p. 90), por sua vez, considera a mediação da informação como “[...] uma atividade que está arraigada no cotidiano, seja social (indivíduos, grupos ou comunidades), seja institucional (bibliotecas, arquivos, museus, empresas, etc.), constituindo-se como fundamento social de ação e interação”.

Gomes (2014, 2016, 2019) ressalta que a mediação da informação está direcionada para o protagonismo social. Esta se caracteriza como um ato de cuidar, sendo, portanto, uma ação relacionada a aspectos psicológicos, estéticos e éticos que envolvem o trabalho com a informação. A referida autora destaca que a mediação da informação representa um elemento essencial ao processo de desenvolvimento humano, no qual a dialogia é sua base de sustentação. Todavia, essa mediação precisa ser consciente para que, no processo dialógico, seja possível o exercício da crítica, responsável por tornar mais clara as lacunas existentes no estado de conhecimento humano e impulsioná-lo a agir no mundo como agente de transformador da realidade. A ação mediadora da informação se efetiva por meio da articulação das cinco dimensões, identificadas por Henriette Gomes em seus estudos, que quando alcançadas visam contribuir para a apropriação da informação.

Percebe-se que há várias formas de conceituar a mediação da informação que, entre elas se distinguem, mas em sua essência se assemelham, pois no fundo trata-se da mesma ação, que envolve sujeitos sociais, por meio de um processo de interação, a fim de satisfazer as necessidades informacionais.

Todavia, cabe ressaltar que na CI, as discussões em torno do conceito de mediação da informação utilizam como base teórico-metodológica a definição proposta e publicada por Almeida Júnior, em 2006, como sendo “[...] toda ação de interferência – realizada pelo profissional da informação –, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; individual ou coletiva; que propicia a apropriação de informação que satisfaça, plena ou parcialmente, uma necessidade informacional.” (ALMEIDA JÚNIOR, 2006, p. 262).

O autor supracitado é pioneiro nos estudos sobre mediação da informação (ARAÚJO, 2018a) e trabalha assiduamente a temática a fim de solidificar o conceito na CI, de modo que se tornou um dos nomes mais citados nos trabalhos de mediação na área. Assim é que o conceito de mediação da informação publicado por Almeida Júnior em 2015, contribui para refletir a ação mediadora da informação nesse estudo.

[...] é toda ação de **interferência** – realizada em um processo, por um profissional da informação e na ambiência de equipamentos informacionais –, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural, individual ou coletiva; visando a **apropriação** de informação que satisfaça, parcialmente e de maneira momentânea, uma necessidade informacional, gerando **conflitos** e novas necessidades informacionais. (ALMEIDA JÚNIOR, 2015, p. 25, grifos nosso).

A partir da reconstrução do conceito de mediação da informação, percebe-se que o autor utiliza como tríade basilar: interferência, apropriação e conflito (ARAÚJO, 2018a). Santos Neto e Bortolin (2017) acrescentam ainda aos destaques no conceito o termo: processo. Os (as) autores (as) explicitam cada um dos termos para tornar mais compreensível o que cada um representa dentro do conceito de mediação da informação. Assim, ressaltam que a **interferência** corresponde a uma ação planejada ou espontânea dos (as) profissionais visando colaborar com os sujeitos na busca de informação em uma unidade informacional. A **apropriação** é um ato pessoal e singular, que se dá no momento em que o (a) usuário (a) atribui significado(s) à informação, que pode variar de sujeito para sujeito. O **conflito** se encontra no cerne da mediação, tendo em vista que a informação deve ser pensada não só como solução para possíveis problemas, mas sim, como impulsionadora de dúvidas que levam os sujeitos a construir novos saberes. Por último, **processo**, visto que a mediação só ocorre em um processo contínuo, que visa despertar nos sujeitos informacionais usuários (as), novas necessidades.

Quanto à tipificação da mediação da informação, Silva (2015) trabalha com três propostas: mediação técnica da informação, mediação pedagógica da informação e mediação institucional da informação. Almeida Júnior (2009), considera ainda que a mediação da informação pode ser implícita ou explícita. A primeira, ou seja, a mediação da informação implícita, também considerada por Gomes (2014) como indireta, são ações de interferência realizadas pelo (a) profissional da informação dentro de uma unidade informacional direcionadas aos usuários (as), mas sem necessariamente exigir a presença física e imediata dos (as) mesmos (as), a exemplo da: aquisição, seleção, representação e organização da informação.

Segundo Gomes (2014), a mediação explícita da informação ou direta consiste justamente em ações de interferência desenvolvidas pelo (a) profissional da informação dentro de uma unidade informacional direcionadas aos usuários (as), mediante a presença física ou virtual do (a) usuário (a), como exemplo nos serviços de referência, disseminação seletiva, balcão de empréstimo, atividades culturais.

Na tentativa de ampliar as discussões sobre mediação da informação na CI trazendo como objetivo implícito dessa ação o desenvolvimento do protagonismo social, Gomes (2014, 2016, 2017) defende a existência de cinco dimensões da mediação da informação, que são elas: dialógica, estética, formativa, ética e política. Segundo a autora, é imprescindível refletir e ter

consciência sobre essas dimensões no fazer informacional (GOMES, 2019). Assim, expomos a seguir de forma mais detalhada cada uma delas.

Sobre a **dimensão dialógica**, Gomes (2014, 2019) defende que a mediação acontece por meio das práticas de comunicação e do diálogo que ocorre em um processo de compartilhamento e transmissão cultural entre diferentes sujeitos sociais envolvidos. O processo dialógico torna bem sucedida a mediação, e “[...] possibilita a interlocutores distintos o encontro e a manifestação das subjetividades que emanam da interlocução inter e intrasubjetiva.” (GOMES, 2014, p. 48). É no estímulo ao debate e nos espaços de interlocução que são impulsionados o pensamento crítico e reflexivo dos sujeitos. É na dialogia, no exercício da crítica que os sujeitos têm a possibilidade de desenvolver o autoconhecimento e a partir do contato com o outro, na troca de conhecimento, fortalecer as relações sociais que transformam e favorecem o desenvolvimento humano (JESUS; GOMES, 2019; GOMES, 2014).

Na **dimensão estética** vem à tona o conforto e o prazer que o sujeito passa a ter no processo de comunicação onde a mediação da informação acontece. A abertura para o diálogo, em um ambiente que transmita confiança e favoreça espaço para que o sujeito exponha suas experiências, traz aos mesmo um sentimento de pertencimento, de cooperação, de satisfação em aprender e crescer. Nesta dimensão rege a empatia e o acolhimento dos sujeitos, em suas singularidades, como agentes ativos, que criam e agem também como mediadores da informação (JESUS; GOMES, 2019; GOMES, 2014; SANTOS NETO, 2019).

A **dimensão formativa** é viabilizada por meio da relação entre o (a) mediador (a) e o (a) mediando (a). Essa dimensão da mediação da informação se efetiva no desenvolvimento de habilidades e competências por parte do (a) mediador (a) no desejo de compartilhar conhecimento, favorecendo assim o processo de aprendizagem e de apropriação da informação nos mediados (as). Cabe ao (à) profissional envolvido (a) nessa ação ter a capacidade de acolher, dialogar, ouvir e observar atentamente os comportamentos dos sujeitos para que a mediação da informação seja efetiva (GOMES, 2014). Salienta-se que tal processo é relacional, há trocas, compartilhamento de saberes entre o sujeito da mediação e o (a) mediando (a), ambos são impactados (as) e se transformam no processo de mediação da informação.

Na **dimensão ética**, a mediação da informação acontece por meio de uma postura de acolhimento, de atenção e cuidado do (a) mediador (a) para com o (a) mediando (a). Para Santos Neto (2019, p. 342), essa dimensão “[...] vem à tona só pelo fato de lidar com sujeitos, instâncias, situações”. Assim, sabendo que a mediação da informação está ligada ao cuidar (GOMES, 2014), relaciona-se esta dimensão com o respeito à alteridade, a possibilidade de

aprender com o outro, e o respeito às diferenças existentes e as divergências no diálogo (JESUS; GOMES, 2019).

A **dimensão política** é reconhecida no poder que a mediação da informação possui de transformar os indivíduos em sujeitos sociais conscientes, capazes de transformar a si mesmo e o mundo em que vivem. O (a) mediador (a) passa a atuar assumindo a situação de protagonista social, respeitando os fundamentos do trabalho informacional, assim como os interesses sociais e os princípios de humanização do mundo (JESUS; GOMES, 2019; SANTOS NETO, 2019).

Essas dimensões quando articuladas e alcançadas são capazes de tornar a mediação da informação efetiva e propulsora do protagonismo social (GOMES, 2019), por meio da apropriação da informação. Assim, neste estudo será utilizado como parâmetro de análise as cinco dimensões da mediação da informação exposta por Gomes (2014, 2016, 2017, 2019) para, então, refletir sobre as situações encontradas no campo desta pesquisa.

Baseado no que foi exposto até o momento, compreende-se neste estudo que a mediação da informação envolve ações de interferência, realizadas a partir de uma relação dialógica contínua, que envolve um (a) profissional mediador (a), um sujeito (singular, inserido em um contexto social) e a informação, visando alterar o conhecimento existente, possibilitando a construção de sentidos na medida em que os sujeitos se apropriam das informações mediadas.

Gomes (2019) defende que, por meio da ação consciente da mediação da informação, o protagonismo se torna possível, sendo este último meta da ação mediadora. Isso se dá em um processo dialógico, tendo em vista que, a mediação

[...] representa uma ação que depende do nível de conscientização do agente que a realiza em relação a esse objetivo, como também quanto ao seu papel protagonista, que nessa condição interfere no meio e se constitui em sujeito da estética, da ética e da humanização do mundo (GOMES, 2014, p. 55).

A eficácia da ação mediadora depende do processo de comunicação, de adoção de linguagens e uso de dispositivos de comunicação. Para tanto, o (a) agente mediador torna-se peça fundamental, pois requer do (a) mesmo (a) o desenvolvimento de habilidades e competências para ter domínio das linguagens, assim como dos dispositivos de informação e comunicação disponíveis para satisfazer as necessidades informacionais dos sujeitos e alcançar a apropriação da informação. O (a) mediador (a) é responsável pela aproximação dos polos (instâncias sociais, sujeitos sociais e dispositivos culturais), e também por proporcionar o conhecimento. Assim, cabe a este (a) profissional da informação o caráter de um protagonista social (GOMES, 2014).

Esse estudo ancora-se no argumento de Gomes (2010) ao abordar a mediação enquanto uma necessidade humana e social, afirmando que:

Para tratar de mediação, de início, é preciso situá-la como ação vinculada à vida, ao movimento, ao processo de construção de sentidos. Os seres humanos agem em relação à realidade tomando como referência o significado que atribuem a essa realidade, que é construída nas interações sociais e mediações simbólicas. [...] É através da mediação que as expectativas são manifestadas, sustentando as interações sociais. (GOMES, 2010, p. 87).

Tal ressalva associa-se ao conceito de protagonismo social, foco dessa pesquisa, de modo que, por meio da informação mediada, os sujeitos, inseridos dentro de contextos sociais, serão capazes de interpretar, construir e ressignificar sentidos na medida em que se apropriam dessa informação e agem no mundo como protagonistas.

Na ação mediadora da informação, os (as) usuários (as) se configuram não só como receptores (as) mas também como produtores (as) da informação, pois estes (as) participam ativa e decisivamente nesse processo tornando-se atores centrais na medida em que se apropriam das informações e geram novos conhecimentos. A informação nesse sentido constitui elemento de mudança e reconstrução do conhecimento, capaz de transformar realidades de acordo com a forma que os sujeitos se apropriam das mesmas e as utilizam para o bem individual ou coletivo. É essa a essência de um (a) protagonista. Alguém que luta para ressignificar a forma de viver e encarar o mundo.

O protagonismo representa, em sua essência, uma ação de resistência contra a opressão, discriminação, *apartheid* social, rejeição, desrespeito e negação ao diferente, por esta razão, não se pode falar em protagonismo, omitindo-se que este ao mesmo que resulta da ação mediadora também a impulsiona e, por conseguinte, também reflete na dimensão política desta ação. (GOMES, 2019, p. 11).

Sabendo disso, compreende-se que as mulheres que se encontram em situação de violência doméstica e, principalmente, as que tiveram de decidir pelo abrigo são protagonistas, pois as mesmas se apropriam das informações durante o processo de busca por ajuda nos órgãos de atendimento às mulheres, assim como na Casa Abrigo. Considera-se que as mulheres usuárias da CA são protagonistas porque resistem, enfrentam normas hegemônicas de gênero que naturalizam e banalizam a violência doméstica. Se encaminhar a um endereço sigiloso, por um período de tempo, para garantir a própria vida, significa tomar posição protagonista frente ao machismo e a misoginia.

Segundo Sardenberg (2009, 2018), a tomada de consciência é a condição primordial do processo de empoderamento, e a partir da troca de experiências e reflexões coletivas, levam os sujeitos a uma ação coletiva transformadora. Sobre empoderamento a autora destaca com base

em Aithal (1999), Batliwala (1993; 2007) e Allen (2005), que tanto o conceito quanto a prática, tem origens radicais, utilizado inicialmente por ativistas feministas para se pensar as relações de poder em outras bases, a fim de que houvesse o desmonte do patriarcado e a transformação da situação das mulheres. Após se tornar objeto de teorização ganhando espaços nas perspectivas teóricas feministas sobre poder, o termo foi recentemente apropriado “[...] nos discursos sobre “desenvolvimento”, perdendo, nesse processo, suas conotações mais radicais ao ser transplantado para um quadro teórico-metodológico e político neoliberal.” (SARDENBERG, 2018, p. 18)

Quanto à definição de empoderamento, Fleury-Teixeira e Meneghel (2015, p. 119-120) destacam:

Empoderamento quer dizer tomar o poder sobre sua própria vida, valorizando suas potencialidades e capacidades, em busca de uma vida melhor. [...] também quer dizer ganhar autonomia, o que pode ser facilitado pelo acesso a recursos, por meio de uma atividade que gere rendimentos financeiros e melhore a capacitação, pela via do acesso à educação. Também significa propor mudanças ou lutar por elas.

Berth (2018) enuncia que o conceito de empoderamento pode ser visto como um instrumento de emancipação política e social que busca desconstruir relações assistencialistas e paternalistas. Na ótica de Srilatha Batiwala (1994), o termo está relacionado a um conjunto de atividades desempenhadas por sujeitos que envolvem resistência, protesto e mobilização coletiva que desafiam as relações de poder. Para a autora, o processo de empoderamento inclui desenvolvimento integrado, capacitação econômica e conscientização. Esta última é fundamental para mulheres que se encontram inseridas em relações de poder vivenciando diariamente a situação de violência doméstica, pois é comum vê-las desacreditadas de si mesmas e com autoestima baixa, principalmente aquelas que buscam proteção em uma Casa Abrigo, haja vista que são mulheres, muitas vezes, sem perspectivas de vida, uma vez que estão em risco iminente de morte.

Para que o empoderamento ocorra, Batiwala (1994, p. 131) defende que é necessário que as mulheres primeiramente questionem as relações patriarcais existentes na sociedade, de modo que “[...] reconheçam a ideologia que legitima a dominação masculina e compreendam como ela perpetua sua opressão”, pois só assim será possível a tomada de consciência e o impulsionamento para se libertar das relações opressivas e dominadoras, reconhecendo seus direitos e se posicionando enquanto seres humanos protagonistas. A autora destaca que “[...] as mulheres têm que ser convencidas, ou se convencer do seu direito à igualdade, dignidade e justiça.” (BATIWALA, 1994, p. 131)

Para Rai (2007) e Sardenberg (2018) empoderamento não é algo que pode ser repassado para outra pessoa, mas sim, é um processo de construção particular que requer autoconhecimento, reconhecimento das fragilidades e a busca por reverter e ressignificar posições sociais que colocam as mulheres em grau de inferioridade e desigualdade. Para tanto, nesse processo é trabalhado a autoconfiança e autoestima dos sujeitos impulsionando um processo de mudança transformadora.

Djamila Ribeiro (2015, *online*), enquanto feminista negra compreende empoderamento na perspectiva de comprometimento com a luta pela equidade, que ultrapassa as causas de uma pessoa de forma isolada, pois está relacionado a ações coletivas em busca de fortalecer outras mulheres para o alcance de uma sociedade mais justa. A autora destaca que empoderar-se “[...] significa ter consciência dos problemas que nos aflige e criar mecanismos de combatê-lo. Quando uma mulher empodera a si tem condições de empoderar a outras.”

Como ato de resistência e luta para romper com o ciclo de violência, por meio da mediação da informação entre as profissionais da Casa Abrigo e as mulheres, as mesmas fortalecem o seu protagonismo, pois há compartilhamento de saberes capazes de contribuir na disseminação da informação sobre as questões de violência. Isso se dá por meio do empoderamento conquistado através das informações adquiridas durante esse processo de apropriação da informação na CA.

Entende-se por empoderamento o processo cognitivo de percepção das possibilidades, potencialidades e capacidades individuais que cada indivíduo, nesse caso, as mulheres tomam consciência a partir de interações sociais. No caso da violência doméstica, o empoderamento das mulheres é uma contraposição à situação limitante e assimétrica em que se encontram as mulheres em diferentes sociedades. Assim, o empoderamento das mulheres potencializa o protagonismo das mesmas e estas se tornam também mediadoras da informação, contribuindo para que outras mulheres possam ter acesso às informações e ressignificar a situação de violência.

3.2 PROTAGONISMO SOCIAL DAS MULHERES: MOVIMENTO FEMINISTA E RELAÇÕES DE GÊNERO

As mulheres foram (são) protagonistas na história do feminismo e na formulação de pesquisas e estudos de gênero. Ao resgatar o fio condutor da história do feminismo, por meio da reconstrução da luta das mulheres precursoras e de seus paradoxos, como Olympe de Gouges

e Jeanne Derooin, Scavone (2004) afirma que tal movimento se originou impregnado pelo ideal republicano de igualdade e liberdade.

A prática política do feminismo foi caminhando dos grupos espontâneos de autoconsciência dos anos 70, na Europa, e começo dos anos 80 no Brasil, para uma organização mais institucionalizada. Isso ocorreu de formas peculiares e em épocas diferentes em cada região (SCAVONE, 2004, p. 35).

O conceito gênero nasce deste processo de interação entre movimento social e academia, permitindo pensar o sexo como categoria social, relacional e histórica. Scott (1990), pesquisadora expoente na teorização do conceito, afirma que as preocupações teóricas relativas ao gênero como categoria de análise surgiram no final do século XX. Sua definição do conceito, a qual adotamos, enuncia que gênero é:

[...] um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos – que aparecem: 1 nos símbolos culturalmente disponíveis; 2. Nos conceitos que evidenciam as interpretações dos símbolos; 3. na política e na referência às instituições e à organização social; 4. Na identidade subjetiva historicamente construída [...]" (SCOTT, 1995, p. 86).

A autora, em sua definição, traz à tona a indissociabilidade entre gênero e poder e afirma que o “[...] gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder [...]” (SCOTT, 1995, p. 86). Nas interações sociais, homens e mulheres são tratados de formas diferentes de acordo com esquemas sociais construídos em torno de fatores biológicos, a que as mulheres foram atribuídas características de inferioridade, de um ser frágil, destinadas a exercer tarefas no âmbito doméstico e privado, e submissa ao homem, imposta por uma sociedade machista, misógina e injusta.

Desde o nascimento o homem é encorajado a ser forte, não chorar, não levar desaforo para casa, não ser mulherzinha. Precisa ser um super-homem, pois não lhe é permitido ser apenas humano. Essa errônea consciência de poder é que assegura, ao varão, o suposto direito de fazer uso da força física e superioridade corporal sobre todos os membros da família. Venderam para a mulher a ideia de que ela é frágil e necessita de proteção, tendo sido delegado ao homem o papel de protetor, de provedor (DIAS, 2012, p. 19).

O processo pedagógico a que uma criança é submetida ensina a mesma a agir, pensar ou sentir sob formas diferentes, varia de acordo com as construções culturais alocadas ao órgão biológico, ou seja, meninos deverão seguir padrões diferentes de meninas, e isso reforça a desigualdade social de gênero construída desde os primeiros momentos de vida do sujeito em sociedade, quiçá antes de nascer. Assim, “[...] ser homem ou mulher não é definido pelo sexo biológico de cada um/a, mas a partir de relações sociais e culturais que determinam lugares,

deveres e direitos distintos conforme a identidade de gênero atribuída” (COSTA; SILVEIRA; MADEIRA, 2012, p. 226).

Os esquemas hegemônicos de gênero são construções sociais que viabilizam a reprodução de discursos e comportamentos que estabelecem as relações de poder. Uma forma de enxergar as relações de poder existentes nas relações de gênero é reportar a análise de poder de Michel Foucault. Segundo o autor o poder pode ser caracterizado nas dimensões macro ou micro, e “[...] se exercem em níveis variados e em pontos diferentes da rede social e neste complexo os micro poderes existem integrados ou não ao Estado [...]” (FOUCAULT, 1979, p. XII). O poder é uma prática social constituída historicamente ao qual as relações de poder ultrapassam o nível estatal e está presente em toda a sociedade.

Para Foucault (1979, p. XIV), “O poder não existe, existem sim práticas ou relações de poder. [...] O poder é algo que se exerce, que se efetua, que funciona. [...] ele se dissemina por toda estrutura social.” Assim, compreende-se que o poder é um conjunto de relações que produzem assimetrias. Em sua obra “Microfísica do Poder”, Foucault (1979) analisa o poder do nível micro para o macro, ou seja, ele realiza uma leitura ascendente do poder.

Trata-se [...] de captar o poder em suas extremidades, em suas últimas ramificações [...] captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais, principalmente no ponto em que ultrapassando as regras de direito que o organizam e delimitam [...] Em outras palavras, captar o poder na extremidade cada vez menos jurídica de seu exercício. (FOUCAULT, 1979, p.182).

Na análise ascendente, o poder é estudado como aquele que possui uma existência própria e formas específicas ao nível mais elementar. Ao tratar do poder no nível micro, Foucault relata que esse deve ser analisado seus efeitos de forma positiva, como aquele que possui uma riqueza estratégica. Segundo Foucault, “O poder possui uma eficácia produtiva, uma riqueza estratégica, uma positividade. E é justamente esse aspecto que explica o fato de que tem como alvo o corpo humano, não para supliciá-lo, mutilá-lo, mas para aprimorá-lo, adestrá-lo” (1979, p. XVI). É nesse aspecto positivo que devem ser analisados os micro poderes, atribuído nesse estudo às mulheres em situação de violência doméstica, suas resistências e ações protagonistas.

Geralmente, na organização social de gênero as assimetrias podem constantemente ser visualizadas. Todavia, é importante ressaltar que, embora sejam influenciadas por padrões hegemônicos de gênero, as mulheres não estão isentas de poder e também não podem ser consideradas passivas, assujeitadas e responsáveis pelos atos de violência que sofrem, pois elas reagem de alguma forma, como por exemplo, procurando ajuda externa, negando ter relações sexuais com o agressor, ou até mesmo queimando uma comida (SAFFIOTI, 2001).

[...] entrevistas com mulheres vítimas de violência doméstica têm revelado que o homem é, muitas vezes, irremediavelmente ferino. Isto não significa que a mulher sofra passivamente as violências cometidas por seu parceiro. De uma forma ou de outra, sempre reage. Quando o faz violentamente, sua violência é reativa. Isto não impede que haja mulheres violentas. São, todavia muito raras, dada a supremacia masculina. (SAFFIOTI, 1999, p. 83).

As mulheres possuem micro poderes que as impulsionam a agir e reagir a situações ameaçadoras ou contraditórias, no entanto, em decorrência de uma estrutura social machista, há muitas dificuldades para que as mulheres se situem em condições de igualdade aos homens, em diferentes instâncias sociais. Qual mulher pode afirmar que nunca foi discriminada em razão do seu gênero?

Segundo Foucault (1979, p. XIV), “Qualquer luta é sempre resistência dentro da própria rede do poder, teia que se alastra por toda a sociedade e a que ninguém pode escapar: ele está sempre presente e se exerce como uma multiplicidade de relações de forças.” Foi com base nessas assimetrias nas relações sociais de gênero que começaram a surgir estudos de gênero. Assim, o gênero passou a ser uma maneira de indicar as “construções sociais” em que se refere às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas tanto de homens quanto de mulheres (SAFFIOTI, 1995).

No Brasil, a origem dos estudos de gênero aconteceu na década de 1990, mediante diálogo entre a academia e movimentos sociais, teóricas feministas foram se integrando à dinâmica científica estabelecida em busca de reconhecimento científico de suas preocupações intelectuais procurando expor e questionar a subalternidade feminina em vários aspectos sociais (SANTOS, 2010).

No cenário brasileiro atual, nos últimos dez anos, vários grupos de pesquisa sobre gênero surgiram no país, principalmente, nas instituições federais de ensino (FERREIRA, 2019, *online*) e várias áreas de conhecimento, como por exemplo, ciências biológicas, da saúde, a linguística, entre outras, que têm fomentado discussões por meio de pesquisas, congressos, debates, eventos, entre outros, a fim de abordar questões relacionadas a essa temática.

De acordo com Ferreira (2019, *online*), no Brasil existem 358 grupos que discutem gênero em instituições de ensino na área de Humanas e Ciências Sociais Aplicadas. “A base de dados do CNPq mostra que são 16 grupos discutindo gênero e violência, 22 discutindo gênero e raça, 25 discutindo gênero e trabalho e muitos outros que discutem a conexão com religião, políticas públicas, narrativas de mídia e família, entre outros” (FERREIRA, 2019, *online*). No entanto, o cenário político atual ameaça esse tipo de debate na sociedade e pode comprometer o desenvolvimento de pesquisas futuras.

É a partir dessa realidade que, estudos que envolvem relações de gênero não só no meio científico, político, e em várias outras instâncias se fazem necessários, uma vez que, as mulheres ainda continuam em situação de desigualdade nos diversos campos da vida social e o índice de feminicídio é assustador mesmo com políticas públicas ativas lutando pela prevenção e coibição dos casos.

De acordo com Guimarães e Pedroza,

[...] é fundamental compreender como as dimensões de gênero são estruturantes na constituição subjetiva de homens e mulheres e na organização das relações sociais estabelecidas a partir de desigualdades de poder entre eles. Estas desigualdades se conectam, por sua vez, ao fenômeno das violências cometidas contra as mulheres (GUIMARÃES; PEDROZA, 2015, p. 259).

Sobre a violência perpetrada contra as mulheres, percebe-se que sua reprodução ao longo dos tempos se dá mediante a imposição do poder masculino sobre o feminino “[...] em detrimento dos direitos das mulheres, subordinando-as às necessidades pessoais e políticas dos homens, tornando-as dependentes.” (TELES; MELO, 2002, p. 16). Isso se torna uma das razões para as quais é tão difícil extinguir as relações de poder que torna o ciclo de violência mais vicioso, pois a posição social construída faz com que não se “quebre” essa cultura machista e misógina.

Portanto, o termo gênero pode ser entendido como um instrumento, como uma lente de aumento que facilita a percepção das desigualdades sociais e econômicas entre mulheres e homens, que se deve à discriminação histórica contra as mulheres. Esse instrumento oferece possibilidades mais amplas de estudo sobre a mulher, percebendo-a em sua dimensão relacional com os homens e o seu poder. Com o uso desse instrumento, pode-se analisar o fenômeno da discriminação sexual e suas imbricações relativas à classe social, às questões étnico-raciais, intergeracionais e de orientação sexual. (TELES; MELO, 2002, p. 17).

As razões injustificáveis que motivam a violência de gênero ancoram-se na estrutura patriarcal que delega aos homens o poder de controlar a vida das mulheres. Em geral, quando as mulheres descumprem alguma regra estabelecida por essa estrutura, o companheiro desencadeia a violência como forma de punir a vítima, como maneira corretiva para evitar a repetição da suposta violação. A negação da relação sexual também é um motivo bastante usado para perpetrar a violência, pois os cônjuges depositam na mulher a obrigação de cumprir com supostos ‘deveres matrimoniais’ mesmo contra sua vontade. Para além desses motivos, a relação das mulheres com afazeres domésticos se tornou tarefa exclusiva do gênero feminino e essa atribuição quando não cumprida também leva mulheres a serem agredidas.

Assim, Teles e Melo ao citar a pesquisa feita pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, apontam que:

[...] a prática da violência doméstica e sexual emerge nas situações em que uma ou ambas as partes envolvidas em um relacionamento não ‘cumprem’ os papéis e funções de gênero imaginadas como ‘naturais’ pelo parceiro. Não se comportam, portanto, de acordo com as expectativas e investimentos do parceiro, ou qualquer outro ator envolvido na relação (TELES; MELO, 2002, p. 9).

Mediante tais aspectos, percebe-se que muitas são as razões, apesar de descabidas, que são usadas como motivos para violentar mulheres no dia-a-dia, geralmente no ambiente doméstico, cometidas nas relações afetivas, claramente advindas de uma cultura historicamente machista que coloca a mulher em nível inferior e subordinado ao agressor.

Estas estruturas históricas que alicerçam as relações assimétricas entre mulheres e homens estão materializadas nos espaços sociais, na família, nas oportunidades de acesso a determinadas carreiras, nos salários desiguais, nos institutos escolares, nas legislações, nas injunções direcionadas aos usos que ambos os sexos fazem de seus corpos; enfim, estão embutidas na totalidade objetiva do mundo, assim como estão fortemente arraigadas nas identidades subjetivas, nos princípios de visão, nos esquemas interpretativos que os indivíduos e os grupos detêm a respeito dessa configuração hierárquica. (CÔRTEZ, 2012, p. 153).

Essa posição imposta às mulheres faz com que muitos atos de violência passem despercebidos pelas próprias vítimas devido a sua naturalização, tendo em vista que as mesmas, por vezes, concebem como normal e interiorizam a naturalização dessa situação chegando em alguns casos a se culpabilizar. É a chamada violência simbólica, definida por Pierre Bourdieu (2010), caracterizada por sua imperceptibilidade e sutileza, que se encapsula em situações cotidianas e são presentes nos discursos dominantes que agressores mantêm sobre as vítimas.

A violência simbólica se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceber ao dominante (e, portanto, à dominação) quando ele não se dispõe, para pensar sua relação com ele, mais de instrumentos de conhecimento que ambos têm em comum e que, não sendo mais que a forma incorporada da relação de dominação, fazem essa relação ser vista como natural (BOURDIEU, 2010, p. 47).

Essa violência é oriunda dos perpetradores da violência e em muitos casos, além de ser considerada normal no dia-a-dia, são reproduzidas até mesmo pelas vítimas, que chegam a ter discursos que defendem as atitudes do agressor, justificando assim as ações dos mesmos, e absorvendo algumas vezes a responsabilidade pela violência sofrida. Tal perversa dinâmica é fruto das relações de poder produzidas e reproduzidas nos processos de socialização, em diversas instituições sociais, em que a categoria social homens é estimulada a formar estratégias para deter o poder e exercer a autoridade sob as mulheres. Isso é denominado também por Bourdieu (2010) como dominação simbólica e se tornou um mecanismo da violência simbólica citada anteriormente.

Esse sistema simbólico carrega consigo uma ideologia de dominação construída e constantemente reproduzida na sociedade. Essa ideologia é naturalizada para que a violência

simbólica não seja percebida pelos (as) dominados (as) (SOUZA, 2014). Conforme Saffioti (2004b, p. 12) violência de gênero, inclusive em suas modalidades familiar e doméstica, não ocorre aleatoriamente, mas deriva de uma organização social de gênero que privilegia o masculino.

Também obscurece a compreensão do fenômeno da violência de gênero o raciocínio que patologiza os agressores. [...] O mecanismo da patologização ignora as hierarquias e as contradições sociais, funcionando de forma semelhante à culpabilização dos pobres pelo espantoso nível de violência de diversos tipos. Imputar aos pobres uma cultura violenta significa pré-conceito e não conceito. A violência de gênero, especialmente em suas modalidades doméstica e familiar, ignora fronteiras de classes sociais, de grau de industrialização, de renda *per capita*, de distintos tipos de cultura (ocidental *versus* oriental), etc. (SAFFIOTI, 1999, p. 87).

Partindo dessa perspectiva, a violência doméstica contra mulheres se sustenta utilizando as relações de poder em que homens usam como artifício a legitimidade social para realizar agressões, sejam elas física, psicológica, moral, patrimonial ou sexual contra as mulheres, culminando, muitas vezes, em feminicídio, conforme a Lei nº 13.104/15, a qual diz respeito ao homicídio de mulheres em razão de sua condição feminina. A lei tipificou o feminicídio como crime hediondo e foi sancionada pela ex-presidenta, Dilma Rousseff, no dia 09 de março de 2015.

Para desconstruir essa realidade constante que assombra a sociedade nos dias atuais é necessário que haja uma mudança de mentalidades – por meio da ressignificação de normas de gênero na cultura, nos meios de comunicação, nas redes sociais, na educação – tendo em vista que nesses locais as mulheres e homens apreendem os códigos hegemônicos de gênero para construir relações em que os direitos sejam distribuídos de maneira igualitária para ambas as partes e possamos viver em uma sociedade mais justa em que a liberdade seja um direito de todos (as) literalmente.

3.3 AÇÃO PROTAGONISTA DO MOVIMENTO FEMINISTA: ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO BRASIL

Tratar da violência é algo que afeta todas as estruturas sociais assim como a subjetividade dos indivíduos. De acordo com Minayo (2005, p. 25), “[...] a violência é um problema complexo e fortemente arraigado na cultura e na sociabilidade nacional [...]”. Assim, consideramos a violência como um ato nocivo decorrente da desigualdade humana, gerada por conflitos que resultam em ações que podem causar rupturas da integridade física, psíquica, sexual e moral da vítima. Para Saffioti (2004), apenas as integridades psíquica e moral não são palpáveis.

O fenômeno da violência é algo que atinge toda humanidade, no entanto, é fundamental ressaltar que, quando relacionada ao gênero, percebe-se que homens e mulheres são atingidos de forma diferenciada.

Não podemos diluir a violência de gênero, nos casos gerais de violência e, mais exatamente, na violência urbana. Enquanto o homem sofre a violência nas ruas, nos espaços públicos, em geral praticada por outro homem, a mulher sofre a violência masculina, dentro de casa, no espaço privado e seu agressor, em geral, é (ou foi) o namorado, o marido, o companheiro ou o amante (FERNANDES, 2003, p. 9).

A “violência contra mulheres” é um fenômeno histórico, socialmente construído, decorrente das desigualdades de gênero. Segundo Teles e Melo (2002, p. 19), essa expressão foi “[...] trazida à tona pelo movimento feminista nos anos 1970, por ser esta o alvo principal da violência de gênero [...]”. Assim, o movimento feminista em torno de todo o mundo teve um papel protagonista no enfrentamento à violência contra mulheres e foi a partir de muita luta que a violência doméstica e familiar “[...] vem ganhando espaço como uma das principais bandeiras dos movimentos de mulheres e feministas, avançando, também, como uma das questões levantadas por esses movimentos que têm recebido maior atenção por parte do Estado [...]” (TAVARES; SARDENBERG; GOMES, 2011, *online*).

Mesmo com vários avanços e conquistas, conviver com a violência se tornou algo constante na vida das mulheres, pois muitas são assassinadas diariamente sem nenhum pudor por parte dos agressores, visto que estes não se sentem intimidados pelas políticas públicas já implantadas no país. É diante desse cenário que no momento as mulheres têm buscado por meio de luta, uma vida sem violência.

De acordo com Côrtes, Alves e Silva (2015, p. 3), “Em pleno século XXI mulheres são assassinadas por serem mulheres e ainda são disseminados e legitimados argumentos para justificar violências e assassinatos, chegando-se ao extremo de culpabilização das mulheres pelas violências sofridas.” Infelizmente esse tipo de comportamento é recorrente e isso se dá mediante esquemas hegemônicos de gênero ainda predominantes nas relações sociais, no qual o masculino é quem detém uma parcela maior de força física e também poder sobre feminino caracterizando-o como seu objeto de dominação. Assim, foi atribuído e naturalizado uma posição social ao masculino em que este se torna agente de poder de violência (MINAYO, 2005). Este contexto associa-se a uma visão decorrente do presente e ainda predominante nos discursos e ações dos sujeitos na sociedade.

Se o pensamento feminista dos anos sessenta se ancorava numa ideia de um patriarcalismo universal, muitas vezes desistorizado, cada vez mais, contemporaneamente, o uso antropológico feminista do conceito de gênero, permite pensar a multiplicidade de lógicas e a complexidade das relações de poder e gênero.

Se gênero não é apenas poder, mas é instrumento simbólico de uma pluralidade de dimensões da vida social, gênero também é poder e também é violência. Poder e violência, assim como tantas outras dimensões afetivas e estéticas são atravessadas pela simbólica de gênero. (MACHADO, 2010, p. 94).

Esse papel de submissão que foi socialmente atribuído às mulheres é construído em torno da naturalização das diferenças, que por meio do acesso à informação podem ser ressignificadas. Esse lugar social ocupado por nós, mulheres, foi construído por uma ideologia que ultrapassa as questões biológicas e hierarquiza a posição do homem como superior e da mulher como inferior ao mesmo, levando mulheres a serem agredidas dentro da própria casa, nas ruas, em instituições públicas ou privadas, ou em qualquer lugar onde o agressor possa estar e cometer o crime sem nenhuma restrição ou temor devido a naturalização dessa conduta.

A violência engloba todos os atos que, por meio de ameaça, coação ou força, lhes infligem, na vida privada ou pública, sofrimentos físicos, sexuais ou psicológicos com a finalidade de intimidá-las, puni-las, humilhá-las, atingi-las na sua integridade física e na sua subjetividade (HIRATA *et al*, 2009, p. 271)

A naturalidade como e onde ocorrem esses tipos de violência é fruto da sociedade que sustenta o poder atribuído aos homens sobre o corpo das mulheres como se estas fossem objeto de posse exclusivo dos mesmos. De acordo com Espírito Santo (2008, p. 328), “Os problemas enfrentados hoje pelas mulheres têm raízes históricas e sociais, são vistos como naturais até por elas mesmas e, como tal, difíceis de serem combatidos.”

O androcentrismo também é responsável pela naturalização das desigualdades nas relações de gênero, advindas de uma cultura social onde os sujeitos masculinos detêm a posição de poder, condicionando a violência de gênero por meio da predominância do machismo presente em seu status de convivência. Essa visão coloca as mulheres e todos (as) aqueles(as) que não condizem com o padrão dominante, como por exemplo, os LGBTQI+s, como seres inferiores e dignos de serem violentados, pois são considerados anomalias.

[...] a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem legitimá-la. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos (BOURDIEU, 2012, p. 18).

Mediante tais aspectos, pode se dizer que o androcentrismo faz parte de uma cultura social ainda predominante, que aliada ao machismo promove a disparidade entre homens e mulheres e coloca o feminino em posição inferior.

O machismo pode ser compreendido como um conjunto de representações simbólicas, comportamentos e práticas aprendidos socialmente que reforçam relações de exploração, dominação e sujeição das mulheres em relação aos homens, em prol da

manutenção de uma ordem social sexista. Como sistema ideológico, o machismo oferece modelos de identidade para o masculino e o feminino, e, com base em um discurso sobre as diferenças biológicas e individuais, justifica a inferioridade das mulheres e a dominação masculina, legitimando, portanto, lugares sociais de maior privilégio e reconhecimento dos homens (BORGES, 2015, p. 213).

A violência contra mulheres, ou violência de gênero como alguns (as) autores (as) abordam (BRASIL, 2003; SAFFIOTI, 2004), começou a ter maior visibilidade por meio das reivindicações dos movimentos feministas que protagonizaram a luta contra a violência contra as mulheres e historicamente lutam pela implantação de políticas públicas específicas. Esses movimentos eram (são) compostos por grupos de mulheres que ao longo da história tem buscado romper barreiras e superar obstáculos enfrentados nas diversas instâncias, como, por exemplo, no espaço privado, no trabalho, na política, nas universidades, e em vários outros lugares em que as mulheres ainda estão em posição de exploração e invisibilidade social.

No desenvolvimento histórico da sociedade, precisamente a sociedade brasileira, as mulheres por meio de movimentos sociais têm buscado se mobilizar para conquistar direitos e justiça social, dinamizando ações antagonistas a estrutura dominante vigente. Essas mobilizações enquanto ações sociais, constituem um cenário de luta que foi ao longo dos anos proporcionando mudanças e alterando as pautas dos movimentos e os sujeitos envolvidos.

Bonan e Ferreira (2005) mostram alguns aspectos da trajetória de luta das mulheres no Brasil afirmando que:

Na história do Brasil, mulheres estiveram presentes em movimentações públicas e culturais desde as lutas coloniais. Mulheres Negras envolveram-se na resistência à escravidão e em movimentos abolicionistas; trabalhadoras da cidade e do campo participaram das primeiras lutas sindicais; mulheres de distintas classes instituíram uma agenda de emancipação feminina desde o século XIX, exigindo direito ao trabalho, à propriedade e à herança, à educação, à criação artística e literária, à participação política e ao voto feminino – conquistado finalmente em 1932. (BONAN; FERREIRA, 2005, p. 29)

O feminismo é caracterizado como movimento social de mulheres que lutam por direitos e garantias que possibilitem e estabeleçam a igualdade de gêneros na sociedade. Este procurou através de sua prática “[...] superar as formas de organização tradicionais, permeadas pela assimetria e o autoritarismo [...]” (ALVES; PITANGUY, 2007, p. 8). A partir desse movimento, as mulheres foram colocadas “[...] no centro do debate político e científico da modernidade, trazendo à visibilidade sua constituição como sujeito e objetos de análise [...]” (MATOS, 2015, p. 150).

Nessa perspectiva, o feminismo se tornou um “[...] campo de produção de conhecimento fortemente teorizado e disputado e mesmo uma visão emancipatória de mundo [...]” (MATOS, 2015, p. 150) proporcionando às mulheres várias conquistas, inclusive no tocante a luta contra

a violência. Os movimentos feministas foram os principais atores em direção à publicização e desnaturalização da violência contra as mulheres.

De acordo com Ferreira (2011), os movimentos feministas no Brasil renascem na década de setenta articulados com as lutas pela Anistia e pela Abertura Política. Inicialmente, as ações dos grupos estavam concentradas no eixo São Paulo e Rio de Janeiro, e posteriormente foram se irradiando para as demais áreas do país, abrangendo assim os Estados do Nordeste, Sul, Norte e Centro Oeste.

Enquanto na Europa e EUA o cenário era propício para o surgimento de movimentos que lutassem por identidade, no Brasil, a década de 1960 foi violenta, pois, a partir do Golpe Militar em 1964, se inicia a ditadura militar. Neste cenário vivenciado no país aconteceram as primeiras manifestações feministas, na década de 1970, no qual houve debates relacionados ao tema e um movimento feminino pela anistia ocorrido em 1979 (PINTO, 2010). Embora as narrativas hegemônicas sobre a história do campo de estudos sobre mulheres, gênero e feminismos no Brasil ter como foco os estudos produzidos na região Sudeste do país, trazendo produções realizadas em São Paulo e Rio de Janeiro, cabe ressaltar que no Nordeste, mais precisamente na Bahia, já havia uma socióloga pioneira em investigações sobre mulheres, chamada Zahidé Machado Neto, e um Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM) criado na Universidade Federal da Bahia, no início dos anos 1980 (GROSSI; BONETTI, 2018). Assim, ressalta-se a importância também das narrativas de outros (as) autores (as) das diversas regiões do país como fonte de pesquisa para essas questões.

Partindo para a história do movimento feminista, este foi sendo constituído de várias fases ou gerações conhecidas como “ondas do feminismo”. Essas ondas são recortes sobre as reivindicações das mulheres⁸, que ocorreram em épocas distintas, construídas conforme as necessidades políticas, o contexto material e social e às possibilidades pré-discursivas de cada tempo (SCOTT, 1986 apud NARVAZ; KOLLER, 2006).

Todavia, cabe relativizar a questão das ondas e ressaltar que alguns movimentos de mulheres negras, por exemplo, lançam críticas à essas ondas do movimento feminista hegemônico por estas não contemplarem todas as formas de manifestações das mulheres, como por exemplo, “[...] o caso das mulheres indígenas, quilombolas, trabalhadoras/operárias e também as negras [...]” (BARBOSA, 2016, p. 8). As “[...] feministas negras questionaram os

⁸ A periodização por ondas divide a história do feminismo brasileiro em três fases. A primeira onda refere-se às reivindicações pelo direito ao voto no século XIX. A segunda onda do feminismo brasileiro esteve ligada à luta contra a ditadura nos anos 1970. A terceira onda, que teve início na década de 1990, é marcada pela desconstrução do conceito de gênero (PINTO, 2003).

desdobramentos dessa construção de identidade de mulher - e, por consequência, da pauta do feminismo - a partir da experiência das brancas [...]” (MIGUEL, 2014, p. 85). De qualquer forma, com vista a historiar o movimento será utilizada a divisão por ondas, mas considerando que as mulheres negras foram e são atuantes no processo de construção do movimento feminista brasileiro.

A redução da categoria mulher a uma identidade única e fixa ao qual o feminismo tradicional hegemônico se remetia foi uma das questões motivadoras para o surgimento de um feminismo negro tanto norte-americano quanto brasileiro.

De acordo com Miura (2017), as mulheres negras na luta contra o machismo e o racismo participavam de dois grandes movimentos sociais hegemônicos - movimento feminista e o movimento negro - porém percebiam que em ambos movimentos suas causas e demandas eram colocadas como secundárias pelos militantes.

No movimento feminista hegemônico, as demandas das mulheres negras também não eram prioridade nas pautas, como por exemplo:

[...] a busca pelo direito ao aborto, enquanto as mulheres brancas lutavam pela sua concretização, as mulheres negras ainda lutavam pelo direito a terem seus filhos, posto que nos hospitais ocorria a esterilização forçada destas, com objetivos eugenistas e higienistas. Outra pauta específica das mulheres negras é que o Estado, através da polícia, pare de matar seus filhos. (MIURA, 2017, p. 2)

O feminismo negro emergiu como um esforço teórico e prático de demonstrar que raça, gênero e classe são inseparáveis nos contextos sociais em que vivemos. Na época do seu surgimento, com frequência pedia-se às mulheres negras que escolhessem o que era mais importante, o movimento negro ou o movimento de mulheres. A resposta era que a questão estava errada. O mais adequado seria como compreender as intersecções e as interconexões entre os dois movimentos. (DAVIS, 2018, p. 21).

De acordo com Barbosa (2016) e Moreira (2007), foi a partir do III Encontro Feminista Latino-americano em 1985, ocorrido em Bertioga que emerge a organização atual de mulheres negras com expressão coletiva com o intuito de ter visibilidade política no campo feminista. Foi a partir de então que surgem na época os primeiros Coletivos de Mulheres Negras e acontecem Encontros Estaduais e Nacionais de Mulheres Negras no país.

Lélia Gonzalez (1988, p. 135), reconhecida como um dos maiores nomes do feminismo negro brasileiro, reconhece a importância do feminismo para as lutas e conquistas das mulheres, porém, critica “o esquecimento” do racismo, por parte das feministas brancas em suas pautas, considerando isso como um reflexo de “uma visão de mundo eurocêntrica e neocolonialista da realidade”. A autora é responsável, através de suas obras, por influenciar na organização dos movimentos de mulheres negras, buscando contribuir para a descolonização do feminismo e a valorização de saberes subalternos para que possam ser elaboradas teorias feministas que “[...]”

dialoguem mais proximamente com as mulheres negras, lésbicas, brancas pobres e indígenas, teorias cúmplices da ação política, nascidas de experiências particulares.” (CARDOSO, 2014, p. 984).

Assim, compreende-se, a partir do exposto, que o feminismo negro sempre existiu, porém as histórias das mulheres negras eram invisibilizadas devido ao processo de exclusão e opressão que combina elementos do racismo, machismo e dos preconceitos de classe. Foi objetivando trazer para a cena política as contradições resultantes das articulações dessas variáveis que as mulheres negras levantaram suas bandeiras reivindicatórias enegrecendo as reivindicações das mulheres brasileiras, se fazendo representáveis por meio do movimento feminista negro no Brasil.

Os movimentos feministas tiveram uma diversidade de discursos e de manifestações de práticas paralelas. Além das ondas, vertentes surgiram para dar conta da multiplicidade de identidades defendidas dentro desses movimentos (BARBOSA, 2016). Assim, corrobora-se com Soares (1994) ao afirmar que para compreender de forma mais global o movimento de mulheres no Brasil é necessário levar em consideração os marcadores sociais de gênero, raça, orientação sexual, classe e regionalidade.

A **primeira onda** do feminismo, também chamada de **sufragismo** (se estruturou na Inglaterra, na França, nos Estados Unidos da América (EUA) e na Espanha), representa o surgimento do movimento feminista “como movimento liberal de luta das mulheres pela igualdade de direitos civis, políticos e educativos, direitos que eram reservados apenas aos homens.” (NARVAZ; KOLLER, 2006, p. 649). Ocorrida nas últimas décadas do século XIX, esta onda destaca-se, principalmente, pela reivindicação de direitos iguais à cidadania, onde o primeiro deles seria o direito ao voto. Mediante reivindicações das *sufragets* (como ficaram conhecidas as mulheres do sufragismo) resultou na conquista pelo direito ao voto em 1918 no Reino Unido (PINTO, 2010).

No Brasil, a **primeira onda** também foi marcada por mulheres de vários cantos do país, reivindicando participação eleitoral, em busca do direito de votar e de se candidatarem aos cargos políticos.

Das pioneiras sufragistas na qual se destaca Bertha Lutz, em São Paulo, Leolinda Dalton na Bahia, Eneida de Moraes no Pará e Violeta Campos, no Maranhão, muitas mulheres no início do Século XX deram um novo sentido a história ao mostrar os acontecimentos a partir de suas vivências, lutas e que estas vivências traduzem uma forma de retratar os fatos de cada momento do presente. (FERREIRA, 2011, p. 3).

O Partido Feminino Republicano, partido político foi fundado e idealizado em 1910 por um grupo de 27 mulheres de diferentes posições sociais lideradas por Leolinda de Figueiredo

Daltro, que buscou integrar as mulheres na vida política e pública. A Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF) também foi um marco na luta das mulheres, pois se tornou a maior expressão do feminismo na época, tendo como organizadora a bióloga e cientista renomada Bertha Lutz, uma mulher ligada ao movimento de mulheres que se destacou por seu espírito de liderança e se manteve ativa até seus últimos dias de vida. Assim, a conquista dos direitos reivindicados, ou seja, a inserção da mulher na vida política se deu em 1932, quando o então presidente Getúlio Vargas promulga o Novo Código Eleitoral Brasileiro após pressões das mulheres, e o direito ao voto é conquistado pelas brasileiras (PINTO, 2003).

Paralelo a esse movimento liberal defendido por mulheres pequeno-burguesas (MOREIRA, 2007), destaca-se o movimento das operárias (costureiras, chapeleiras) que reivindicavam igualdade salarial entre mulheres e homens e uma jornada de trabalho igualitária. Era o chamado feminismo socialista ou feminismo de classe, que teve influência do movimento anarquista europeu, e questionava a opressão masculina sobre as mulheres nas fábricas e a situação de exploração que elas sofriam decorrente das relações de gênero. Elas lutavam pela emancipação da mulher na sociedade, pelo reconhecimento das desigualdades específicas das mulheres nas fábricas, pelas diferenças de opressão sofridas pelas classes subalternizadas. Enquanto as sufragistas lutavam pela inclusão da mulher no cenário político, as anarquistas enxergavam as diferenças, a opressão capitalista e a exploração da mulher no ambiente de trabalho, assim, elas lutavam pelo nivelamento dos direitos entre homens e mulheres, buscando igualdade e progresso (PINTO, 2010).

O movimento feminista dessa onda se expressou de diferentes formas e ideologias, e o direito ao voto foi a principal conquista das mulheres nessa fase, no entanto, percebe-se que esse feminismo dito tradicional⁹ em sua maioria aborda as mulheres brancas e de classe alta como personagens principais e reduz a categoria mulher a uma identidade fixa e única, (MALTA; OLIVEIRA, 2016) desconsiderando a luta das mulheres negras.

No contexto histórico da primeira onda do feminismo, as mulheres negras eram apagadas da história do movimento assim como suas específicas demandas não eram incluídas nas reivindicações, visto que as mulheres negras ocupavam um lugar oprimido pelas próprias feministas, que eram mulheres brancas de classes sociais abastadas, de forma majoritária. (BARBOSA, 2016, p. 34).

Essas primeiras manifestações foram o pontapé inicial para inserção da mulher na luta por direitos e inserção na sociedade. E mesmo com uma parcela mínima de aceitação na

⁹ O Feminismo tradicional é caracterizado por Moreira (2007) como um espaço de lutas por igualdade de direitos comandados por mulheres brancas, de classe média alta e intelectualizadas.

sociedade enquanto cidadãs civis, as mulheres negras usufruíram desse momento de luta de forma mais ativa.

Após um breve recuo do movimento feminista com a conquista do voto, na década de 1960 o movimento renasce com força total na Europa, EUA e Brasil como movimento radical que além de reivindicar o espaço da mulher na sociedade buscou a liberdade e autonomia sobre sua vida e seu corpo questionando a dominação masculina. Essa era a chamada **segunda onda** do feminismo (PINTO, 2010).

No intervalo de tempo de trinta anos (1930 a 1960) entre a primeira e segunda onda, um grande marco ocorreu, que foi a escrita e publicação do livro de Simone de Beauvoir em 1949. Esse livro, segundo Pinto (2010) foi fundamental para as mulheres, pois a autora estabeleceu uma das máximas do feminismo afirmando que “não se nasce mulher, se torna mulher”. Essa afirmativa é discutida e utilizada veementemente nos dias atuais com grande consideração das pesquisadoras que trabalham com o conceito gênero, visando explicitar a desnaturalização dos comportamentos, habilidades e potencialidades de mulheres e homens.

No período da ditadura militar no Brasil, as feministas eram opositoras ao regime e sofriam repressões por estarem presentes em um território político, considerado extremamente masculino. A essas mulheres eram atribuídas o papel de indivíduos desviantes, pois sua presença subvertia os valores estabelecidos, visto que estas deviam ocupar apenas o espaço privado. As causas específicas das mulheres defendidas pelas militantes nesse contexto da ditadura, eram consideradas inoportunas, inconvenientes e divisionistas, como por exemplo, sexualidade, contracepção, aborto, dupla jornada de trabalho e a discriminação econômica, social e política (COLLING, 2015).

De acordo com Colling (2015, p. 377), “A ação política da mulher no período da ditadura militar se dá, portanto, em duas frentes – na luta contra a repressão e na luta contra as desigualdades entre homem e mulher, respeitando as diferenças existentes.” Para Sarti (2004) essa repressão submeteu as mulheres militantes a uma forma específica de violência, onde estas foram atingidas não apenas sexualmente, mas também por meio de manipulação do vínculo entre mãe e filhos (as).

Muitas grávidas sofreram abortamentos forçados durante as sessões de tortura. Em outros casos, eram aplicados choques elétricos em seus órgãos genitais, com ameaças de que não conseguiriam mais engravidar, foram estupradas por vários agentes do estado. Nem as crianças eram poupadas do terror: algumas mulheres foram torturadas em frente a seus filhos ou foram impedidas de amamentá-los. Crianças também foram torturadas física e psicologicamente para atingir suas mães. (MEMÓRIAS DA DITADURA, *online*).

A década de 1970 foi declarada pela Organização das Nações Unidas (ONU) como década da mulher, e o ano de 1975 se tornou histórico, pois foi reconhecido como Ano Internacional da Mulher trazendo várias conquistas para as mulheres tanto no âmbito nacional quanto internacional, sendo incentivado a criação de novos grupos de militantes. Este cenário foi bastante propício para dar visibilidade ao movimento feminista, pois alguns grupos políticos de mulheres atuavam na clandestinidade e após esse momento passaram a existir abertamente, como por exemplo, o Brasil Mulher, o Nós Mulheres, o Movimento Feminino pela Anistia, entre outros (SARTI, 2004).

Assim, ainda no ano de 1975, foi criado o Movimento Feminino pela Anistia, que era contra as arbitrariedades do governo militar. Nesse movimento mulheres saíram nas ruas para denunciar prisões, torturas, assassinatos e desaparecimentos dos atingidos pela repressão (COLLING, 2015).

Ainda na segunda onda, além das preocupações sociais e políticas, começam a ser construídos debates entre militantes e estudiosas e fomenta-se a produção e problematização do conceito de gênero. Nesta onda ressurgiu o movimento feminista contemporâneo com expressão não só através de protestos públicos, mas também por meio de produção intelectual, como publicações de livros, revistas, jornais, etc. É nesse contexto que militantes feministas levam para o interior das universidades questões relacionadas a sua mobilização durante a participação no movimento através da paixão política e fez com que surgisse os estudos de mulheres (LOURO, 1997).

A **terceira onda** do feminismo teve início nas últimas décadas de 1980 e início da década de 1990 buscando preencher algumas lacunas existentes nas ondas anteriores. Nessa onda a proposta estava concentrada na análise das diferenças, da alteridade, da diversidade e da produção discursiva da subjetividade, onde os estudos sobre as mulheres são substituídos para o estudo das relações de gênero (NARVAZ; KOLLER, 2006). As mulheres deixam de ser vistas como todas iguais entre si, “[...] pois sofrem as consequências da diferença de outros elementos, tais como raça, classe, localidade ou religião [...]” (SIQUEIRA, 2015, p. 338).

No Brasil, a terceira onda do feminismo foi vivenciada por meio de alguns marcos significativos para a história desse movimento, como, por exemplo, a organização de vários grupos de diversas regiões do país que tratavam de temas como: “[...]violência, sexualidade, direito ao trabalho, igualdade no casamento, direito à terra, direito à saúde materno-infantil, luta contra o racismo, opções sexuais.” (PINTO, 2010, p. 17). A partir do contato próximo desses grupos com movimentos de mulheres populares, foi possível ter uma nova percepção, discursos e ações não só voltadas para a classe média de mulheres brancas intelectualizadas como nas

ondas anteriores e passa essa onda a destacar dentro do movimento feminista os grupos de mulheres negras, lésbicas ou trabalhadoras rurais. Dessa forma, passa a ser reconhecida nitidamente, as pluralidades das mulheres (COSTA, 2009).

4 POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES

Neste capítulo apresentamos um resgate da implantação das políticas públicas de enfrentamento à violência contra mulheres abordando primeiramente tal processo em âmbito nacional, ou seja, no Brasil, e posteriormente, discorremos sobre como ocorreu a implantação no estado da Paraíba. Em seguida, focaremos nas Casas Abrigo enquanto equipamento de execução da política pública, considerada como refúgio para mulheres garantirem a sua vida. Destacamos a importância de tratar de forma direcionada a Casa Abrigo, tendo em vista que esta é o universo deste estudo e que, o desconhecimento de suas ações e funcionamento pode levar uma mulher a morte, ou seja, ao feminicídio.

4.1 IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES NO BRASIL

Os movimentos feministas foram protagonistas do processo de implantação das políticas públicas em defesa das mulheres vítimas de violência doméstica no país no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, por meio de iniciativas de mulheres com uma multiplicidade de identidades. Essa era uma luta pelo fim da opressão feminina e a busca pelo direito à cidadania das mulheres para que “[...] a discriminação e a violência impingida contra as mulheres tivessem visibilidade social, e deixasse de ser compreendido como um problema da vida privada [...]” (BIGLIARDI; ANTUNES; WANDERBROOKE, 2016, p. 269).

Por meio de vários encontros, as mulheres se reuniam para elaborar estratégias, visando solucionar algumas causas específicas, entre as quais, a violência contra mulheres, o principal motivador de manifestações das feministas. Esse processo de interação entre elas se deu através de Organizações Não Governamentais (ONGs) no intuito de prestar serviços de atendimento, levando conhecimento e possibilitando que a informação chegasse a um número cada vez maior de mulheres. Assim foi criado o SOS Mulher como primeiro serviço de atendimento às mulheres vítimas de violência, pensado pelas idealizadoras no final da década de 1970, em um momento que o Brasil estava em processo de luta pela redemocratização, iniciando as primeiras discussões sobre o tema. Esse serviço se caracterizava como canal de atendimento, onde as mulheres podiam se expressar externalizando a situação de violência que viviam no ambiente doméstico (SILVEIRA, 2006).

O SOS Mulher era um grupo de feministas que prestavam assistência social, psicológica e jurídicas às mulheres em situação de violência doméstica “[...]sobre a dominação masculina, bem como chamar a atenção da sociedade para um problema que, naquela época, era

considerado privado e ‘normal’. As feministas viam a criminalização como uma medida entre outras para acabar com a violência contra mulheres [...]” (SANTOS, 2008, p. 9).

Devido a alguns fatos ocorridos na época, como denúncias de violência e o assassinato de algumas mulheres por seus maridos, o processo de planejamento do serviço foi adiado tendo em vista a necessidade de atender a demanda já existente, e assim adiantou-se o processo de implantação do primeiro SOS Mulher do Brasil, lançado em 10 de outubro de 1980. Essa foi uma ação desenvolvida e mantida pelas próprias feministas da época, na qual as principais demandas das mulheres que buscavam apoio no SOS se referiam à falta de emprego, moradia, alimentação e creche (SILVEIRA, 2006).

Quando criado, foi possível perceber o tamanho do problema que seria enfrentado e a demanda que esse serviço iria atender. O contato com as mulheres naquele primeiro momento mostrava a magnitude do desafio que seria trabalhar com essa problemática (SILVEIRA, 2006).

Segundo Côrtes (2012, p. 156) “Os SOS funcionavam de forma autônoma através de plantões de reflexão, campanhas públicas sobre violência e prestação de serviços (informações dos direitos e orientação jurídica gratuita) para mulheres em situação de violência.” Muitas foram as tentativas de prosseguir com o serviço oferecido por parte da equipe que estava à frente do projeto, todavia, devido a questões estruturais, econômicas, o encerramento das atividades foi inevitável. Apesar de sua extinção, os centros de referência conseguiram recuperar esse tipo de serviço no final da década de 1980, passando a oferecer uma escuta qualificada e multidisciplinar para as mulheres que recorriam ao órgão. Cabe salientar a importância do SOS, pois o mesmo deu o pontapé inicial para o desenvolvimento de outros serviços que atendessem mulheres vítimas de violência (SILVEIRA, 2006).

Várias campanhas e slogans foram criados na época para enfatizar a importância de se discutir o fenômeno da violência contra as mulheres e pressionar o Estado a punir os agressores e não omitir casos desses tipos, como:

Nosso corpo nos pertence! Quem ama não mata! O pessoal é político! São motes que mobilizam corpos, corações e mentes e que ainda ressoam nas gerações feministas mais novas. A vida cotidiana está em transformação. Discute-se o divórcio, a violência doméstica, a sexualidade, o aborto, o estatuto civil das mulheres. (BONAN; FERREIRA, 2005, p. 29, grifo das autoras).

Para além disso, movimentos se articularam internacionalmente a fim de que fosse inserido nos debates políticos discussões sobre as assimetrias de gênero existentes nas relações familiares, e fosse construído uma agenda política alicerçada em princípios de igualdade e de equidade entre gênero (SOCIAL WATCH REPORT, 2004).

Lia Zanotta Machado (2016) destaca alguns marcos internacionais importantes, realizados na década de 1990, na qual movimentos feministas brasileiros e regionais latino-americanos se articularam e se consolidaram, desenvolvendo ações diante do Estado brasileiro e dos debates e desafios das conferências mundiais e regionais, que resultou no reconhecimento e consolidação dos direitos das mulheres, revertidos para decisões de ações em prol de políticas públicas nacionais, como mostra o Quadro 1.

Quadro 1 - Dinâmica da movimentação feminista brasileira em prol dos direitos das mulheres no âmbito de instituições intergovernamentais nos anos noventa.

Ano/cidade	Ações dos movimentos feministas	Resultados
1993/Viena (Áustria)	Preparação da II Conferência Mundial sobre Direitos Humanos.	Declaração de Viena que explicitou que os direitos à diversidade cultural não podem prevalecer se contrários aos direitos humanos das mulheres à não violência.
1994/Cairo (Egito)	Participação na Conferência de Cairo sobre População e Desenvolvimento.	Consolidação dos direitos humanos sexuais e reprodutivos das mulheres nas mais diferentes sociedades e culturas.
1994/Belém do Pará (Brasil)	Preparação da Convenção Interamericana para Prevenir, Sancionar e Erradicar a Violência contra a Mulher	Estimulou a produção de novas redes feministas latino-americanas e legislações na região.
1994/Mar Del Plata (Argentina)	Fórum das ONG de América Latina e do Caribe	Elaboração de propostas e negociações com distintos governos.
1994/Mar Del Plata (Argentina)	VII Conferência Regional de América Latina e do Caribe	Preparativos para IV Conferência Mundial sobre a Mulher em Beijing
1995/Beijing (China)	IV Conferência Mundial sobre a Mulher	Declaração e Plataforma de Ação de Pequim que consagrou três inovações dotadas de grande potencial transformador na luta pela promoção da situação e dos direitos da mulher: o conceito de gênero, a noção de empoderamento e o enfoque da transversalidade. Foram estabelecidas 12 áreas de

		preocupação sobre os direitos de mulheres e meninas.
--	--	--

Fonte: Adaptado de Machado (2016).

Percebe-se que nos anos noventa ocorreu uma forte relação e articulação entre os movimentos feministas brasileiros e regionais latino-americanos protagonizaram ações que contribuíram para o cenário das políticas públicas para as mulheres no Brasil e no mundo. Para além disso, Machado (2002, p. 3) destaca que

[...] foi a denúncia do caso extremado do poder de vida e de morte dos homens sobre suas mulheres, a tônica capaz de repercutir na opinião pública e nas elites políticas da época. A repercussão dos homicídios conjugais de homens contra suas companheiras deu origem a mobilizações feministas com a criação de centros e da Comissão de Violência contra a Mulher. Alguns grupos feministas passam a constituir grupos de SOS, oferecendo serviços dirigidos ao atendimento das mulheres vítimas de violência.

Muito esforço foi depositado para que os serviços de atenção a mulheres vítimas de violência fossem de fato implantados, e em condições precárias de funcionamento, a falta de apoio institucional e de recursos era um dos impasses que impossibilitavam a efetivação dessas iniciativas e fragilizavam os serviços criados. Todavia, a criação dos diversos serviços de atendimento contribuiu consideravelmente para dar visibilidade ao fenômeno da violência contra as mulheres (SILVEIRA, 2006).

A violência doméstica ocorre numa relação afetiva, cuja ruptura demanda, via de regra, intervenção externa. Raramente uma mulher consegue desvincular-se de um homem violento sem auxílio externo. Até que isto ocorra, descreve uma trajetória oscilante, com movimentos de saída da relação e de retorno a ela. Mesmo quando permanecem na relação por décadas, as mulheres reagem à violência, variando muito as estratégias. A compreensão deste fenômeno é importante, porquanto há quem as considerem não-sujeitos e, por via de consequência, passivas. (SAFFIOTI, 1999, p. 85)

A conquista de políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres no Brasil se deu mediante mobilização feminista e muita pressão dos movimentos sociais que se fortaleceram na década de 1980. Esse foi um período pós ditadura, após mulheres no auge do regime ditatorial irem às ruas como oposição ao governo, na luta contra a ordem social, política e econômica (COSTA, 2005). A década de 1980 representou avanços na luta das feministas, trazendo novos dilemas após terem obtido mais visibilidade durante a ditadura militar. As feministas começaram a reivindicar a criação de um mecanismo de Estado voltado para a implementação de políticas para mulheres resultando na criação do primeiro Conselho Estadual da Condição Feminina (CECF), fundado no Estado de São Paulo em 1983, pioneiro e utilizado como modelo para criação de outros conselhos dessa mesma funcionalidade por todo país

(TAVARES; SARDENBERG; GOMES, 2011). Posteriormente criado no âmbito Federal, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher- CNDM, instituído pela Lei nº 7.353/1985 no ano de 1985, vinculado ao Ministério da Justiça, se tornando a instância reguladora das políticas públicas para as mulheres no Brasil e em 2003 o CNDM passou a integrar a Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres (SPM) (CAVALCANTI; OLIVEIRA, 2017; SEIXAS, 2008).

O CNDM foi responsável por articular várias campanhas e eventos em todo o país em apoio às mulheres. Este se tornou responsável por promover e monitorar a criação e manutenção de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher - DEAMs e de Casas-Abrigo (BRASIL, 2004). Além disso, cabe ressaltar que a articulação entre o Conselho Nacional, o Conselho Estadual e a bancada feminina presente no Congresso Nacional, foi fundamental para instituir na Constituição Federal Brasileira, promulgada em 1988, mais um dos grandes marcos na conquista jurídica para as mulheres, pois no artigo 226, §8º do texto constitucional, está disposto que: “O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações”. De acordo com Seixas (2008) essa conquista foi um pontapé para que a legislação brasileira passasse a incorporar avanços relacionados ao enfrentamento à violência contra mulheres no país.

No tocante ao enfrentamento à violência contra as mulheres pelo viés punitivo, a Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) foi a primeira política pública especializada no atendimento multidisciplinar de mulheres em situação de violência, implantada no Brasil na década de 1980 e que se multiplicou de forma considerável no país (GREGORI, 2006; SILVEIRA, 2006). Também chamada de Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher (DEAMS), estas foram propostas pelo Conselho da Condição Feminina de São Paulo, mediante reivindicações feministas na luta pela criação de um órgão específico para casos de violência contra mulher tendo em vista o “[...] descaso do sistema policial e de justiça no tratamento da violência contra a mulher [...]” (BANDEIRA, 2014, p. 452). De acordo com Silveira (2006) as Delegacias comuns não eram adequadas para atender essas particularidades de casos, pois as vítimas quando resolviam fazer a denúncia eram discriminadas pela condição que as levava a procurar auxílio policial e suas queixas eram desqualificadas. O tratamento a que eram acometidas tornavam a situação ainda mais difícil e constrangedora. Foi mediante tal situação que no ano de 1985 o Brasil foi o berço da primeira Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher por meio do decreto n. 23.769 em 6 de agosto de 1985, no Estado de São Paulo, com reconhecimento nacional e internacional (SILVEIRA, 2006). Uma experiência pioneira que representou uma “revolução simbólica”, conforme afirma Machado (2010, p. 23).

Embora as delegacias tenham como objetivo responder a todas as formas de violência contra a mulher, como a violação sexual, foi a publicização dos homicídios femininos e da contínua absolvição de confessos responsáveis pela morte de suas companheiras, o deflagrador da sua criação. (MACHADO, 2002, p. 3)

Após mais de 30 anos de funcionamento, as delegacias se tornaram um espelho de visibilidade dos inúmeros casos de violência sofridos pelas mulheres. No entanto, o número de queixas registradas nestas Delegacias não retrata exatamente a redução ou o aumento do índice desse tipo de violência no Brasil, pois existem alguns fatores que podem ser caracterizados como obstáculos na análise desses crimes e na efetividade da justiça na resolução dos casos (PASINATO, 2005).

Uma das explicações para o fato de que algumas mulheres procuram a delegacia de polícia e outras não se refere as diferentes percepções que possuem sobre os eventos e sua classificação como crime dependendo, entre outros fatores, de suas condições sociais, econômicas, do acesso à informação e da educação que receberam (considerando-se neste caso a diferença entre escolarização e socialização, embora ambas estejam pautadas por um processo de educação diferenciada de gênero) (PASINATO, 2005, p. 89).

Constituídas de um ambiente predominantemente feminino, criado por e para as mulheres, as DEAMs segundo Gregori (2006) são montadas para compor um ambiente acolhedor e de acolhimento, para que as vítimas se sintam menos desconfortáveis. Seu quadro funcional é composto por delegadas e agentes policiais mulheres, capacitadas para atuar no contexto da violência contra as mulheres de forma a desempenhar um trabalho eficaz junto a causa de cada vítima (BANDEIRA, 2014).

Assim, as DEAMs se tornaram palco de relatos de vivências de mulheres que vão em busca de ajuda, apoio e abrigo, mediante seu estado psicológico e social. Apesar da importância social, as delegadas que atuam nas DEAMs lidam com muitos desafios, e um deles é o preconceito da própria polícia para com esses órgãos, pois tratam como inferior às delegacias tradicionais por atender apenas casos de mulheres e seu corpo de profissionais ser predominantemente composto por mulheres. Isso mostra que mesmo em setores em que deveria haver compreensão e união na luta por causas importantes, como por exemplo, a violência contra as mulheres, o machismo e a desigualdade social persistem.

De acordo com Pasinato (2004, p. 4) as DEAMs “[...] constitui-se num importante espaço de fortalecimento das mulheres diante das situações de violência [...]”. Para tanto, os (as) profissionais que atuam nesse ambiente precisam estar preparados (as) para receber esse público, pois a informação disseminada nesse órgão e o tratamento das vítimas influem na decisão da vítima em fazer ou não a denúncia (BANDEIRA, 2014; MACHADO, 2002).

No processo de diálogo que se segue à queixa-denúncia, há sempre a oferta de informações sobre o significado do ato de vir trazer uma denúncia à delegacia: a

queixa pode ser transformada em acusação de exercício de ato criminoso. Os efeitos desta informação não dependem apenas do seu conteúdo, mas também da forma de sua enunciação e entonação. Conforme sua enunciação, e não só seu conteúdo, esta informação pode propiciar a transformação da queixa em registro e posterior inquérito policial ou pode desencadear um momento do bloqueio da queixa, e o registro não é feito. Aconselhamentos e encaminhamentos diversos podem ou não ser feitos durante ou depois deste desfecho. Assim a interlocução entre agentes e usuárias é um evento crítico que define o nascimento ou a morte de um eventual processo de queixa-crime. (MACHADO, 2002, p. 9).

Compreende-se então que a forma como as mulheres são recebidas, o processo de escuta e compreensão entre os (as) profissionais da Delegacia e as usuárias torna-se crucial para o registro da ocorrência e direcionamento da vítima. Dessa forma, a mediação da informação passa a ser um ponto chave para definir as medidas a serem tomadas com relação a cada vítima.

Os Centros de Referência se configuram como outro serviço da rede de atendimento às mulheres vítimas de violência inspirados no SOS e desenvolvidos para promover a “escuta” da violência, de forma integral, e realizar orientações e encaminhamentos das vítimas aos órgãos cabíveis e necessários. No âmbito desse órgão são oferecidos atendimento psicológico, social e jurídico, tanto individual quanto em grupo, a fim de intervir no ciclo de violência (BRASIL, 2006; SILVEIRA, 2006).

Segundo Silveira (2006) os Centros de Referências não eram reconhecidos e considerados alvo de investimentos como as DEAMS, porém, em 2003 o Programa de Prevenção, Assistência e Combate à Violência contra a Mulher, lançado pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres começou a dar visibilidade aos órgãos em termos de política nacional. Os Centros de Referência são unidades informacionais que objetivam promover o rompimento da situação de violência e a construção da cidadania das mulheres (BRASIL, 2006b; CÔRTEZ, 2012). Nesses órgãos, as mulheres buscam um caminho para romper a relação de violência e são contempladas com orientações e apoio de uma equipe multidisciplinar responsável por contribuir para o fortalecimento e empoderamento dessas mulheres, para que estas possam ressignificar as relações de poder hegemônicas em que estão inseridas.

Os órgãos das políticas antiviolência, assim como os profissionais que atuam nessa luta, enfrentam muitas dificuldades, pois os recursos disponibilizados para essa finalidade são limitados e não permitem a execução de medidas necessárias para garantir a subsistência da mulher fora da esfera da violência. De acordo com Silveira (2006) a articulação da rede possui algumas fragilidades, como por exemplo, respostas limitadas dos serviços policiais e jurídicos que dizimam as possibilidades de um desfecho rápido nos casos de violência, comprometendo a segurança e a preservação dos direitos das mulheres. A autora Lourdes Bandeira (2014)

também corrobora com Silveira (2006) sobre as dificuldades e os desafios enfrentados por esses serviços, porém ressalta que o maior deles é a qualificação adequada dos/as agentes públicos/as, pois estes (as) devem ser responsáveis por “[...] perceber os processos de opressão a partir dos grupos vulneráveis, assim como dos mecanismos concretos que introduzem e reproduzem as desigualdades de gênero.” (BANDEIRA, 2014, p. 453).

Para além dos Centros de Referência, existem as Casas-Abrigo. Essas casas mantêm uma estreita relação com os Centros, pois os mesmos são responsáveis muitas vezes por encaminhar a vítima para o abrigo em busca de protegê-las de seus respectivos agressores e garantir a segurança de sua vida e de seus acompanhantes.

Nos últimos 30 anos, a criação e desenvolvimento dos diversos serviços voltados para a questão da violência se tornaram canais de acesso para o atendimento de mulheres em situação de violência doméstica no Brasil. A interação e articulação entre esses serviços visando construir parcerias para desenvolver um trabalho de assistência integral às mulheres dentro de um sistema de referência e contra referência constitui a ideia de “rede de atendimento” (GROSSI; TAVARES; OLIVEIRA, 2008; SILVEIRA, 2006).

De acordo com Machado (2016), nos anos noventa, os movimentos feministas brasileiros passaram a se organizar em organizações não governamentais em busca de recursos para implementar projetos referentes à elaboração, acompanhamento e “controle social” das políticas públicas, passando a solicitar financiamentos junto ao Estado. Foi diante da busca por maior “[...] efetividade de ações das organizações não governamentais e de sua capacidade de pressão diante do Estado brasileiro e das Conferências Internacionais que se avizinhavam, que formaram-se grandes redes de articulação nacional [...]” (MACHADO, 2016, p. 10). Assim, a década foi caracterizada pela produção de formatos organizacionais não governamentais capazes de dar respostas positivas no diálogo com o Estado.

Para Neves (2009, p. 149) as Redes são definidas como sendo: “[...] sistemas organizacionais capazes de reunir indivíduos e instituições, de forma democrática e participativa, em torno dos objetivos ou realizações comuns [...]”. A partir dessa definição, compreende-se que uma Rede é a integração de instituições, públicas ou privadas, que reúnem interesses e sujeitos em prol de uma causa em comum, e por meio de estratégias conjuntas buscam alcançar objetivos e gerar resultados.

Direcionando para a causa da violência contra mulheres, uma rede de atendimento, segundo Grossi, Tavares e Oliveira (2008), pode ser vista como uma estratégia de fortalecimento das mulheres que se encontram em situação de violência doméstica e deve envolver atores sociais, ou seja, sujeitos que atuam nos serviços de atendimento, dispostos a se

comprometer e desenvolver ações de ajuda e apoio às mulheres. Para tanto, é evidente que uma rede requer um trabalho em grupo onde “[...] cada sujeito é multiplicado pelos outros e pode interferir na História.” (GROSSI; TAVARES; OLIVEIRA, 2008, p. 277).

A rede pode ter caráter local, regional ou nacional (SILVEIRA, 2006) e se constitui para que os serviços não atuem isoladamente, correndo o risco de se fragilizar.

[...] a rede de atendimento faz referência ao conjunto de ações e serviços de diferentes setores (em especial, da assistência social, da justiça, da segurança pública e da saúde), que visam à ampliação e à melhoria da qualidade do atendimento; à identificação e ao encaminhamento adequado das mulheres em situação de violência e à integralidade e humanização do atendimento. (BRASIL, 2011e, p. 8).

A articulação de uma rede é fundamental para que as ações de enfrentamento à violência contra as mulheres sejam eficazes e possam contribuir com o rompimento com o ciclo de violência. Para tanto, as Instituições parceiras que a compõem, assim como todas as pessoas envolvidas, devem estar articuladas e em sintonia para lutar pela causa em que estão comprometidos, que no caso aqui, refere-se à violência doméstica.

A constituição dessas primeiras políticas públicas nacionais (SOS, DEAMs, Centros de Referência, Casas Abrigo) serviram como base para a elaboração de novas políticas no tocante ao campo da violência contra mulheres no Brasil (BRASIL, 2004). Tudo isso foi pensado e articulado tendo como eixo principal a assistência social e a segurança pública.

Muito ainda há que se destacar nas conquistas sobre a temática, como por exemplo, a criação do Programa Nacional de Combate à Violência contra a Mulher em 2002, a promulgação da Lei 10.778/03 em 24 de Novembro de 2003, que instituiu “[...] a notificação compulsória dos casos de violência contra as mulheres atendidos nos serviços de saúde, públicos ou privados [...]” (BRASIL, 2004, p. 6). Para além disso, cabe destacar a criação da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM), no governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva com a missão central de promover a transversalização da perspectiva de gênero no conjunto de políticas desenvolvidas pelo Governo Federal. Na época a SPM era vinculada à Presidência da República e com status de Ministério (BRASIL, 2003; PASINATO; SANTOS, 2008).

Por meio desta Secretaria ganha força a proposta de uma Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres e foi “[...] ampliada no sentido de promover a implantação de novos serviços e de propor a construção de Redes de Atendimento às mulheres em situação de violência [...]” (CAVALCANTI; OLIVEIRA, 2017, p. 10).

As Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres (CNPM)¹⁰ realizadas em 2004, 2007, 2011 e 2016, se tornaram um marco importante no fortalecimento da Política Nacional para as Mulheres. Estas CNPM foram uma marca característica do governo petista (na gestão de Lula e Dilma) onde foram discutidas e apresentadas propostas direcionadas às mulheres. A partir da I e II CNPM (2004 e 2007) foram criados o I e o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) onde a questão do enfrentamento a todas as formas de violência contra a mulher foi mantida como um eixo temático e assim, a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres foi estruturada a partir desses Planos.

A Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres tem por finalidade estabelecer conceitos, princípios, diretrizes e ações de prevenção e combate à violência contra as mulheres, assim como de assistência e garantia de direitos às mulheres em situação de violência, conforme normas e instrumentos internacionais de direitos humanos e legislação nacional. (BRASIL, 2011d, p. 9)

No eixo da assistência, a SPM buscou ampliar a rede de atendimento às mulheres em situação de violência, priorizando por meio de suas ações a criação de serviços como: defensorias da mulher, juizados especializados de violência doméstica e familiar contra a mulher, promotorias da mulher, e a Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180 (BRASIL, 2011e). Para Nery e Santos (2014) a articulação entre os serviços disponíveis no país em prol ao enfrentamento à violência contra mulheres viabiliza o trabalho da rede de atendimento e a qualidade dos serviços prestados, evitando dessa forma a rota crítica, para que as mulheres atendidas não precisem retornar aos órgãos de atendimento pelo não rompimento com o ciclo da violência.

Um grande marco nas políticas de enfrentamento à violência contra a mulher no Brasil no século XXI foi a Lei n. 11.340/2006, intitulada Lei Maria da Penha, que trata especificamente da violência doméstica e familiar contra a mulher. A mesma é responsável por dar visibilidade a violência doméstica e tentar reduzir o número de vítimas. Nela estão criminalizados os diferentes tipos de violências¹¹ - violência física, psicológica, patrimonial,

¹⁰ A I CNPM foi realizada em 2004, convocada pelo Presidente da República, e coordenada pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, resultando na criação do I Plano Nacional de Política para as Mulheres. A II CNPM aconteceu em 2007 com o objetivo de aprimorar o I PNPM surgindo assim a segunda versão do Plano. Em 2011, já sob o Governo da Presidente Dilma, A III CNPM teve como tema “Autonomia e igualdade para as mulheres” onde foram aprovadas 91 deliberações. A IV e última CNPM foi realizada em 2016 em um momento político conturbado, pois o país presenciava o processo de impeachment de Dilma, onde acabou insurgindo como lema, na abertura da 4ª CNPM, a frase: “Não permitir retrocessos”. Nessa última CNPM foram debateram estratégias de fortalecimento das políticas para as mulheres e a democratização da participação das mulheres nas diversas esferas institucionais do País, do qual 43 propostas foram debatidas e aprovadas.

Fonte: http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3241/9/Aula%207_Matos%20e%20Lins_CNPMs.pdf.

¹¹ Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

I – a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

sexual e moral; prevê as medidas protetivas, preventivas e educativas, além de trazer características punitivas para os agressores (BRASIL, 2006). Segundo Campos (2015, p. 393) “A Lei Maria da Penha (LMP) é o principal instrumento legal para a proteção das mulheres em situação de violência doméstica e familiar [...]”.

A lei leva o nome de Maria da Penha Maia Fernandes, uma mulher que foi vítima de violência doméstica cometida por seu companheiro, que tentou contra sua vida duas vezes. Maria da Penha é um exemplo de mulher que lutou junto a movimentos de mulheres para que o agressor fosse punido. A partir da promulgação da Lei, mulheres passaram a ter mais coragem de denunciar os agressores e a violência doméstica e familiar contra a mulher passou a ter reconhecimento social e “[...] deixou de ser um tema acadêmico ou das pautas feministas e do governo para tornar-se conhecido por toda a sociedade brasileira [...]” (PASINATO, 2015, p. 533).

A LMP é reconhecida pela ONU como uma das três melhores legislações do mundo no enfrentamento à violência contra as mulheres¹² e considerada por Campos (2015) como principal instrumento legal para a proteção das mulheres em situação de violência doméstica e familiar. No entanto, há que se considerar que apesar das inovações advindas pela implantação da lei, muitos desafios são impostos na aplicação da mesma.

Estudos como os de Pasinato (2015) e Campos (2015) demonstram os desafios que a Lei Maria da Penha tem se deparado desde sua criação. De acordo com as autoras esses desafios se dão porque sua implementação depende de políticas de prevenção e assistência, além do comprometimento dos agentes públicos e da articulação da rede (PASINATO, 2015; CAMPOS, 2015).

O trabalho de Campos (2015) foi realizado junto a análise da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), sistematizando os principais desafios encontrados na

II – a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

III – a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos; IV – a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V – a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria

¹² Fonte de acesso: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/10/9-fatos-que-voce-precisa-saber-sobre-a-lei-maria-da-penha>.

implementação da Lei Maria da Penha, especialmente no que diz respeito à rede especializada de atendimento.

Para as autoras (CAMPOS, 2015; PASINATO, 2015) um dos obstáculos encontrados é a quantidade de serviços especializados para as mulheres em situação de violência, ainda em número muito reduzido se considerarmos a dimensão geográfica do País, as necessidades das mulheres e os índices de feminicídios. Além disso, Campos (2015) ressalta que as capitais concentram os maiores índices de serviços especializados às mulheres devido a maior aplicação de recursos e isso implica no comprometimento da execução de políticas públicas para as mulheres nos municípios menores. Assim, a dificuldade de acesso à rede é também um obstáculo para as mulheres que residem em locais mais distantes das capitais e regiões metropolitanas, como é o caso das mulheres ribeirinhas, indígenas, rurais, pomeranas, negras que são muitas vezes invisibilizadas (CAMPOS, 2015).

A falta de articulação e comunicação entre os serviços da rede de atendimento às mulheres também é considerado outro obstáculo imposto a aplicação da Lei Maria da Penha, pois impede o oferecimento de outros serviços às mulheres, a complementaridade dos mesmos, assim como a transversalidade da atuação, acarretando dessa forma em prejuízos às mulheres que buscam a rede (CAMPOS, 2015; PASINATO, 2015) tendo em vista que “[...] a ação isolada ou precariamente conjugada dificulta o acesso das mulheres e, conseqüentemente, a implementação da Lei Maria da Penha [...]” (CAMPOS, 2015, p. 396).

Um outro obstáculo encontrado pelas autoras é a composição, tamanho e especialização das equipes de profissionais. Esse obstáculo vem sendo constatado nos serviços da rede de atendimento às mulheres em situação de violência e compromete a atuação da rede. Além disso, as deficiências estruturais também é um outro ponto negativo que muitos dos serviços da rede apresentam e que são considerados obstáculos para implementação da Lei Maria da Penha (CAMPOS, 2015; PASINATO, 2015).

Para Pasinato (2015), o acesso à informação é um dos esforços que considera viável para remoção dos obstáculos encontrados, pois possibilita às mulheres conhecer seus direitos, informações sobre a violência e suas características, além de orientar sobre onde buscar apoio e qual ajuda demandar. Já Campos (2015) sugere investir na dimensão preventiva e assistencial caracterizada pela rede como uma aposta no enfraquecimento da perspectiva repressiva que vem nortando as políticas públicas de enfrentamento à violência contra mulheres durante anos.

Assim, consideramos que mesmo com inúmeras conquistas no enfrentamento à violência contra mulheres, a Lei Maria da Penha ainda há muito que investir para superar esses

desafios e conseguir revertê-los para melhor atuar nos casos existentes e prevenir supostos casos futuros.

Há que se considerar que na última década um número expressivo de serviços de atendimento especializado foi criado no país, como é o caso dos Centros de Referência, Casas Abrigo, Defensorias Especializadas, DEAMS, Juizados e Varas adaptadas, Promotoria Especializada/Núcleo de Gênero MP (CAMPOS, 2015). A ampliação desses serviços pode ser observada na Quadro 2.

Quadro 2 - Evolução dos Serviços Especializados de Atendimento às Mulheres no Brasil

SERVIÇOS	ANOS				
	2003	2007	2011	2013	2015
CENTROS DE REFERÊNCIA	36	110	187	202	235
CASAS ABRIGO	43	63	72	71	72
DEFENSORIA ESPECIALIZADA	4	24	57	36	59
DEAMS/PAMS	248	338	470*	551*	497
JUIZADOS E VARAS ADAPTADAS	0	47	94	93	91
PROMOTORIA ESPECIALIZADA/NÚCLEO DE GÊNERO MP	0	7	48	36	53
TOTAL	331	589	928	977	1007

Fonte: Adaptado de Campos (2015) e Dultra (2017)

* O número inclui os postos de atendimento à mulher.

O crescimento do número de serviços entre os anos de 2003 a 2015 (exposto no Quadro 2) mostra o fortalecimento da rede apesar dos obstáculos vivenciados diariamente, além do mais, as mídias passaram a dar mais visibilidade às questões sobre violência contra as mulheres de modo a possibilitar a conscientização da sociedade quanto a esse fenômeno.

De acordo com o Serviço de Informações ao Cidadão do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos – SIC/MMFDH, atualmente, o Brasil conta com os seguintes serviços especializados de atendimento às mulheres em situação de violência, como mostra a Quadro 3.

Quadro 3 - Serviços Especializados de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência no Brasil (2019)

SERVIÇOS	NÚMERO
CENTROS ESPECIALIZADOS DE ATENDIMENTO À MULHER	279
CASAS ABRIGO	77
DEFENSORIAS PÚBLICAS ESPECIALIZADAS	44
DEAMS	355
JUIZADOS ESPECIALIZADOS	135
PROMOTORIAS DE JUSTIÇA ESPECIALIZADAS	97
TOTAL	987

Fonte: Serviço de Informações ao Cidadão do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos – SIC/MMFDH (2019).

Diante da complexidade envolvida no fenômeno da violência contra mulheres, percebe-se que esse quantitativo de serviços disponíveis, apesar de alguns terem aumentando em comparação aos anos anteriores, ainda são insuficientes mediante o número de Estados e cidades brasileiras e o alto índice de feminicídios no país.

O feminicídio é o assassinato de mulheres pela sua condição de ser mulher. Esse tipo de crime é típico de relações violentas que ultrapassam os mais diversos níveis e tipos de violência chegando ao extremo, ou seja, a morte. De acordo com Toledo (2016, p. 80, tradução nossa), feminicídio são “[...] homicídios de mulheres que são cometidos em razão do gênero, ou seja, aqueles que constituem uma manifestação extrema da violência contra as mulheres, que podem ser cometidos por conhecidos ou desconhecidos, no âmbito da esfera pública ou privada.”

Frente a um cenário de alto índices de feminicídio no país, a legislação brasileira decide alterar o art. 121 do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848/1940), e criar a Lei de Feminicídio (Lei nº 13.104/2015) em março de 2015, sancionada pela presidenta Dilma Rousseff, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, incluindo-o no rol de crimes hediondos (BRASIL, 2015). A Lei do feminicídio busca dar visibilidade aos casos de violência contra as mulheres tendo em vista que muitas vezes esses homicídios são silenciados pelo Estado. A criação dessa lei partiu de uma investigação realizada pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que buscou analisar a violência contra as mulheres nos Estados brasileiros, de março de 2012 a julho de 2013, e a partir dos resultados apresentou um

projeto de lei¹³ tipificando o feminicídio como uma continuidade legislativa iniciada com a Lei Maria da Penha (CAMPOS, 2015).

As mulheres vítimas de violência doméstica antes de procurar ajuda nos órgãos de atendimento da rede já passaram por momentos de angústia e sofrimento. No auge da violência, e após reconhecerem a alta complexidade da situação a que estão impostas, as próprias mulheres decidem romper com o ciclo de violência e buscar apoio nos mecanismos criados para enfrentamento à violência, e um deles é a casa abrigo. Assim, a implantação dessas casas se tornou e ainda é necessária, tendo em vista que, este mecanismo funciona como último recurso de proteção a vida das mulheres e uma forma de evitar que o feminicídio se torne empecilho na procura de ajuda para se manterem vivas, pois todas as mulheres que decidem ir para o abrigo sofreram tentativas de feminicídios. Acredita-se que a esperança de continuar vivendo e ser livre da situação de violência sejam uma motivação para as mulheres romperem com o ciclo de violência, enxergando nessas casas, apesar do medo e aflição, uma luz no fim do túnel.

4.2 IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES NO ESTADO DA PARAÍBA

Assim como no Brasil, a implantação de políticas públicas para as mulheres no Estado da Paraíba é resultado de muito protagonismo, reivindicações e resistência por parte de mulheres que compunham movimentos sociais em busca por inserir demandas das mulheres na sociedade. Para tanto, achamos necessário remontar alguns marcos importantes sobre a trajetória que as paraibanas traçaram para chegar na conquista das políticas públicas existentes nos dias atuais, tendo em vista ser necessário explicitar o protagonismo das mulheres na luta por direitos e no processo de reivindicação de políticas públicas.

Segundo Abath e Ireland (2010), os primeiros grupos de mulheres na Paraíba surgem no final do regime militar brasileiro¹⁴ com característica em comum tratar da temática sobre saúde da mulher. Eram eles: O Grupo Feminista Maria Mulher, criado em 1979; o Grupo Raízes, criado em 1984 e a União de Mulheres de Cruz das Armas, criado em 1986. Esses grupos tinham como uma de suas principais atividades realizar palestras sobre saúde e discussões sobre a violência contra a mulher. Todavia, Oliveira (2017) relata que foi desde os

¹³ A CPMI da Violência contra a Mulher propôs a criação de uma qualificadora para o crime de homicídio onde o Projeto de Lei foi protocolado no Senado Federal como PLS 292/2013.

¹⁴ A ditadura militar no Brasil ocorreu de 1964 a 1985, período marcado pelo autoritarismo e pela repressão realizada pelo Estado, na qual a população vivia em precárias condições de vida. Militantes e vítimas da repressão militar, as mulheres tiveram participação ativa e foram grandes protagonistas. (SARTI, 1998)

anos de 1960 que diferentes grupos de mulheres trouxeram consigo a preocupação em tornar público temas como violência, sexualidade, aborto, entre outros problemas. Também existiu o grupo de mulheres de Campina Grande, criado por professoras da Universidade Federal de Campina Grande.

A Paraíba possui um histórico de violência contra mulheres muito forte e por isso era tema de discussões desses grupos de mulheres há décadas atrás. Um assassinato emblemático no Estado foi o da poetisa Violeta Formiga em 1982, pelo ex marido, que segundo Oliveira (2017) marcou a agenda política do movimento de mulheres na Paraíba. A partir desse assassinato, o Grupo Maria Mulher foi o primeiro grupo feminista a ir às ruas protestando por justiça e punição dos agressores. Esse grupo era inicialmente chamado de Centro da Mulher de João Pessoa, composto por mulheres letradas que reivindicavam a conquista pela independência e a luta contra a violência de gênero no Estado (ABATH; IRELAND, 2010; OLIVEIRA, 2017).

Ainda na década de 1980, são criados importantes órgãos no Estado, como por exemplo, a implantação do Programa de Assistência às Mulheres Vítimas de Violência Sexual (PAMVVS), regulamentado pela portaria Nº 335/SES em setembro de 1998 e implantado no mês seguinte na Maternidade Frei Damião, e a primeira Delegacia Especializada da Mulher, implantada em João Pessoa em 1987, terceira DEAM implantada no Brasil e primeiro serviço de atendimento às mulheres em situação de violência no Estado da Paraíba. (PAIVA; BARBOSA; OLIVEIRA, 2015). Além disso, nesse período é formado um conselho estadual para atuar junto a esses órgãos, mas que se desarticula ainda na época.

Na década de 1990 surgem as primeiras Organizações Não Governamentais (ONGs) feminista, no estado da Paraíba, consideradas fundamentais nas articulações de políticas públicas para o enfrentamento à violência contra as mulheres no Estado, ao qual se destacam: o Centro da Mulher 8 de Março (CM8M), a Cunha Coletivo Feminista. Na década de 2000 foi criada a Bamidelê - Organização de Mulheres Negras da Paraíba.

Para além destas ONGs, o Estado da Paraíba comporta outras ONGs e grupos de mulheres e feministas, como por exemplo, o Grupo de Mulheres Lésbicas e Bissexuais Maria Quitéria, Casa da Mulher Renasce Companheira; Centro Holístico da Mulher (Afya); Coletivo Feminino Santo Dias, Casa Lilás, Centro da Mulher Márcia Barbosa, Associação de Profissionais do Sexo (APROS), Associação de Transfeministas da Paraíba (ASTRAPA), Grupo Marias de Pesquisa e Extensão em Gênero, Educação Popular e Acesso à Justiça, Movimento de Mulheres Olga Benário, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra- Núcleo de Mulheres, Associação Mãos Estendidas, Movimento de Mulheres Trabalhadoras da Paraíba (MMT), Movimento da Mulher Trabalhadora do Brejo, Sindicato das Trabalhadoras

Domésticas de João Pessoa e Região, Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de Campina Grande, União Brasileira de Mulheres (UBM), Grupo de Pesquisa em Gênero e Mídia da UFPB (GEM), AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia, Associação de Mulheres de Patos, Associação de Mãos Dadas pela Vida das Mulheres, Crianças e Adolescentes (POTIRON), Associação Flor Mulher, Centro de Direitos Humanos Dom Oscar Romero (CEDHOR), Centro de Ação Cultural (CENTRAC), Coletivo da Mulher do Campo e da Cidade, Coletivo da Mulher do Campo e da Cidade, Coletivo Feminista Bruta Flor, Coletivo Feminista de Areia, Marcha Mundial das Mulheres, e União Brasileira de Mulheres (UBM).

Também existem grupos associativos de mulheres que agregam o movimento de mulheres e feministas atuando na capital como: o Grupo Produtivo do Timbó, a Casa de Ação Comunitária que contém o grupo de Mulheres Recriando a Vida, o Centro Popular de Cultura e Comunicação (CPCC) que possui o Grupo de Produção de Pães Caseiros (economia solidária) estritamente para as mulheres; Associação de Mulheres Raio de Luz; Grupo de Mulheres da Beira da Linha; Grupo de Mulheres do Bairro do Cristo; e Grupo de Mulheres Arte e Produção. (SANTIAGO; SANTOS; MOREIRA, 2013)

Do século XX aos dias atuais surgiram vários grupos de mulheres que protagonizaram o movimento feminista paraibano presenciando várias conquistas, dentre as quais, as políticas públicas de enfrentamento à violência contra mulheres é uma delas. No entanto, vale ressaltar que, assim como a implantação dessas políticas a nível nacional tiveram vários impasses, no âmbito da Paraíba também não foi diferente.

Após a implantação da SPM no governo do ex presidente Luís Inácio Lula da Silva em 2003, os Estados brasileiros são incentivados a implantar órgãos de gestão de políticas públicas para as mulheres a nível estadual e também municipal. Na Paraíba o primeiro órgão de políticas públicas para as mulheres foi a Coordenadoria de Políticas para as Mulheres criada em 2005, na Prefeitura Municipal de João Pessoa, pelo então prefeito Ricardo Coutinho. O órgão era ligado ao seu Gabinete do Prefeito, para trabalhar em torno de cinco eixos: educação não sexista, não racista, não homofóbica; saúde, direitos sexuais e direitos reprodutivos; enfrentamento à violência contra as mulheres; enfrentamento a pobreza; articulação e mobilização política. (ELINAIDE CARVALHO, 2019).

Em âmbito nacional, em 2004, após a criação da SPM, foi realizada um grande processo de consulta e definição de eixos e diretrizes para se trabalhar com as políticas públicas para as mulheres. Tal processo foi delineado por meio da realização de conferências municipais, estaduais e nacional, mobilizando a participação de mulheres de diferentes regiões do país,

organizações sociais, movimentos feministas e gestão pública. (ELINAIDE CARVALHO, 2019).

Na Paraíba o processo foi articulado pelas organizações sociais, com o apoio do gabinete da vice-governadora do Estado. No processo de organização da II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres e a inexistência de um órgão de políticas para as mulheres no Estado da Paraíba, há uma mobilização pela conselheira nacional Ednalva Bezerra, ligada a Central Única dos Trabalhadores (CUT), incentivando a reestruturação do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher-PB para que este então organize e realize a II Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres, bem como incentive os municípios e os movimentos sociais para a realização das conferências municipais. Nesta conferência estadual, realizada no mês de agosto de 2007, foram levantadas questões sobre a violência contra as mulheres e o Estado contava com 09 delegacias de atendimento à mulher (João Pessoa, Campina Grande, Guarabira, Sousa, Patos, Cajazeiras, Cabedelo, Bayeux e Santa Rita) e o Centro de Referência Ednalva Bezerra, localizado no município de João Pessoa, que foi inaugurado em 14 setembro de 2007. (ELINAIDE CARVALHO, 2019)

O governo federal lança o Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Contra Mulher na I Conferência Nacional, porém o governo da Paraíba não havia sinalizado adesão ao plano e isso gerou insatisfação por parte das organizações sociais e movimentos feministas que começaram a pressionar internamente o governo estadual a dar uma resposta com relação a isso. Em 2008, o conselho juntamente com as organizações sociais começa a refletir sobre quais as ações importantes que o Estado poderia desenvolver. É então que o Governo da Paraíba adere ao Plano Nacional e elabora um Plano Estadual de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher. A Paraíba foi um dos últimos Estados a aderir o Plano. (ELINAIDE CARVALHO, 2019)

Em 2009, o governador da Paraíba, José Targino Maranhão, cria o Programa Estadual de Políticas para Mulheres, ligado à Casa Civil, o qual será responsável por discutir e organizar ações necessárias que o Estado tinha pactuado com a União para dinamizar o enfrentamento à violência contra as mulheres, trabalhando assim como se fosse um órgão de gestão pública. Em março de 2010, o então Governador transforma esse Programa em uma Secretaria Especial de Estado de Políticas Públicas para as mulheres, sendo este o primeiro desenho das políticas públicas em nível de Estado. (ELINAIDE CARVALHO, 2019).

Em 2011, Ricardo Vieira Coutinho ganha as eleições governamentais assumindo o Governo da Paraíba, e uma de suas primeiras ações é criar a Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana (SEDMH). A SEDMH possui a Gerência de Equidade de Gênero, Gerência de Direitos Sexuais e LGBT e a Gerência de Igualdade Racial, além de aportar o

Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDM) e o Conselho Estadual da Promoção da Igualdade Racial (CEPIR). Sua gestão é realizada pela Secretária Dra. Gilberta Santos Soares. (ELINAIDE CARVALHO, 2019).

A SEDMH é responsável por articular, monitorar e executar as políticas para as mulheres, por meio de um diálogo intersetorial, interseccional e interinstitucional. Esse diálogo se dá entre a Secretaria para com a gestão pública, o Poder Judiciário, Ministério Público, Assembleia Legislativa, entre outros órgãos, pois cada um destes possui responsabilidades na execução das políticas para atender as mulheres. Sobre a questão da violência, a SEDMH possui uma aproximação muito forte com a Secretaria de Defesa Social, Secretaria de Segurança Pública, Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social. Além disso, articula e coordena a Rede Estadual de Atenção às Mulheres, Crianças e Adolescentes em Situação de Violência (REAMCAV), que se configura como uma Câmara técnica que discute as estratégias para enfrentamento à violência; e o Fórum de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres Rurais. (ELINAIDE CARVALHO, 2019).

Segundo a responsável pela Gerência Executiva de Equidade de Gênero, Elinaide Alves de Carvalho, a SEDMH é uma articuladora de grupos, de organizações, de Fóruns, de discussão com relação à realidade que atinge as mulheres. A equipe que atua na Secretaria também realiza capacitações e qualificações de profissionais que atuam dentro da gestão pública do Estado.

Políticas públicas para as mulheres foram implantadas no Estado, como por exemplo, a Casa Abrigo, em outubro de 2011, e o Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes, em dezembro de 2012, sediado este último em Campina Grande-PB. O número de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM) foi ampliado, tendo em vista que, até 2010 o Estado contava com 9 delegacias e, atualmente esse número é ampliado para 14, distribuídas em alguns municípios da seguinte forma: João Pessoa (DEAM Norte e DEAM Sul), Cabedelo, Santa Rita, Bayeux, Guarabira, Mamanguape, Campina Grande, Monteiro, Picuí, Patos, Sousa, Cajazeiras e Queimadas. Possui ainda um Núcleo na cidade de Esperança que está em processo de transformação em DEAM devido a ineficácia do serviço atual. (ELINAIDE CARVALHO, 2019)

Todas as quatorzes DEAMS estão sob o comando de delegadas e a equipe é em sua maioria composta por mulheres. Segundo a Gerente de Equidade de Gênero, Elinaide Carvalho, a equipe da Secretaria vem trabalhando para que as outras delegacias também façam esse atendimento às mulheres, para que elas não fiquem sem atendimento pela inexistência de uma delegacia especializada, apesar que, o desejo da população é que tenha equipamentos especializados voltados para as mulheres. Apesar de muita resistência, o monitoramento da

Secretaria constata um crescimento da procura das mulheres por esses serviços. Consideramos fundamental a ampliação dos equipamentos, em todas as regiões da Paraíba, para que as mulheres tenham as necessidades informacionais atendidas. (ELINAIDE CARVALHO, 2019)

Atualmente o Estado da Paraíba possui uma Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Sexual que está distribuído da seguinte forma, como mostra o Quadro 4.

Quadro 4 - Serviços de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência na Paraíba (2019).

Promotorias/Defensorias	- 2 Promotorias de Justiça Especializada de Defesa da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar - 1 Defensoria Especializada de Atendimento à Mulher/ Núcleo de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência da Defensoria Pública da Paraíba
Centros de Referência no Atendimento às Mulheres (CRAMs)	- 7 Centros de Referência de Atendimento à Mulher (6 em nível Municipal e 1 Estadual)
Casa Abrigo	- 1 Casa Abrigo
Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)	- 26 Polos Regionais - 76 Polos Municipais
Juizados Especial de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher	- 2 Varas Municipais
Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres (DEAMs)	- 14 Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres (DEAMs)
Serviços para as Mulheres com Medidas Protetivas de Urgência (solicitadas)	- Patrulha Maria da Penha – Serviço Estadual* - Ronda Maria da Penha – Serviço Municipal* - Programa Mulher Protegida - SOS Mulher*
Maternidades e Hospitais Referenciados para o Atendimento de Violência Doméstica e Sexual	- Hospital de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena - Maternidade Frei Damião** - Instituto e Maternidade Cândida Vargas** - Hospital da Polícia Militar General Edson Ramalho - Hospital Infantil Arlinda Marques - Instituto Elpídio de Almeida (ISEA)

	- Hospital Regional de Emergência e Trauma Dom Luiz Gonzaga Fernandes - Hospital Regional de Cajazeiras ** - Hospital Regional de Guarabira - Hospital e Maternidade Santa Filomena** - Maternidade Peregrino Filho** - Hospital e Maternidade Sinhá Carneiro** - Hospital Regional de Sousa
Universidades que prestam atendimento às estudantes	- Núcleo de Investigações e Intervenções em Tecnologias Sociais (NINETS) Frente de Mulheres - UEPB – Campus Campina Grande - Comitê de Políticas de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra as Mulheres na UFPB (COMU)

Legenda: * Mulher com Medidas Protetivas de Urgência solicitadas e/ou deferidas

** Serviço de referência para interrupção da gravidez prevista em Lei

Fonte: Guia da rede de enfrentamento e atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e sexual na Paraíba (SECRETARIA ESTADUAL DA MULHER E DA DIVERSIDADE HUMANA, 2019)

Também foi implantado recentemente no Estado um Centro de Referência Regional de Atendimento às Mulheres, situado na cidade de Sumé-PB para atender 18 municípios. Os Juizados, apesar de serem apenas 2 existentes e em nível municipal, se articulam com outros equipamentos da Justiça para que também possam ser atendidas as demandas da violência contra às mulheres dentro da Lei Maria da Penha. As maternidades e hospitais para atendimento de violência doméstica e sexual, estão distribuídas em oito municípios do Estado: João Pessoa (5), Campina Grande (2), Cajazeiras (1), Guarabira (1), Monteiro (1), Patos (1), Santa Luzia (1) e Sousa (1). Nesses locais estão disponíveis uma equipe multiprofissional voltada para o atendimento da violência sexual, para mulheres vítimas de estupro. (ELINAIDE CARVALHO, 2019).

A partir do Quadro 4 percebe-se que outros serviços também são oferecidos pelo Estado na perspectiva de atender as mulheres como, por exemplo, o Programa SOS Mulher Protegida - criado pela Secretaria de Segurança Pública; a Patrulha Maria da Penha - uma ação vinculada da SEMDH juntamente com a Secretaria de Segurança Pública e a Polícia Militar; o Disque Denúncia - 190, 197, que funciona 24hs. Por meio da SEMDH, são realizadas constantemente campanhas continuadas, de alerta à população, de valorização da mulher, de chamadas importantes com relação à autonomia, de incentivo à denúncia.

Atualmente, 54 municípios paraibanos possuem órgãos de gestão de políticas públicas para as mulheres, seja eles uma gerência, uma coordenação, um departamento ou uma secretaria. Esse quantitativo de municípios teve um aumento considerado nos oito últimos anos, pois até 2010 o número era de 16, ou seja, triplicou o número de municípios. Isso mostra que muitas ações foram e estão sendo desenvolvidas para tentar minimizar o quadro da violência doméstica contra as mulheres no Estado da Paraíba, apesar de que este ainda é um desafio para toda a sociedade que busca viver em um mundo regido pela paz. Dessa forma, ressaltamos a importância da constante ampliação dos serviços dada a magnitude da violência doméstica no país.

4.3 CASAS ABRIGO

Discorrer sobre a história das Casas Abrigo é algo que ultrapassa a simples questão de uma moradia de caráter sigiloso, pois envolve vidas que passaram por momentos de traumas e privações. Porém, sob outro olhar, também se pode agregar a experiência: superação, o protagonismo das mulheres, empoderamento e direito à cidadania como consequências positivas do abrigo.

Decorrente das experiências do SOS Mulher, as Casas Abrigo foram idealizadas após o contato das feministas com mulheres que se encontravam em situação extrema de risco de morte, fazendo com que a reclusão fosse inevitável, pois mesmo com a existência de leis que acobertam judicialmente as mulheres, e de medidas protetivas isso ainda não é suficiente para evitar que os agressores cometam violências e matem as mulheres sem nenhum pudor.

Vinculada à Secretaria de Segurança Pública, a primeira Casa Abrigo, denominada como *Centro de Convivência para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica (Comvida)*, foi criada em 1986 e implantada primeiramente no Estado de São Paulo. O serviço ficou ativo durante 3 anos e após esse período é desativado no ano de 1989, sendo reaberto em 1992 (SILVEIRA, 2006).

Na década de 1990, o Brasil foi palco de várias reivindicações de mulheres buscando implementar as Casas Abrigo “[...] como um modelo central nas políticas de atendimento à violência [...]” (SILVEIRA, 2006, p. 67). Em resultado, várias casas foram abertas, como por exemplo, a Casa Abrigo de Santo André (em Santo André), Casa Helenira Rezende de Souza Nazareth (em São Paulo), Casa de Apoio Viva Maria (em Porto Alegre), Casa do Caminho (Fortaleza), Casa Abrigo (no Distrito Federal) e a Casa Abrigo Sempre Viva (Belo Horizonte). O funcionamento das pioneiras, foi ativado e após curto período, foram levadas a desativar os

serviços. Apesar das dificuldades em manter ativo esse tipo de serviço, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) criado em 1996, financiado pelo Ministério da Justiça, lança o Programa Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e Sexual, e a partir de 1997 o Poder Legislativo, após pressão dos movimentos feministas, se sensibiliza e inclui dotações carimbadas para as Casas Abrigo, implantando em todo o país inúmeras delas, aumentando o número dessas unidades de atendimento para as mulheres em situação de violência (KRENKEL, 2014; ROCHA, 2007; SILVEIRA, 2006).

Entre os anos 2000 e 2003, aumentou o número de Casas Abrigo existentes no Brasil e em 2006, o Governo Federal por meio de comissão de especialistas na área cria um *Termo de Referência para a Implantação e implementação de Casas Abrigo*, termo este que estabelece critérios para criação e funcionamento das casas, e dispõe de diretrizes básicas para o atendimento à mulher nos órgãos (KRENKEL, 2014; ROCHA, 2007).

Com a promulgação da LMP, algumas Casas Abrigo passaram a ser instituídas e implantadas como dever do Estado (lato sensu) atuando como mecanismos de proteção à vida das mulheres em situação de violência (AMORIM, 2015). A situação de abrigo é algo proposto pelos serviços de atendimento às mulheres em situação de violência como medida fundamental para garantir a integridade física e moral das vítimas, para que estas possam assegurar suas vidas e a de seus (as) filhos (as) mediante a dramática situação de ‘vida ou morte’ que a violência lhe impõe. Dessa forma, a alternativa que o Estado propõe as mulheres por meio de políticas públicas é o afastamento da vítima do convívio social (moradia, trabalho, lazer, vizinhança, escolas e creches, entre outros) para evitar que um dano maior a sua vida seja causado, ou seja, a morte.

De acordo com as Diretrizes Nacionais para o Abrigamento de Mulheres em Situação de Risco e de Violência, as Casas Abrigo constituem uma das primeiras políticas de assistência às mulheres, e tem por atribuição “[...] prover, de forma provisória, medidas emergenciais de proteção em locais seguros para acolher mulheres em situação de violência doméstica e familiar sob risco de morte, acompanhadas ou não de seus filhos(as).” (BRASIL, 2011a, p. 11-12).

Para ter acesso às Casas Abrigo, as mulheres devem se dirigir a algum serviço, especializado ou não, que compõe a rede de atendimento à mulher em situação de violência, tais como: Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (DEAMs), Centros de Referência de Atendimento à Mulher (CRM), Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), Juizados, Promotorias, Núcleos de Atendimento e Apoio à Mulher (BRASIL, 2011d; MAGALHÃES; MORAIS; CASTRO, 2011), e após constatado a

necessidade de abrigamento, é acionado a equipe da casa para acolher as mulheres e seus acompanhantes.

De acordo com Coutinho e Sani (2010, p. 633) “[...] as casas abrigo constituem um contexto essencial na promoção da segurança, assim como de competências e recursos necessários à reorganização do novo projecto de vida [...]”. Para tanto, essas casas contam com uma equipe técnica composta por profissionais do ramo jurídico, psicológico e social, a fim de diagnosticar a situação que se encontra cada mulher abrigada, acompanhando de perto toda sua estadia na Casa Abrigo e favorecendo, por meio de serviços direcionados, a promoção da autoestima, da reestruturação física e psicológica, e a inclusão social de cada mulher. (MAGALHÃES; MORAIS; CASTRO, 2011). As mulheres também são encaminhadas a programas de geração de renda, e as crianças recebem acompanhamento pedagógico para que não se desvinculem da escola e não comprometam a permanência das mães nos programas de assistência social. Desse modo, a equipe técnica da Casa Abrigo constitui-se como fonte de suporte para as mulheres e seus (as) filhos (as) e possuem um importante papel na reconstrução e reorganização da vida dos (as) abrigados (as).

Para Silveira (2006), recorrer ao abrigamento acarreta prejuízos na vida da mulher que dificilmente serão recuperados, pois a mesma, quando decide ir para o Abrigo abdica de sua vida social, seus vínculos, contato com familiares, permanência no trabalho, frequência dos filhos (as) na escola ou creches, entre outras coisas, e isso muitas vezes gera revolta nas mulheres por terem que se recolher da sua vida cotidiana enquanto o agressor goza da liberdade. Em relato, uma mulher que esteve em situação de abrigo durante 8 meses afirmou:

Não posso me queixar do atendimento aqui. As pessoas são gentis, nos acolheram muito bem. Mas também não posso deixar de comparar minha situação com a dele (o ex-marido). Fui condenada com a falta de liberdade e não cometi crime algum. Estamos privados do direito de ir e vir enquanto ele segue livre, ameaçando meus parentes, amigos, ex-colegas de trabalho. (BANDEIRA, 2018, *online*).

No entanto, vale ressaltar que essa é uma medida necessária para preservar a vida da vítima, além do que o período de abrigamento traz alguns benefícios não só para as mulheres, mas também para os(as) filhos (as) ou acompanhantes das mesmas. De acordo com Krenkel e Moré (2017, p. 776-777) ao analisarem estudos sobre mulheres que estiveram em situação de abrigo, constataram que a passagem pelos órgãos tiveram um aspecto positivo na vidas das mesmas, como por exemplo, “[...] o fato de as mulheres poderem se sentir ouvidas, apoiadas e do local contribuir para o seu empoderamento, no sentido de resgatar sua dignidade e potencialidades, no enfrentamento da violência.”

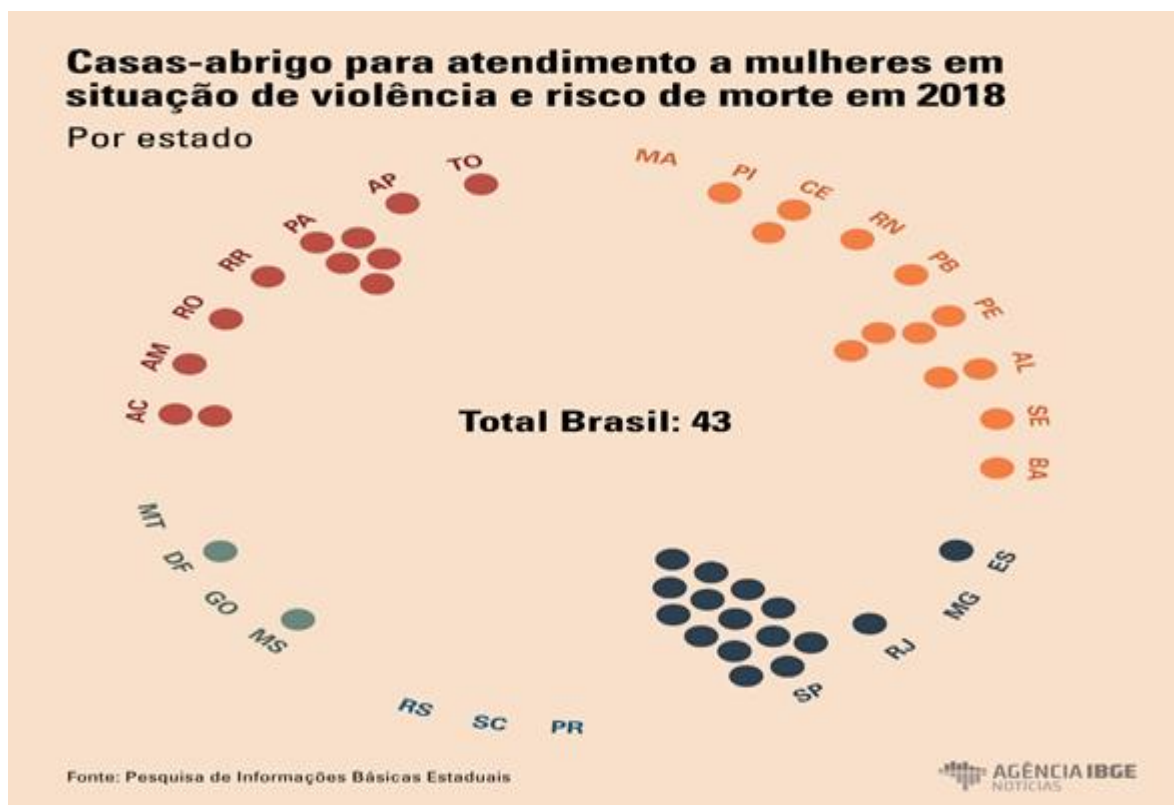
Nas Casas Abrigo, a ordem, regulamentação e previsibilidade constituem conceitos primordiais de convivência e funcionamento desse mecanismo e isso muitas vezes contrasta com o ambiente familiar caótico, instável, imprevisível e ameaçador que as vítimas e seus filhos estão acostumados a viver, resultando assim em estranhamento para se adaptar a convivência no abrigo. É nessa perspectiva que Silveira (2006, p. 68) afirma que “[...] a convivência dentro de um abrigo para situações de violência é uma das partes mais delicadas do gerenciamento deste serviço.”

Alguns estudos como o de Carloto e Calão (2006) e Rocha (2007) evidenciam que a estadia na Casa Abrigo transforma a vida das mulheres, fazendo-as pensar mais em si próprias e refletir sobre a vida de violência em que se encontravam antes de serem abrigadas. Segundo Coutinho e Sani (2010) o acesso à Casa Abrigo também é responsável por mudar o domínio comportamental, social, emocional, cognitivo e físico das crianças que acompanham as vítimas, resultando mudanças positivas e construtivas nas relações familiares. A passagem pela casa minimiza o sofrimento causado pela violência e possibilita uma nova perspectiva de vida. Essas percepções influem na reestruturação de vida e no enfrentamento a situações de violência, caso venha a ser presenciadas novamente pelos (as) sujeitos que acessaram a Casa Abrigo.

Diante da complexidade envolvida no fenômeno da violência doméstica contra mulheres, percebe-se que esse quantitativo de serviços disponíveis ainda é insuficiente diante do número de Estados e cidades brasileiras e do alto índice de feminicídios no país. Isso mesmo após 13 anos da promulgação da Lei Maria da Penha. Segundo os dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic) 2018, só 2,4% dos municípios contam com Casas Abrigo, o correspondente a 134 cidades brasileiras (IBGE, 2019).

Na esfera estadual, existiam, ao todo, 43 casas-abrigo, todas com localização sigilosa. Esse modelo de acolhimento é exclusivo para que as mulheres vítimas de violência doméstica possam residir em local seguro até encontrarem condições para retomar o curso de suas vidas. O número de casas-abrigo de gestão do governo estadual aumentou de 12, em 2013, para 20, em 2018. O estado com o maior número de casas-abrigo é São Paulo, com 14 unidades de abrigamento. (IBGE, 2019, s.p.)

Figura 1 – Perfil dos Estados Brasileiros referente as Casas Abrigo (2018).



Fonte: IBGE (2019)

Mediante o exposto, torna-se necessário criar políticas públicas de enfrentamento a esse tipo de violência envolvendo as diversas esferas do poder público em consonância com a sociedade de modo geral. Fundamental incorporar nas políticas o recorte de gênero, favorecendo a construção de relacionamentos humanos que não violem os direitos das mulheres, construindo uma sociedade mais justa e igualitária, em que as mulheres possam estar isentas da violência e usufruir de seus direitos enquanto cidadãos sem se ater às relações de poder que as oprimem (BIGLIARDI; ANTUNES; WANDERBROOCKE, 2016).

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A ciência é uma forma de gerar conhecimento a partir da verificabilidade dos fatos utilizando métodos que garantam a veracidade dos resultados obtidos. O conhecimento científico é caracterizado como objetivo, racional, sistemático, geral, verificável e falível e são essas características que possibilitam identificar o que pode ser considerável ciência ou não (GIL, 2008).

Sabendo que nenhuma ciência é neutra, nas Ciências Sociais esse fator é potencialmente considerado, uma vez que seu objeto de estudo possui características próprias que o distingue das demais ciências. Ele é histórico; possui consciência histórica; existe identidade entre sujeito e objeto; possui caráter intrínseco e extrinsecamente ideológico; e é essencialmente qualitativo. Para tanto, a pesquisa social busca apresentar a realidade social de um determinado contexto de forma objetiva. Isso requer que o (a) pesquisador (a) social seja consciente de que todo conhecimento é construído e aproximado, e que sua visão de mundo implica no processo de construção de conhecimento por meio da relação estabelecida entre o mesmo e seu campo de estudo (MINAYO, 2009).

A pesquisa é uma atividade artesanal que busca encontrar soluções para determinados problemas, compreender fenômenos sociais utilizando métodos científicos e que envolve trabalho intelectual, dedicação, disciplina e criatividade de quem a realiza, ou seja, do (a) pesquisador (a) (GIL, 2008; GONDIM; LIMA, 2006). Seu desenvolvimento está ancorado nas escolhas científicas e ideológicas do (a) pesquisador (a) nas quais estabelece caminhos metodológicos que serão trilhados mediante sua problemática e os objetivos propostos a fim de alcançar os resultados. Teoria e método não podem ser dissociados, e, para tanto, é “[...] fundamental conhecermos os implícitos com os quais estamos trabalhando, uma vez que estes têm importantes implicações práticas na condução de nossas investigações” (NARVAZ, 2005, p. 57).

Pensando nisso, cabe ressaltar a importância da metodologia da pesquisa como parte fundamental e complexa que requer do (a) pesquisador (a) cuidado no estabelecimento da mesma. É necessário pensar muito além de meras técnicas, e sim, articular teoria com realidade empírica e pensamento de realidade às concepções teóricas da abordagem (MINAYO, 2009). Para Thiollent (2007, p. 26), “[...] a metodologia desempenha um papel de bússola na atividade dos pesquisadores, esclarecendo cada uma das suas decisões por meio de alguns princípios de cientificidade [...]”.

Sabendo que toda pesquisa se delinea a partir de um questionamento, ou seja, uma problemática que porventura já foi mencionada na introdução desta pesquisa, retomamos novamente nesse espaço para melhor compreensão dos métodos escolhidos para realização da mesma. Dessa forma, o problema investigado neste estudo partiu da necessidade de saber como se delinea o protagonismo das mulheres que acessaram a Casa Abrigo? De que forma a mediação dos conteúdos informacionais dinamizados pela Casa Abrigo impactou as percepções das mulheres sobre a violência doméstica e alteraram a situação de violência doméstica vivenciada.

Em busca de tentar solucionar tais questionamentos, esta pesquisa tem como objetivo geral analisar, sob o paradigma social da Ciência da Informação, de que forma a mediação dos conteúdos informacionais dinamizados pela Casa Abrigo contribui no desenvolvimento do protagonismo das mulheres, impactando nas percepções sobre a violência doméstica e o rompimento do ciclo de violência. Assim, buscando solucionar a problemática da presente pesquisa a fim de alcançar os objetivos traçados, esse estudo irá se ancorar nos procedimentos metodológicos escolhidos e descritos a seguir.

5.1 CARACTERIZAÇÃO E DELINEAMENTO DA PESQUISA

Este estudo caracteriza-se como **estudo de caso** realizado na Casa Abrigo da Paraíba, campo empírico da presente pesquisa. Para Fonseca (2002, p. 33), o estudo de caso “visa conhecer em profundidade o como e o porquê de determinada situação que se supõe ser única em muitos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico”. Desde sua implantação em 2011 até 2018, a Casa Abrigo não havia permitido a realização de pesquisas em seu âmbito devido ao caráter sigiloso do órgão.

Nesse estudo acredita-se que conhecer o protagonismo das mulheres que acessaram a CA contribuirá para reflexões e ações visando a coibição da violência. Dessa forma, corrobora-se com o pensamento de Harding (1998) quando afirma ser fundamental reconhecer a importância da experiência das mulheres como recurso para a análise social, tendo em vista que estas experiências trazem implicações óbvias para a estruturação da vida social em sua totalidade.

Em relação ao tipo de pesquisa, Sampieri (2006) classifica uma pesquisa em quatro tipos: exploratória, descritiva, correlacional e explicativa. Baseado nas classificações do autor, compreende-se que esta é uma **pesquisa descritiva**, visto que, nesse tipo de pesquisa o (a) pesquisador (a) descreve situações ou acontecimentos sobre determinado fenômeno e como este

se manifesta, especificando as propriedades e características do mesmo por meio da análise (SAMPIERI, 2006). Nesse caso, descrevemos como a mediação da informação dinamizada na Casa Abrigo contribui para o aprimoramento do protagonismo das mulheres vítimas de violência e relacionamos suas práticas ao processo de empoderamento das mesmas e o rompimento com o ciclo de violência.

Quanto a natureza das fontes, será uma **pesquisa de campo e documental**. No tocante a essa última, recorre a fontes diversas que não tiveram tratamento analítico (FONSECA, 2002; GIL, 2008). Nesse aspecto, utilizou-se como fonte documental as fichas de atendimento da CA a fim de extrair informações pessoais, socioeconômicas, dados dos agressores e tipificação da/das violência/as a que foram acometidas os (as) sujeitos (as) da pesquisa. Realizou-se uma revisão bibliográfica antecedente a sua realização para que a pesquisadora pudesse se apropriar sobre o assunto para prosseguir o processo de pesquisa e solucionar a problemática. Além disso, na pesquisa de campo utilizou-se, além das fontes documentais, o contato com os (as) sujeitos (as) inseridos em um determinado meio social a fim de coletar e analisar as informações de forma mais direcionada e profunda. De acordo com Gil (2008, p. 57), esse tipo de pesquisa “procura muito mais o aprofundamento das questões propostas do que a distribuição das características da população segundo determinadas variáveis [...] apresenta muito maior flexibilidade”.

Mediante os aspectos aqui apresentados, vale ressaltar que esta pesquisa possui uma **abordagem mista**, articulando as abordagens quanti e qualitativa, de modo que estas não se oponham, mas se complementem. Para Dietrich, Loison e Roupnel (2015, p. 172), quando usados dessa forma esses dois métodos “[...] se nutrem mutuamente, aportando assim uma mais-valia científica ao trabalho de pesquisa, cada um respondendo então a um questionamento preciso, sem que nenhum deles seja subordinado ao uso ou aos resultados do outro.”

A abordagem quantitativa é necessária, pois trabalhamos com dados quantificáveis tendo em vista que para alcançar o primeiro objetivo específico desta pesquisa essa abordagem é essencial e necessária. De acordo com Fonseca (2002, p. 20), essa abordagem “[...] recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis, etc [...]” (FONSECA, 2002, p. 20) e é utilizada para quantificar as mulheres que utilizaram os serviços da CA durante o período de análise, e explanar por meio de tabelas e gráficos as informações estatísticas sobre as seguintes variáveis: idade, faixa etária, estado civil, escolaridade, ocupação, caracterização étnico-racial, orientação sexual, tipo de domicílio, situação de moradia, remuneração individual, remuneração familiar, situação econômica, programas sociais, familiar acompanhante da Casa Abrigo, idade do agressor, profissão do

agressor, tipo de relacionamento com o agressor, escolaridade do agressor, quantidade de tempo que sofre violência, tipo de violência, local da violência, órgãos de encaminhamento e tempo de abrigo na CA. Esses dados deram subsídios para traçar o perfil socioeconômico das mulheres, alcançando assim o primeiro objetivo específico deste estudo.

Quanto à abordagem qualitativa, nas ciências sociais, esse tipo de pesquisa difere da abordagem quantitativa, pois não visa quantificar dados, nem operacionalizar variáveis. Ela parte de uma perspectiva mais realística, que envolve relações sociais de uma forma mais profunda, estudando a um universo de significados, crenças, valores, atitudes e aspirações (MINAYO, 2008). Dessa forma, nos detemos à abordagem qualitativa no segundo momento da pesquisa devido a sua forma de lidar com o universo das representações e dos significados expostos pelos sujeitos da pesquisa.

Partindo desses pressupostos, trabalhamos com as experiências das mulheres vítimas de violência que foram direcionadas para o abrigo como fundamento para analisar o protagonismo das mesmas, visto que essas mulheres se configuram como sujeitos informacionais dentro de um contexto social. Buscamos por meio da interação entre a pesquisadora, as profissionais que fazem parte da equipe que compõe a CA e algumas mulheres que tiveram acesso ao sistema de abrigo, uma forma de aproximação que permitiu visualizar além do comportamento externo e observável dessas mulheres, visando enriquecer a presente pesquisa de modo que todos os objetivos sejam alcançados.

5.2 COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

A fase da coleta dos dados foi dividida em dois momentos: o primeiro se deu na coleta dos dados quantitativos, extraídos por meio da consulta às fichas de atendimentos da CA; e o segundo momento foi trabalhado as informações coletadas por meio de entrevistas com algumas mulheres que tiveram acesso a Casa Abrigo. Ressaltamos que para a construção do referencial teórico houve a necessidade de realizar entrevistas com integrantes da equipe técnica da CA e com uma integrante do movimento feminista da Paraíba, que também foi integrante da primeira gestão estatal de implantação das políticas públicas no Estado.

A fim de dinamizar o processo de pesquisa buscamos estabelecer um meio de compartilhamento de saberes entre os (as) profissionais da Casa Abrigo e a pesquisadora para que esta pudesse conhecer a dinâmica de funcionamento do serviço por meio das informações fornecidas, tendo em vista que a informação é considerada por Marteleto (2009, p. 134) como uma “forma moderna de veiculação e expressão de visões de mundo diferentes, porque

elaboradas a partir de experiências de vida diversas e contraditórias”. O primeiro contato com essas profissionais proporcionou uma visão geral de como funciona o sistema de abrigo e algumas situações corriqueiras desse processo, vivenciadas por elas diariamente. Essa interação permitiu o estreitamento de laços e estimulou o desenvolvimento das atividades decorrentes da pesquisa.

Assim, a primeira fase da coleta se deu no período de dezembro de 2018 a janeiro de 2019. Esse processo foi realizado por meio do contato com o acervo da CA que dispõe dos processos de cada usuária atendida no órgão. Devido ao caráter sigiloso do endereço, a coordenadora da casa enviou as caixas que compõem o acervo para a Secretaria da Mulher e Diversidade Humana, para que essa atividade fosse realizada lá, sob supervisão da equipe da secretaria, pois as informações contidas nesse acervo também se configuram como sigilosas.

Antes de ter contato com os processos de cada mulher acolhida na CA acreditava-se que as fichas de atendimento seriam suficientes para obter as informações necessárias, porém, no decorrer dessa atividade de coleta verificamos a insuficiência de informações nas fichas e foi necessário buscá-las em outros itens documentais que compunham os processos, como por exemplo, os Boletins de Ocorrência (BO), xerox de documentos de identificação pessoal, termos de compromissos emitidos pela CA, entre outros. Esse tipo de situação não ocorreu em todos os casos, porém, nos que foram necessários, foi tomada essa medida.

Cabe salientar que, mesmo quando as fichas de atendimento continham todas as informações necessárias que se estava buscando, a leitura do processo se tornava inevitável, pois o olhar minucioso sobre cada caso tornou possível o conhecimento da história de cada mulher e a real situação que as fizeram procurar ajuda na rede de atendimento, e mais precisamente, na CA, e isso foi de extrema importância para o amadurecimento da pesquisadora do presente estudo.

Para além disso, ressalta-se que, ainda durante esse processo, não foi possível deixar de lado o olhar de profissional da informação e, na condição de Arquivista, foi possível perceber alguns déficits no processo de gestão documental à medida que se deparava com o acervo documental da CA, sendo essa uma situação decorrente da ausência de um (a) arquivista atuando no órgão.

Apesar do foco da pesquisa não ser voltado para organização do acervo da CA, foi inevitável a aplicação de práticas arquivísticas no mesmo. Para tanto, foi realizado um diagnóstico prévio da situação do acervo e relatado à coordenação geral da CA, e solicitado autorização para realizar alguns procedimentos técnicos (superficiais e imediatos) em alguns documentos para tentar preservá-los por um período maior de tempo, e que de prontidão foi

concedido. Visto isso, a pesquisadora deste estudo foi convidada pela coordenadora geral da CA a realizar algumas intervenções no acervo e sugerir melhorias na gestão documental. O convite de prontidão foi aceito mediante a importância do processo de troca de conhecimento que a pesquisa científica proporciona, além do desenvolvimento de ambas as partes envolvidas nesse processo.

No tocante aos dados coletados nessa fase da pesquisa, utilizamos como ferramenta de auxílio, a planilha do Excel para melhor organizar os dados e produzir os gráficos para melhor ilustrar os resultados. As variáveis utilizadas para padronizar esses dados foram construídas em consonância com o projeto do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), desenvolvido pela orientadora deste estudo juntamente com alunas da graduação em Biblioteconomia da UFPB, Ana Patrícia Silva e Patrícia da Silva Oliveira, que sempre estiveram prontificadas a contribuir com a pesquisa, tendo em vista que integram, juntamente com a pesquisadora, o Grupo de Estudo e Pesquisa em Sociologia e Informação (GEPSI).

Na segunda fase de coleta dos dados, utilizamos a técnica de **entrevistas**, haja vista que esta é uma das técnicas mais utilizadas em pesquisas realizadas no âmbito das ciências sociais e se configura como uma forma de interação social (GIL, 2008). De acordo com Marconi e Lakatos (2003, p. 195), a entrevista “É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social.” Gil (2008) considera uma técnica bastante flexível e muito eficiente para obter informações sobre diversos aspectos da vida social. Dessa forma, para realizar a referida técnica (o) a pesquisador (a) formula perguntas para o (a) entrevistado (a) e se coloca a frente do (a) mesmo (a) mantendo um contato direto em busca de obter dados que supram as lacunas de sua pesquisa, dessa forma, o (a) entrevistado (a) se coloca como fonte de informação (GIL, 2008).

Pensando nisso, utilizamos como instrumento para aplicar a referida técnica o roteiro de entrevista semiestruturada, no qual foram elaborados três roteiros diferentes para cada momento da pesquisa. No total foram entrevistadas oito pessoas. O primeiro roteiro de entrevista foi aplicado às duas coordenadoras da Casa Abrigo (APÊNDICE A) em busca de conhecer a dinâmica de funcionamento do órgão, a importância desse mecanismo no enfrentamento à violência contra as mulheres e a percepção dessas profissionais no dia-a-dia de sua atuação na CA.

O segundo roteiro foi utilizado na entrevista realizada com a gerente da Gerência de Equidade de Gênero da SEMDH (APÊNDICE B), visando obter informações sobre a implantação de políticas públicas para as mulheres no estado da Paraíba, pois encontramos

lacunas na produção científica sobre o tema. A entrevistada participou enquanto integrante do movimento feminista e enquanto integrante da primeira gestão estatal de implantação das políticas públicas.

Por último, e de suma importância para o presente estudo, aplicamos o terceiro roteiro de entrevista semiestruturada (APÊNDICE C), direcionado para as mulheres que tiveram acesso à Casa Abrigo, uma vez que estas foram as principais interlocutoras desta pesquisa. Assim, foram realizadas cinco entrevistas no ano de 2019: quatro com mulheres em situação de abrigo, e uma com uma mulher que já havia saído da CA, estando em convívio social. Essa escolha deve-se a relevância de conhecer ambas as percepções, tendo em vista que são realidades distintas que mereciam ser exploradas.

Cabe ressaltar que a amostra de mulheres acolhidas na CA que aceitaram o convite para participar do presente estudo foi selecionada de acordo com a disponibilidade das mesmas e a aprovação da equipe técnica da casa, uma vez que, elaboramos perguntas que extraíssem os significados atribuídos à percepção de violência antes, durante e após a vivência na casa. Isso se torna possível devido a colaboração da equipe que compõe a CA que desde o início da pesquisa sempre esteve de prontidão para colaborar para realização da mesma.

Quanto ao local em que essas entrevistas aconteceram, destacamos que quatro mulheres foram entrevistadas na Secretaria da Mulher e Diversidade Humana, em João Pessoa, no qual as mesmas foram levadas para manter em segurança o endereço da CA, tendo em vista que se encontravam ainda em situação de abrigo. Uma das entrevistas foi realizada no Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes, localizado na cidade de Campina Grande, com uma mulher que já esteve na CA.

Para a análise dos dados coletados nas entrevistas com as mulheres utilizamos a análise de conteúdo, muito utilizada nas pesquisas sociais, e conceituada por Laurence Bardin como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando ao procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitem inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/ recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2010, p. 42).

A análise de conteúdo se dá por meio da aplicação de várias técnicas em busca de fazer um levantamento de indicadores (quantitativos ou não), por meio da descrição de determinado conteúdo transmitido através do processo de comunicação, em busca de gerar conhecimento. Para tanto, utiliza-se de procedimentos sistemáticos para descrever mensagens e atitudes atreladas a algum contexto de enunciação, bem como inferências sobre os dados coletados (CAVALCANTE; CALIXTO; PINHEIRO, 2014).

Nesse tipo de análise, Minayo (2009) destaca os seguintes procedimentos metodológicos: categorização, inferência, descrição e interpretação. Estes não são utilizados necessariamente nessa ordem, pois depende das escolhas do pesquisador, que deve considerar seu objeto de estudo, a natureza do material que dispõe, e a perspectiva teórica adotada pelo mesmo.

Bardim (2010) considera a categorização uma das técnicas da análise de conteúdo mais antigas e utilizadas na prática, pois a análise por categorias “Funciona por operação de desmembramento do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamentos analógicos [...]”, e são empregadas para se estabelecer classificações.

Assim, destacamos que neste estudo foram estabelecidas categorias para melhor expor os resultados da pesquisa e consequentemente alcançar os objetivos propostos, a saber: a) História da violência; b) Ciclo da violência; c) Acesso e busca de informação protagonizado pelas mulheres para romper com a situação de violência; d) Conteúdos informacionais mediados na CA; e) Percepção sobre a violência antes da mediação da informação na CA; f) Vivência na Casa Abrigo; g) Protagonismo das mulheres, apropriação da informação e resistências.

Essas categorias foram resultantes do processo de escuta, transcrição consolidada e várias leituras das entrevistas a fim de identificar o conteúdo que atendia a pesquisa. Dito isso, aborda-se no tópico seguinte o campo de pesquisa do presente estudo para conhecimento de como o mesmo se caracteriza. A construção do texto teve a contribuição das duas coordenadoras da CA, identificadas como C1 e C2, que se prontificaram a fornecer informações sobre a dinâmica de funcionamento e a experiência das mesmas no órgão por meio de uma entrevista. Isso foi fundamental para o entendimento e apropriação da temática. O nome das mesmas será preservado por questão de sigilo.

5.3 CAMPO DE PESQUISA

A Casa Abrigo é uma moradia protegida, temporária, com atendimento integral, oferecida pelo Estado da Paraíba como último recurso à mulher em situação de violência e que se encontra em risco iminente de morte. Criada em outubro de 2011, a CA é mais uma política pública na luta pelo enfrentamento à violência contra as mulheres, coordenada pela Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana (SEMDH), responsável por supervisionar o serviço de atendimento realizado na Casa Abrigo.

Assim, a CA é mais um serviço no âmbito das Políticas Públicas de combate à violência contra a mulher, adotada no Estado da Paraíba para complementar os serviços já existentes. A Casa tem capacidade para abrigar 20 mulheres e 10 crianças e/ou adolescentes. O período de abrigo é de até 90 dias, prorrogável por igual período nos casos excepcionais e após avaliação da equipe multiprofissional da Casa Abrigo. A segurança da CA conta com a parceria da Secretaria Estadual de Segurança Pública do Estado para garantir segurança em período integral. Seu acesso é restrito e o endereço é secreto, além de possuir normas internas de segurança.

5.3.1 O encaminhamento à CA

As mulheres que buscam os serviços da Casa Abrigo se encontram em risco iminente de morte proveniente da violência doméstica, e são encaminhadas para a CA após passar por algum serviço de referência de proteção a mulher, como: Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (DEAMs), Delegacias Distritais, Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência da Mulher (CRM), Núcleos de Defensoria Especializada, Promotoria Especializada da Violência contra a Mulher, Juizado da Violência contra a Mulher, Organismos de Política para Mulheres, Conselhos de Direitos da Mulher, ONGs feministas, grupos de mulheres e organizações da sociedade civil. Assim, quando não há mais alternativas de busca por ajuda, a CA é acionada.

A solicitação do abrigo passa, necessariamente, pela SEMDH durante os dias úteis e em casos de finais de semana e feriados o contato é direto com a coordenadora geral da CA.

A gente funciona 24hrs porque tem que ser regime de plantão, tem um celularzinho que todo dia uma técnica fica, e se tiver abrigo de noite, de madrugada, aí se desloca. Isso é dia de final de semana, feriado, é direto! E as coordenações juntas! Mas é um trabalho interessante! (C1)

A casa abriga mulheres vítimas de violência doméstica sem limite de idade e suas/seus filhas/os crianças e adolescentes de até 16 anos. Para tanto, é necessário que as vítimas venham munidas de um Boletim de Ocorrência (BO) formalizado com representação contra o agressor, pois este é um requisito condicionante para o abrigo, salvo nos casos de reincidência; e caso tenha filhos (as), também é necessário um relatório do Conselho Tutelar informando o encaminhamento das crianças ou adolescentes para o serviço. Além disso, devem possuir residência no estado da Paraíba ou que tenham sido ameaçadas e/ou agredidas em sede do

Estado. No entanto, já houve exceções em casos que algumas mulheres vêm encaminhadas de outros estados para serem abrigadas na CA por questão de segurança, tendo em vista que a razão que as fizeram chegar ao abrigo é a mesma das demais residentes no estado da Paraíba, ou seja, a violência doméstica.

Os casos oriundos dos municípios (conveniados) de João Pessoa, Cabedelo, Bayeux, Conde e Santa Rita, são avaliados pelo Centro de Referência Ednalva Bezerra que encaminha para a SEMDH, enquanto os demais municípios já encaminham os casos direto para a SEMDH, que solicita a equipe técnica da Casa Abrigo para avaliar o caso e dar o veredito sobre a possibilidade/necessidade ou não de abrigamento da vítima.

Quando identificado um possível caso de abrigamento, a equipe técnica da CA faz uma entrevista de avaliação para admissão no serviço de abrigamento por meio da realização de uma triagem. Alguns perfis não são compatíveis para abrigamento como por exemplo: dependentes químicos, pessoas com envolvimento com o tráfico, ou com transtornos mentais. Após identificada alguma dessas situações, o órgão demandante encaminha a mulher para outro serviço.

A Casa Abrigo tem uma especificidade que seria acolher mulheres vítimas de violência doméstica com ameaça de morte, porém, a gente já recebeu diversos tipos de mulheres, que apesar de estar dentro do perfil de “vítima de violência”, ela traz outras questões, como dependência química, deficiência. Transtorno a CA não recebe porque não tem condições físicas, apesar de algumas mulheres que já deram indícios do problema (C1).

Tudo isso permeia essas mulheres que sofrem violência, né?!” e isso é um desafio para a Casa Abrigo! A gente tem constantes desafios! (C2).

Segundo as coordenadoras, muitas vezes a deficiência não é percebida no primeiro momento, só após começarem a conviver com as vítimas diariamente. Percebe-se então que, mesmo seguindo uma linha de funcionamento, a CA se depara com alguns desafios, as vezes considerados imprevistos, que aponta para a necessidade de replanejamento para não pôr em risco a vida de uma mulher que foi levada a se abrigar, nem tão pouco da equipe que atua na referida casa.

5.3.2 Entrada e estadia na CA

A entrada na Casa Abrigo se dá mediante alguns procedimentos que são realizados para garantir a ciência da vítima quanto ao funcionamento, as normas, os direitos e deveres que estas devem seguir e respeitar durante o abrigamento.

A situação que chegam no abrigo, isso é super importante pra gente porque umas vem com algum ferimento, umas sem ferimentos, conta com que tipo de violência. (C2)

Inicialmente, quando a vítima chega a CA a técnica recebe e acolhe a vítima. Dependendo do estado emocional que a mesma se encontra é preenchido uma ficha de atendimento. Na ficha de atendimento são inseridas as informações das mulheres durante o abrigo, nela há o monitoramento completo da vítima de acordo com a área de atendimento, como por exemplo, psicológica, de saúde, jurídica, assistência social.

Por seguinte, a técnica que acolhe a mulher lê o Regimento Interno e as Normas de rotina da Casa onde a acolhida deve concordar, assinando o Termo de Compromisso. Ao assinar esse termo a vítima

se compromete a não comentar ao sair da casa onde ela está, porque o endereço é sigiloso, mas aí um dos pontos é ela não se deslocar da casa, não sair, então ela não sai! (C2).

Enquanto isso acontece, é preparado um kit de abrigo onde a vítima recebe roupa de cama e banho e todo material de higiene. O material de higiene é repostado a cada quinze dias. Caso a mulher tenha filho (a) pequeno (a) e este precise de fraldas descartáveis, também é oferecido. Esse kit de abrigo é fornecido à abrigada após o procedimento de revista.

O momento da revista é feito com apoio da polícia militar que faz o procedimento recolhendo todos os pertences da vítima (celulares, dinheiro, medicamentos e instrumentos perfurocortantes) que deverão ser retidos pela Casa Abrigo para evitar possíveis contatos com pessoas externas e/ou situações que venham a comprometer a segurança das abrigadas.

Depois do acolhimento, a mulher passa por um atendimento psicológico - que é a escuta - e depois passa a ter uma escuta jurídica e social que às vezes a equipe prioriza que aconteça simultaneamente para que a mulher não se desgaste ao ficar lembrando a violência sofrida. As mulheres em situação de abrigo são de vários níveis sociais. As coordenadoras relataram que a maioria das vítimas são de baixa renda e possuem benefícios sociais, como por exemplo, o Bolsa Família, porém, também acolhem mulheres com um nível social mais elevado.

[...] a gente já recebeu classe média e média alta, pouco mais já recebeu. (C2)

A prioridade é a segurança, o acolhimento e o cuidado com ela pra ela sair com um mínimo de perspectiva de vida, de plano de vida. (C1)

Quanto à alimentação, a CA oferece 6 (seis) refeições básicas ao dia, distribuídas em: café da manhã, almoço, jantar e lanches. Quando algumas mulheres desejam comprar algo que a casa não oferece, como fraldas especiais para os filhos (as), cigarros, etc, a equipe libera, desde que seja comprado com a renda delas.

As mulheres abrigadas possuem direitos e deveres dentro da CA, e um de seus deveres é contribuir na gestão da casa aos finais de semana. Além disso, a interação com outras mulheres também pode contribuir para distração e o estabelecimento de laços de amizade durante o período de abrigamento.

[...] no final de semana e feriado quando a equipe não tá presente, é dela, ou seja, é a coparticipação dela nos serviços habituais da casa (cozinha, limpeza, sabe?) porque a gente tem uma equipe de auxiliar de serviços (uma cozinheira, uma menina da limpeza) mas de segunda a sexta, mas sábados, domingo e feriados fica por conta delas. E é bom porque elas participam da gestão. (C2)

Quanto ao sigilo do endereço da CA, este é mantido pelos (as) profissionais que atuam na Casa e conta com a colaboração das mulheres, já que estas assinam um termo de compromisso em que devem manter sob sigilo o lugar onde estão.

A gente pede pra fazer o sigilo né, que é ela não comentar onde ela está! (C2)

No tocante à segurança das vítimas, periodicamente a equipe da CA discute medidas preventivas de segurança junto à Polícia Militar e desenvolve um serviço de sensibilização das mulheres quanto a necessidade de sigilo pós-abrigamento. A saída das vítimas durante o abrigamento é possível desde que realizadas com o acompanhamento de uma técnica da Casa Abrigo, um policial masculino e outro feminino. Isso é necessário para garantir a segurança das vítimas no período fora da Casa.

[...] elas não saem a não ser que seja assim uma coisa de saúde que a gente não possa resolver na casa, aí muitas delas quando sai pra fazer determinado serviço de saúde aí elas visualizam o espaço aonde ela tá, aí o sigilo é isso. (C2).

5.3.3 A equipe profissional da CA

A Casa Abrigo conta com uma equipe de apoio que se caracteriza da seguinte forma: a coordenação composta por duas coordenadoras (coordenação geral e coordenação administrativa); uma equipe multidisciplinar (advogada, assistente social, educadora, arte educadora, psicóloga e enfermeiras); a equipe administrativa (agente administrativa, motoristas, cozinheira, auxiliar de serviços gerais); e a equipe de segurança composta por Policiais Militares e policial de patrimônio.

A equipe técnica da CA realiza reuniões continuamente para discutir a situação de cada mulher em situação de abrigo, as mulheres são ouvidas neste processo.

[...] a equipe senta e vê o que é melhor pra ela. Que na realidade quase que diariamente a gente faz essas reuniões para saber como vai fazer. O que fazer com as que saíram, as técnicas com a gente tá sempre trocando os caminhos. (C1)

No tocante as fichas de atendimentos, as entrevistadas relataram ser estas desatualizadas perante as necessidades informacionais que a CA requer.

Aí a gente acha até que precisava de mais coisas, que hoje a gente sente falta (C1).

A gente sente falta na ficha, [...] por exemplo, na renda das mulheres, porque uma mulher que recebe 70 é diferente da mulher que recebe 230, mas tem os filhos e tal..., a gente tá tentando colocar a renda das mulheres, mais quanto, porque aí não tem, só tem... sabe! (C1)

A necessidade de informações por parte das coordenadoras mostra que é preciso inserir novas variáveis, nas fichas de atendimento, e potencializar o fluxo informacional, tendo em vista que alguns dados não são recolhidos, prejudicando traçar o perfil das mulheres. Além das fichas de atendimento, as coordenadoras realizam relatórios mensais para monitorar a situação das mulheres vítimas e da CA.

Nesses relatórios há uma estatística de quem entrou na casa, onde tem mais ou menos o perfil. Todo mês a gente preenche (C1).

As coordenadoras demonstram gostar do serviço que exercem na CA, apesar dos desafios que ocorrem no dia-a-dia e de estarem cotidianamente imbrincadas em situações de violência contra as mulheres.

A gente gosta muito do serviço. É muito desgastante, a gente fica muito tensa. Tem situações que ... A gente se envolve também. (C1; C2)

Assim, percebe-se que trabalhar na CA é algo que envolve muita dedicação, comprometimento, paciência e humanização, pois lida diretamente com mulheres vítimas de violência em diferentes níveis e isso, direta ou indiretamente, influencia na vida da equipe também, tendo em vista que os membros da mesma acabam se envolvendo com as mulheres em situação de abrigo, construindo laços afetivos entre elas.

5.3.4 Os atendimentos disponibilizados pela CA

A CA oferece atendimento integral e interdisciplinar às mulheres e seus (as) filhos/as, em especial nas áreas pedagógica, psicológica, social e jurídica, promovendo condições objetivas de inserção da mulher na sociedade. De acordo com a coordenadora geral, a CA sempre recebe mais filhos que mulheres.

Tem mulher que chega com 5 filhos, uma chegou com 8 crianças (C1).

As ações da Casa Abrigo são conjugadas a programas de saúde, emprego e renda, moradia, educação, profissionalização, entre outros. Além disso, as mulheres abrigadas na casa

recebem todo um suporte informativo que as instruem a reconhecer seus direitos e deveres como cidadãs e os meios para efetivá-los.

No campo da assistência social, as mulheres recebem auxílio para conseguir ou reativar benefícios sociais, como, por exemplo, o bolsa família, além da aquisição ou regularização de documentos, visto que algumas (mulheres e crianças) chegam à casa sem documentação. Muitas, conseguem, por meio de parcerias da equipe da CA com as prefeituras o aluguel social e o auxílio reclusão. Por meio dessa assistência social, muitas mulheres conseguem apoio e retorno ao seio familiar que em alguns casos se encontram fragilizados. A equipe busca construir, juntamente com as mesmas, um plano de vida para que elas possam viver independentemente.

No âmbito jurídico, as mulheres recebem todo um aparato pela advogada da CA que atua acompanhando todos os casos das acolhidas, agilizando os processos e resolvendo, por exemplo, os casos de divórcios, guarda dos (as) filhos (as), assim como o acompanhamento de medidas protetivas expedidas para o agressor.

No que tange à saúde, a CA possui convênio com hospitais que atendem às mulheres e seus (as) filhos (as) onde estes (as) passam por um checkup completo para garantir a saúde de modo geral. Também existe convênio com creches e escolas do município e do Estado para que as crianças que venham a ser acolhidas na casa possam dar continuidade aos estudos, não comprometendo assim o ano letivo da criança assim como os benefícios sociais que a família recebe de acordo com a permanência da criança na escola.

Os filhos permanecem na escola, a gente consegue manter por causa do bolsa família, para não prejudicar a bolsa, e muitas só vem com a renda do Bolsa aí pra não perder a gente tem as escolas parceiras, aí elas ficam como alunos ouvintes, mas a frequência delas é mantida [...]. (C2)

A CA oferece os seguintes serviços e atividades para os(as) sujeitos em situação de abrigo:

- a) Acompanhamento psicológico individual e coletivo;
- b) Avaliação e acompanhamento na área de saúde;
- c) Intermediação do acesso das mulheres aos benefícios e serviços sociais bolsa família, cartão SUS e documentação);
- d) Inclusão das mulheres em situação de abrigamento em cadastros de linha de crédito voltados para o empreendedorismo (empreender mulher);
- e) Oficinas de higiene pessoal, educação doméstica, planejamento familiar, postura e comportamento;

- f) Inserção escolar e ações pedagógicas recreativas e reflexivas às mulheres, suas filhas e seus filhos;
- g) Acompanhamento da mulher vítima de violência doméstica e familiar em delegacias, promotorias e fóruns, em diligências simples ou em audiência;
- h) Acompanhamento de inquéritos e processos judiciais envolvendo as mulheres e suas/seus filhas/os em situação de abrigo;
- i) Promoção de oficinas temáticas sobre os direitos, bem como outras temáticas (relações de gênero, violência contra a mulher, identidade);
- j) Elaboração de um Plano de Vida.

Segundo as entrevistadas, pelas experiências que elas já tiveram e o contato com outras casas abrigo no país, relataram que:

Com essas características de cuidado [...] a CA é a que faz um serviço mais centralizado na mulher. A gente cuida da mulher como um todo. (C1)

Um dos serviços oferecidos pela equipe da CA que merece ressalva são algumas atividades interativas que são promovidas promovida às mulheres, assim como para seus (as) filhos (as).

Já houve caso de uma mulher não conhecer o mar e a gente apresentar pra ela. O mar é a atração principal. (C1)

Todos os serviços da CA objetivam garantir a integridade física e/ou psicológica das mulheres, em risco de vida, auxiliando no processo de reorganização de suas vidas, buscando resgatar a autonomia e autoestima, sem prejuízo nem diminuição dos seus direitos e deveres enquanto cidadãs. Para além disso, busca por meio dos serviços e convívio dentro da CA resgatar os vínculos entre filhos(as) e familiares fortalecendo assim os laços afetivos das relações.

5.3.5 O pós-abrigo

O desabrigo das vítimas ocorre quando: Alcançado o tempo máximo permitido; Avaliação da equipe; Superação da medida que gerou o abrigo; Reincidência de alguma advertência das regras internas da Casa, sob a avaliação da equipe; Desistência por ato volitivo da mulher.

Ao sair da CA, a equipe técnica faz o monitoramento pós-abrigamento durante o período de três meses. Essa atenção oferecida pela CA é muito importante para saber se as mulheres conseguiram reestruturar suas vidas e de fato romper com o ciclo de violência e convívio com o agressor. Por meio desse monitoramento, a equipe procura saber se a vítima conseguiu casa própria, trabalho e se as crianças estão frequentando a escola, etc. Essas informações se configuram como reflexo da eficácia do trabalho desenvolvido na CA.

Muitas chegam sem nada lá, até a documentação zerada e sai, com toda documentação dela, dos filhos, com os tratamentos de saúde, ginecológico, que chega com a saúde lá em baixo, a gente consegue dar uma melhorada (C2).

O monitoramento é suspenso após os três meses estabelecidos e no caso em que a vítima retorna para o agressor. De acordo com as coordenadoras é muito pequeno o número de vítimas que saem e retornam para a Casa Abrigo.

O maior índice de vítimas não volta, porque elas saem empoderadas e além do mais elas já estão no último estágio do ciclo da violência, principalmente quem chega machucada. (C1)

A partir desse relato é possível perceber que as mulheres chegam na casa muito fragilizadas e a estadia passa a ter um significado muito importante na vida delas, pois as mesmas se empoderam e conseguem ter uma nova visão sobre a violência que sofriam.

Muitas mulheres antes e após sair da CA, tem todo um apoio da equipe técnica e conseguem se fortalecer, adquirindo um novo olhar pra vida, onde passam a se reconhecer enquanto sujeitos com direito à cidadania, liberdade de expressão, de conduta, liberdade de viver! Algumas mulheres que chegaram ao Abrigo sem nada (documentação dinheiro, integridade física e intelectual, saúde, moradia, vínculos afetivos com os filhos) passaram por uma reabilitação adquirindo uma nova perspectiva de vida.

Já teve casos de a equipe fazer uma cota e ajudar a vítima a mobiliar a casa para que ela consiga se reerguer (C1).

Ela conseguiu um aluguel social, o auxílio reclusão, todos os documentos dela e dos filhos (que o agressor havia extraviado), reativou bolsa família, supletivo” “Chegou no limite” Ela passou 6 meses, o máximo! Foi uma loucura! Ela não tinha pra onde ir e a gente conseguiu auxílio (C2).

Mediante o exposto, é possível perceber o quão importante são os serviços oferecidos pela CA e a sua relevância no enfrentamento à violência contra as mulheres. Apesar de ser uma medida extrema a mulher ficar em uma casa sigilosa longe do seu convívio social, se faz necessário mediante as circunstâncias que essas mulheres se encontram, pois preservar a vida torna-se mais que uma missão, é um direito de todo cidadão ou cidadã.

6 ASAS DA INFORMAÇÃO: PROTAGONISMO DAS MULHERES USUÁRIAS DA CASA ABRIGO DA PARAÍBA

Barreiras, obstáculos, impasses, dilemas e resistências. Apesar de sinônimos, essas são palavras que descrevem um pouco da vida de mulheres que vivem em situação de violência doméstica e que precisam recorrer a uma Casa Abrigo para manter-se com vida, segura e distante das agressões. Mulheres bonitas, mas escondidas pelas marcas da violência. Capazes, mas desmotivadas por não acreditar em si mesmas devido a desvalorizações constantes. Essa é a perspectiva de vida de algumas (a maioria) das mulheres que acessam uma Casa Abrigo.

No entanto, partindo da ideia de protagonismo social considera-se aqui que as mulheres acolhidas na CA assumem o papel de protagonista já no momento em que decidem procurar ajuda nos órgãos de atendimento à mulher, por meio de resistência à situação da violência a que estão expostas, buscando reverter o cenário da violência e os índices de feminicídio. De acordo com Gomes (2019, p. 13), o (a) “protagonista é aquele que age, que reage, que se ergue, que se coloca em relação aos interesses do coletivo.”

Após ter o primeiro contato com a CA e se deparar com o apoio da equipe técnica da Casa Abrigo, as mulheres iniciam um processo contínuo de ressignificação da violência e passam a se apropriar das informações adquiridas no processo de interação e mediação da informação, que acontece no contato das próprias usuárias da CA juntamente com a equipe de profissionais por meio de conversas e atividades interativas que possibilitam o desenvolvimento e aprimoramento do seu papel enquanto protagonistas. Isso acontece com o empoderamento das mesmas.

Dito isso, iremos inicialmente expor os dados quantitativos, coletados neste estudo, que mostram um panorama de como atua a Casa Abrigo desde sua implantação em 2011 até o ano de 2018, período em que os dados foram coletados. As informações expostas a seguir são de suma relevância para o órgão, assim como para a sociedade, pois contribuirá positivamente na disseminação da informação sobre essa política pública que atua no enfrentamento a violência doméstica no estado da Paraíba.

6.1 A CASA ABRIGO DA PARAÍBA: ATUAÇÃO DO ÓRGÃO REFLETIDA EM DADOS

A Casa Abrigo da Paraíba desde sua criação, em 2011, já realizou 164 atendimentos, dentre os quais, um total de 156 mulheres teve acesso ao serviço. No Quadro 5 demonstramos o número de atendimentos de mulheres por ano.

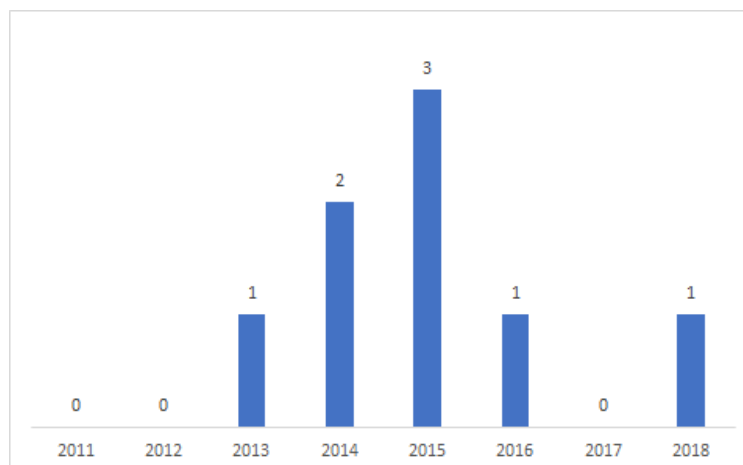
Quadro 5 – Quantidade de usuárias da CA (2011-2018).

ANO	USUÁRIAS
2011	1
2012	21
2013	22
2014	28
2015	26
2016	17
2017	25
2018	16
Total	156

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

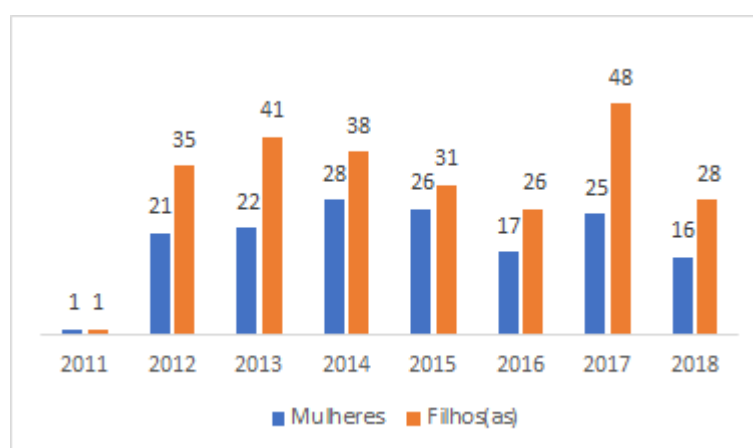
Durante o período de análise, de 2011 a 2018, houve casos de (re) abrigo, ou seja, algumas mulheres retornaram à CA por ainda estarem em situação de violência doméstica e risco iminente de morte. Observamos que no primeiro ano de funcionamento da CA (ano de 2011), foi acolhida apenas uma mulher, tendo em vista que sua implantação aconteceu em outubro de 2011 e a mesma veio para o abrigo em dezembro do corrente ano. No entanto, em 2014, a CA acolheu o maior número de mulheres, no qual houve dois casos de (re) abrigo.

Quanto aos casos de (re) abrigo, constatamos que oito mulheres retornaram a CA conforme mostra o Gráfico 1. Observamos que em três dos oito anos não houve casos de retorno de nenhuma mulher ao abrigo e que 2015 foi o período que mais atendeu essas mulheres.

Gráfico 1 – Casos de (re) abrigamentos na CA por ano (2011-2018)

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

As mulheres que procuraram abrigo na Casa, em geral, foram acompanhadas com seus (as) filhos (as), totalizando 248 crianças e adolescentes. No período analisado, ou seja, de 2011 a 2018, constatou-se que apenas em 2011 o número de mulheres (1) foi o mesmo de filhos (as) (1). Isso se deve ao fato de a casa ter acolhido uma mulher, acompanhada com seu (sua) filho (a), no final do ano em que foi inaugurado o serviço no Estado. Em contrapartida, nos demais anos, de 2012 a 2018, o quantitativo de crianças e adolescentes abrigados (as) foi quase o dobro do total de mulheres (156), como mostra o Gráfico 2.

Gráfico 2 - Número de mulheres e filhos (as)

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Assim como as mulheres, as crianças e adolescentes que chegam a CA também são acompanhadas pelas profissionais da casa, tendo em vista que muitas delas encontram-se em extrema vulnerabilidade à violência dentro de casa, pois além de presenciar a violência por parte dos pais, as mães muitas vezes acabam revidando nos (as) filhos (as) a violência que vem

sofrendo diariamente, perpetuando e aumentando o ciclo da violência familiar. Em consequência, as crianças/adolescentes acabam apresentando diversos distúrbios de comportamento, como hiperatividade e agressividade, de modo que podem naturalizar e introjetar a violência no seu agir (CARLOTO; CARLÃO, 2006; CERQUEIRA, 2016).

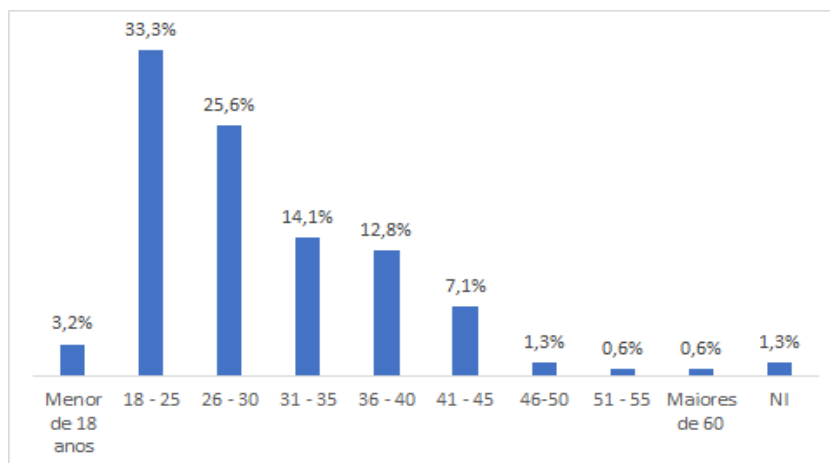
A partir da análise dos processos das mulheres que tiveram acesso à CA foi possível extrair informações sobre duas categorias: perfil socioeconômico das mulheres e as características da violência.

6.1.1 Perfil socioeconômico das mulheres que acessaram à CA

Para traçar o perfil socioeconômico das mulheres que tiveram acesso à CA no período de 2011 a 2018, extraímos dados das fichas de atendimentos das mesmas que permitiu apresentar e descrever: faixa etária, caracterização étnico racial, orientação sexual, estado civil, grau de escolaridade, ocupação, cidade em que reside, tipo de residência; renda individual e familiar, inserção em programas sociais, quantidades de filhos (as) acolhidos (as) na casa junto às mulheres.

Sobre a faixa etária, constatamos que 33,3% das mulheres possuíam entre 18-25 anos de idade, enquanto as mulheres entre 26-30 correspondiam a 25,6%. As que se encontravam entre 31-35 anos representaram 14,1% da população, e entre 36-40 equivalia 12,8% das mulheres. Somadas as faixas “41-45”, “46-50” e “51-55” encontra-se, 9% das abrigadas na CA. Da população analisada, 3,2% são menores de 18 anos e, em contrapartida, menos de 1% possuíam mais de 60 anos de idade. No Gráfico 3 é possível visualizar que a média de idade varia entre 18 a 45 anos de idade.

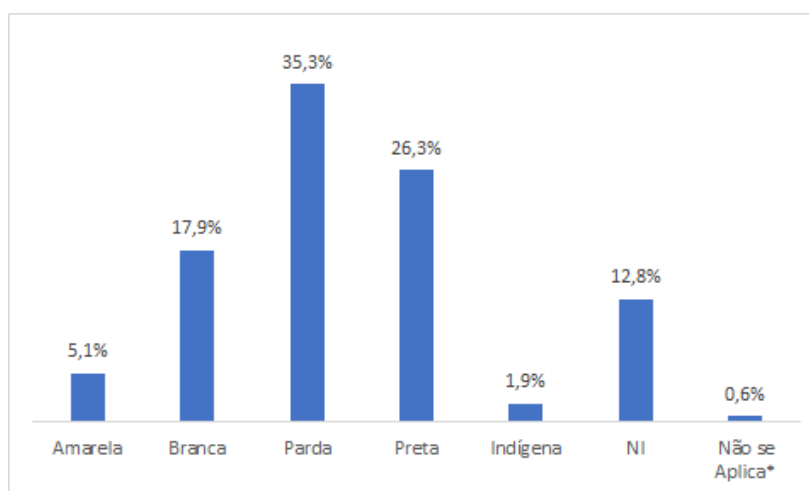
Esses dados condizem com as pesquisas nacionais que mostram ser por volta dos 30 anos de idade que ocorrem o maior índice de feminicídios no país.

Gráfico 3 – Faixa etária das mulheres que acessaram à CA (2011-2018)

Legenda: NI representa o quantitativo de mulheres que ‘não informou’.

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Sobre a caracterização étnico-racial, 17,9% são brancas, 35,3% pardas e 26,3% são pretas. As mulheres que se autodeclararam amarelas e indígenas representaram 8% do total, e 12,9% delas não informaram (NI) essa questão. No Gráfico 4 é possível observar como se caracterizam as mulheres que acessaram à CA durante o período analisado. Ressaltamos que esse dado na ficha de atendimento se refere à autoidentificação das mulheres, ou seja, não há interferência por parte da equipe da CA.

Gráfico 4 – Caracterização étnico-racial das mulheres

Legenda: NI representa o quantitativo de mulheres que ‘não informou’.

‘Não se aplica’ é referente a resposta de uma mulher que não de outro país que não quis se identificar nas classificações apresentadas.

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

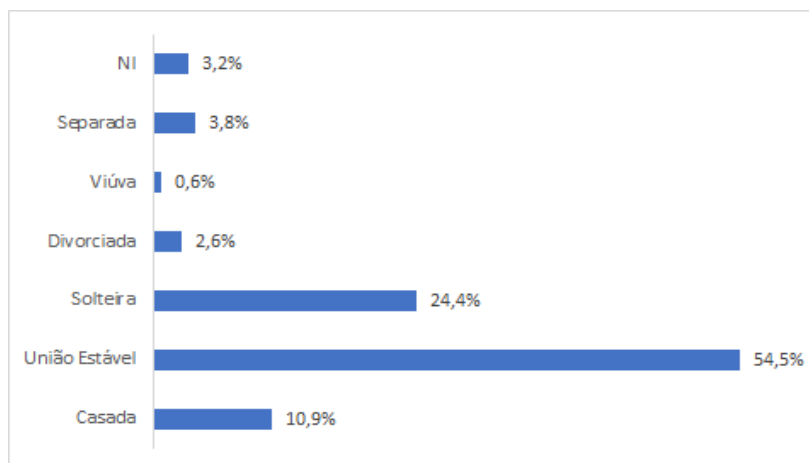
Nessa categoria é visível o quanto os marcadores sociais potencializam as desigualdades e reduz as possibilidades das mulheres romperem com a violência doméstica e a exclusão social. É neste contexto que o conceito de interseccionalidade¹⁵ foi formulado para evidenciar um problema social que “[...] trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras.” (CRENSHAW, 2002, p. 177). Torna-se também evidente a dificuldade que o Brasil possui na aplicação das políticas públicas que atendam as demandas de grupos específicos das mulheres.

No tocante ao dado ‘Não se aplica’, este representa a negação de 1 das 156 mulheres que passaram pela CA e que no preenchimento da ficha de atendimento se recusou a responder a essa questão. Segundo a técnica que a acolheu, a mulher - que não é brasileira - afirmou ser desnecessária a pergunta e que não queria se enquadrar nas classificações brasileiras. Cabe salientar que, apesar de não ter nacionalidade brasileira, a referida mulher estava residindo no Estado da Paraíba e se enquadra no perfil das acolhidas da CA.

Quanto à orientação sexual, 78,2% das mulheres se declararam heterossexual, 0,6% eram bissexuais e as outras 21,2% não informaram esse dado na ficha de atendimento da CA. A representatividade de mulheres heterossexuais, em sua maioria, está relacionada ao fato de que o relacionamento heterossexual, em geral, está imbricado pelos códigos hegemônicos de gênero.

O estado civil das mulheres variou entre solteira, casada, união estável, divorciada, separada e viúva. O Gráfico 5 ilustra o índice de mulheres de acordo com o estado civil das mesmas.

¹⁵ O conceito de interseccionalidade foi cunhado pela pesquisadora e ativista norte-americana, Kimberlé Crenshaw em sua tese de doutorado defendida em 1989. Porém, antes disso, várias feministas negras já utilizavam da análise interseccional se apropriando do conceito quando faziam crítica à universalização e essencialização da categoria mulher. (SOARES, 2016)

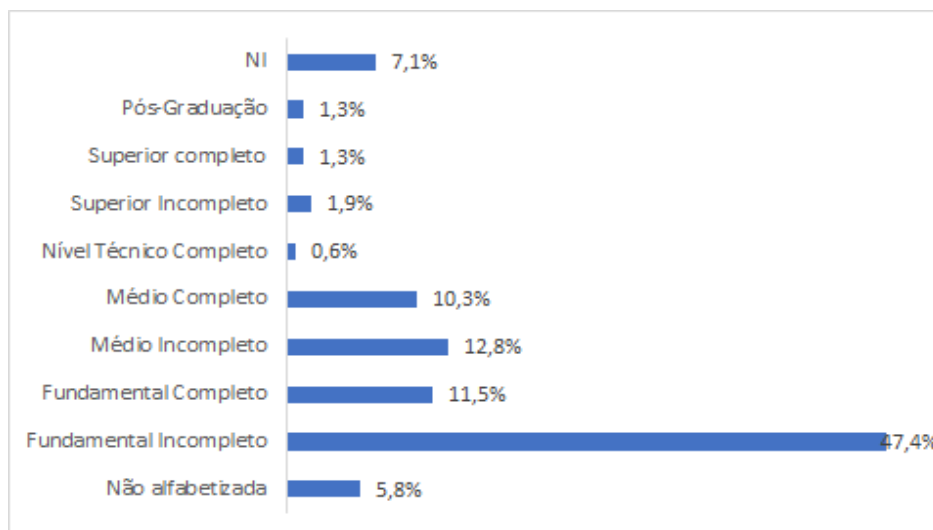
Gráfico 5 – Estado civil das mulheres abrigadas

Legenda: NI representa o quantitativo de mulheres que ‘não informou’.

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Observamos que 54,5% das mulheres viviam em união estável com o agressor e representavam a maioria da população analisada, 24,4% estavam solteiras, 10,9% casadas, 3,8% eram mulheres separadas, 2,6% divorciadas, e menos de 1% das mulheres acolhidas na Casa abrigo eram viúvas. Algumas mulheres, 3,8%, não informaram seu estado civil no ato do preenchimento da ficha de atendimento da CA.

Quanto ao grau de escolaridade das mulheres que tiveram acesso à CA durante 2011 a 2018, em sua maioria, ou seja, 47,4% possuem o ensino fundamental incompleto, e 12,8% também não terminaram o ensino médio. As mulheres que concluíram o ensino fundamental representam 11,5% do total, seguido de 10,3% da população analisada com o ensino médio concluído. Das mulheres que tiveram acesso à Casa Abrigo, 7,1% delas não informaram (NI) esse dado no momento do preenchimento da ficha de atendimento. Vale destacar que 5,8% das mulheres não eram alfabetizadas, fato que se pode inferir que esse quantitativo de mulheres possuíam uma vulnerabilidade informacional, o que dificulta talvez, o acesso às informações sobre os direitos que essas possuem para romper com o ciclo de violência doméstica que eram acometidas diariamente. Em contrapartida, 5,1% das mulheres que acessaram a Casa Abrigo representam a somatória das que possuem nível técnico completo, ensino superior incompleto, superior completo e pós-graduação. Esse último dado mostra que o grau de escolaridade não é fator de isenção para estar em situação de violência doméstica. Para melhor ilustrar esses dados, apresentamos no Gráfico 6.

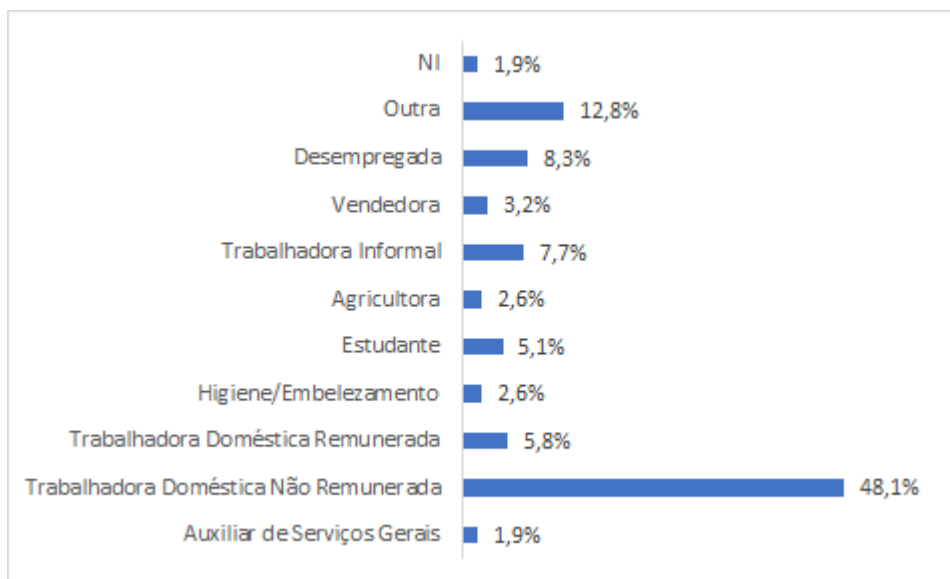
Gráfico 6 – Grau de escolaridade das mulheres abrigadas na CA

Legenda: NI representa o quantitativo de mulheres que ‘não informou’.

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Considerando que os maiores índices de violência doméstica, nessa amostra, acometeram mulheres com ensino fundamental incompleto e o menor esteve relacionado àquelas que progrediram nos estudos para além do ensino médio, inferimos que a escolaridade interfere parcialmente na busca por ajuda para o enfrentamento à violência, pois são mulheres potencialmente mais informadas. Porém, é importante salientarmos que esta não é uma condição para que muitas mulheres consigam sair das relações de poder, pois existem outros fatores que são levados em consideração pelas mesmas, como, por exemplo, a dependência financeira/e ou emocional em relação ao companheiro, a preservação da família por muitas vezes terem filhos (as) menores, o sentimento de vergonha, ou até mesmo, o desconhecimento de órgãos de apoio (SAFFIOTI, 1994).

Quanto à ocupação das mulheres que tiveram acesso à CA, constatamos que a maioria delas, 48,1%, são trabalhadoras domésticas não remuneradas, ou seja, são mulheres que se ocupam cuidando da sua própria casa. Outras ocupações foram citadas pelas abrigadas, como mostra o Gráfico 7.

Gráfico 7 – Ocupação das mulheres acolhidas na CA

Legenda: NI representa o quantitativo de mulheres que ‘não informou’.

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

O descritor ‘outra’, exposto no Gráfico 7, está relacionado à junção das ocupações descritas pelas mulheres ao chegar na Casa Abrigo, como: operadora de máquinas, artesã, desempregada, assistente social, profissional do sexo, comerciária e prestadora de serviços. A inserção nesse descritor deve-se ao baixo número de mulheres que se ocupavam em cada uma dessas profissões.

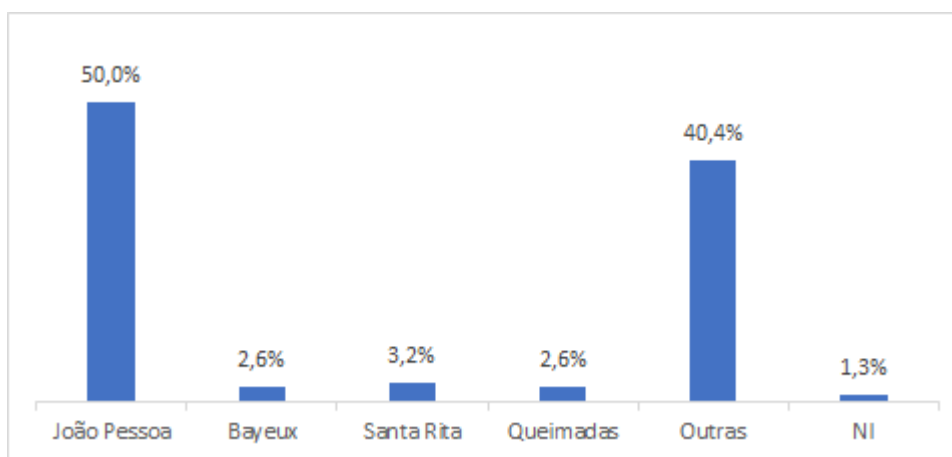
A partir dos dados expostos no Gráfico 7, é possível visualizar que a maior parte das mulheres que buscaram ajuda na CA não possuíam empregos com seguridade social e valorização social. O mercado de trabalho ainda é sexista quanto à aceitação das mulheres, e isso acaba impulsionando-as a procurar outra forma de sobreviver, como, por exemplo, trabalhar informalmente para sustentar a família, como é o caso de 7,7% das mulheres acolhidas na CA.

Para além disso, verificamos que as mulheres vêm para a CA encaminhadas de várias cidades do estado da Paraíba, e em alguns casos, de outros estados também. No Gráfico 8 é possível identificar os locais que residem essas mulheres, ao qual percebemos que, metade dessa população, ou seja, 50% delas residem em João Pessoa, capital do estado da Paraíba. As cidades que não atingiram 2% de percentual de mulheres residentes que foram para a CA estão localizadas no descritor ‘outras’, tendo em vista que é um grande número de cidades, resultando 40,4%. Um total de 1,3% de mulheres não informou o local que residiam.

Dentro da categoria ‘outras’ também estão enquadradas as cidades de outros estados, como por exemplo, Mauriti (CE), Maceió (AL), Luziânia (GO) e Ribeirópolis (SE). Segundo

as coordenadoras da CA, não é comum a prática de receber mulheres de outro estado, mas quando necessário, a CA abriga, tendo em vista que, uma mulher pode estar a um passo da morte, e a rede de enfrentamento à violência doméstica busca sempre utilizar estratégias para que isso não venha a acontecer, até mesmo, retirar a mulher do próprio estado onde mora.

Gráfico 8 – Cidade que reside as mulheres acolhidas na CA



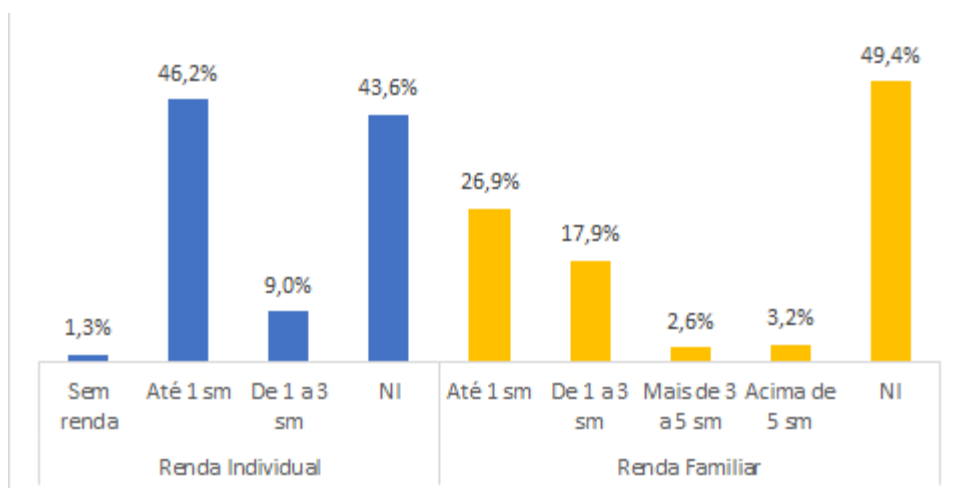
Legenda: NI representa o quantitativo de mulheres que ‘não informou’.

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Foi constatado, a partir das fichas de atendimento da CA, que 67,9% das mulheres moram em casas, 5,8% residem em apartamentos, e 1,3% representa as que moram em barracos. A categoria ‘outras’ se enquadram 3,8% das mulheres e se referem a quartos ou moradia compartilhada.

Quanto à situação de moradia das mulheres, 33,3% das acolhidas na Casa Abrigo, ou seja, a maioria delas, não responderam sobre essa questão, 25,6% disseram morar em imóveis alugados, 23,7% residiam em moradia própria, enquanto 9% moravam em imóveis cedidos. Para além dessas categorias, verificamos que 8,3% da população analisada responderam que residiam: na casa próprias dos sogros, da mãe, casas ocupadas, em nome da construtora, entre outras, que somadas, foram enquadradas na categoria ‘outros’ por representar um número pouco representativo.

Buscamos também identificar a remuneração individual e familiar das mulheres que foram direcionadas ao abrigo, constatando as seguintes informações, expostas no Gráfico 9.

Gráfico 9 – Renda Individual e Familiar das mulheres

Legenda: SM representa 'salário mínimo'
 NI representa as mulheres que 'não informaram'

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Ao explorar de forma mais detalhada o Gráfico 9, percebemos que, sobre a renda individual, a maioria (46,2%) das mulheres possui até um salário mínimo, e o segundo maior número, representando 43,6% no gráfico em análise, refere-se aquelas que não informaram esse dado no ato de preenchimento da ficha de atendimento na Casa Abrigo. Das mulheres acolhidas na CA, 9% possui de 1 a 3 salário mínimo, e 1,3% delas não tem renda alguma. Como se pode observar, não há mulheres com renda individual maior que 3 salários mínimos, o que difere da renda familiar, na qual há mulheres que estão inseridas em famílias com renda maior que 5 salários mínimos.

No tocante à renda familiar, 26,9% da população analisada afirma viver com até 1 salário mínimo. As mulheres que possuem de 1 a 3 salários mínimos representam 16,9% do total. Verifica-se ainda, a partir do Gráfico 9, que algumas mulheres, especificamente 2,6% delas estão inseridas em famílias com mais de 3 a 5 salários mínimos, e 3,2% das famílias possuem uma renda superior a 5 salários mínimos. Os dados corroboram a ideia de que o rendimento não é condição de isenção de violência doméstica contra mulheres. Um dado bem relevante neste gráfico refere-se às mulheres que não informaram qual a renda familiar, representando 49,4% das mulheres, ou seja, a maioria das abrigadas na Casa Abrigo. A partir desse quantitativo infere-se que muitas mulheres não sabem a renda familiar porque não sabem exatamente o rendimento dos companheiros. Assim, verificamos que mulheres vivem em maior grau de pobreza devido ao pouco acesso a recursos. Isso faz com que estas se encontrem em vulnerabilidade econômica e subordinação dentro das relações afetivas, asseguradas por uma

sociedade patriarcal e pelas desigualdades socioeconômicas ainda existentes (BATIWALA, 1994).

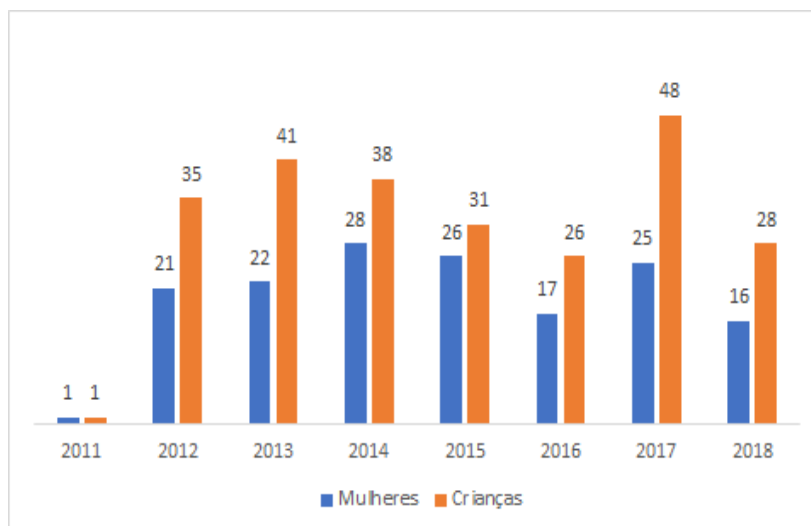
Buscamos também identificar se as mulheres que acessaram a CA estavam inseridas em Programas Sociais e constatamos que 59,0% delas são atendidas pelo Programa Bolsa Família (PBF), representando a maioria, menos de 1% são atendidas pelo CAPS e 9,6% das mulheres não possui cadastro em programas sociais. Houve ainda 30,8% das acolhidas que não informaram essa informação a equipe da CA.

O Programa Bolsa Família foi criado em 2003, durante o Governo Lula, com o objetivo de combater a pobreza no país. O mesmo é responsável por incentivar o acesso à educação e aos cuidados médicos nas famílias de maior vulnerabilidade social no Brasil. Atende aproximadamente 13,8 milhões de famílias, onde 25% do total corresponde às famílias mais pobres da população brasileira. As mulheres são as principais beneficiárias da iniciativa em 92% das famílias participantes (BARTHOLO; PASSOS; FONTOURA, 2019).

De acordo com Bartholo, Passos e Fontoura (2019), um dos benefícios do PBM é aumentar a autonomia das mulheres e seu poder de decisão no lar. O programa contribui para o aumento dos cuidados de saúde e renda básica permitindo às mulheres uma ligação direta com o Estado. As autoras perceberam que a participação no programa proporciona mudanças nas relações de gênero, na qual as mulheres aumentam sua autonomia financeira e passam a tomar decisões dentro do lar, a exemplo da compra de remédios para os (as) filhos (as), comparecimento das crianças à escola, compra de bens duráveis para o lar, e uso de anticoncepcionais (BARTHOLO; PASSOS; FONTOURA, 2019).

Achamos pertinente verificar a quantidade de filhos (as) que são abrigados (as) com as mulheres, tendo em vista que, de acordo com a coordenadora da Casa Abrigo, o número de filhos (as) é sempre maior que o número de mulheres acolhidas. A análise resultou num total de 248 acompanhantes das 156 mulheres vítimas de violência domésticas que estiveram na CA entre 2011 a 2018. No caso das mulheres da CA, algumas levaram consigo mães, filhos (as) ou netos para se manter seguro junto a elas.

No Gráfico 10 é possível ver a distribuição de mulheres e acompanhantes por ano durante esses oito anos de funcionamento da CA.

Gráfico 10 – Número de acompanhantes e mulheres abrigadas na CA

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Percebe-se que em todos os anos o número de acompanhantes é superior ao número de mulheres, porém, foi no ano de 2017 que a CA acolheu mais acompanhantes (48) que mulheres (25), na qual o número chegou quase a dobrar relacionado ao número de abrigadas. Em 2011, o índice é bem inferior, tanto de mulheres quanto de acompanhantes, devido ao funcionamento da casa ter iniciado no final do corrente ano e ter acolhido apenas uma mulher juntamente com seu (sua) filho (a). No total, foram 156 mulheres e 248 acompanhantes. Esses acompanhantes são, em sua maioria, filhos (as) das mulheres, porém não cabe generalizar, pois houve mulheres que foram acompanhadas de mães, sobrinhos ou netos também.

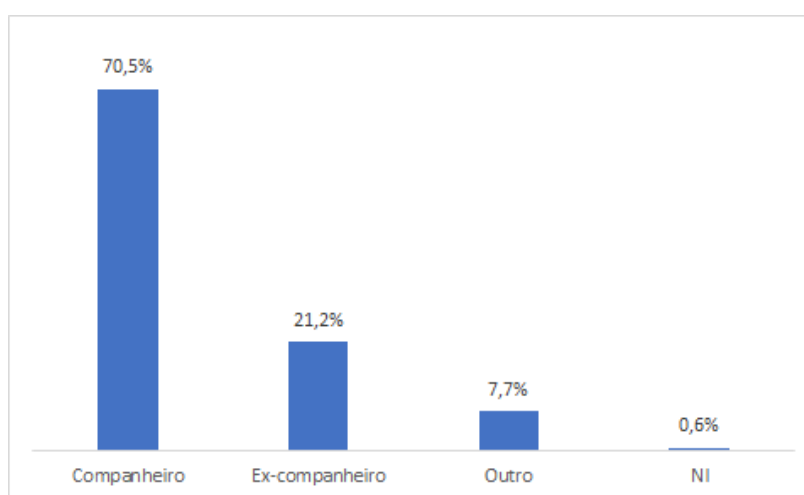
Em resumo sobre o perfil das mulheres atendidas na CA durante os anos de 2011 a 2018, constatamos que a maioria delas possuem entre 18 e 25 anos de idade, são pardas, heterossexuais e viviam em união estável com o agressor, seu companheiro. No que tange à situação socioeconômica, ilustrada por meio da escolaridade, da renda e da ocupação, os dados mostraram que a maioria das mulheres abrigadas possui apenas o ensino fundamental incompleto, sobrevivem com até um salário mínimo, estão inscritas no Programa Bolsa Família e são trabalhadoras domésticas não remuneradas. No tocante à moradia, o maior quantitativo dessas mulheres reside em casas, que em sua maioria são imóveis alugados, localizados na cidade de João Pessoa.

A partir desses dados, observamos que as mulheres que acessam a Casa Abrigo são (em sua maioria) de classes sociais desfavorecidas, mas que isso não implica dizer que apenas essas mulheres sofrem com a violência doméstica, pois de acordo com Saffioti (2004), esse fenômeno ignora qualquer fronteira. No entanto, há que se considerar que a articulação dos marcadores

sociais de gênero, classe e raça/etnia podem contribuir na potencialização das diversas formas de opressão, nesse caso, da situação de violência, o que reduz as possibilidades de as mulheres procurarem ajuda nos órgãos da rede de atendimento. Dessa forma, considerando o fato de serem as mulheres em situação de exclusão que procuram a CA, reforçamos a importância da política pública para atender essas mulheres, pois se não fosse pela via pública as mesmas não teriam acesso aos atendimentos, a ajuda externa, fundamental para o enfrentamento da situação de violência.

Achamos pertinente verificar qual o tipo de relação que as mulheres que recorreram à CA possuíam com os agressores. Os dados dessa variável foram exibidos no Gráfico 11.

Gráfico 11 – Relação das mulheres com os agressores



Legenda: NI representa o quantitativo de mulheres que ‘não informou’.

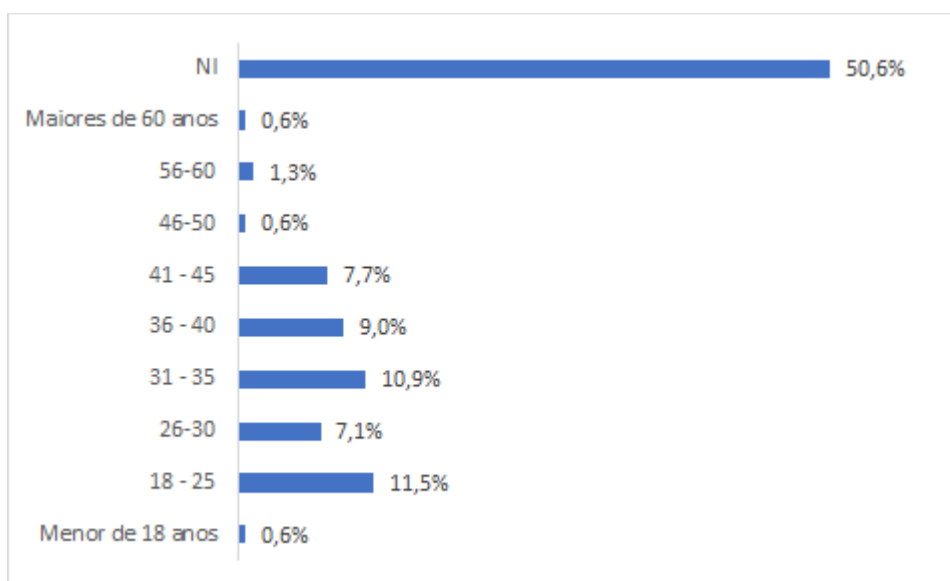
Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Constatou-se que a maioria dos agressores, ou seja, 70,5% deles são companheiros das mulheres e 21,2% são ex-companheiros. A categoria ‘outro’ representa 7,7% dos agressores no qual foram enquadrados: sobrinho, tio do esposo, vizinho, sogra, parentes do companheiro, genro, filha, traficantes, enteada, pais adotivos. Esse é um dado muito importante, pois é possível perceber que as mulheres são alvos de violência de várias pessoas, independentemente do vínculo familiar ou afetivo. Apenas uma mulher não informou a relação que possuía com seu/sua agressor(a), representando menos de 1% do total analisado.

Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2019), observa-se que 88,8% das vítimas de feminicídios no país foram assassinadas pelos próprios companheiros ou ex-companheiros. De acordo com Côrtes, Alves e Silva (2015) as mulheres sofrem violência cometidas por homens que elas têm ou já tiveram algum tipo de relação afetiva. Essa prática

não ocorre de forma acidental, nem aleatória, pois está ancorada em relações de poder entre homens e mulheres, construídas ao longo da história.

Gráfico 12 – Faixa etária dos agressores

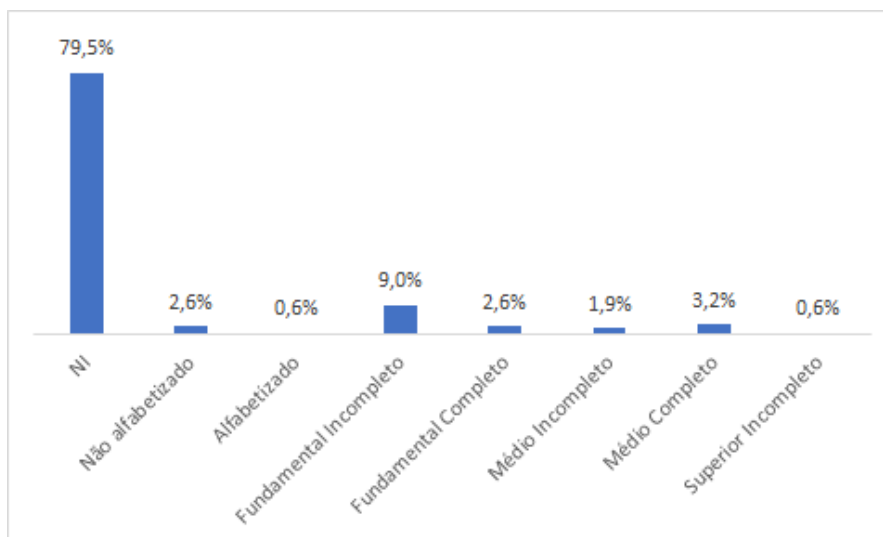


Legenda: NI representa o quantitativo de mulheres que ‘não informou’.

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

A partir dos dados coletados, constatamos que mais da metade das mulheres, 50,6% delas não souberam informar a idade dos agressores. Das que informaram, o maior índice de agressores, ou seja, 11,5% são homens com faixa etária entre 18 e 25 anos de idade, seguido de 10,9% para os que possuem de 31 a 35 anos, e 9% relativo aos que estão entre 36 a 40. Os homens que se enquadram na faixa etária de 41 a 45 anos representam 7,7% do total e 7,1% dos mesmos possuem de 26 a 30 anos de idade. Verificamos ainda que menos de 1% deles são menores de 18 anos e a somatória dos agressores que tem mais de 46 anos de idade equivale a 2,5% do total.

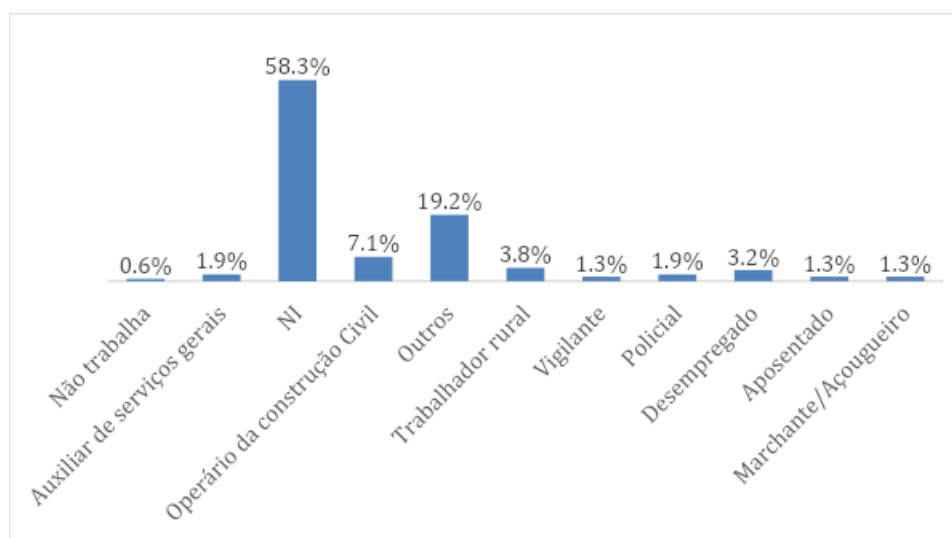
Quanto ao grau de escolaridade desses agressores, 79,5% das mulheres não informaram esse dado no ato de responder a ficha de atendimento da CA, e das que informaram, relataram que a maioria deles possuem apenas o nível fundamental incompleto, totalizando 9% das respostas. Os agressores com ensino médio completo representam 3,2% do total analisado, enquanto 2,6% não são alfabetizados e o mesmo percentual, enquanto que menos de 1%.

Gráfico 13 – Grau de escolaridade dos agressores

Legenda: NI representa o quantitativo de mulheres que ‘não informou’.

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

A profissão dos agressores variou de acordo com o que mostra o Gráfico 14. Como aponta os dados, mais da metade das mulheres acolhidas na Casa Abrigo, ou seja, 58,3%, não informaram a profissão dos agressores. Das que informaram, houve um percentual de 19,2% de profissões variadas que, devido ao baixo índice, ficaram enquadradas na categoria ‘outros’, que foram elas: mototáxi, carteiro, empresário, garçom, soldador, instrutor de academia, funcionário da Copobrás e professor. Inferior a esse percentual estão os operários da construção civil, com 7,1% do total. Nessa categoria se encontram profissionais como: pedreiro, encanador, eletricista, pintor, carpinteiro e operador de máquinas. A somatória das demais profissões expostas no Gráfico 14 equivale a 14,7% do total, relatado pelas mulheres acolhidas na CA.

Gráfico 14 – Profissão dos agressores

Legenda: NI representa o quantitativo de mulheres que ‘não informou’.

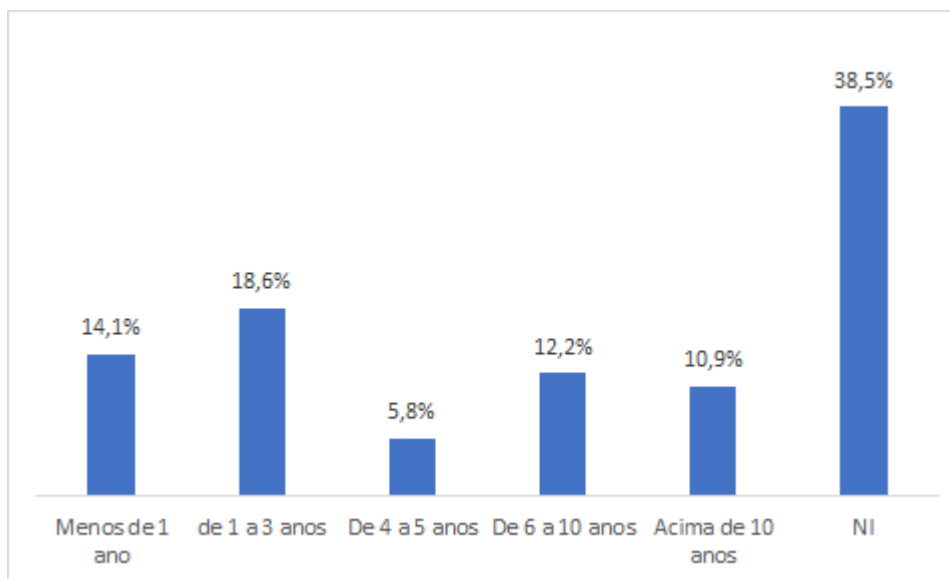
Fonte: Dados da pesquisa (2019).

De acordo com Saffioti (1994), ainda que seja verdadeira a hipótese do maior número de denúncias provir de estratos mais baixos da população, não se pode presumir que todos os homens que agredem mulheres tenham ocupações de pouco prestígio e parca remuneração, pois o fenômeno da violência de gênero é transversal à sociedade e ignora fronteiras de classe social e de raça/etnia. A autora ainda ressalta que o fato da maioria dos agressores exercerem atividades manuais se deve à proporção que estes representam no contingente da população.

Para além do perfil socioeconômico das mulheres, verificamos que nas fichas de atendimento das acolhidas na CA também constavam informações inerentes à violência doméstica a qual enfrentavam essas usuárias, assim como sobre os órgãos que as encaminharam para o abrigo e o tempo de acolhimento na casa. Dessa forma, trouxemos esses dados para também agregar valor à presente pesquisa.

6.1.2 Características da violência

Para verificar as características da violência doméstica que as mulheres acolhidas na CA foram acometidas, buscamos saber a quanto tempo elas vivem nessa situação. O Gráfico 15 mostra que 38,5% das mulheres não souberam informar a quanto tempo estão vivendo em situação de violência doméstica, e das que souberam, 18,6% viviam há um período de tempo equivalente de um a três anos de violência ao lado dos agressores.

Gráfico 15 – Tempo que as mulheres acolhidas na CA sofrem com a violência

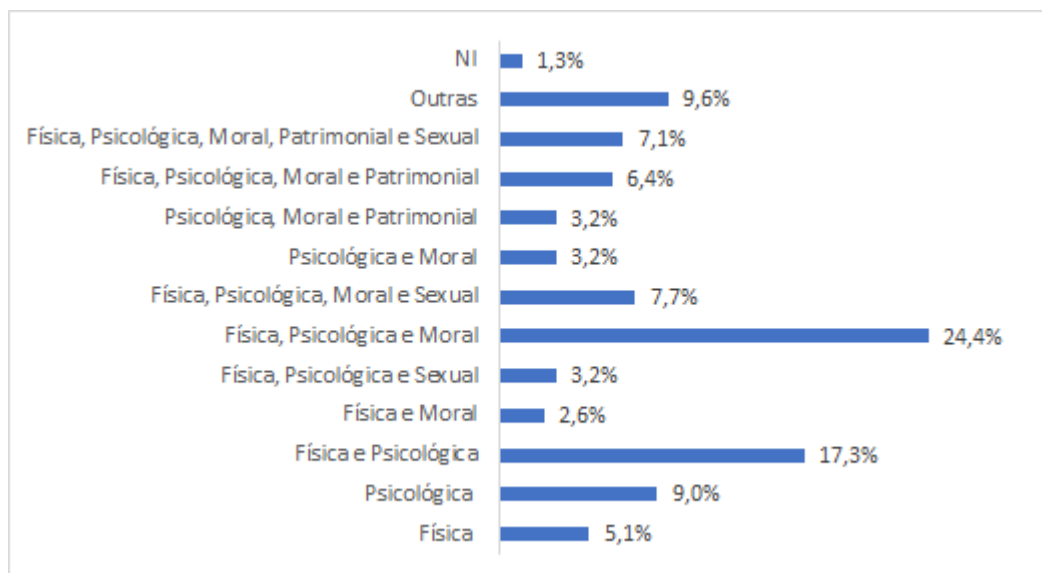
Legenda: NI representa o quantitativo de mulheres que ‘não informou’.

Fonte: Dados da Pesquisa (2019).

Observamos que 14,1% das mulheres da CA sofreram violência doméstica a menos de um ano. Não sabemos se essa estimativa possui alguma relação com a idade da mulher, mas acreditamos que a publicização da violência doméstica nas últimas décadas, as campanhas nos meios de comunicação e as mudanças nas relações de gênero colaboram para que as mulheres procurem apoio mais cedo. Consideramos que mulheres com mais idade podem ter tido mais dificuldades para romper com o casamento devido à pressão social e para não ir contra os princípios da sociedade e de preceitos religiosos, prezando a conservação da família, muitas vezes, a custo da vida das mulheres. Em contrapartida, constatamos que 5,8% das mulheres convivem com a violência de 4 a 5 anos, 12,2% estão em relacionamentos violentos no período de 6 a 10 anos, e 10,9% das acolhidas na CA a mais de 10 anos dividem o lar com o agressor.

O comportamento agressivo do companheiro pode ser constatado desde o início do relacionamento, que pode variar entre pressão e opressão psicológica, se estendendo com a agressão física (CARLOTO; CARLÃO, 2006). Todavia, independentemente do tempo, qualquer tipo de violência é uma violação dos direitos humanos, e a mulher deve gozar de todos os seus direitos, sem discriminação de gênero, em uma sociedade que a trate como igual a todos (as).

No tocante aos tipos de violência que cada mulher sofreu, elencamos no Gráfico 16 para melhor visualização. Percebemos a imbricação das diversas formas de violência - física, psicológica, sexual, patrimonial e moral, tipificadas pela Lei 11.340/2006, conhecida como a Lei Maria da Penha.

Gráfico 16 - Tipo de violência sofrida pelas mulheres

Legenda: NI representa o quantitativo de mulheres que ‘não informou’.

Fonte: Dados da Pesquisa (2019).

Constatamos que as mulheres, em sua maioria, sofreram de violência física, psicológica e moral representando 24,4% do total de acolhidas na CA. O segundo maior índice do tipo de violência é relacionado à física e psicológica com 17,3% das respostas, o que vai ao encontro de um estudo comparativo de Maria Galano *et al* (2013) que revelou que as mulheres que foram acolhidas em casas abrigo sofreram maior número de episódios de violência física e psicológica quando comparadas com as que não utilizaram o serviço, apresentando mais sintomas depressivos e presença de traumas.

Outro dado bastante relevante é que, das 156 mulheres acolhidas na Casa Abrigo, 11 delas afirmaram ter sofrido todos os tipos de violência que dispõe na LMP, representando 7,1% das mulheres. Segundo Saffioti (1999) as violências física, moral, sexual e emocional não ocorrem de forma isolada. Independentemente da forma assumida pela agressão, a violência psicológica ou moral está sempre presente.

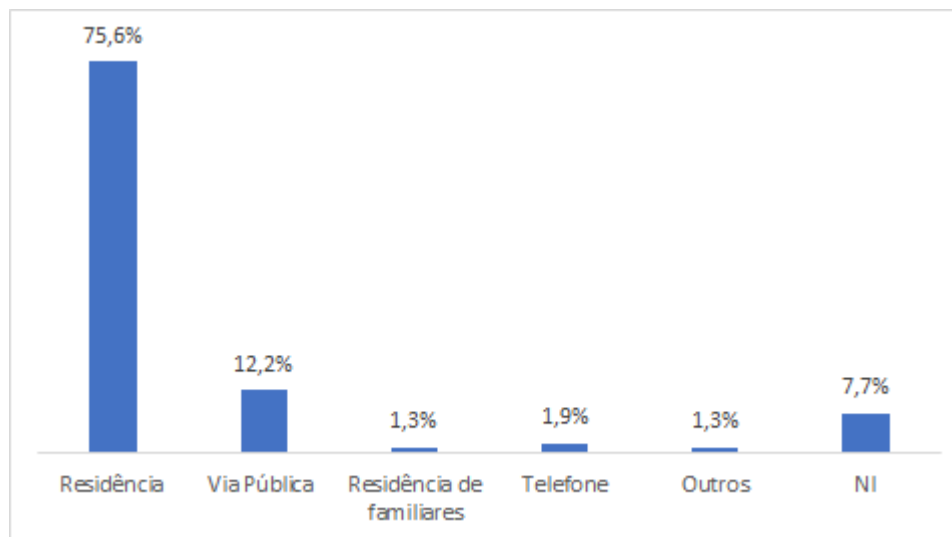
Quadro 6 – Tipos de Violência conforme a Lei Maria da Penha

Tipo de violência	Características
Física	Qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal
Psicológica	Qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;
Sexual	Qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;
Patrimonial	Qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;
Moral	Qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

Fonte: Lei Maria da Penha (2006).

Conforme o Gráfico 17, a maioria (75,6%) das mulheres sofreram violência doméstica na própria residência, e 12,2% em via pública. O telefone também foi citado como canal utilizado para perpetrar violência, representando 1,9% do total das acolhidas na CA. Algumas mulheres, 1,3%, afirmaram ter sido violentadas na residência de familiares, e esse mesmo quantitativo, ou seja, 1,3%, foi referente as que passaram pela mesma situação em: rede social, bar ou similar, universidade, habitação coletiva. Esses locais foram agrupados na categoria ‘outros’ por representarem individualmente um número pouco representativo. Também houve um percentual, 7,7% de mulheres que não informaram esse dado na ficha de atendimento, como ilustra o Gráfico 17.

Gráfico 17 – Local onde ocorreu a violência doméstica sofrida pelas mulheres acolhidas na CA (2011-2018)



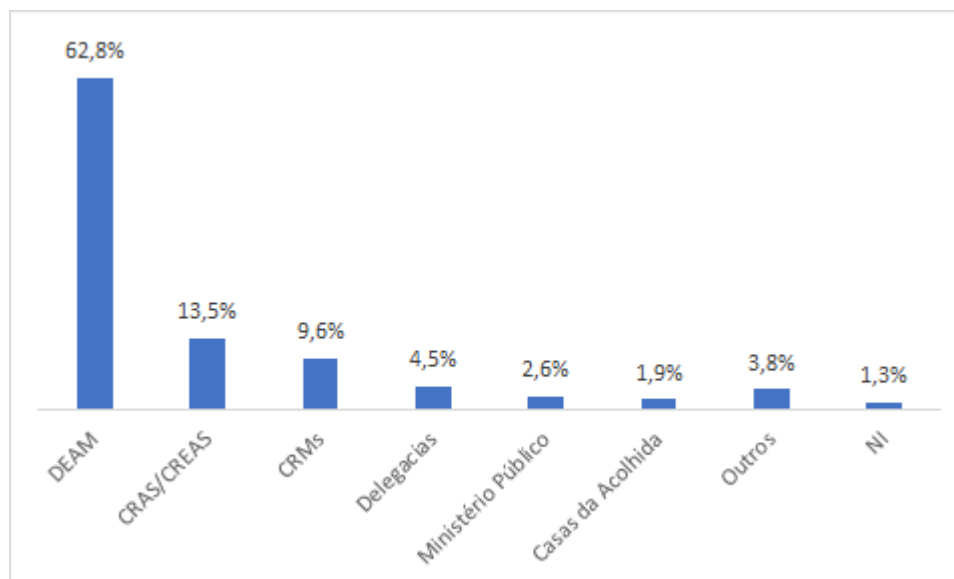
Legenda: NI representa o quantitativo de mulheres que ‘não informou’.

Fonte: Dados da Pesquisa (2019).

Conforme o exposto no Gráfico 17, percebemos que, em tal dinâmica, as mulheres não conseguem se manter seguras nem mesmo em sua própria casa, espaço que deveria ser de acolhimento e proteção. De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2019), um dos desafios das políticas de prevenção e proteção às mulheres é o fato de a violência doméstica ocorrer no seio de relações das quais se espera confiança e segurança, pois estas relações são, muitas vezes, investidas de tabus por dizerem respeito à esfera doméstica e familiar. (CERQUEIRA *et al*, 2019).

Saffioti (2004) ressalta que, apesar da violência doméstica ter como lugar predominante o interior do domicílio, o fato da mulher não se encontrar nesse ambiente não a isenta de sofrer tal fenômeno, pois o processo de territorialização do domínio além de geográfico, é também simbólico. Dessa forma, um elemento humano pertencente àquele território pode sofrer violência, ainda que não se encontre presente nele (SAFFIOTI, 1999).

Mediante a situação de violência doméstica, as mulheres que tiveram acesso a CA procuraram ajuda em órgãos da rede de atendimento, para que estes pudessem encaminhá-las para um local seguro, longe do agressor, ou seja, o abrigo. Dito isso, verificamos nas fichas de atendimento de cada mulher acolhida na CA qual o órgão elas procuraram ajuda e que também foi responsável pelo encaminhamento da mesma do abrigo. Constatamos que as mulheres buscaram ajuda nos seguintes órgãos, como mostra o Gráfico 18.

Gráfico 18 – Órgãos de apoio buscados pelas mulheres antes de ter acesso à CA

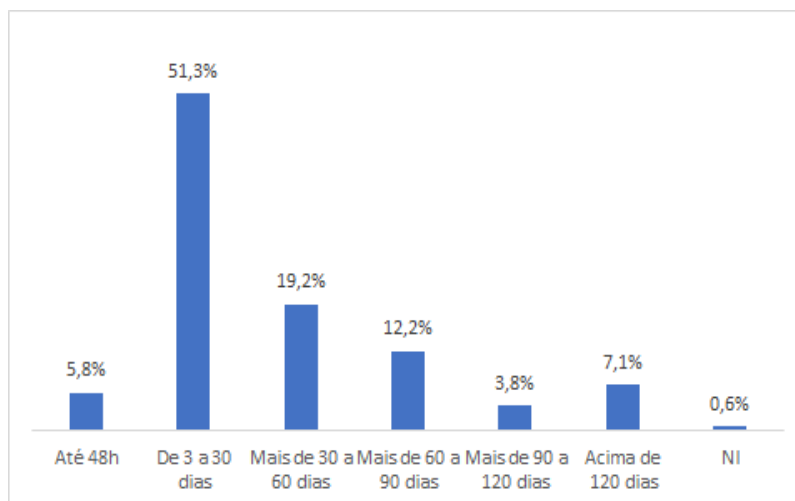
Legenda: NI representa o quantitativo de mulheres que ‘não informou’.

Fonte: Dados da Pesquisa (2019).

A DEAM foi o órgão da rede com maior índice de encaminhamentos de mulheres para a CA, representando 62,8% dos casos, seguido dos CREAS e CRAS, com 13,5% das respostas, e por seguinte os CRMs que representa 9,6% do total analisado. As delegacias constituem 4,5% dos órgãos procurados pelas mulheres antes de ter acesso a CA, o ministério público equivale a 2,6%, seguido das Casas de Acolhidas, com 1,9%. Para além dos órgãos citados no Gráfico 18, cabe ressaltar que na categoria outros estão enquadrados: o Conselho da Mulher, Conselhos Tutelares, Movimento de Mulheres, Hospitais e a própria SEMDH.

Das 156 mulheres acolhidas na CA, duas delas não informaram (NI) o órgão que as encaminhou, representando 1,3% das mulheres. Vale ressaltar que algumas dessas mulheres não passaram por apenas um órgão para chegar na CA. Nesta categoria verificamos a importância das DEAMs como principal órgão buscado pelas mulheres acolhidas na CA no momento da ruptura com a violência, o que requer uma atuação cada vez mais qualificada e focada nas questões de gênero desse serviço (SAFFIOTI, 2004).

Após a chegada na CA, analisamos por meio das fichas de atendimento o tempo que as mulheres ficaram abrigadas, conforme exposto no Gráfico 19.

Gráfico 19 – Tempo que as mulheres passaram acolhidas na CA

Legenda: NI representa o quantitativo de mulheres que ‘não informou’.

Fonte: Dados da Pesquisa (2019).

Percebe-se que mais da metade das acolhidas na CA, ou seja, 51,3% das mulheres ficaram por um período de tempo que variou entre 3 a 30 dias. Algumas só conseguiram ficar abrigadas 48 horas, um total que representou 5,8% das mulheres, e 7,1% das mesmas passaram mais de 120 acolhidas na CA. Apenas uma ficha não constava o tempo de abrigo, pois na ficha faltava várias informações sobre a mulher abrigada.

Estes foram os dados coletados na primeira fase da pesquisa relativa à análise das fichas de atendimentos das mulheres acolhidas na Casa Abrigo para responder ao primeiro objetivo do presente trabalho. Ressaltamos que essas informações têm potencial para contribuir com o trabalho da equipe não só da CA, mas também da Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana, uma vez que, por meio dessas informações é possível analisar o perfil das mulheres que tiveram acesso à CA durante o período de 2011 a 2018, assim como o perfil dos agressores e algumas características da violência doméstica que influenciou para que as mulheres buscassem ajuda e viessem a serem encaminhadas para a Casa Abrigo.

6.2 PROTAGONISMO SOCIAL NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Apresentamos a seguir os dados qualitativos da pesquisa por meio das falas de cinco interlocutoras, todas mulheres que tiveram acesso à CA. Os dados foram extraídos durante entrevistas realizadas individualmente com cada uma delas no processo de pesquisa. Nessa fase, os mesmos foram distribuídos de acordo com algumas categorias pré-estabelecidas: a) História da violência; b) Ciclo da violência; c) Acesso e busca de informação protagonizado pelas

mulheres para romper com a situação de violência; d) Conteúdos informacionais mediados na CA; e) Percepção sobre a violência antes da mediação da informação na CA; f) Vivência na Casa Abrigo; g) Protagonismo das mulheres, apropriação da informação e resistências.

As mulheres foram identificadas por flores: (E1) Rosa, (E2) Margarida, (E3) Lírio, (E4) Orquídea e (E5) Girassol. Cabe ressaltar que, das cinco mulheres entrevistadas, cada uma delas encontra-se em graus diferentes apesar de estarem na mesma situação (vítimas de violência doméstica e que sofreram tentativa de feminicídio). Rosa já esteve na CA em outro momento e encontrava-se (re) abrigada; Margarida, Orquídea e Girassol estavam vivendo pela primeira vez a situação de abrigamento; Lírio já esteve na CA e atualmente encontra-se em convívio social fora da CA.

Para melhor compreensão dos lugares de fala de cada mulher entrevistada, apresentamos os seus perfis:

- Rosa tem 25 anos, identifica-se como parda, possui três filhos (as), cursou o ensino fundamental incompleto e recebe uma renda individual menor do que um salário mínimo (SM). Foi vítima de tentativa de feminicídio por meio de socos, pauladas e ameaça de morte.

- Margarida tem 39 anos, auto identificada como morena, separada, com dois filhos (as); é agricultora, cursou o ensino médio completo e possui uma renda individual menor do que um salário mínimo. Sofreu tentativa de feminicídio por meio de enforcamento.

- Lírio tem 48 anos, três filhos (as), auto identificada como parda, em união estável, com ensino médio completo e renda individual menor do que um salário mínimo. Sofreu tentativas de feminicídio do companheiro há mais de 15 anos, por meio de facadas, ameaças e estupros.

- Orquídea tem 28 anos, identifica-se como parda, possui sete filhos, separada, cursou o ensino fundamental incompleto devido à proibição de estudar pelo companheiro e não possui renda. Quanto à sua ocupação, a mesma considera que é cuidar dos seus filhos. Sofreu tentativa de feminicídio por meio de chutes, ameaças, estupros, golpes com corda, cabo de facão, fio de energia, cabo de DVD, asfixia por gás de cozinha, entre outras formas.

- Girassol também tem 28 anos de idade, identifica-se como parda, separada, possui uma filha, cursou ensino médio completo e possui renda individual menor do que um salário mínimo. Sofreu tentativas de feminicídio do companheiro por meio de puxões de cabelo, chutes, murros, tapas e empurrões.

6.2.1 História de violência

As mulheres que buscam ajuda por vivenciar situação de violência doméstica carregam consigo uma história repleta de momentos difíceis, dolorosos e que marcarão para sempre suas vidas, e é por suas vidas que elas lutam quando vão para uma Casa Abrigo. Geralmente, são mulheres que sonhavam constituir famílias com alguém que compartilhassem experiências, desafios, vivências, enfim, a vida. Porém, os relacionamentos das interlocutoras foram marcados por violências.

Quadro 7 - Relatos das mulheres sobre o início dos relacionamentos

Quando começou era muito bom, era companheiro, era uma boa pessoa, sabe? (MARGARIDA)
Quando eu conheci ele, ele não desabotoava nem a camisa de tão santo, depois de 4 meses [...] o homem botou as unhas de fora até hoje. (LÍRIO)
[...] ele até um ano era o casamento dos sonhos sabe? o namorado perfeito, depois de um ano virou um monstro. (ORQUÍDEA)
Boa pessoa, não mostrava ser ruim né (ROSA)
Bem, muito bem, aí depois quando a minha filha completou um ano e nove meses desembestou tudo. (GIRASSOL)

Fonte: Entrevistas com mulheres usuárias da Casa Abrigo (2019).

Percebemos que o comportamento dos agressores é comum nos cinco casos. Todos eles iniciaram o relacionamento inibindo o caráter violento, de posse vigente nas relações de gênero e alimentado socialmente por uma cultura machista em que o sistema patriarcal ainda prevalece. Cabe salientar que os agressores eram companheiros das mulheres e viviam em união estável. Isso torna evidente as informações das pesquisas nacionais sobre a violência doméstica, em que os agressores são pessoas que as mulheres têm ou tiveram algum tipo de relação afetiva.

Ao questionar as mulheres sobre como iniciaram os episódios de violência, os relatos mostram evidências da primeira fase do ciclo de violência, chamada de ‘Construção da Tensão’ (a ser analisado posteriormente), que está relacionada ao início de possíveis agravamentos da situação:

Quadro 8 – Relatos sobre o início da violência doméstica

Depois de três meses que eu conheci começou a surgir esse negócio de ciúme, aí foi que ele começou a me dar homem, dizendo que eu tava fazendo coisa com outros homem e assim foi, pelo menos foi xingando, mas depois foi que foi aumentando. (ROSA)

De boca, a gente teve no ano passado, antes da eleição, ele chegou a me enforcar, [...] ele começava a coisar com boca, me ameaçar (MARGARIDA)

A violência era desde o começo, mas depois que casei ficou pior porque casou ele bebia quebrava tudo, ele desconfiava de mim. (LÍRIO)

Todo domingo, todo domingo ele arrumava pé de brigar, pé de brigar, aí começou a quebrar as coisas dentro de casa [...] aí só me empurrando, [...] puxando meu cabelo porque num sei o que.... [...] Começou a agressão verbal, ciúme possessivo dele, rasgou minhas roupas (GIRASSOL)

Fonte: Entrevistas com mulheres usuárias da Casa Abrigo (2019).

Constatamos que, com o passar do tempo, a violência vai se desencadeando de forma gradual e intensificando a cada episódio. De acordo com Saffioti (1994), a violência não tende a ser reversiva, pelo contrário, a tendência é que esta vá aumentando progressivamente, como em um processo de escalada. Essa é uma das razões para que a mulher preste queixa à polícia assim que ocorra a primeira agressão para que sua vida seja preservada.

Nos relatos de Rosa, Lírio e Girassol é possível perceber que o ciúme foi um dos motivos desencadeadores da violência, na qual o desejo de dominar as mulheres por parte dos agressores é carregado pelo caldo da cultura (SAFFIOTI, 1994). Não encontramos nos relatos de Orquídea um ponto inicial para as violências, pois a mesma discorre durante toda a entrevista sobre a violência vivenciada ao lado do agressor (seu companheiro) de modo muito intenso e cruel.

No tocante à **violência vivenciada** pedimos às mulheres que contassem um pouco sobre suas experiências, e elas trouxeram relatos dolorosos nos quais as diferentes tipificações da violência doméstica estavam presentes. Alguns tipos puderam ser constatados neste estudo. Em contrapartida, algumas mulheres relataram todas as formas de violência em uma única relação recebidas por um único ser humano (e da forma mais cruel possível) de alguém que dividia consigo um lar, uma família.

Quadro 9 – Relatos sobre a violência vivenciada pelas mulheres acolhidas na CA

[...]ele batia muito de mão mesmo, de soco. [...] xingamento e o mal trato que ele deu ao meu filho. [...] ele danou a vassoura neu” (ROSA)

De boca, a gente teve no ano passado, [...] ele chegou a me enforcar, [...]ele começava a coisar com boca, me ameaçar (MARGARIDA)

Ele tava me ameaçando direto, [...] ele me deu uma cadeirada [...] eu levei 5 pontos na cabeça [...] Ele agredia quebrando as coisas, com muito nome, botando eu pra baixo, muita pressão psicológica, muita pressão psicológica, também com violência, quebrando tudo, na cama na hora daquele momento ele mordida minhas costas, cheio de demônio, cheio de cana, mordida minhas costas, levantava minhas pernas pra cima, fazia o que queria com eu [...]. (LÍRIO)

Ele me torturou de todas as maneiras que você possa imaginar. Ele jogava café quente em cima de mim, me jogava prato de comer. Dava em meu de cinto, de fio de energia. Eu apanhei muito de fio de energia, de cabo de DVD, de cabo de bassoura, de chute. Uma vez ele danou tanto minha cabeça na parede que eu desmaiei. Ele quebrou meu celular de machado porque ele dizia que eu tinha outro. [...] ele não me deixava sair pra canto nenhum. [...] ele chutava, chamada de desgrça, rapariga, mas era pancada, era tapa, chutes [...] ele pegou minha cabeça e queria queimar no fogão quando era ligado, aí eu tinha horror. (ORQUÍDEA)

[...] agressão verbal, ciúme possessivo dele, puxão de cabelo, chuto, murro, rasgou minhas roupas, [...] começou a quebrar as coisas dentro de casa [...]. (GIRASSOL)

Fonte: Entrevistas com mulheres usuárias da Casa Abrigo (2019).

Mediante o exposto no Quadro 9, corroboramos com Saffioti (1999) quando afirma que a violência física, psicológica, sexual, e moral não ocorrem de forma isolada. Seja qual for a forma assumida pela agressão, a violência psicológica, assim como a moral, está sempre presente.

Procuramos identificar o tempo que essas mulheres sofrem violência. Rosa afirmou sofrer durante os 10 anos que esteve ao lado do agressor, Lírio relata que foi desde que conheceu o companheiro, 15 anos, e Orquídea viveu por 13 anos em um relacionamento violento. Margarida e Girassol, por sua vez, afirmaram presenciar esse tipo de fenômeno a pouco mais de 1 ano. A primeira conviveu 13 anos com o agressor e decidiu romper com a relação após descobrir tentativas de abuso sexual contra sua filha quando esta relatou “ô mãe, é porque quando eu era mais pequena [...] painho me enganou, assim, me ofereceu 1 real pra eu tirar uma foto minha só de calcinha”. A segunda afirma que foi após o nascimento de sua filha que as agressões foram desencadeadas.

De acordo com Carloto e Carlão (2006), o comportamento agressivo do companheiro é algo presente desde o início do relacionamento e estende-se nos anos seguintes de convivência. Nessas relações a pressão e opressão psicológica é constante, culminando com a agressão física. Os agressores, ao cometerem os atos de violência contra suas companheiras, utilizaram alguns instrumentos que potencializavam a agressão física, como mostram nos relatos das mulheres expostos no Quadro 10.

Quadro 10 – Instrumentos utilizados pelos agressores durante a violência doméstica

Ele danou a vassoura em cima de mim [...]” (ROSA)

Era faca, porque ele pega e ficava na mesa, então eu achava, ele vai me ameaçar (MARGARIDA)

[...] ele me deu uma cadeirada [...] ele ainda jogou um prato de vidro no meu rosto, mas Deus me tirou num segundo. Outra vez ele pegou um carrinho de escola, aquelas bolsas de escola danou na

minha mão, mas Deus tirou dentro de um segundo [...]. Jogou o pinto morto na minha cara e ainda queria dar uma machadada em mim. (LÍRIO)

[...] cinto, fio de energia, cabo de DVD, cabo de bassoura, [...] machado [...] mangueira, corda, [...] cabo de facão [...] tinha um pé de cajú que ele arrancava a galha e dava em mim [...] (ORQUÍDEA)

Fonte: Entrevistas com mulheres usuárias da Casa Abrigo (2019).

Percebemos que são vários instrumentos utilizados no ato da violência doméstica. Das entrevistadas, Lírio e Orquídea viveram de forma mais dolorosa no que tange à violência física, principalmente, esta última que afirma ter sido violentada de todas as maneiras possíveis. Rosa apanhou de golpes de soco e tapas e ainda levou golpes com vassouras. Margarida cita a faca como instrumento, porém, percebemos que esta é utilizada mais como forma de intimidá-la (a mesma não chegou a ser atacada), haja vista que o artefato acabou sendo utilizado na violência psicológica. Durante a entrevista Girassol não citou instrumento algum, pois era atingida por meio de chutes, puxões de cabelo, além da violência psicológica, como relatou no Quadro 10.

Infelizmente, a violência é um fenômeno que não se resume a agressões físicas que deixam marcas apenas no corpo das mulheres. É algo muito mais profundo, que marca a alma, algo que não se apaga, como mostrado nos relatos a seguir.

Quadro 11 – Marcas da violência doméstica nas mulheres da CA.

[...] às vezes sentava ficava com a mão no queixo, mas eu botava pra chorar. Chorava muito. (ROSA)

Eu fiquei tipo assim, tipo uma depressão, às vezes ficava até sentindo falta de ar. (MARGARIDA)

*[...] no dia do casamento [...] ele tinha tomado uns negócios e a mãe dele guardou a bermuda e escondeu o dinheiro. Minha fia, esse homem deu um murro no teto assim, ficou com as juntas da mão tudo sangrando [...] cheguei lá na igreja morta de vergonha com ele bêbado [...] com as juntas tudo sangrando, eu não vi casamento, não vi nada, não lembro da festa, não lembro de nada. Atribulada! Hoje eu não tenho nervos mais não [...] É muito triste você ser casada com um homem e ele fazer isso com você direto. Até hoje eu sofro, se eu pensar eu choro. Quando eu cheguei lá [na CA] eu cheguei com a pressão muito **psicológica** que botava eu muito pra baixo, eu não me lembrava mais que eu existia [...]* (LÍRIO)

*Ó, eu perdi todos os meus dentes. Vários ele quebrou de murro e vários apodreceu. [...] eu tinha tanto nojo quando ele me tocava. eu tinha nojo de mim [choro]. Tem hora, quando eu lembro daquelas mãos nojentas dele [choro], eu ainda tenho [...] quando ele queria que eu ficasse e eu não queria aí ele me chutava, ele dava em mim. Uma vez ele rasgou a calcinha no meu couro porque eu não quis, ele deu vários chutes, murro, ele coisou aqui ó [mostra a cicatriz na sobancelha feita pelo companheiro], abriu, ele me cortou, sabe?! Pequenas coisas, sabe, mas eu me lembro de cada coisa. O que dói mais foi o **psicológico** sabe?! Ontem eu tava boazinha aí me deu uma crise de choro, eu passei mais de 3 horas chorando, chorando, chorando sabe, sem parar, como se o choro me aliviasse. É como se eu saí dele, mas eu não saí dele, sabe?! Entende assim, mais ou menos, sabe?! Eu passei 14 anos com medo. Aí tudo que ele dizia que ia fazer eu tô sonhando, pesadelo, sabe?! no susto eu caí da cama e tudo, [...] eu acordei toda suada, eu tava*

*queimando, sabe? Foi tão real! Os policiais estão na casa, mas sabia que eu tenho medo deles. Eu não confio, eu tenho **medo**, entendeu? Eu tenho uma sensação que ele dar na minha cara, que ele vai puxar meu cabelo. Essa é a sensação que eu tenho quando eu fico perto de um homem! [...] eu lembro que ele deu umas 4 lapadas de fio que ficou... Eu tenho cicatrizes assim, [...] eu me sentia uma escrava dele. (ORQUÍDEA)*

*[a violência] **psicológica** que é o que mais me dói até hoje que eu tô fazendo terapia por causa disso. O tapa que ele deu em mim não chega ao ponto do meu psicológico, que eu tava até dizendo a psicóloga que eu sou meio doida do juízo de tanta porrada. O **medo**, sei lá, a forma como ele falava era como se ele quisesse entrar na tua mente. [...] eu tinha medo de tudo, de tomar banho [...]* (GIRASSOL)

Fonte: Entrevistas com mulheres usuárias da Casa Abrigo (2019).

Percebemos que a violência psicológica é a que mais afeta as mulheres que foram acolhidas na CA. O medo também é algo comum entre elas, isso porque os agressores utilizam-no justamente como controle para sustentar o sistema patriarcal. Algo que reflete nas ações, na autoestima e na saúde das mulheres. Na perspectiva de Saffioti (2004), as feridas do corpo podem ser tratadas, alcançando êxito na maioria dos casos, diferentemente das feridas da alma que, apesar de serem tratadas, as probabilidades de sucesso, em termos de cura, são bastante reduzidas e, em muitos casos, não há sucesso nessa tentativa, pois é algo muito mais profundo.

Mulheres que são vítimas recorrentes de violência doméstica possuem maiores chances de desenvolverem problemas crônicos de ordem física e mental, que não apenas dificultam ou obstruem a sua participação no mercado de trabalho, mas criam outros laços de dependência psíquica com o parceiro, que dificultam a barganha e impõem obstáculos à dissolução do casamento [...] (CERQUEIRA; MOURA; PASINATO, 2019, p. 11).

Na fala de Orquídea é possível perceber o quanto a violência doméstica na sua modalidade psicológica e sexual afeta as mulheres que passam por essa situação nas relações afetivas. A sensação de nojo sobre seu próprio corpo é reflexo das relações sexuais forçadas, acompanhadas de outros tipos de violências, como, por exemplo, a física e a psicológica. Dantas-Berger e Giffin (2005) relatam que o sexo é um dos motivos mais frequentes para que a violência aconteça. As autoras enfatizam que a relação sexual ocorre, muitas vezes, sob forma de coerção naturalizada ou como obrigações conjugais. Por isso, ressaltamos que é preciso desconstruir esta cultura machista que ainda predomina em muitas relações entre homens e mulheres, e que tendem a manter naturalizada a violência cometida contra as mulheres.

Achamos pertinente verificar nos relatos das mulheres entrevistadas se os agressores tinham **histórico de violência na família** e constatamos que apenas o companheiro de Orquídea possuía. Segundo a interlocutora, os dois primos do seu companheiro haviam matado seu irmão a mando da sua cunhada que, por sua vez, era irmã do companheiro “[...] a gente somos casada

com dois irmãos, a irmã dele e eu, aí ela (irmã do agressor, cunhada da vítima) mandou matar meu irmão pra ficar com as coisas dele, dizem que ela mandou matar pra receber a pensão dele, [...] toda a família dele (agressor) são um monstro! (ORQUÍDEA).

Perguntamos às interlocutoras se a **violência era cometida na frente dos (as) filhos (as)** e todas afirmaram que sim, com exceção de Orquídea que, ao discorrer sobre os momentos de tensão, afirma que o agressor batia em todos (as) eles (as) e os colocava para dormir em um quarto separado do seu, e em seguida a agredia. Apesar de não estarem presentes no mesmo ambiente é evidente que os(as) filhos(as) ouviam o que se passava no quarto ao lado onde sua mãe era agredida, sem falar nas marcas das agressões que ficavam estampadas em seu corpo no dia seguinte. Margarida afirma que além do agressor agredí-la na frente de seu filho, o mesmo ainda o coloca contra ela “ele joga o menino contra mim” (MARGARIDA). Isso vai ao encontro do que afirma Saffioti (1994, p. 458) ao dizer que “[...] os filhos participam das relações violentas: ou diretamente como vítimas do pai e/ou da mãe (mulher também é atacada pela síndrome do pequeno poder) ou presenciando cenas ou, ainda, tomando o partido de um dos litigantes.”

Pensando nisso, buscamos verificar o **reflexo dessas violências na vida dos (as) filhos (as)** das mulheres que foram acolhidas na CA. Ressaltamos que esse tipo de informação foi percebido apenas na entrevista de Lírio e Orquídea (Quadro 12), mas em outras pesquisas relacionadas à violência doméstica tal fato já foi constatado (CARLOTO; CARLÃO, 2006; CERQUEIRA, 2016).

Quadro 12 – Reflexo da violência na vida dos (as) filhos(as)

[...] meus filhos, que chegaram lá muito rebelde [...] (LÍRIO)

Os meus meninos eram muito agressivos, se você olhasse pra eles, eles já queriam dar em você, eles não queria saber do tamanho que eles metia mesmo. E agora não, eles tem raiva disso. [...] quando eu crescer eu vou matar o meu pai. Ele diz. Ele desenha arma. Ele disse a mim que: eu vou ser um policial, eu vou ser um juiz. Ele quer ser um juiz pra combater os covardes que batem em mulher, e a primeira coisa que eu vou fazer é prender o meu pai e se na hora, porque, muda a lei né, homem que, porque vai mudando, e na hora sabe o que eu vou fazer? eu vou matar ele, eu vou dar facada nele, eu vou dar chute, vou jogar comer quente, tudo que ele via ele fazendo comigo ele disse que ia fazer com ele. Ele (filho de 11 anos) é assim, agressivo. Se você falar com ele, ele parte pra cima de você mesmo. Agora eu tô conseguindo controlar ele, mas antes não. Eu não sabia falar com eles que eles me respondia, eles me dava a língua. O pequeno, ele tem quatro ele e já deu em mim [...] (ORQUÍDEA)

Fonte: Entrevistas com mulheres usuárias da Casa Abrigo (2019).

Na fala das interlocutoras é possível perceber o impacto que a relação violenta causa na vida das crianças e o quanto isso influencia no comportamento das mesmas, principalmente nos

(as) filhos (as) de Orquídea. De acordo com Carloto e Carlão (2006), os (as) filhos (as) tendem a apresentar diversos distúrbios de comportamento oscilando da violência à introspecção, além da hiperatividade, o nervosismo e dificuldades de concentração na escola. Diante disso, percebe-se o quanto é importante a ajuda externa e uma equipe qualificada para lidar com essa situação, em busca de ressignificar esses comportamentos, na qual uma mediação da informação consciente é fundamental nesse processo.

6.2.2 Ciclo da Violência

O ciclo da violência foi um modelo desenvolvido pela psicóloga norte-americana, Lenore Walker, que buscou explicar como ocorre a violência entre homens e mulheres nas relações íntimas e afetivas. A autora identificou que, apesar das várias faces e especificidades, a violência doméstica acontece dentro de um ciclo que constantemente se repete. Assim, a autora dividiu o ciclo em três fases: construção ou aumento da tensão; tensão máxima; e lua de mel (INSTITUTO MARIA DA PENHA, 2019; WALKER, 1979).

Baseada em Walker (1979), Oliveira (2012, p. 151) destaca que “Os contumazes abusos por parte do provedor da casa demonstraram a urgência de se romper com essa nefasta violência cíclica que transforma o ambiente onde deveriam prevalecer amor e respeito em um palco de discussões, incompreensões e manifestações violentas.”. Segundo Carmo e Moura (2010), esse ciclo é algo frequente na vida das mulheres que sofrem com a violência doméstica, pois as mesmas enfrentam muitas dificuldades para findar a relação e se manter distantes dos companheiros/agressores. Isso ocorre devido a uma série de questões que podem variar desde a dependência a razões de fundo emocional. Assim, buscamos analisar a relação de violência, a partir das falas das mulheres, de modo a identificar cada fase do ciclo da violência e como estas vivenciavam cada uma delas.

a) Construção ou aumento da tensão

A primeira fase do ciclo da violência, chamada de construção ou aumento da tensão é caracterizada por momentos em que o agressor busca motivos para desencadear a violência por meio de cenas de ciúmes, agressões verbais, ameaças, destruição de objetos dentro de casa, entre outras formas. As mulheres, por sua vez, na tentativa de acalmar o agressor - que geralmente, é o companheiro - utilizam várias estratégias para mantê-lo calmo, evitando o descontrole do mesmo. Nessa tentativa, as mulheres tendem a ser dóceis, prestativas e

atenciosas. Em alguns casos acabam arranjando desculpas para justificar o comportamento do companheiro, algo que muitas vezes é inútil, pois acabam sendo tomadas pela tristeza, angústia, ansiedade, desilusão e medo enquanto sentimentos que passam a sentir no momento de primeira fase do ciclo (INSTITUTO MARIA DA PENHA, 2019, *online*).

Quadro 13 – Relatos atinentes à primeira fase do ciclo de violência

[...] começou a surgir esse negócio de ciúme, aí foi que ele começou a me dar homem, dizendo que eu tava fazendo coisa com outros homem e assim foi, pelo menos foi xingando, mas depois foi que foi aumentando [...] depois que ele xingava muito foi que, ele só ficava resmungando aí ficava enxotando assim, igual tratando a pessoa como cachorro dizer que não queria mais e tudo mais. Eu ficava mal né? Eu ficava péssima, triste [...] Eu ficava calada, [...] eu escutava ele dizer muitas das vezes que eu não aguentava ele me xingar e eu ia debatia mas eu dizia assim, eu botava na minha cabeça igual ao sempre botei: eu não vou me debater como um homem que eu sei né? Aí eu deixava ele sozinho e ficava às vezes sentava ficava com a mão no queixo mas eu botava pra chorar. Chorava muito. (ROSA)

[...] ele começava a coisar com boca, me ameaçar. Quando eu pegava um celular, ele já ficava com ciúmes também. (MARGARIDA)

Ele agredia quebrando as coisas, com muito nome, botando eu pra baixo, muita pressão psicológica, muita pressão psicológica, também com violência, quebrando tudo, [...] muitas vezes ele disse, que me matava e me enterrava lá, não tinha quem me achasse lá dentro do mato meio mundo de terra. (LÍRIO)

Eu fazia coisas, que, eu me virava nos 30, tinha que tá tudo limpo tudo, se ele visse um pó eu apanhava na estante, se tivesse um copo no armário eu apanhava, se tivesse um suco sem tampa ele jogava em cima de mim, ele jogou várias vezes. Quando eu via eu corria e tampava, quando eu não via, eu já via ele jogando em cima de mim a poncheira de suco. [...] quando assim, ele acordava que eu botava o comer, aí ele começava a comer e dizia assim: isso é comer de cachorro! E eu tinha fazido com tanto amor aquele comer sabe? Comer de cachorro e jogava em cima de mim e com um detalhe, que eu não tinha fogo de gás não, era na lenha, no sol quente assim, no pé da parede. (ORQUÍDEA)

[...] toda semana já inventava pé. [...]todo domingo ele arrumava pé de brigar, pé de brigar, aí começou a quebrar as coisas dentro de casa aí eu disse: quebra as coisas, quebra as coisas, só não quebre a minha cara, aí só me empurrando, me empurrando sabe? puxando meu cabelo porque num sei o que [...] Dia de semana era um amor, mas quando chegava final de semana aí começava: ciúme possessivo, dizia que eu tinha outra pessoa, enxergava alguém dentro de casa sem ter ninguém [...] (GIRASSOL)

Fonte: Entrevistas com mulheres usuárias da Casa Abrigo (2019).

Percebemos que a violência é desencadeada por motivos banais e as consequências são muitas na vida de cada mulher. De acordo com o Instituto Maria da Penha (IMP) (2019, *online*), a tensão dessa primeira fase “pode durar dias ou anos, mas como ela aumenta cada vez mais, é muito provável que a situação levará à Fase 2.”

b) Tensão máxima

Na segunda fase do ciclo, a violência de fato se materializa, e o acúmulo da tensão na fase anterior explode e se efetiva por meio da violência verbal, física, psicológica, moral ou patrimonial. A tensão psicológica é severa e é nesse momento que muitas mulheres decidem pedir ajuda externa para cessar a relação. (INSTITUTO MARIA DA PENHA, 2019, *online*)

Quadro 14 - Relatos referentes à segunda fase do ciclo de violência

[...] eu bati nele assim como ele me bateu. Quebrei vassoura nele. Violência total! Tanto ele comigo como eu com ele. [...]ele batia muito de mão mesmo, de soco [...] eu procurei o CREAS [...] eu contei tudo que tinha acontecido, eu ainda tava machucada quando eu fui lá, que aqui em mim tava todo machucado que ele danou a vassoura neu, meu braço aqui tava roxo, eu fui peguei e mostrei a ela (ROSA)

[...] ele chegou a me enforçar. Eu começava a chorar. Chorar, não tinha reação pra nada, só chorar! Eu me sentia muito mal. Eu sai escondido [...] Aí eu sai através do pessoal lá que fizeram um esquema, [...] Eu fui na delegacia da mulher fazer o BO e depois fui pra Casa Abrigo. (MARGARIDA)

Uma vez ele chegou muito doido pegou uma serra, aquelas serras que tem aqueles discos [...] e saiu procurando dentro de casa dizendo: tô com vontade de danar na tua cabeça. Não sei como não matou eu com uma serra daquela. [...] Era mais violência psicológica e quebrando as coisas e em cima da cama. Hoje eu não tenho nervos mais não. Ele deu duas quedas em mim de moto, fiquei com traumas! É muito triste você ser casada com um homem e ele fazer isso com você direto. Até hoje eu sofro, se eu pensar eu choro, [...] O CRAS e o CREAS de Soledade [...] que ajertaram e me encaminharam pra Casa Abrigo. Eu fiz a denúncia por debaixo dos panos. [...] Eu me senti assim, um pouco constrangida, mas feliz porque eu sabia que eu sair das mãos dele, ia me sentir livre! (LÍRIO)

Uma vez ele danou tanto minha cabeça na parede que eu desmaiei. [...] eu num, eu num aguentava mais. Sabe, chegou um ponto que eu enfrentei ele. Eu nunca tive coragem de enfrentar ele, eu tinha muito medo dele. Eu não tava aguentando mais, [...] Eu só vivia com medo, eu juro, no sábado e no domingo era os piores dias da minha vida.[...] (ORQUÍDEA)

[...] puxão de cabelo, chute, murro, [...] Me sentia menosprezada [...] Fui pra delegacia, aí eu conversei com ela, que eu fiquei com medo da família dele, dele fazer alguma coisa comigo. Ela viu minha situação de desespero, [...] (GIRASSOL)

Fonte: Entrevistas com mulheres usuárias da Casa Abrigo (2019).

Percebemos que foram inúmeros os momentos de tensão máxima na vida das interlocutoras. Nos relatos de Rosa é possível constatar que a mesma revida as agressões sofridas na tentativa de cessar a violência. Isso acontece, porque as mulheres detêm uma parcela menor de poder na relação. De acordo com Maria de Fátima Araújo (2008b), embora a dominação masculina seja um privilégio que a sociedade patriarcal concede aos homens, nem todos a utilizam da mesma maneira, assim como nem todas as mulheres agem igualmente a essa dominação.

A partir do quadro anterior vemos que Orquídea parece ter vivenciado da forma mais dolorida possível, seja fisicamente ou psicologicamente, como mostra sua fala. Apesar da extrema violência é visível que todas as entrevistadas, em um determinado momento, decidem pedir ajuda externa e sair da relação de violência denunciando o agressor. Todavia, destacamos que esse não é um processo simples. Em muitos casos a mulher ameaça fazer a denúncia, mas o agressor finge que está arrependido e promete que a cena não irá se repetir. É, então, que o ciclo da violência passa para a sua fase 3, chamada de Lua de Mel.

c) Lua de mel

Nessa fase ocorre a reconciliação e a esperança de mudança e cessação da violência toma conta das mulheres que decidem dar mais uma chance ao agressor. Isso também ocorre por esta tentar manter seu casamento, principalmente quando existem filhos (as) envolvidos (as) nessa comunhão. As lembranças dos bons momentos também é motivo para confiar que tudo foi apenas mais um momento de tensão. Porém, isso não passa de uma ilusão, pois, a tensão volta e, com ela, as agressões da fase 1. (INSTITUTO MARIA DA PENHA, 2019, *online*)

Quadro 15 – Relatos que simulam a terceira fase do ciclo de violência

[...] Ele começava, ficava bonzinho, depois queria começar tudo de novo. Ele ficava pedindo perdão. Pedia perdão logo, falava: desculpa, não era isso que eu queria fazer... -ficava desse jeito, aí depois começava tudo de novo. (MARGARIDA)

[...] quando ele me deu uma cadeirada ele passou 7 meses preso, deu uma cadeirada eu levei 5 pontos na cabeça, aí ele saiu nós começamos do nada, ele disse que ia mudar, eu ainda voltei, mas ainda continuou. [...] desde a primeira vez que eu denunciei ele que ele ficou só 15 dias preso, que era primário, ele tinha matado quando voltou, aí voltou bem caladinho, bem santinho, depois começou fazer de novo, aí me ameaçou com a faca agora, aí eu fui de novo (LÍRIO)

Depois da violência [...] Ele fingia que nada aconteceu. [...] no outro dia era remédio, era meu amor, me chamava de meu amor, era tudo. (GIRASSOL)

Fonte: Entrevistas com mulheres usuárias da Casa Abrigo (2019).

Pudemos enxergar essa terceira fase do ciclo também nas falas das entrevistadas. Porém, apenas em três das cinco mulheres foi possível identificá-la, pois Rosa e Orquídea não trouxeram relatos que pudéssemos identificar tal momento. No caso específico de Orquídea, o agressor não mostrava arrependimento e promessas de mudança, mas sim, controle e maldade, pois segundo ela, após cometer a violência ele saía de casa e quando voltava fingia que nada havia acontecido. Segundo Rosa, “[...] ele dava e saía, e quando ele chegasse era pra eu tá rindo

pra ele, chamando de amor, charelando, era pra abrir as pernas pra ele. Apanhado, doendo ainda, porque ele não dá tapinha não, ele dá pra você cair mesmo.”

A partir dos relatos expostos e identificadas as três fases do ciclo de violência, concordamos com Galvão e Andrade (2004, p. 97) quando, em sua pesquisa com mulheres atendidas pelo Centro de Atendimento à Mulher – CAM no ano de 2001, pontua que

Romper com o ciclo da violência é extremamente difícil para grande parte das mulheres que vivem essa situação, fato comprovado na presente pesquisa, que evidencia um número elevado de mulheres vivendo em situação de violência há mais de um ano. Mesmo as mulheres que tomam a atitude de denunciar seus companheiros agressores, muitas vezes, acabam desistindo de manter a denúncia. Diante das promessas do companheiro de não mais agredi-la, da falta de perspectiva e de condições materiais para um recomeço, da vergonha e da falta de apoio da família e da sociedade, acabam acreditando numa possível reconciliação, o que acaba por gerar o processo chamado de ‘rotinização da violência’.

Para Saffioti (2004), embora a violência doméstica tenha seu ciclo, isto é meramente descritivo, pois não induz sequer a atitudes preventivas. A autora defende ser mais adequada a percepção de que a violência contra mulheres se desenvolve em escalada, pois apesar deste tipo de violência ter momentos menos tensos, a tendência é que essa vá aumentando até alcançar o seu ápice: o feminicídio.

6.2.3 Acesso e busca de informação protagonizado pelas mulheres para romper com a situação de violência

A informação tornou-se, com o passar do tempo, um rico instrumento de transformação capaz de gerar mudanças cognitivas, econômicas e sociais. Para isso, seu acesso pelas inúmeras vias e suportes é decorrente de uma necessidade do (a) usuário (a) que inicia um processo de busca para satisfazer suas necessidades informacionais. Por meio do acesso e uso da informação novos saberes são construídos e novos comportamentos passam a ser dinamizados à medida que os (as) usuários (as) se apropriam das informações.

Para Almeida Júnior (2012), quando há a apropriação da informação quer dizer que a informação acessada pelo (a) usuário (a) se concretizou, alterando de alguma forma o conhecimento pré-existente, gerando novos significados que influenciam no processo de tomada de decisão. Pensando nisso, compreender como se dinamizou o acesso e a busca de informações pelas mulheres da CA é de suma importância, uma vez que este estudo está situado em uma ciência que possui a informação como seu principal objeto, a Ciência da Informação. Acreditamos que isso irá contribuir para compreender o impacto que a informação teve na vida dessas mulheres da CA.

Ressaltamos que para romper com a situação de violência, as mulheres acolhidas na Casa Abrigo percorreram caminhos, se depararam com pessoas que algumas denominaram anjas, e durante esse percurso essas mulheres buscaram e tiveram acesso a informações. Tais informações contribuíram para que pudessem contar a história de suas vidas para a pesquisadora deste estudo, pois em risco iminente de morte, muitas delas não chegam a “pôr o pé fora de casa” e vivem assim até o momento em que o ápice da violência chega e o feminicídio acontece.

Pensando nisso, procuramos saber das interlocutoras o caminho por elas percorrido até chegar à Casa Abrigo.

Quadro 16 – Caminho percorrido pelas mulheres até chegar a CA

[...] eu procurei o CREAS. Foi lá que as meninas sempre me deram conselho, [...] eu contei tudo que tinha acontecido, eu ainda tava machucada quando eu fui lá, que aqui em mim tava todo machucado que ele danou a vassoura neu, meu braço aqui tava roxo, eu fui peguei e mostrei a ela [...] Aí elas me levaram pra delegacia eu fiz o BO, prestei a ocorrência, tudo eu fiz [...] (ROSA)

Fui no Creas de Boqueirão falar com a psicóloga por orientação dessa mulher [colega integrante de uma banda marcial] que me ajudou. Ela [a psicóloga] me sugeriu pra mim fazer um BO, procurar uma delegacia. Eu fui na delegacia da mulher fazer o BO e depois fui pra Casa Abrigo (MARGARIDA)

[...] eu disse por debaixo dos panos pra minha professora de bordado, ela foi acessou o CREAS, que eu já participava do CRAS aí veio a psicóloga eu fiz a entrevista, aí eu tive que sair de lá com o conselho tutelar de dentro da casa, e veio a polícia tudim, dentro de dois minutos pra juntar tudo [...] (LÍRIO)

“[...]a agente de saúde foi lá em casa, aí eu expliquei tudo pra ela [...] eu pedi ajuda a ela, porque só ela que podia me socorrer, aí ela disse: “a pois quando ele tiver aqui aí eu vou fingir pra tu que eu marquei um médico pra os meninos, aí tu vai na delegacia e denuncia.” [...] eu fui no conselho pra eles me ajudar [...] e eu denunciei ele. Aí da delegacia eu voltei... eles foram mais eu na casa,” [...] eu passei uns 15 dias na casa da minha mãe, aí eu tive que ir pra outro canto porque ele ficava cercado a casa da minha mãe, e mandando recado que ia me matar, que ia me esfaquear, que ia arrancar meus olhos que, um bocado coisas horríveis que ele dizia. [...] Aí eu procurei o CRAS de lá de Remígio, eu tava num auxílio aluguel da prefeitura [...] eu fui na delegacia de novo, falei com a delegada, ela me deu uma medida protetiva pra ele ficar longe de todos nós, mas ele ainda continuou. [...] eu procurei o CRAS que [...] me trouxe pra DEAM de CG, [...] no outro dia que a gente veio pra [...] delegacia da mulher daqui (JP), [...] e as meninas da Casa [...] veio e eu fui pra lá. (ORQUÍDEA)

Fui pra delegacia, aí eu conversei com ela [delegada], que [...] viu minha situação de desespero, e [...] falou que tinha uma Casa Abrigo e falou de mulheres [...] E eu disse: eu quero, eu quero e vim, fui pra lá. (GIRASSOL)

Fonte: Entrevistas com mulheres usuárias da Casa Abrigo (2019).

Em todos os casos percebemos que a procura por ajuda tem apoio de alguma pessoa que contribuiu para que a denúncia seja efetuada e a mulher direcionada ao abrigo. Assim, supomos que o desespero das mulheres está estampado em sua face, que estão aflitas para sair da relação de violência doméstica. Em alguns casos, a mulher tenta não recorrer à casa buscando outros

meios de se livrar daquele contexto. Como exemplo citamos o de Orquídea que tentou viver na casa da sua mãe, mas as ameaças persistiram e o abrigo foi inevitável para evitar que sua vida fosse tirada pelo agressor.

A ação protagonista dos órgãos da rede de atendimento às mulheres em situação de violência deve ser evidenciada, pois tais órgãos se mostraram fundamentais nesse processo de rompimento das relações. Constatamos que na maioria dos casos, as mulheres antes de ter acesso à CA recorrem a mais de um órgão, como demonstram os relatos expostos no Quadro 17.

Quadro 17 – Órgãos acessados pelas mulheres antes de ter acesso à CA

[...] Foi o Conselho Tutelar primeiro, mas não tinha ninguém no conselho tutelar, tava em reunião aí eu procurei o CREAS. [...] elas me levaram pra delegacia eu fiz o BO, prestei a ocorrência, tudo eu fiz, o que foi de fazer pra chegar até aqui, eu fiz tudo, aí passei em Campina [...] no Centro de Referência [...] (ROSA)

Fui no Creas de Boqueirão [...] fui na delegacia da mulher fazer o BO e depois fui pra Casa Abrigo. (MARGARIDA)

O CRAS e o CREAS de Soledade. (LÍRIO)

O conselho tutelar primeiro, depois a delegacia normal, o CRAS, aí o CRAS me trouxe pra DEAM de CG, [...] aí no outro dia [...] eles me deixaram lá (na DEAM-JP) e as meninas da Casa [...] veio e eu fui pra lá (CA). (ORQUÍDEA)

Só a delegacia. (GIRASSOL)

Fonte: Entrevistas com mulheres usuárias da Casa Abrigo (2019).

Como dito anteriormente, as mulheres passam por serviços da rede de atendimento antes de chegar à CA. É neles que são orientadas pelas equipes que sugerem a ida para a Casa, pois reconhecem a necessidade de tirá-las do convívio com o agressor a fim de evitar um desastre ainda maior na vida dessas mulheres, que é o feminicídio.

Nos relatos, vimos que Girassol foi a única que se direcionou apenas a uma DEAM e que esta foi suficiente para encaminhá-la à CA. Em contrapartida, Lírio não citou a Delegacia da Mulher como um dos caminhos percorridos. Porém, apesar desta última não citar a DEAM, frisamos que é necessário que as mulheres formalizem as denúncias por meio de um BO como documento arquivístico, probatório e necessário para dar entrada na Casa Abrigo. Dessa forma, infere-se que mesmo não relatando durante a entrevista, Lírio esteve em uma antes de ser acolhida na CA.

De acordo com Carloto e Carlão (2006), é frequente que as mulheres procurem outros órgãos antes de passarem pela delegacia. Entretanto, é necessário registrar o Boletim de Ocorrência, algo que muitas vezes recobre de receio a mulher, ainda que protegida pelo abrigo.

Tão importante quanto a procura de ajuda nos órgãos são as informações recebidas nos mesmos, ou seja, mediadas nessa etapa, pois essas figuram como divisores de água na vida de cada mulher.

Quadro 18 – Informações recebidas pelas mulheres no processo de busca por ajuda nos órgãos da rede.

[...] eu procurei o CREAS [...] contei tudo que tinha acontecido [...] ela escreveu num papel lá e disseram que era pra eu ficar e perguntaram se eu queria voltar pra casa ou [...] pro abrigo [...], aí eu fui falei assim “eu não vou voltar pra casa porque eu sei que ele vai tá em casa e se eu voltar pra casa vai fazer do mesmo jeito, então é melhor eu ir pra outro caminho [...] (ROSA)

Fui no CREAS de Boqueirão falar com a psicóloga [...] Ela (a psicóloga) me sugeriu pra mim fazer um BO, procurar uma Delegacia. Aí eu falei com ela também sobre minha casa... aí ela disse que eu tenho todo direito porque a casa eu construí [...] (MARGARIDA)

Eles [equipe do CRAS e CREAS] que ajudaram e me encaminharam pra Casa Abrigo. Eu fiz a denúncia por debaixo dos panos. (LÍRIO)

Eles [equipe do conselho tutelar] me mandou procurar uma delegacia da mulher. [...] aí eu procurei uma delegada, ela mandou, ela deu voz de prisão pra ele, mas ele ficou me cercando [...] Ela falou que se eu quisesse tinha uma casa em Campina Grande que acolhia mulheres [...]. No CRAS ele falou assim: eu vou levar você pra uma casa que abriga mulheres de violências, que tem tudo que você precisa lá, pronto, eu não pensei duas vezes, eu corri logo. (ORQUÍDEA)

Do Abrigo, que tem um abrigo pra mim poder ficar. (GIRASSOL)

Fonte: Entrevistas com mulheres usuárias da Casa Abrigo (2019).

Ainda que de forma resumida, as falas das mulheres entrevistadas mostraram que as informações mediadas nos órgãos influenciaram na decisão de ir para a CA. No caso de Margarida, vimos que o medo de perder o direito a sua casa era um dos fatores que faziam-na pensar em desistir de ir ao abrigo. Porém, a partir da mediação consciente da psicóloga, ela não se intimidou e foi.

A denúncia geralmente é feita por ‘debaixo dos panos’, como disse Lírio. Isso porque as mulheres temem por suas vidas caso o agressor saiba de suas atitudes. Essas, nesse processo de rompimento, enfrentam antagonismos em cada passo dado na luta para sair da relação. A família dos agressores na maioria das vezes não apoia a decisão das mulheres em denunciar, mesmo sabendo da violência cometida pelos filhos contra suas esposas e o sofrimento que os (as) filhos(as) também presenciam diariamente.

É nessa perspectiva que Machado (2002), Bandeira (2014) e Saffioti (2004) ressaltam a extrema importância da qualificação adequada da equipe que integra esses órgãos da rede, pois uma má orientação pode fazer as mulheres desistirem de realizar a denúncia e irem para uma

Casa Abrigo, e assim voltar para a situação de violência, que pode se agravar após o agressor descobrir a tentativa de denúncia e rompimento da relação.

Percebemos o quanto a informação tem potencial de contribuir na tomada de decisão dos sujeitos - neste caso, das mulheres em situação de violência doméstica -, pois quando mediada conscientemente, a informação torna-se elemento transformador da realidade, possibilitando novos olhares naqueles que antes não tinham acesso à mesma (GOMES, 2016, 2017, 2018, 2019). Por meio da ação mediadora, os sujeitos alteram seu conhecimento de modo que passam a construir novos saberes à medida que se apropriam das informações, como foi o caso das mulheres que foram acolhidas na Casa Abrigo. Dessa forma, corroboramos com Gomes (2016) ao afirmar que a informação é caracterizada como fenômeno ativo no agir humano.

Buscamos saber das mulheres sobre a decisão de ir para a CA e verificou-se que as profissionais dos órgãos influenciaram (de forma direta e indireta) a partir do fornecimento das informações sobre a casa para a ida à CA.

Quadro 19 – Decisão em ir para a CA.

Fui eu mesma que decidi (ROSA)

Eu já saí do CREAS de Boqueirão orientada pra vim pra cá [CA] (MARGARIDA)

[...] eu resolvi [...] porque eu não ia esperar ele chegar em casa pra matar eu. (LÍRIO)

No CRAS ele falou assim: eu vou levar você pra uma casa que abriga mulheres de violências, que tem tudo que você precisa lá. Pronto! eu não pensei duas vezes, eu corri logo. (ORQUÍDEA)

[...] eu pensava que era ruim, mas ela (delegada) [...] só disse: você vai para um abrigo. Você quer? eu quero! Eu que pedi a ela, eu quero! (GIRASSOL)

Fonte: Entrevistas com mulheres usuárias da Casa Abrigo (2019).

Nas falas, percebemos um pouco de receio por estar indo para um lugar desconhecido e longe dos seus familiares. Porém, também há o desejo, a esperança e a sensação de que vai melhorar sua situação, pois estará indo para longe do agressor buscando uma vida mais calma e fora do risco de morte.

Segundo Carloto e Carlão (2006), a decisão de ir para a Casa Abrigo se deve a vontade de romper com a situação de violência. A esperança de uma vida melhor e a necessidade de organizar seus pensamentos são alguns dos fatores que influenciam na tomada de decisão das mulheres que optam pelo abrigamento.

Procuramos identificar se as mulheres tinham conhecimento de fontes de informação (televisão, redes sociais, jornais, amigos, etc) sobre questões relacionadas à violência

doméstica, tendo em vista que essas, por vivenciarem diariamente esse tipo de situação, poderiam estar atentas a esse tipo de informação para obter conhecimento sobre seus direitos.

Na Ciência da Informação, os estudos sobre fontes se inserem na área da organização da informação (PAIVA; SANTOS; NASCIMENTO, 2014). Para Paiva (2014), o conceito de fonte de informação além de amplo, remete a vários tipos de recursos informacionais. Além disso, a autora baseada em Burke (2003), ressalta que é o sujeito que interpreta se algo é fonte de informação ou não. Dessa forma, acreditamos que a construção de novos conhecimentos está diretamente relacionada às fontes de informação.

De acordo com Cunha (2001), o conceito de fonte de informação pode abranger manuscritos, publicações impressas, objetos a exemplo de peças museológicas, amostras minerais, obras de arte, dentre outras. Eggert-Steindel (1994) por sua vez ressalta que as fontes de informação podem ser de natureza impressa, audiovisual e oral (EGGERT-STEINDEL, 1994).

Partindo dos pressupostos apresentados e trazendo o conceito para nosso campo de pesquisa, verificamos quais as fontes informacionais citadas pelas mulheres dentro da Casa Abrigo.

Quadro 20 – Conhecimento de fontes de informação sobre questões relacionadas à violência doméstica citadas pelas mulheres da CA.

[...] a televisão, que a gente assistia e assiste todo dia e ver que nunca muda e pelo celular que é as rede social e minhas amigas né? que era as primeiras fonte né?(ROSA)

[...] por televisão, até pessoalmente mesmo, campanhas também. Infelizmente eu não gostava de assistir, não tinha paciência, na verdade não tinha tempo. (MARGARIDA)

Não, por incrível que pareça não! Só vim ter lá no CRAS quando eu fazia curso (antes de ter acesso a CAAT). Eu ligava pra isso não, nem ligava, demente aquilo leso mulher, com a cabeça já feita por ele (o agressor) falando de dia e de noite, eu nem me lembrava disso, aquilo oprimido direto e ele amuntado feito besta, como aqueles cavalos que se amunta, entendeu? pronto, a pessoa fica vivendo aquilo alienado. (LÍRIO)

Não, nenhum! Eu conhecia a Lei Maria da Penha só. Eu vi passando na... Isso me encorajou sabe?! Isso que me encorajou. (ORQUÍDEA)

Não, vim saber agora, depois que eu cheguei no abrigo. (GIRASSOL)

Fonte: Entrevistas com mulheres usuárias da Casa Abrigo (2019).

Constatamos que, algumas mulheres, devido à naturalização da violência, não percebiam e/ou não tinham interesse no conteúdo. Algumas das entrevistadas citam a televisão como uma das fontes de informação, como mostrou o quadro anterior. A televisão enquanto fonte audiovisual foi citada como uma das fontes hegemônicas de informação para que as

mulheres tivessem acesso aos conteúdos relacionados à violência doméstica, isso porque essa é uma fonte que geralmente muitas residências possuem para que as pessoas se mantenham informadas. Porém, vimos nos relatos de Margarida que a falta de tempo e paciência a impedia de assistir. Lírio e Girassol admitiram não ter conhecimento de nenhuma fonte antes de ter acesso aos órgãos da rede, a primeira se referiu ao CRAS e a última ao próprio abrigo. Inferimos que as mulheres que citam outras fontes, além da televisão, já demonstram o reflexo do processo de mediação da informação dentro da Casa Abrigo.

Apesar de não citado como fonte de informação ao ser questionadas sobre isso, constatamos, no decorrer das entrevistas, que os livros também constituem uma fonte de informação acessada na CA. As mulheres, a partir do acesso à biblioteca existente na CA, passaram a desenvolver o hábito da leitura, algo que não era decorrente no dia a dia das mesmas. Os livros fazem parte das fontes documentais de informação (PAIVA, 2014) e são fontes de natureza impressa, segundo Eggert-Steindel (1994). No estudo de Nascimento (2003), os livros foram umas das fontes mais citadas para satisfazer as necessidades de informação das entrevistadas.

Para Denise Thompson (2001), o poder-como-dominação é frequentemente exercido pelo controle de fontes de informação, de modo que os sujeitos sequer saibam que têm queixas, nem possam protestar ou agir para mudar as opressões vivenciadas. Ainda sobre fontes de informação corroboramos com o estudo de Eggert-Steindel (1994) quando trata sobre a importância de trabalhar a informação com mulheres. A autora afirma que a CI brasileira está distante do sujeito mulher no que tange às suas necessidades informacionais. Mesmo que passados mais de 20 anos de sua pesquisa, esta ressalva ainda deve ser considerada nos dias atuais, pois ainda há muito a se fazer para que a informação seja democratizada e todos tenham acesso à mesma de forma que venha a contribuir na transformação dos sujeitos, principalmente, no que concerne aos direitos das mulheres frente à desigualdade de gênero ainda presente na sociedade atual. Para Nascimento (2003), a desinformação é um dos fatores que solidificam o papel de submissão que muitas mulheres seguem assumindo perante os homens. Assim, a autora acredita que a democratização da informação poderá contribuir na conscientização e emancipação das mulheres para que elas exerçam sua cidadania com dignidade.

Questionamos as mulheres sobre o que **motivou/fortaleceu a procurar ajuda** e antes mesmo de expor as falas das mesmas é possível presumir que o período de tempo que a mulheres sofreram a violência é um dos motivos que as fizeram procurar socorro para romper com a relação que viviam, tendo em vista que são, em sua maioria, mais de 10 anos de relacionamento.

De acordo com Carloto e Carlão (2006), o motivo da procura pelo atendimento acontece após um longo histórico de violência, humilhação, pânico e desespero. As mulheres aguentam anos vivendo o ciclo da violência até decidirem pelo rompimento, e isso só ocorre, na maioria das vezes, quando a agressão verbal se agrava e a mulher fica prestes a torna-se mais uma vítima de feminicídio.

Quadro 21 – O que motivou/fortaleceu as mulheres a procurar ajuda.

A agressão e o xingamento e o mal trato que ele deu ao meu filho (ROSA)

Foi muito conselho dessa mulher (uma professora que trabalha junto ao pessoal do CRAS) (MARGARIDA)

Motivou? Não morrer né, porque ele já tinha dado a cadeirada, muitas vezes ele disse, que me matava e me enterrava lá, não tinha quem me achasse lá dentro do mato meio mundo de terra. (LÍRIO)

Ele maltratando os meninos. Quando eu via a situação, quando eu via que ele mal..., ele quebrou uma ripa nas costas do mais velho [...] (ORQUÍDEA)

O medo dele, de querer mudar porque eu não tava aguentando mais não. O tapa que ele deu em mim não chega ao ponto do meu psicológico, que eu tava até dizendo a psicóloga que eu sou meio doida do juízo de tanta porrada. (GIRASSOL)

Fonte: Entrevistas com mulheres usuárias da Casa Abrigo (2019).

Percebemos que, além das diversas formas de violência vivenciadas pelas interlocutoras e o medo de morrer, outro fator crucial para procurar apoio e buscar romper com a situação de violência, foram os maus-tratos aos (às) filhos (as), descrita na fala de Rosa e Orquídea. No estudo realizado por Carloto e Carlão (2006), as autoras também evidenciam que o que mais angustia as mulheres que buscam romper com a relação violenta são os (as) filhos (as), pois mesmo emocionalmente abaladas, elas priorizam o cuidado dos (as) filhos (as) em detrimento de si mesmas.

Partindo dos pressupostos apresentados nessa categoria, constatamos que o acesso e a busca de informações protagonizados pelas mulheres da CA foram fundamentais no processo de rompimento da situação de violência, pois essas informações contribuíram na decisão de ir para o abrigo. Assim, possibilitou que as mulheres conhecessem, ainda que de forma prematura, as políticas públicas para mulheres e mais precisamente sobre um local que poderia acolhê-las e protegê-las, junto aos seus (suas) filhos(as), dos maus-tratos do agressor, primando por suas vidas.

Acreditamos que o acesso, o uso e a apropriação da informação antes do ingresso na CA contribui para alterar a situação da violência, de modo que as mulheres não precisem ir para

o abrigo. Dessa forma, é preciso investir na publicização de campanhas que mostrem os direitos que as mulheres têm e as possibilidades de romper com a violência sem que haja a necessidade de estas terem que se direcionar à CA.

6.2.4 Conteúdos informacionais mediados pela CA

Nesta etapa buscamos identificar, nos relatos das mulheres entrevistadas nesta pesquisa, quais foram os conteúdos informacionais mediados pela CA, visto que o órgão também figura como protagonista no enfrentamento da violência doméstica.

A mediação da informação no âmbito da CA é constante e é delineada de forma dialética, ou seja, há trocas entre as mulheres e a equipe da Casa Abrigo, ambas se influenciam por meio da partilha de saberes em busca de ressignificar a violência que cada mulher presenciou durante sua vida. Para Gomes (2014, p. 55-56), “[...] o processo dialético é uma condição fundante da ação mediadora [...]”.

Criamos um quadro expondo o conteúdo informacional dinamizado na Casa, a fala das mulheres referente a esse conteúdo e a dimensão da mediação da informação alcançada e identificada no processo de acolhimento na Casa Abrigo. Ressaltamos que várias dimensões podem ser alcançadas em um único momento, inclusive todas, pois isso garante que a mediação da informação se efetive e contribua no desenvolvimento do protagonismo social (GOMES, 2019).

Quadro 22 – Conteúdos informacionais mediados pela CA e as dimensões da mediação da informação envolvidas

CONTEÚDO INFORMACIONAL	FALA DAS MULHERES	DIMENSÕES DA MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO
Orientação e Apoio	[...] lá é uma casa que a pessoa vai encontrar apoio, ajuda e a pessoa [...] vai sentar, vai conversar com a advogada, com a assistente social, com a psicóloga, [...] a enfermeira, tudim, vai dar um..., a pessoa vai conversar, vai sentir, trocar conversa, vai sentir e vai poder mentalizar, aí vai começar a fazer os plano de vida, vai pensar “poxa, se eu bem soubesse eu tinha vindo praqui a bastante tempo né?” A pessoa sai dali livre ajudada de tudo. (ROSA)	Dimensão dialógica e estética.

	A gente também tem muitas aulas sabe? [...] não aula assim, mas ela dizendo: você pode fazer isso para você sobreviver, você pode... pronto a cozinheira, ela me dá dicas, você pode fazer bolo, você precisa botar massa, entendeu? A Assistente: você pode fazer flores pra vender sabe? Eles lá levanta você, quando você tá triste você [...] até eu tô feliz recomeçar.” (ORQUÍDEA)	Dimensão dialógica, estética, formativa, ética, política.
Apoio	Quando tem uma que tá um pouco triste, pra baixo, a gente tenta conversar pra saber o que tá acontecendo. Ontem mesmo eu tava bem alegre, hoje eu tô também, mas aí dona Soraya [coordenadora da CA] perguntou: o que aconteceu, que você tá assim, eu tô achando você meio triste, aí eu disse: tô não! (MARGARIDA)	Dimensão dialógica, formativa e ética
Atendimento psicológico	[...] eu sofri de um trauma de quando eu era criança [...] porque eu era assediava [...] e por causa desse trauma que minha visão era só pra aquilo [parte sexual], aí quando eu cheguei lá [na CA] a doutora [psicóloga] me ajudou a separar as coisas, que a gente não é só pra aquilo, a gente é mãe, é mulher, entendeu? [...] ela me explicou bem direitinho. [...] Quando eu cheguei lá que fui nos tratamento foi que eu fui voltando [...] eu fui chorando, ela [psicóloga] ia fazendo as sessões de tratamento, eu fui botando aquilo pra fora, aí foi quando foi aliviando, abrindo, como uma lavagem cerebral, [...] ela vai dando aquelas orientação aí você vai voltando ao normal e vai vendo o erro, as coisas. (LÍRIO) [...] chama para conversar a psicóloga, Marina, eu adoro ela. Às vezes eu entro lá em estado pavorante de choro, aí quando eu converso com ela eu saio leve, ela tira vários peso das minhas costas só em me ouvir sabe? Ela tem a voz que me acalma” (ORQUÍDEA) [...] as minhas escuta com a psicóloga me edifica muito, muito muito mesmo. (GIRASSOL)	Dimensão dialógica, estética, formativa, ética, política.
Oficinas	[...] às vezes a gente tem oficina de alguma coisa. [...] a gente aprende. [...] na outra sexta teve a menina do empreender mulher [...] para dizer que você é uma mulher você precisa muito de autoestima sabe? [...] a gente teve aula de pintura. Aprendi a pintar! [...] eu não sabia desenhar e aí eu sei desenhar. (ORQUÍDEA)	Dimensão dialógica, estética, formativa, ética, política.

Fonte: Entrevistas com mulheres usuárias da Casa Abrigo (2019).

A partir das falas das interlocutoras foi constatado que os conteúdos informacionais da CA são gerados por meio da orientação e apoio, do atendimento psicológico e das oficinas ministradas na Casa. A interação entre a equipe e as mulheres acolhidas resulta em uma mediação consciente da informação alcançando suas cinco dimensões, seja ela a dialógica, estética, formativa, ética e política. Nesse processo, as mulheres têm a possibilidade de aprender novos significados para sua vida a partir da apropriação da informação.

De acordo com Lousada (2015), em todos os momentos do processo informacional a mediação está presente, seja na disponibilização da informação para o usuário, como também em todas as atividades desenvolvidas pelo profissional da informação. O atendimento psicológico é um dos momentos de maior aproveitamento pelas mulheres. Isso pode ser observado na fala de Lírio, Orquídea e Girassol que destacaram essa atividade como algo positivo em suas vidas. Nesse atendimento percebemos que todas as cinco dimensões da mediação da informação são alcançadas, o que a torna, segundo Gomes (2016, 2019), a mediação efetiva e propulsora do protagonismo social. Para a autora, a mediação da informação pode contribuir para o processo de apropriação da informação, desde que suas cinco dimensões, em articulação, sejam alcançadas, favorecendo o desenvolvimento do protagonismo social (GOMES, 2019).

A dimensão dialógica é alcançada em todas as ações de mediação da informação que ocorrem nas atividades desenvolvidas na CA, isso porque a mediação da informação envolve dialogia, presente no processo comunicacional e interacionista em espaços de interação - como é o caso da CA - que possibilitam às mulheres acolhidas a mobilização de transformações e a ressignificação das informações no acesso e na construção de novos conhecimentos (GOMES, 2016).

A dimensão estética, alcançada na mediação dos conteúdos informacionais, pode ser constatada no acolhimento. Segundo Gomes (2019) esta dimensão é aquela que acolhe, que conforta e que conduz o sujeito a um estágio onde ele (a) se coloca, se expressa, cria e sente prazer no que faz. Para que a dimensão estética seja plenamente alcançada é necessário que o acolhimento favoreça o estímulo à criação, de modo que os sujeitos possam construir vínculos identitários com sua criação, dando sentidos à sua vida, à sua existência. Dessa forma, compreendemos, a partir dos relatos que, no momento em que as mulheres participam das oficinas e as profissionais da casa sugerem e ensinam-nas a fazer bolos e/ou flores para vender, a dimensão estética da mediação da informação é parcialmente alcançada, pois não há evidências mostrando que as mesmas põem ou irão pôr em prática os ensinamentos adquiridos na CA quando saírem do abrigo, ou seja, a criatividade enquanto parte constituinte da dimensão

estética não é confirmada nos relatos das mulheres. Apesar do não conhecimento sobre essa questão, ressaltamos que a CA alcança na mediação da informação a dimensão estética ao abrir possibilidades de as mulheres poderem criar formas de sobreviver fora das relações de poder onde a violência era presente.

A dimensão ética da mediação da informação foi identificada a partir do cuidado que a equipe de profissionais da CA tem para com as mulheres acolhidas, de um trato respeitoso, que favorece o espaço de voz à elas, respeitando as singularidades desses sujeitos, pois são mulheres que estão fragilizadas diante da situação de violência que viviam antes de ter acesso à CA. Vale ressaltar que essa dimensão não se esgota apenas no cuidado, mas se estende em outros aspectos. Dessa forma, assim como a dimensão estética mencionada anteriormente, a dimensão ética foi parcialmente alcançada na mediação dos conteúdos informacionais no âmbito da CA.

A dimensão formativa foi constatada a partir do trabalho desenvolvido pela equipe de profissionais da Casa Abrigo de formar as mulheres, de abrir o conhecimento para elas por meio das oficinas, das aulas, entre outras atividades, que as mesmas relataram durante as entrevistas.

Em todas as falas constatamos o quão importante são os conteúdos informacionais mediados na Casa Abrigo, pois contribuem para o aprimoramento do protagonismo das mulheres, uma vez que estas já são consideradas protagonistas por estarem lá, por decidirem tomar direção de suas vidas e estarem dispostas a lutar por uma vida livre das amarras. A partir dos conteúdos informacionais, as mulheres da CA - mesmo que ainda estejam sofrendo com lembranças dos momentos de violência - passam a se apropriar das informações por meio de um processo de conscientização, de domínio do conhecimento e de exercício da crítica (GOMES, 2019). Desse modo, tomam consciência da violência que passavam e começam a visualizar e mentalizar suas vidas, como afirmou Rosa. Essa tomada de visualização e mentalização por outras lentes, as lentes de uma protagonista, aquele (a) que age e reage em busca de enfrentar determinadas situações postas em seu caminho. Dessa forma, consideramos os conteúdos informacionais mediados na CA fundamentais nesse processo de reestruturação da vida das mulheres acolhidas nesse espaço.

As mulheres entram na CA como protagonistas, mas a partir das atividades desenvolvidas na casa que promovem a mediação da informação, elas passam potencialmente a alcançar a condição de protagonistas sociais, pois alcançada a dimensão estética da mediação da informação, da criatividade, as mulheres podem levar para fora da casa a experiência vencedora delas, expandindo portanto a rede de proteção às mulheres, contribuindo para a reversão do fenômeno.

6.2.5 Percepção da violência antes da mediação da informação na CA

Antes de adentrarmos na vivência das mulheres na CA, consideramos pertinente verificar qual a percepção da violência que essas mulheres tinham antes de ter acesso ao abrigo, para posteriormente analisar as mudanças após a mediação da informação. Dessa forma, buscamos nesta categoria perceber nas falas das mulheres a naturalização da violência, a internalização da dominação masculina, a culpabilização da mulher pela violência sofrida, a identificação da violência vivenciada e o conhecimento das políticas públicas para as mulheres antes da mediação da informação na CA.

a) Naturalização da violência doméstica

A violência doméstica, ainda que considerada crime amparado por lei que criminaliza tal ação, é algo decorrente das relações de poder que ainda são alimentadas por uma cultura patriarcal que alimenta a ideia de que os homens detêm o domínio sobre as mulheres, podendo exercê-lo por meio da violência para evidenciar seu poder na relação. No entanto, os homens não possuem o poder absoluto, cabe à mulher, ainda que detentora de uma parcela menor de poder, sendo desfavorecida de certa forma, mas que a faz contestar e resistir numa ação protagonista (FOUCAULT, 1979).

Resultante das desigualdades de gênero, esse tipo de violência ainda é para muitos (as) algo natural. Isso ocorre porque, em geral, a mesma só é reconhecida como tal quando deixa marcas nos corpos por meio da violência física. Porém, de forma imperceptível por parte das dominadas, a violência simbólica (BOURDIEU, 2010) acaba se encapsulando nas situações cotidianas para que os agressores mantenham o domínio sobre as mulheres e estas naturalizam a violência vivenciada em seu lar.

Na percepção de Fernandes e Natividade (2018), a naturalização da violência conta as mulheres está ancorada em diversas construções históricas, a exemplo do machismo, patriarcado, sexismo e a cultura do estupro. São os aspectos dessa cultura que validam e perpetuam esse tipo de violência, tornando naturais situações de desigualdade de poder.

Essa naturalização pode ser visualizada nos relatos de muitas mulheres que vivem em situação de violência, inclusive as que foram para a CA, pois essas cresceram (em geral) interiorizando papéis e estereótipos de gênero disseminados no âmbito familiar, na educação, dentre outros contextos, os quais sustentam que os homens detêm maiores privilégios e poderes. Estimula-se a iniciativa, a agressividade e a participação dos homens no âmbito público, em

detrimento da socialização feminina, que tende a ser ancorada na passividade/submissão e a responsabilidade quase exclusiva pelo ambiente privado. Em geral, as mulheres aprendem a não contrariar o valor machista impregnado na sociedade.

Pensando nisso, verificamos, por meio das entrevistas, que as mulheres acolhidas na CA, após conviverem com a violência doméstica no seu dia-a-dia, naturalizam esse fenômeno, de modo que, suas falas expõem esta naturalização como mostra o Quadro 23.

Quadro 23 – Naturalização da violência doméstica

Normal, quando passava a cachaça ele ficava normal. Quando estava bom ele só dizia as coisas e bêbado ele quebrava as coisas. (LÍRIO)

[...] no correr da semana ele também dava em mim sabe? ele chutava, chamada de desgraça, rapariga, mas era pancada, era tapa, chutes que era, na minha visão, era pouco, mas era monte entendeu. Era pouco, mas não se comparava quando ele, diz ele que tava de ressaca, não se comparava a isso, mas era chute. (ORQUÍDEA)

Fonte: Entrevistas com mulheres usuárias da Casa Abrigo (2019).

Conforme exposto no quadro anterior, é possível perceber que Lírio e Orquídea naturalizaram a violência que sofriam por parte dos seus companheiros. Lírio justifica as agressões mais fortes devido ao álcool consumido por seu agressor e relata que o mesmo quando estava ‘bom’ apenas dizia as coisas. Percebe-se a partir da fala dessa interlocutora que, mesmo inconscientemente, a mesma sofria violência moral e psicológica. Orquídea, por sua vez, naturaliza as violências sofridas mesmo sendo inúmeras e de forma intensa, dizendo que ‘era pouco’ diante de quando o agressor se dizia de ressaca. A mesma reconhece que esse ‘pouco’ na verdade não era, fato que demonstra a situação de extrema violência que Orquídea passava ao lado do seu companheiro. As demais entrevistadas não mostraram em suas falas esse tipo de comportamento.

b) Internalização da dominação masculina

A violência doméstica decorre de uma estrutura social em que as relações desiguais de poder alocam privilégios à categoria social homens, na qual as mulheres são desfavorecidas. No entanto, há quem justifique tal fenômeno relacionando-a a características pessoais, doenças, problemas mentais, uso de álcool ou drogas. Verificamos que algumas mulheres interlocutoras internalizaram tais discursos, como evidenciado no Quadro 24.

Quadro 24 – Internalização da dominação masculina.

*[...] eu já conheci ele **bebendo**. Eu não sabia mas ele, no dia que eu conheci ele tava bebendo cerveja e cachaça né [...] depois de três meses que eu conheci ele foi que ele usava **drogas**, [...] eu vi ele usando a cocaína, aí foi que começou a surgir esse negócio de ciúme, aí foi que ele começou a me dar homem, dizendo que eu tava fazendo coisa com outros homens e assim foi, pelo menos foi xingando, mas depois foi que foi aumentando (ROSA)*

*[...] na cama na hora daquele momento ele mordida minhas costas, cheio de demônio, **cheio de cana**, mordida minhas costas, levantava minhas pernas pra cima, fazia o que queria com eu, eu besta! que nem uma abestalhada inocente, ele cheio de drogas, não sei se ele misturava também ou era só cana. (MARGARIDA)*

*[...] **bêbado** ele quebrava as coisas [...] quando passava a cachaça ele ficava normal. (LÍRIO)*

*[...] no sábado e no domingo era os piores dias da minha vida. Olhe, não era assim tanto porque ele bebia. Quando ele **bebia** ele era um amor de pessoa, ele era carinhoso, quando ele bebia, aí no outro dia, no outro dia que ele inventava que tava de ressaca. (ORQUÍDEA)*

*Quando a minha filha completou um ano e nove meses, aí ele começou a ficar **doente**. [...] só fazia essas coisas quando **bebia**. Dia de semana era um amor, mas quando chegava final de semana aí começava (GIRASSOL)*

Fonte: Entrevistas com mulheres usuárias da Casa Abrigo (2019).

Como é possível perceber, todas as entrevistadas internalizaram a dominação masculina atribuindo ao álcool a violência sofrida, algo não raro nos discursos sobre a violência doméstica. Rosa também cita as drogas como fator agravante para as violências sofridas. Girassol patologiza o agressor dizendo que o mesmo começou a ficar ‘doente’ após sua filha nascer, usando isto como desculpa para os atos cometidos por seu companheiro.

Para Saffioti (1994), o álcool e os problemas de ordem financeira são apenas facilitadores do processo de violência, pois a violência está contida nos homens em virtude das relações construídas socialmente com as mulheres, graças à assimetria contida na estruturação da sociedade em gênero.

Na fala de Margarida constata-se o quanto a naturalização da violência - fruto do sistema de dominação/exploração presente nas relações desiguais de poder - leva as mulheres a interiorizar que seu corpo é objeto de satisfação do homem, não tendo ela domínio sobre ele e, muitas vezes, ocorre que as próprias mulheres se culpabilizam por tais agressões.

c) Culpabilização da mulher pela violência sofrida

Além de naturalizar a dominação masculina e consequentemente a violência sofrida, muitas mulheres se culpabilizam pelas agressões. Saffioti (1994) enfatiza que as mulheres são culpabilizadas por quase tudo que não dá certo. É comum escutarmos discursos, quando uma

mulher é estuprada, por exemplo, de que a mesma é culpada por usar roupas curtas. Algo inadmissível, mas frequente em nossa sociedade que, alimentada pelo caldo da cultura machista, não permite que as mulheres façam o que bem entenderem com seus corpos, pois estarão desobedecendo a ordem patriarcal que exige da mulher submissão e obediência por meio de comportamentos socialmente construídos, colocando-a no âmbito do lar, reclusa do convívio social.

Quadro 25 – Culpabilização da mulher pela violência sofrida.

*[...] na cama na hora daquele momento ele mordida minhas costas, cheio de demônio, cheio de cana, mordida minhas costas, levantava minhas pernas pra cima, **fazia o que queria com eu, eu besta! que nem uma abestalhada inocente**, ele cheio de drogas, não sei se ele misturava também ou era só cana.*

Até os 12 anos eu fui fiel a ele mas depois da cadeirada eu perdi a cabeça pra se vingar dele, foi pior!”

[...] muito ignorante mulher! Pronto, aí no começo eu ainda não vi isso e ainda casei com esse homem, [...] (LÍRIO)

Fonte: Entrevistas com mulheres usuárias da Casa Abrigo (2019).

Encontramos apenas no relato de Lírio um discurso de culpa e vingança pela violência sofrida. A mesma quando relata o que o agressor fazia com ela durante a relação sexual, deixa claro a internalização da dominação masculina. “fazia o que queria com eu, **eu besta!** que nem uma abestalhada **inocente**” (LÍRIO). De acordo com o Programa de Prevenção, Assistência e Combate à Violência Contra a Mulher - Plano Nacional, “A vitimização reduz a capacidade da mulher de expressar seu desejo.” (BRASIL, 2003, p. 58).

Para Saffioti (2004), as mulheres são, em muitos casos, destituídas de autonomia e do direito de decidir sobre seu próprio corpo. Porém, isso não significa que essas sejam passivas e aceitem as violências de bom agrado, pelo contrário, elas resistem e exercem o poder na relação, ainda que em parcela menor como é o caso da própria Lírio quando afirma ter perdido a cabeça para se vingar do agressor, mesmo que tenha ela se arrependido em revidar a violência, ao dizer que foi pior!.

d) Identificação das formas de violência vivenciada

Verificamos se as mulheres antes de ter acesso à CA sabiam identificar as formas de violência vivenciadas por elas, pois, muitas vezes, elas sofrem diversos tipos de violência, mas não tem consciência disso.

Quadro 26 – Identificação das formas de violência vivenciada.

[...] foi a agressão toda, a verbal, tudinho. [...] ele batia muito de mão mesmo, de soco (ROSA)

[...] ele começava a coisar com boca, me ameaçar. (MARGARIDA)

Era mais violência psicológica e quebrando as coisas e em cima da cama. Quando estava bom ele só dizia as coisas e bêbado ele quebrava as coisas. (LÍRIO)

[...] é como se eu fosse estuprada, eu digo pra mim, eu sou mãe de filhos, mas a situação era uma coisa horrorosa. [...] Ele me torturou de todas as maneiras que você possa imaginar. Ele jogava café quente em cima de mim, me jogava prato de comer. Dava em meu de cinto, de fio de energia. Eu apanhei muito de fio de energia, de cabo de DVD, de cabo de bassoura, de chute. Uma vez ele danou tanto minha cabeça na parede que eu desmaiei. Ele quebrou meu celular de machado porque ele dizia que eu tinha outro. (ORQUÍDEA)

Começou a agressão verbal, ciúme possessivo dele, puxão de cabelo, chute, murro, rasgou minhas roupas, isso sem chegar ao extremo, [...] chegava final de semana aí começava: ciúme possessivo, dizia que eu tinha outra pessoa, enxergava alguém dentro de casa sem ter ninguém, [...] aí pronto, começou empurra, empurra, vai pra lá, até começar a violência, dele me bater. (GIRASSOL)

Fonte: Entrevistas com mulheres usuárias da Casa Abrigo (2019).

Elas discorrem sobre as violências, mas não as identificam de acordo com as tipificações dispostas na Lei Maria da Penha. Rosa, Lírio e Girassol citam algumas delas, porém inferimos que as duas primeiras conseguem identificar por já ter acessado antes ao abrigo, pois para Rosa era a segunda vez que estava abrigada e Lírio estava em convívio social, ou seja, também já passara pela casa. Girassol, por sua vez, apesar de estar lá pela primeira vez, citou a agressão verbal e acreditamos que isso seja um reflexo parcial da mediação da informação que recebeu na CA, o que será melhor analisado posteriormente neste estudo.

Baseado na LMP, e a partir das falas das interlocutoras, constatamos que Rosa sofria violência psicológica e física; Margarida era acometida pela violência psicológica; Lírio além da psicológica também sentiu na pele a violência patrimonial; Orquídea, por sua vez, sofria com a violência sexual, psicológica, física e patrimonial; e Girassol vivia com a violência psicológica, física, patrimonial.

e) Conhecimento das políticas públicas antes da mediação da informação na Casa Abrigo

Antes de finalizar essa categoria, achamos pertinente verificar se as interlocutoras tinham conhecimento das políticas públicas para as mulheres antes de ter acesso à mediação da informação realizada na CA e constatamos, a partir das entrevistas, que a maioria delas não conhecia os órgãos de políticas específicas para as mulheres em situação de violência, como mostra o Quadro 27.

Quadro 27 – Conhecimento dos órgãos de políticas específicas para as mulheres em situação de violência

Não, antes de passar na Casa Abrigo eu não sabia que existia essa coisa da mulher (ROSA)

Não, nunca cheguei não, nunca me interessei. A gente nunca, assim, a gente tá sujeita a tudo né, mas nunca... imaginei: meu Deus, aconteceu comigo (MARGARIDA)

Não [...] Nunca pensei que tinha tanto apoio né? sofrendo tanto [...] Eu ligava pra isso não, nem ligava, demente aquilo lesa mulher, com a cabeça já feita por ele (o agressor) falando de dia e de noite, eu nem me lembrava disso, aquilo oprimido direto e ele amuntado feito besta, como aqueles cavalos que se amunta, entendeu? pronto, a pessoa fica vivendo aquilo alienado. (LÍRIO)

Não, nenhum! (ORQUÍDEA)

Só a delegacia da mulher! Porque é o que mais a gente ver na televisão [...] mas eu não sabia que tinha uma casa especializada para mulher. Não sabia disso não! (GIRASSOL)

Fonte: Entrevistas com mulheres usuárias da Casa Abrigo (2019).

A delegacia da mulher foi o único órgão da rede citada pelas mulheres, e segundo Girassol, esse conhecimento se deve à televisão enquanto fonte de informação visto a mesma divulga sobre o órgão. As demais mulheres, Rosa, Margarida, Lírio e Orquídea foram unânimes em responder que não tinham conhecimento sobre os órgãos da rede antes de ter acesso à CA. Elas remetem o desconhecimento à falta de interesse pelo assunto, e por nunca imaginarem viver a situação de violência que estavam vivendo. Orquídea foi breve em dizer que não conhecia e inferimos que isso se deve à grave situação de violência que ela vivia ao lado do seu agressor junto aos seus (as) filhos (as).

Dessa forma, corroboramos com Pasinato (2015) sobre a importância do acesso à informação para romper com os obstáculos e possibilitar às mulheres conhecer seus direitos com vistas a evitar que muitos casos de violência doméstica venham a acontecer e aquelas que já se encontram nessa situação possam romper com as relações de poder em que estão inseridas.

6.2.6 Vivência na Casa Abrigo

A vivência em uma Casa Abrigo não é fácil, pois as mulheres direcionadas para esse órgão se deparam com privações, algo que é não simples e familiar para alguém que possui/possuía um lar, uma família, um trabalho, uma rotina. No entanto, há uma razão maior para que esse lar, que acolhe mulheres em risco de morte, represente para elas a luz no fim do túnel, pois, é a esperança por e para continuar vivendo.

Assim, partindo desses pressupostos, nessa categoria observamos a vivência das mulheres dentro da Casa Abrigo a fim de verificar suas práticas, ações, informações acessadas no órgão, a relação das mulheres com as profissionais que atuam no mesmo, as alterações no tocante à percepção sobre a violência doméstica após a mediação da informação realizada nessa unidade informacional, o conhecimento das políticas públicas pelas mulheres após a mediação consciente da informação, e a alteração da situação de violência doméstica vivenciada após essa mediação na CA.

a) Práticas e ações das mulheres na Casa Abrigo

A Casa Abrigo é um ambiente que se assemelha com uma casa familiar, e as mulheres que estão acolhidas realizam ações para se manter ocupadas durante o período de abrigamento. Diante disso, procuramos saber, por meio das entrevistas, quais ações eram desempenhadas pelas mulheres que acessaram a CA.

Quadro 28 - Práticas e ações das mulheres na Casa Abrigo

Eu faço tudo mulher, eu ajudo na cozinha, pra me ocupar, eu corto verdura, eu lavo prato, eu enxugo louça, eu varro a casa, [...], eu arrumo... tudo no mundo eu faço! Quando não tem nada pra fazer eu vou assistir televisão [...] Quando alguém precisa de mim eu vou e ajudo, eu caço jeito de eu me ocupar. (ROSA)

Lá eu ajudo as meninas [...] Conversamos bastante. Ler [...] comecei a ler [...] (MARGARIDA)

As práticas era só comer, dormir e assistir televisão e fazer as faxinas no final de semana, ficar na cozinha, pronto, somente. [...] também outras coisas muito bom de lá era as festas, toda comemoração tinha festa, da páscoa, [...] As coisas de lá são tudo boa. Os presentes de lá são de altíssima qualidade. [risos] no dia das mães ou sei lá qual foi o dia, eu ganhei 4 presente da natura. Quem é que ganha 4 presente da natura? São João fizeram a festa pra nós dançar lá, [...]. (LÍRIO)

[...] eu dou banho em todos os meninos pra escola [...]a gente toma o café a gente limpa tudo [...]eu subo pra arrumar o quarto, o banheiro [...]eu limpo e ajeito os que não vão pra escola, dou banho, aí depois a gente desce pro lanche [...]as vezes eu lavo roupa, as vezes eu fico lá fora [...]às vezes a gente tem oficina de alguma coisa [...]a gente aprende [...], e ou se não a gente vai assistir televisão. (ORQUÍDEA)

Mulher, eu chamo de Resort [risos]... eu chamo de Resort, porque assim, a gente acorda, a gente faz as coisas, aí conversa, [...]Aí eu tenho mania de arrumar as meninas, ajeitar cabelo, ajeitar sobancelha, pronto, essa aí eu pinte o cabelo dela, da outra eu fiz a unha, da que tá grávida (GIRASSOL)

Fonte: Entrevistas com mulheres usuárias da Casa Abrigo (2019).

Constatamos que as atividades domésticas são uma das formas mais utilizadas pelas mulheres para se distraírem, e que as mantêm ocupadas na maioria do tempo que estão na casa. Acreditamos que por serem mulheres que tinham como ocupação cuidar das suas casas e dos (as) filhos (as), o desejo de ajudar a equipe que cuida da casa é uma das coisas que elas mais citam como ações dentro da CA. Cabe ressaltar que na casa elas têm outras atividades como por exemplo, atendimento psicológico, atendimento jurídico, oficinas, arte educação, livros, tv, entre outras atividades. Vimos que assistir televisão também é uma das atividades frequentemente realizadas pelas mulheres.

Segundo Carloto e Carlão (2006, p. 220), “[...] a fixação de uma rotina contribui para estabelecer um padrão de segurança que permite romper com o isolamento e a reclusão no espaço doméstico, estabelecendo novas rotinas.”

Mesmo sendo uma situação e um ambiente que restringe as mulheres de sua liberdade, do acesso à família, amigos, entre outros, é possível visualizar a satisfação das mesmas em estar na CA, seja por uma ajuda nas tarefas domiciliares, na participação das festas comemorativas, nos presentes que ganham, nas leituras que realizam ou nas oficinas que são contempladas. Girassol ao comparar a Casa Abrigo a um *Resort*, atribui à casa a noção de lazer, de descanso, que proporciona às mulheres momentos prazerosos. Essa comparação vai em desencontro com o que muitas mulheres imaginam quando ouvem a palavra abrigo, pois as mesmas têm impressão que será um lugar desprovido de estrutura e atendimento profissional, acreditando que vão comer e dormir numa espécie de albergue, sem qualquer intervenção profissional (CARLOTO; CARLÃO, 2006). Esse pensamento impede que elas busquem alternativas e, muitas vezes, sejam vítimas de feminicídio.

É importante destacar o quanto as mulheres buscam se ajudar, dando apoio umas às outras, seja por meio de conversas, ou até mesmo por cuidados estéticos, como podemos observar na fala de Girassol quando cita os procedimentos de beleza que realizou com as outras mulheres acolhidas na CA. Essas ações/comportamentos vão ao encontro do conceito de protagonismo social, no qual o protagonista age em busca do bem comum, de forma solidária, reconhecendo o outro como constituição de si próprio (PERROTI, 2017).

b) Informações acessadas pelas mulheres na Casa Abrigo

Durante o período de acolhimento na CA as mulheres que lá se encontram estão em constante interação. Nesse processo, as informações mediadas na casa são fundamentais e de extrema importância para a ressignificação da violência. Pensando nisso, buscamos saber quais informações as mulheres tiveram acesso no período que estavam no órgão.

Quadro 29 - Informações acessadas pelas mulheres na Casa Abrigo

[...] a gente lê livros, lá tem meio mundo de livros, a gente pode jogar, tem jogos, mas assim de informação mesmo só a televisão que vê as coisas na televisão e livro pra gente ler. (ROSA)

*A gente sempre tá alí assistindo jornais, aí as informações são pelos jornais. Tem, tem, **trata sobre a violência, como a gente tem que fazer né** (MARGARIDA)*

*Da televisão. só pela tv e **as coisas que as meninas conversavam lá.***

***As ajudas delas sim**, as informações não, porque eu assistia lá as mulher morrer com as medidas protetivas na bolsa, nós tudinho assistindo que o homem matou a mulher com medida protetiva na bolsa, aí as informações não era muito favorável porque era muita violência né?! Mas lá, **as informações que elas dava sim.** É muito apoio psicológico! financeiro, elas fizeram empréstimo pra mim, bem rapidinho saiu pra mim, do empreender pra mim trabalhar como artesã. Tudo elas fizeram. Abriram conta pra mim que eu não podia abrir conta. (LÍRIO)*

[...] às vezes tem oficina para dizer que você é uma mulher você precisa muito de autoestima sabe? você, você entra um lixo lá, elas bota você para cima, elas diz você é uma mulher linda, você não precisa depender de ninguém. [...] que a mulher tem direito, que você tem que correr atrás o que você, que você quer... essas informações que a gente precisa [...] (ORQUÍDEA)

[...] só a televisão que é nosso amigo, que a gente tá falando da novela todinha, é [...] que tinha que ter mais atividade lá [...] (GIRASSOL)

Fonte: Entrevistas com mulheres usuárias da Casa Abrigo (2019).

No tocante às informações acessadas na CA, quatro das cinco entrevistadas citaram a televisão como fonte de informação. Percebemos que as mulheres consideram informação o que é reproduzido pela televisão, e citam jornais e novelas. Rosa cita os livros, mas reforça que informações só acessava pela televisão mesmo. Lírio apesar de também citar a televisão, considera desfavoráveis os conteúdos reproduzidos nessa fonte, pois assistia junto às outras abrigadas, mulheres morrendo com medidas protetivas na mão.

Ao perceber o déficit nas respostas no tocante às informações, a pesquisadora deste estudo questiona se a equipe da CA fornecia informações para elas e se na Casa elas obtinham informações sobre violência. Nesse momento, elas reconhecem e adicionam às respostas reforçando a importância sobre essas informações acessadas na casa.

Destacamos ainda nessa questão a fala de Orquídea que evidencia as oficinas ocorridas na Casa Abrigo. De fato, durante essa atividade as informações são de extrema relevância para as mulheres, pois assim como relata a interlocutora, influencia positivamente na vida da mulher, como mostra na sua fala “você entra um lixo lá, elas bota você para cima, elas diz você é uma mulher linda, você não precisa depender de ninguém. [...] que a mulher tem direito, que você tem que correr atrás o que você quer... essas informações que a gente precisa [...]” (ORQUÍDEA). É durante a promoção de oficinas que as mulheres poderão trabalhar coletivamente a situação de violência vivida e reconstruir sua autoestima (BRASIL, 2003).

Diante disso, ressaltamos a importância da mediação consciente da informação no âmbito da Casa Abrigo para que as mulheres possam colocar em prática o exercício da crítica, favorecendo, assim, o autoconhecimento de modo a fazê-las problematizar a situação de violência, desestabilizando seus conhecimentos e favorecendo a construção de novos saberes.

Corroboramos com Gomes (2019, p. 17) quando diz que “A mediação consciente deve ser construída pela área da informação, como elemento fundamental para se alcançar os resultados projetados pelo campo quanto ao cumprimento da sua responsabilidade social [...]”. Assim, consideramos que a CA deve investir em uma mediação consciente da informação buscando fortalecer o protagonismo das mulheres que tiveram acesso ao órgão, de modo que estas possam sair da CA empoderadas e fortes para agir no mundo como agentes transformadores da realidade.

c) Acesso à livros pelas mulheres da Casa Abrigo

Sabendo que a CA oferece várias formas de interagir e se comunicar com as acolhidas, constatamos, no decorrer das entrevistas, uma atividade em especial desenvolvida pelas usuárias durante a estadia na casa – a leitura. Dentre algumas fontes de informação, a CA possui uma biblioteca com alguns livros oferecidos para que as mulheres se distraiam no processo de leitura.

Quadro 30 – Acesso à livros pelas mulheres da Casa Abrigo

[...] a gente ler livros, lá tem meio mundo de livros, [...]pra gente ler. (ROSA)

Ler... só eu e outra lá que gosta de ler... aliás, eu nem gostava de ler, comecei agora dentro da casa e por conta da menina lá que me oferecia um livro e aí eu me interessei, comecei a ler, terminei

de ler um livro pequenininho já [...] Sobre gostar de si mesmo. Já comecei até outro. (MARGARIDA)

Lá eu lia, eu li uns 4 livros ou 5. Até de psicologia eu já tava lendo, porque eu achada a doutora (psicóloga) muito sabida aí eu já tava lendo, mas é muito profundo, dá pra mim não! (LÍRIO)

[...] tem a biblioteca. Leio, bastante! Eu tô lendo mais coisa de criança. Toda historinha: a Bela Adormecida, Chapeuzinho Vermelho, os Três Porquinhos, A Bela e a Fera... todo dia, eu já tenho essas decoradas, mas todo dia eu tenho que ler para eles e eles não gostava não. (ORQUÍDEA)

[...] eu tô tendo lá [...] (GIRASSOL)

Fonte: Entrevistas com mulheres usuárias da Casa Abrigo (2019).

Percebemos que a leitura não era algo presente no cotidiano dessas mulheres e que o contato com os livros e o tempo livre que elas tinham no abrigo, conciliados, proporcionaram momentos de prazer e descobertas por meio dessa atividade. Nesse aspecto, Almeida Júnior e Bortolin (2008) consideram a leitura como parte intrínseca do processo de apropriação da informação, no qual o compartilhamento do ato de ler torna-se a ‘receita’ perfeita para o desencadeamento do gosto pela leitura.

Por meio da leitura as mulheres podem relacionar “[...] os textos lidos com seu conhecimento, interferindo em sua realidade e transformando sua ação no mundo, seja por meio de novos registros, da expressão oral ou por sua conduta.” (PAIXÃO; GOMES, 2019, p. 2)

Desse modo, percebemos, a partir dos relatos, que há um potencial a ser trabalhado na CA no tocante à leitura. Acreditamos que o desenvolvimento de atividades voltadas para a mediação da leitura pode contribuir para que as mulheres acolhidas na CA desenvolvam o hábito e o gosto pela leitura, refletindo dessa forma na educação dos (as) seus (as) filhos assim como no desenvolvimento do protagonismo social das próprias mulheres.

d) Produtos informacionais produzidos pelas mulheres durante o acesso à CA

Procuramos identificar se as atividades desenvolvidas na CA resultaram em algum produto informacional, tendo em vista que esta pesquisa é no âmbito da CI e a informação é nosso maior foco. Diante desta questão, apenas Orquídea nos trouxe relatos sobre o assunto.

Quadro 31 – Produto informacional produzido pelas mulheres durante o acesso à CA

Eu tenho o meu caderno, digamos assim que é o meu diário que eu escrevo... Tem cada coisa lá, tudo que eu passei eu tô escrevendo lá. Eu digo: eu vou fazer um livro com tudo aquilo que eu sofri,

sabe? tem coisas que eu fazia, depois quando eu leio eu fico chorando. Não, esquece, eu digo pra mim: esquece o passado, tu tem que falar do presente, o hoje. (ORQUÍDEA)

Fonte: Entrevistas com mulheres usuárias da Casa Abrigo (2019).

Infelizmente, só conseguimos captar esse produto informacional produzido durante o período que as mulheres se encontraram abrigadas na CA. Acreditamos que existam outros produtos informacionais na Casa frutos das atividades desenvolvidas no âmbito do órgão, mas que por falta de acesso ao mesmo por este ter endereço sigiloso e a pesquisadora deste estudo não ter conseguido acesso, nos contentamos apenas com o relato de Orquídea. Nele, a entrevistada mostra que seu caderno é rico em detalhes e mesmo que contenha muitos momentos de tristeza, inferimos que nele também há muita história de luta, resistência e superação de uma mulher protagonista que enfrentou muitos obstáculos para conseguir sair do convívio com o agressor.

Ressaltamos a importância de atividades que estimulem as mulheres a produzirem algum produto informacional, resultante das atividades da CA para que, se possível, dá acesso para outras mulheres que vierem para a abrigo, por meio até de uma exposição.

e) Relação das mulheres com a equipe de profissionais da Casa Abrigo

Uma outra questão levantada durante as entrevistas foi sobre a relação das mulheres com a equipe de profissionais da Casa Abrigo. Achamos pertinente verificar isso para que a própria equipe tenha acesso a este estudo e, de alguma forma, os relatos sirvam como *feedback* sobre a atuação dessas profissionais na vida das mulheres. Salientamos que o acolhimento e a forma como elas são tratadas durante o período que estão na CA pode influenciar em futuros casos de abrigamento, tendo em vista que as mulheres que por ali passam podem servir de exemplo para outras que porventura possam vir a procurar ajuda no órgão. Por isso, Saffioti (2004) enfatiza a importância da qualificação dos profissionais em relações de gênero com realce especial da violência doméstica.

Quadro 32 – Relação das mulheres com a equipe de profissionais da Casa Abrigo

Eu tô me sentindo bem, bem acolhida. Os pessoal são bem competente, são bem competente, assim, eles gostam de conversar, eles pedem pra gente conversar com eles se a gente tiver sentindo alguma coisa. (ROSA)

Eu tô me sentindo bem, assim, bem acolhida, são uns pessoal muito bom, é muito legal. Eles quando a gente quer conversar, eles ficam ali, escuta a gente, dá todo apoio. [...]A gente tem um acolhimento muito bom. (MARGARIDA)

Aí pra mim, fora Deus, eles pra mim, nunca vou esquecer. [...] porque eles me ajudaram bastante. E o trauma que eu tinha desde criança com ajuda de Dra. Soraya eu me ajudei tão fácil, [...]ela me ajudou a separar a mulher, a profissional, a mãe, e a mulher nos momentos que quiser. [...] as meninas excelentes, tudo excelente, não tenho o que dizer. Hoje eu agradeço a elas por ter me... porque cheguei lá estava, até a mente não estava funcionando direito de tanta pressão psicológica minha mente parou, travou, aí com o tratamento foi que eu fui voltando ao normal, tudinho. (LÍRIO)

*É boa! dona Soraia era diretora de lá, eu acho... aí ela era maravilhosa, eu amava ela de paixão. [...]a cozinheira, ela me dá dicas, você pode fazer bolo, você precisa botar massa, entendeu? A Assistente: você pode fazer flores pra vender sabe? Eles lá levanta você, quando você tá triste você... até eu tô feliz recomeçar. é maravilhosa toda equipe, desde a funcionária até a superior [...] Todas elas, é maravilhosa toda equipe, desde a funcionária até a superior, sabe? [...] a advogada ela me abraça passa mais de hora, aquilo é uma sensação tão boa, **eu não sabia que eu gostava de um abraço.**(ORQUÍDEA)*

Sou muito grata, por tudo, por tudo mesmo, por tudo, pelas pessoas que trabalham lá, gosto de todos eles, eu sou muito grata mesmo assim [...]as minhas escutas com a psicóloga me edifica muito, muito muito mesmo. (GIRASSOL)

Fonte: Entrevistas com mulheres usuárias da Casa Abrigo (2019).

Laços são construídos. Uma relação de amizade e admiração acaba se formando. A cada conselho, uma nova forma de enxergar a vida. A cada recaída, uma nova procura por um abraço. Essa foi a relação que nossas entrevistadas construíram durante esse processo de abrigamento na casa. Os relatos mostram o bom relacionamento das mulheres para com a equipe da CA, e isso é algo extremamente importante tendo em vista as limitações que as mulheres possuem e o tempo que essas precisam passar na Casa para restabelecer suas vidas antes de voltar para o convívio social.

Percebemos o quanto os (as) profissionais da CA atuam como protagonistas sociais neste espaço por meio de uma mediação consciente da informação. Quando Orquídea relata: “[...] a cozinheira, ela me dá dicas, você pode fazer bolo, você precisa botar massa, entendeu? A Assistente: você pode fazer flores pra vender sabe?”, vemos o papel da informação como instrumento de transformação social e potencializador da capacidade de interferir, interpelar, criar e recriar conhecimento. Assim, corroboramos com Gomes (2019) quando afirma que o mediador da informação é um agente político, um sujeito da ética, estética e da produção humanizadora do mundo.

Constatamos no decorrer das entrevistas que as mulheres que se encontram acolhidas em uma Casa Abrigo enfrentam alguns desafios. Por esta ser uma Casa na qual convivem várias famílias - tendo em vista que muitas mulheres estão acompanhadas dos (as) filhos (as) -

questionamos as interlocutoras sobre qual o maior desafio para elas durante esse período que estão na Casa e a convivência com outras pessoas foi a resposta citada por elas. Isso mostra que a CA é um espaço propício para o exercício da crítica, do autoconhecimento e de formação de sujeitos protagonistas, que precisam aprender a ‘viver juntos’ para se tornarem sujeitos de transformação do mundo.

f) Alterações no tocante a percepção sobre a violência após a mediação da informação na CA

Após o acesso à Casa Abrigo e à mediação da informação que ocorre em seu âmbito, é provável que a percepção das mulheres sobre a violência doméstica tenha sido alterada, contribuindo para o empoderamento das mulheres. Pensando nisso, verificamos a partir das mulheres entrevistadas neste estudo se houve mesmo esta alteração.

Quadro 33 - Percepção sobre a violência após a mediação da informação na CA

Mudou assim, mudou que assim, quando eu tava antes de eu tá na Casa Abrigo, que eu tava com o pai dos meus meninos eu me sentia pra baixo, uma pessoa triste, sem vontade de pentear o cabelo, de se arrumar pra sair, por causa que se eu me arrumasse, botasse um short, uma blusa de usar em casa pra ir na esquina e botasse uma sandália bonita diferente de sair, já era um motivo de eu escutar alguma coisa. Aí depois que passei pela Casa Abrigo [...] eu disse assim: Poxa, eu agora aqui eu posso fazer o que eu quiser, eu posso cantar, eu posso fazer o que eu quiser aqui, **eu posso me sentir livre**, eu posso brincar, eu posso conversar, que eu sei que não vai ter ninguém pra me interromper, pra me xingar, pra fazer nada comigo. (ROSA)

Já tenho uma nova visão do que seria a violência, porque começa logo assim com uma coisa pequena, começa logo vamo dizer, por um biliscãozinho, uma tapinha pequena, um xingamento que era o que ele sempre tinha, aí eu disse: não, esse negócio, antes de chegar mais alto não, porque eu vi o jeito dele. [...] “A gente não nasceu pra morrer, ser violentada. A gente nasceu pra viver, pra cuidar, pra trabalhar, **pra ser livre!**” (MARGARIDA)

Mudou, porque agora eu sei distinguir: eu só faço se eu quiser. Não sou mais aquilo como eu cheguei lá, entendeu? É como se eles tivessem abrido meus olhos. [...] **lá elas dão a asa que a gente não tem pra voar**. Digamos assim, que a gente chega, não tem aquela asa pra voar, e **lá o abrigo fornece essa asa pra você ser livre pra voar**, entendeu? (LÍRIO)

Eu sei na casa, **agora eu sei que tem violência**, [...] Psicológica e moral... de tudo que... tudo que elas me diziam... ter um cartaz lá assim ó: todas aquelas etapas eu passei tudo, Falta só a preta: a morte. [...] ela ensina a pessoa. Ensina coisas maravilhosas que você entra como se você fosse um, um bicho e você sai um ser humano, sabe? Era assim que eu entrei, eu era um bicho lá, eu era uma escrava que só servia assim pra ser violentada, estuprada e violentada apanhando e não! Agora descobri que sou uma mulher sabe? (ORQUÍDEA)

Há, mudou! [emocionada] descobri tudo isso [choro], descobri que a gente mulher não é sozinha. [...] conversando com a psicóloga meu pensamento mudou e muito, muito, muito mesmo e vi que a gente não tá sozinha nessa não, tem muitas coisas, muitas coisas mesmo pela gente, então a gente tem que abrir mais a boca e explorar isso, é isso que eu queria. Se eu aguentei esse tempo todinho

é por que eu não sabia não, porque se eu soubesse que tinha isso tudo, tudo que você pode ter um telefone e ligar, menina, eu já teria saído há muito tempo, há muito tempo. (GIRASSOL)

Fonte: Entrevistas com mulheres usuárias da Casa Abrigo (2019).

Sabendo que a mediação da informação é uma atividade vinculada à vida e ao processo de construção de sentidos (GOMES, 2010), constatamos que as mulheres entrevistadas neste estudo, quando questionadas sobre a percepção da violência após o contato com a casa, conseguiram ressignificar a violência e apropriar-se do conteúdo informacional mediado na CA, proporcionado através da interação e compartilhamento de saberes entre a equipe e elas. Essa inferência deve-se ao fato de que todas as mulheres foram enfáticas ao dizer que sim, que houve mudanças no tocante ao fenômeno da violência, algo presente em suas vidas nos últimos anos.

Percebemos que o aparato informacional oferecido pela CA possibilitou às mulheres aprimorar o seu protagonismo, tornando-as capazes de reconhecer suas capacidades, despertando um novo olhar sobre si mesmas. Isso se dá por meio de um processo dialógico que a mediação da informação envolve e que favorece o exercício da crítica (GOMES, 2019). Segundo Gomes (2018), por meio desse exercício surge a possibilidade de desenvolver o autoconhecimento, permitindo o alcance da consciência quanto aos limites e potencialidades dos sujeitos, aumentando a probabilidade do desenvolvimento de estratégias bem sucedidas de superação.

Além da percepção da violência, é visível o quanto esse processo de abrigamento mexe com as intersubjetividades dessas mulheres, com a forma de enxergar a vida após tanto tempo vivendo em uma relação de poder que as reprimia, humilhava e apagava o brilho que a vivência na Casa busca reacender em cada uma delas. Por isso é tão importante que todas as dimensões da mediação da informação sejam alcançadas nesse processo para que as mulheres se apropriem das informações e passem a agir no mundo como agentes de transformação.

São relatos muito fortes, impossíveis de não serem destacados, pois mostram um pouco sobre a percepção que cada mulher tinha antes, durante e após a passagem na CA. Na fala de Rosa, ela diz: “agora eu posso fazer o que eu quiser [...] eu posso me sentir **livre!**”, isso mostra o quão oprimida e dominada ela estava na relação; Margarida fala: “A gente não nasceu pra morrer, ser violentada. A gente nasceu pra viver, [...] pra ser **livre!**”; Lírio é a autora das “asas” presente no título desta pesquisa. Segundo ela: “[...] a gente chega, não tem aquela asa pra voar, e lá, o abrigo fornece essa asa pra você ser **livre** pra voar”. Consideramos essa, uma fala muito

forte, pois mostra a importância do órgão na vida dessas mulheres. Compreendemos que as “asas” são o conhecimento que elas não tinham antes da mediação da informação na CA, que faz com que elas se apropriem das informações e passem a enxergar com outros olhos a violência, o mundo, e, principalmente, a si próprias.

Na fala da quarta entrevistada, Orquídea, merece destaque um trecho que ela diz: “você entra como se você fosse um, um bicho, e você sai um ser humano!”. É visível que Orquídea não se reconhecia como ser humano, como mulher, como sujeito de direitos, pois a mesma ainda acrescenta: “eu era uma escrava que só servia assim, pra ser violentada, estuprada e violentada apanhando, e não! Agora descobri que sou uma mulher”; e por fim, Girassol que, além de descobrir que “a gente mulher não é sozinha”, ainda diz que “a gente tem que abrir mais a boca e explorar isso”. Sua fala mostra que, diante de uma situação de antagonismo, a mesma ainda resiste e quer agir em prol de uma vida melhor para todas as mulheres que se encontram na situação que ela estava, ou seja, a situação de violência doméstica. E é isso que caracteriza um sujeito protagonista.

Destacamos que a mediação da informação na Casa é consciente, o que torna os sujeitos envolvidos nesse processo em protagonistas sociais, pois são estes conscientes do papel que a informação possui e da sua capacidade de resignificação nas vidas das pessoas, nesse caso, as mulheres. Verifica-se que a mediação dos conteúdos informacionais dinamizados pela Casa Abrigo contribuiu no desenvolvimento do protagonismo das mulheres, impactando nas percepções sobre a violência doméstica e o rompimento com o ciclo de violência.

g) Conhecimento das políticas públicas após a mediação consciente da informação na CA

Por meio da mediação da informação no período de acolhimento na CA, as abrigadas também alteraram seu conhecimento sobre as políticas públicas para as mulheres.

Quadro 34 – Conhecimento das políticas públicas após a mediação consciente da informação na CA

Hoje eu conheço tudo! A delegacia da mulher, tudo, todos os meios que a pessoa pode procurar ajuda. [...] vamo supor, se eu precisar de ajuda eu posso ir até no CREAS, no conselho tutelar, na delegacia normal e na delegacia da mulher. (ROSA)

A Secretaria da Mulher eu sabia que existia, só não conhecia. A delegacia da mulher eu sabia que existia. (MARGARIDA)

[...] agora é que eu tô sabendo de tudinho depois que eu passei lá...procurei ajuda... Nunca pensei que tinha tanto apoio, né? (LÍRIO)

Eu moro no interior. Tem muitas coisas da mulher que a gente não... a secretaria da mulher lá não tem, assistente da mulher não tem. [...] Essa rede poderia se espalhar por todo interior, por todos os cantos. [...] A única coisa que você vê é a lei Maria da Penha que passa na televisão só quando tem uma ocorrência de uma mulher morta, ou quando uma em um milhão que denuncia. (ORQUÍDEA)

As Patrulhas, apoio, que a mulher não é sozinha, que tem, aí tem tudo, tem tudo, e eu não sabia de nada. Secretaria da Mulher, essas coisas, não sabia disso não. Vim saber do desenvolvimento que nós mulheres temos depois que eu cheguei lá. [...] eu não sabia que existia isso não: apoio para mulher, telefone, SOS, e ninguém assim da onde eu moro tem esse negócio de tá conversando, só sabe que denunciou e pronto, mas ninguém sabe o procedimento, que a mulher pode ficar... ninguém sabe. Nem eu sabia, vim saber agora. (GIRASSOL)

Fonte: Entrevistas com mulheres usuárias da Casa Abrigo (2019).

É possível constatar a diferença do conhecimento das mulheres antes e após o acesso à CA. Vemos, a partir da fala de Orquídea, o quão importante e necessário é, ao ver dela, essas políticas, pois a mesma sugere que a rede se expanda por todo interior (região onde ela reside) para que mulheres possam ter acesso aos órgãos da rede e consigam, romper com as relações de poder nas quais a violência esteja presente.

De acordo com Saffioti (1994), grande parte das mulheres, ao sair do estado de não conhecimento para o de conhecimento, conseguem romper as relações de poder. Isso acontece porque elas passam a ter a visão de conjunto das relações de gênero, saindo da posição de dominada.

Ademais, a partir dos relatos, percebemos o quanto é importante o acesso aos órgãos e a mediação da informação dentro deles para que as mulheres passem a conhecer, e se necessário, buscar ajuda. Assim, será possível evitar que muitos casos de violência doméstica aconteçam, ou que os feminicídios se efetivem aumentando ainda mais o cenário de violência contra mulheres no Brasil.

Portanto, ressaltamos o quão fundamental se torna a articulação de uma rede para que as ações de enfrentamento à violência contra as mulheres sejam eficazes e possam contribuir no rompimento com o ciclo de violência. Para tanto, é imprescindível que as Instituições parceiras que a compõem, assim como todas as pessoas envolvidas, estejam articuladas e em sintonia para lutar pela desconstrução dessa sociedade machista, violenta e desigual.

h) Lei Maria da Penha

Uma questão importante que procuramos identificar nas entrevistas com as mulheres da CA foi sobre a Lei Maria da Penha. Buscamos saber se as interlocutoras tinham conhecimento da lei, se esta teve alguma influência na decisão de ir para a CA e a percepção dessas mulheres sobre essa política pública no enfrentamento à violência doméstica.

Quadro 35 – Conhecimento da Lei Maria da Penha

Eu vim conhecer na primeira vez que eu passei [na Casa Abrigo] que eu não sabia que existia, ouvia falar dessa Maria da Penha que eu pensava que é uma mulher que tinha sofrido agressão e tinha morrido, desde que não, né? desde que ela tá viva e tá lutando por isso. (ROSA)

Não! eu já ouvi falar, mas assim, não conheço, mas sei que ela trata de assuntos sobre mulheres. (MARGARIDA)

Infelizmente ainda não conhecia, só fui conhecer depois que eu fui tratada (LÍRIO)

Eu conhecia a Lei Maria da Penha só. Eu vi passando na [televisão] (ORQUÍDEA)

Fonte: Entrevistas com mulheres usuárias da Casa Abrigo (2019).

Das cinco entrevistadas, três (Rosa, Margarida e Lírio) relataram não ter conhecimento da lei antes de ter acesso à CA. Apenas Orquídea afirmou conhecê-la após ter visto na televisão. Girassol não respondeu a essa questão devido ao tempo que se esgotou durante a entrevista, pois essa precisou retornar à CA. Destarte, os meios de comunicação disseminem informações a respeito da Lei Maria da Penha, os relatos indicam que as estratégias para que haja efetiva apropriação pelas mulheres dos conteúdos deve ser alterada.

Questionamos se a referida lei influenciou alguma delas na decisão de procurar ajuda para romper com a violência. As entrevistadas Rosa e Orquídea disseram que sim, enquanto Margarida e Lírio disseram que não. Girassol se absteve pelo mesmo motivo relatado na questão anterior sobre o assunto.

Verificamos a percepção dessas interlocutoras sobre a LMP, tendo em vista que, independentemente delas terem conhecimento da lei antes da CA ou ter a lei influenciado na decisão do abrigo, após a mediação da informação na casa, todas as mulheres passaram a conhecer essa política pública, pois, recebem apoio jurídico na Casa e a Lei está diretamente ligada às questões jurídicas das mesmas. Além disso, oficinas sobre a Lei Maria da Penha são mediadas no âmbito da Casa no período de acolhimento.

Quadro 36 – Percepção das mulheres da CA sobre a Lei Maria da Penha

[...] fez mudar muita coisa na minha vida [...] (ROSA)

A lei é muito boa, ela ajuda, mas tem que agir com cautela, no silêncio junto com a lei, porque se falar antes da lei agir a pessoa morre porque demora. [...] a lei ajuda, mas é muito lenta, aí enquanto age e resolve dá tempo morrer mil vezes. (LÍRIO)

Eu acho que deveria ser mais severa. Não é suficiente, porque ele só vai preso se for pego no flagrante. (ORQUÍDEA)

Fonte: Entrevistas com mulheres usuárias da Casa Abrigo (2019).

Como exposto no Quadro 36, apenas Rosa, Lírio e Orquídea responderam essa questão sobre a percepção delas no tocante à LMP. Rosa atribuiu um caráter positivo da lei em sua vida. Lírio apesar de reconhecer a lei como boa, que ajuda as mulheres, relatou que a mesma lenta e aconselha às mulheres que decidirem procurar ajuda amparada na referida lei, a terem cautela e agir silenciosamente para evitar o feminicídio. Orquídea, ressalta ser a Lei insuficiente para deter os agressores, a mesma toma como exemplo o seu próprio caso.

Mediante o exposto, percebemos que as mulheres entrevistadas são conscientes quanto o papel que a LMP possui no enfrentamento a violência doméstica, e concordamos com as interlocutoras sobre o cuidado que elas devem ter ao decidir se amparar na mesma, pois ao lidar com o fenômeno da violência e estar em convívio com o agressor, a vida deve ser o bem maior que elas precisam preservar, tendo em vista que, muitas vezes, a justiça é lenta e qualquer passo em falso pode levá-las ao feminicídio. Dessa forma, uma mediação da informação consciente nos órgãos da rede com relação à referida lei pode conscientizar as mulheres sobre como atua esse mecanismo durante o rompimento das relações de poder.

i) Mediação consciente da informação sobre a violência doméstica e alteração da situação de violência doméstica vivenciada.

Para finalizar a categoria analítica ‘Vivência na Casa Abrigo’, verificamos a partir das entrevistas, a mediação consciente da informação realizada na CA sobre a violência doméstica e a alteração da situação desse tipo de violência vivenciada pelas mulheres.

De antemão já ressaltamos, baseada em Gomes (2019), que a mediação consciente da informação favorece o desenvolvimento do protagonismo social. Para tanto, a autora ressalta que deve se utilizar a informação enquanto elemento fundamental para o alcance dos resultados esperados. Dessa forma, na CA, a equipe de profissionais atua problematizando a violência

doméstica, a fim de que as mulheres ressignifiquem a situação de violência que viviam antes de ter acesso à CA e construam novos sentidos de vida.

Nesse sentido, por meio da mediação consciente de informação, a CA - enquanto espaço crítico de dialogia, criatividade e alteridade – possibilita às mulheres o exercício da crítica, favorecendo o autoconhecimento (GOMES, 2019).

Quadro 37 – Mediação consciente da informação sobre violência doméstica na CA e alteração da situação de violência doméstica vivenciada.

[...] eles pedem pra gente conversar com eles se a gente tiver sentindo alguma coisa [...] faz com que a pessoa aprenda a não fazer o mesmo erro, a não passar por aquilo de novo [...] a pessoa vai sentar, vai conversar com a advogada, com a assistente social, com a psicóloga [...], a enfermeira, tudim, vai dar um, a pessoa [...] vai sentir e vai poder mentalizar, aí vai começar a fazer os plano de vida, vai pensar “poxa, se eu bem soubesse eu tinha vindo praqui a bastante tempo né? A pessoa sai dali livre ajudada de tudo.” (ROSA)

Eles quando a gente quer conversar, eles ficam ali, escuta a gente, dá todo apoio. [...] Já tenho uma nova visão do que seria a violência [...] a gente, nós mulheres que estamos lá, só tem 4 agora né? Nós conversamos uma com a outra, a gente tenta superar uma com a outra. Quando uma tá muito triste a gente começa a conversar que a gente vai vencer. Quando tem uma que tá um pouco triste, pra baixo, a gente tenta conversar pra saber o que tá acontecendo. (MARGARIDA)

[...] eu também tenho um trauma desde criança e eu não sabia que era tão simples as coisas. porque eu era assediava...por meus irmãos tudinho, colégio e tudo, mas só que era só olhando sabe? até um dia desse eu tinha medo. aí quando eu cheguei lá (na CA) a doutora (psicóloga) me ajudou a separar as coisas, que a gente não é só pra aquilo, a gente é mãe, é mulher, entendeu? é profissional, aí tem que separar as coisa... aí quando eu cheguei lá, aí ela me explicou bem direitinho aí eu tirei o foco daquilo. Quando eu cheguei lá que fui nos tratamento foi que eu fui voltando mulher, fazia, tinha o dia de nós se ajeitar aí eu fui voltando a ter gosto, porque eu não ligava pra nada, de se ajeitar, de... entendeu? [...] agora eu sei distinguir: eu só faço se eu quiser. Não sou mais aquilo como eu cheguei lá, entendeu? É como se eles tivessem abrido meus olhos. Eu faço se eu quiser. E o trauma que eu tinha desde criança com ajuda de Dra. Soraya eu me ajudei tão fácil, nos anos todinhos de criança com aquele negócio errando e uma coisa tão simples porque eu não tinha ajuda e ela me ajudou a separar a mulher, a profissional, a mãe, e a mulher nos momentos que quisier. (LÍRIO)

[...] às vezes tem oficina para dizer que você é uma mulher você precisa muito de autoestima sabe? você, você entra um lixo lá, elas bota você para cima, elas diz você é uma mulher linda, você não precisa depender de ninguém. [...] a psicóloga, Marina, chama para conversar, eu adoro ela. As vezes eu entro lá em estado pavorante de choro, aí quando eu converso com ela eu saio leve, ela tira vários peso das minhas costas só em me ouvir sabe? Ela tem a voz que me acalma,[...] Eles lá levanta você, quando você tá triste você... até eu tô feliz recomeçar. [...] elas dão dicas pra pessoa, é as informações, é exatamente isso. [...] ela ensina a pessoa. Ensina coisas maravilhosas que você entra como se você fosse um, um bicho e você sai um ser humano, sabe? Era assim que eu entrei, eu era um bicho lá, eu era uma escrava que só servia assim pra ser violentada, estuprada e violentada apanhando e não! Agora descobri que sou uma mulher, sabe? (ORQUÍDEA)

Depois da Casa Abrigo [risos] tudo isso aqui que eu tô sabendo eu aprendi lá. Vim saber do desenvolvimento que nós mulheres temos depois que eu cheguei lá. [...]descobri que a gente mulher não é sozinha,[...] conversando com a psicóloga meu pensamento mudou e muito, muito muito

mesmo e vi que a gente não tá sozinha nessa não, tem muitas coisas, muitas coisas mesmo pela gente, então a gente tem que abrir mais a boca e explorar isso, é isso que eu queria. (GIRASSOL)

Fonte: Entrevistas com mulheres usuárias da Casa Abrigo (2019).

A partir dos relatos das entrevistadas, é possível constatar o quanto a equipe de profissionais da CA é fundamental e contribui na alteração da situação de violência vivenciada pelas mulheres. Quando as interlocutoras ressaltam a importância dos momentos de conversas e escutas dentro da casa, baseado em Gomes (2019), percebemos que a **dimensão ética** da mediação da informação é alcançada, pois é nesta dimensão que demanda do (a) profissional da informação uma postura de abertura e acolhimento ao diferente, ouvindo e dialogando com o outro, de modo que haja a ampliação da capacidade de escuta e observação sensível. (GOMES, 2019). Dessa forma, a equipe de profissionais da Casa assume a posição de protagonistas sociais, atuando como sujeitos ativos no estabelecimento das condições da existência humana na vida dessas mulheres, o que os torna agentes políticos, segundo a perspectiva de Gomes (2019).

Assim, considerando que a mediação da informação na CA é realizada de forma consciente, por meio das escutas, conversas e partilhas entre a equipe e as mulheres em busca de construir novos sentidos no que se refere à violência doméstica, percebemos que a última dimensão criada por Gomes (2016; 2017), também é alcançada, que é a chamada **a dimensão política**. Isso ocorre tendo em vista que há, nesse processo de abrigamento, a resignificação das relações de gênero assimétricas, das ações para a implantação das políticas públicas que colocam a violência como problema de ordem social e não privada, necessitando da ação de diferentes setores sociais.

Na fala das mulheres também encontramos a efetividade da mediação consciente da informação dentro da CA, por meio do alcance de outra **dimensão**, a **estética**. Esta dimensão se mostra visível, por exemplo, na fala de Lírio ao dizer “Quando eu cheguei lá que fui no tratamento foi que eu fui voltando [...], tinha o dia de nós se ajeitar, aí eu fui voltando a ter gosto, porque eu não ligava pra nada, de se ajeitar,[...]”; e/ou na fala de Orquídea quando relata “[...] eu entrei, eu era um bicho lá, eu era uma escrava que só servia assim, pra ser violentada, estuprada e violentada, apanhando, e não! Agora descobri que sou uma mulher sabe?”. As interlocutoras sentem prazer pelo conhecimento adquirido na CA, pois elas se apropriaram das informações mediadas e geraram novos sentidos para suas vidas reconhecendo suas potencialidades por meio do autoconhecimento.

Considerando que a mediação da informação nesse espaço se dá de forma dialética - da equipe para as mulheres e das mulheres para a CA - ressaltamos que a **dimensão formativa** também é alcançada, pois as atividades, como, por exemplo, as oficinas, citadas por Orquídea, constituem um espaço para formação das usuárias, ou seja, para as mulheres abrigadas, assim como a profissionalização da própria equipe de profissionais, evidenciando, assim, as dimensões estética e ética da mediação da informação.

Uma outra questão muito importante observada nas falas expostas no Quadro 37, é sobre a relação construída entre as mulheres acolhidas na casa. Elas intervêm no meio que estão inseridas buscando superar a violência dando apoio uma a outra. Seus comportamentos vão ao encontro do papel de um protagonista social, que busca no viver juntos dar uma nova significação à situação que estão passando no abrigo. Margarida mostra isso ao falar: “nós mulheres que estamos lá, [...] nós conversamos uma com a outra, a gente tenta superar uma com a outra. Quando uma tá muito triste a gente começa a conversar que a gente vai vencer. Quando tem uma que tá um pouco triste, pra baixo, a gente tenta conversar pra saber o que tá acontecendo.” Dessa forma, ressaltamos que as usuárias da CA não são apenas meras receptoras de informação, mas, também são agentes de compartilhamento de saberes. Por meio da **dimensão dialógica**, que envolve a ação mediadora, compreende-se que essas mulheres são protagonistas em suas ações.

Finalizamos esta categoria destacando que, apesar de evidenciarmos apenas uma dimensão da mediação da informação por trechos selecionados das falas das mulheres, ressaltamos que essas dimensões podem ser alcançadas conjuntamente e não de forma isolada, pois assim como bem explica Gomes (2014, 2016, 2017, 2019), é a partir do alcance de todas as cinco dimensões que a mediação da informação contribuirá para o processo de apropriação da informação.

6.2.7 Protagonismo das mulheres, apropriação da informação e resistências

Nesta última categoria, demonstraremos o protagonismo das mulheres acolhidas na CA, a apropriação das informações mediadas nesse ambiente por parte dessas mulheres e as resistências por elas enfrentadas. Para além disso, também discorreremos sobre o empoderamento das interlocutoras, resultante da mediação consciente da informação na casa, algo visível em suas falas e expressões.

a) Protagonismo das mulheres da CA

Apesar do protagonismo das mulheres que se direcionam à CA já ser algo evidente desde o início da escrita desta pesquisa, destacamos nesta fase da análise o quanto essas mulheres enfrentaram e venceram antagonismos desde o primeiro momento que se depararam com a situação de violência em suas vidas.

Quadro 38 – Protagonismo das mulheres da CA.

Eu cheguei lá, eu contei tudo que tinha acontecido, eu ainda tava machucada quando eu fui lá, que aqui em mim tava todo machucado que ele danou a vassoura neu, meu braço aqui tava roxo, eu fui peguei e mostrei a ela, aí eu fui falei assim “eu não vou voltar pra casa porque eu sei que ele vai tá em casa e se eu voltar pra casa vai fazer do mesmo jeito, então é melhor eu ir pra outro caminho. Eu só achei ruim porque ficaram contra mim [a família do agressor] porque quando viram o carro da polícia ficaram contra. Num era pra ficar contra, porque sabia, sabia, eles viam quase todo dia quando ele bebia era discussão, era discussão. (ROSA)

[...] gente chega com aquela culpa porque deixou a família, chorando, (MARGARIDA)

Eu fiz a denúncia por debaixo dos panos (LÍRIO).

Sabe, eu num, eu num aguentava mais. Sabe, chegou um ponto que eu enfrentei ele. Eu nunca tive coragem de enfrentar ele, eu tinha muito medo dele. Eu não tava aguentando mais, [...] eu tava numa auxílio aluguel da prefeitura, aí eu tava morando na minha casa já, aí o menino ia pra escola ele pegava os meninos todos, porque ele sabe que a minha vida é meus filhos, porque mãe é assim, aí ele tirava todos ele e escondia (ORQUÍDEA)

Fui pra delegacia, aí eu conversei com ela [delegada], que eu fiquei com medo da família dele, dele fazer alguma coisa comigo. (GIRASSOL)

Fonte: Entrevistas com mulheres usuárias da Casa Abrigo (2019).

Nos relatos expostos no Quadro 38 é visível o quanto elas sofreram, mas além disso, o quanto elas resistiram e lutaram para estar, no momento, abrigadas em uma casa que as restringe de sua liberdade por estarem correndo risco de morte. Isso porque o protagonista age, reage e enfrenta lutas, assim como Antígona (PERROTI, 2017; GOMES, 2019).

Em um momento da entrevista, Orquídea, considerada uma das entrevistadas que mais sofreu com a violência doméstica, relatou: “Ele me tirou tudo. Ele tirou meu sonho, que eu queria ser enfermeira, tirou meu sonho, tirou minha juventude, tirou tudo que você pode imaginar ele tirou de mim.” Na sua fala percebemos as marcas que a violência causa na vida das mulheres e mostra o quanto elas são fortes em lutar pela vida, pelos sonhos, pelos (as) filhos (as), como é o caso dessa interlocutora.

Para além da luta em sair das relações de poder, as mulheres atribuíram para si um novo significado sobre a violência, proporcionado pela mediação das informações na CA, e a partir de suas experiências nesse espaço crítico e informacional, as mesmas sentem-se capazes de

gerar mudanças no mundo. Sugeriram, por exemplo, propostas para o enfrentamento à violência doméstica como mostra a fala de Girassol ao ressaltar que é preciso “[...] expor que a mulher tem pra onde ir, especificar mais as coisas como eu tô tendo lá, entendesse? As Patrulhas, apoio, que a mulher não é sozinha, que tem, aí tem tudo, tem tudo, e eu não sabia de nada. Divulgação mais para nós mulheres.” Margarida também expõe seu protagonismo ao dizer que “[...] chegaria a falar pra elas [mulheres em situação de violência doméstica] procurar, porque é um direito da gente. A gente não nasceu pra morrer, ser violentada. A gente nasceu pra viver, pra cuidar, pra trabalhar, pra ser livre!”

Essas atitudes condizem com o conceito de empoderamento, exposto por Djamila Ribeiro (2015), que atribui ao termo ações coletivas em busca de fortalecer as mulheres para o alcance de uma sociedade mais justa para todos. Para além disso, mostra que o acesso, o uso e a apropriação das informações podem contribuir na transformação social do mundo, de modo que a informação seja capaz de tornar os sujeitos em protagonistas sociais que lutam por causas coletivas em busca do viver juntos.

b) Resistências das mulheres da CA

Como já enfatizado no quadro anterior, as mulheres enfrentaram resistências antes de ter acesso ao Abrigo. Essas resistências, presentes no perfil do protagonista social, podem ser ainda constatadas nas entrevistas com as nossas interlocutoras. Apesar de já ter retratado tal característica em outros momentos deste estudo, retomamos nesse espaço mais algumas resistências que marcaram a história das mulheres da CA, como mostra o Quadro 39.

Quadro 39 – Resistências das mulheres da CA.

A briga... O pai dos meus meninos começou a xingar meu menino pequenininho [...] de estuprador, de tarado, aí eu não gostei, fui peguei, revidei com ele debatendo de boca aí ele não aguentou e veio partir pra cima de mim, então ele mirou um soco aí não deu, aí eu fui parti pra cima dele com as unhas grandes, sendo maior que do que a que tá, aí eu rasguei a cara dele todinha, eu bati nele assim como ele me bateu. Quebrei vassoura nele. Violência total! (ROSA)

[...] desde a primeira vez que eu denunciei ele, que ele ficou só 15 dias preso, que era primário, ele tinha matado quando voltou, aí voltou bem caladinho, bem santinho, depois começou fazer de novo, aí me ameaçou com a faca agora, aí eu fui de novo. (LÍRIO)

[...] eu disse que enfrentei ele, ele deu uma pisa em mim de cabo de DVD, ele tava com raiva e puxou com tudo, o fio grosso, aí torou o cabo de DVD e ele disse que tinha sido eu que tinha torado, foi ele que puxou. Eu disse foi tu que puxou, ele disse: “você não tem que falar, você tem que ficar calada quando eu falar” Eu tinha que abaixar a cabeça e fazer o que ele queria. Quando eu disse, não fui eu, não fui eu, aí ele, eu lembro que ele deu umas 4 lapadas de fio que ficou... Eu tenho cicatrizes assim, [...] eu me sentia uma escrava dele.

eu tenho um de 6 anos que tem trauma dele, aí ele se escondeu dentro do quarto, quando ele ver ele corre e se esconde. Aí ele [o agressor] começou a dar chute, pontapé neu, aí quando eu vi aquela cena dele (o filho) se escondendo, aquilo sabe, me doeu, quando eu vi ele se escondendo pra não apanhar eu fui pra cima dele (agressor) pra defender, sabe? naquela hora eu pensei que ele ia me matar, mas eu não tava com medo, eu derrubei ele no chão, eu consegui forças que eu não sei aonde eu encontrei.

Eu acho que eu passei uns 15 dias na casa da minha mãe, aí eu tive que ir pra outro canto porque ele ficava cercando a casa da minha mãe, e mandando recado que ia me matar, que ia me esfaquear, que ia arrancar meus olhos que, um bocado coisas horríveis que ele dizia.

[...] eu procurei uma delegada, ela deu voz de prisão pra ele, mas ele ficou me cercando, me cercando [...] aí eu fiquei escondida, escondida em casa. (ORQUÍDEA)

Fonte: Entrevistas com mulheres usuárias da Casa Abrigo (2019).

Apesar de termos exposto apenas as falas de Rosa, Lírio e Orquídea percebemos que as três interlocutoras foram sempre resistentes em suas lutas nas relações de poder em que estavam inseridas. Rosa entrou em embate com o agressor (seu companheiro) para defender seu filho; Lírio denunciou seu agressor que, após preso e solto pouco tempo depois, voltou a agredi-la, o que levou a mesma a denunciá-lo novamente; e Orquídea relata inúmeras agressões e o momento em que ela ‘bate de frente’ com o agressor, após se deparar com seu filho escondido vendo o pai chutando-a. Essa cena desencadeou nela forças que até a mesma não sabia que tinha. Essas e outras cenas expostas em todo o trabalho demonstram o quanto as mulheres em situação de violência doméstica resistem e lutam na esperança da transformação de suas vidas, o que as tornam protagonistas.

Essa resistência mostra, de acordo com o que afirma Saffioti (1999), que as mulheres não sofrem passivamente as violências cometidas por seu parceiro. Pelo contrário, munidas de micro poderes, elas são impulsionadas a agir e reagir a situações ameaçadoras ou contraditórias, como, por exemplo, quando são violentadas em seu próprio lar (FOUCAULT, 1979). Assim, de uma forma ou de outra, as mulheres sempre reagem (SAFFIOTI, 1999).

Seguindo a perspectiva de Gomes (2019), a ação protagonista possui um caráter político, e a resistência guarda em si um potencial transformador, que pode ocorrer ou não imediatamente à ação de resistência. Assim, percebemos que foi por resistir que as mulheres decidiram procurar ajuda, o que carregou em si o potencial transformador capaz de modificar positivamente a vida de cada mulher que tem acesso a esse espaço.

c) Apropriação da informação por parte das mulheres da CA

Tão importante quanto a ação mediadora é o resultado que esta é capaz de causar nos sujeitos - a apropriação da informação. Segundo Gomes (2019, p. 16), a apropriação da informação “[...] é sustentáculo do processo de conscientização, de domínio do conhecimento e de exercício da crítica, elementos essenciais à constituição do sujeito protagonista.”

Assim, consideramos fundamental analisar, nas falas das interlocutoras, os impactos do processo de abrigamento na vida das mulheres, tendo em vista que, na medida em que elas se apropriam das informações, suas ações e seus discursos se modificam, de modo que passam a dar novos sentidos e significados à violência, algo que antes, talvez, fosse imperceptível ou naturalizado nas relações de poder em que estavam inseridas.

Quadro 40 – Apropriação da informação por parte das mulheres da CA.

[...] eu procurei a creche pros meus meninos, cacei trabalho, tudo no mundo eu fazia, do mesmo jeito que eu aprendi na Casa Abrigo e que eu tô aprendendo de novo, coisa novas, eu fiz também quando eu saí. E quando eu sair agora meu pensamento vai ser o mesmo, [...] faz com que a pessoa aprenda a não fazer o mesmo erro, a não passar por aquilo de novo, [...] (ROSA)

*[...] agora como eu já tenho um pouco mais de conhecimento, né? assim, eu poderia ajudar outras mulheres. Esse conhecimento eu adquiri pela passagem na casa **e pelas informações que eu adquiri**. [...] hoje quando, começa só com uma coisinha, miudinha, depois vai crescendo, chega até a morte, não dá tempo nem você chegar lá, de denunciar, você já tá é morta., (MARGARIDA)*

[...] quando eu cheguei lá eu cheguei com a pressão muito psicológica que botava eu muito pra baixo, eu não me lembrava mais que eu existia, só cuidava dele e dos três filhos, lutava só pelos 3 filhos e pra ele e eu? me esquecia de mim, me esquecia de mim. Quando eu cheguei lá que fui nos tratamento [...] eu fui chorando, ela ia fazendo as sessões de tratamento, eu fui botando aquilo pra fora aí foi quando foi aliviando, abrindo, como uma lavagem cerebral, aí você vai botando aquilo pra fora, ela [a psicóloga] vai dando aquelas orientação aí você vai voltando ao normal e vai vendo o erro, as coisas. [...] agora eu sei distinguir: eu só faço se eu quiser. Não sou mais aquilo como eu cheguei lá, entendeu? É como se eles tivessem abrido meus olhos. (LÍRIO)

Eu pra mim mulher não tinha direito de nada, mas eu vi que eu tava totalmente errada, que a mulher tem que ter voz, eu aprendi coisas que eu, né? [...] eu aprendi na casa que eu tenho que ser autoridade pra ele [filho]. Eu sou a mãe e o pai. Eles [filhos] tem que me defender. Eu, eles têm que me respeitar, entendeu? Eu defender eles e eles têm que me respeitar, aí lá elas me ensinaram que eu tenho que ser mais forte. Eu posso divulgar. Eu já penso assim [...] porque eu sofri porque ninguém num [...] mas se eu ver uma mulher assim que tá sofrendo eu digo assim: tu tem que ter coragem, tu tem que se sentir, eu tenho que dizer que tem uma Casa Abrigo, tem que ir para delegacia [...] Eu posso mandar procurar outro meio: vai na delegacia, vai no CRAS, em qualquer canto que ela se defenda. Eu acho que eu poderia até ajudar assim, depois do que eu aprendi na casa. Se eu visse outra uma mulher apanhando eu acho que eu tentaria defender ela também. [...] na casa eu aprendi que a gente tem que entregar tudo a Jesus que ele sabe. (ORQUÍDEA)

Eu tava dizendo a psicóloga: gente, a gente tem que explorar muito isso sobre a importância da mulher mesmo que tem, que a gente não tá só, porque a maioria das mulher pensa que tá só como eu pensava [...] Tudo isso aqui que eu tô sabendo eu aprendi lá. Eu não sabia que existia isso não:

Secretaria da Mulher essas coisas não sabia disso não. Vim saber do desenvolvimento que nós mulheres temos depois que eu cheguei lá. (GIRASSOL)

Fonte: Entrevistas com mulheres usuárias da Casa Abrigo (2019).

Sabendo que a apropriação da informação se dá nas relações sociais, ou seja, no contato com o outro, percebemos o quanto as mulheres, em um processo dialógico, modificaram seus conhecimentos após o acesso à CA e a mediação da informação em seu âmbito. É visível que elas reconhecem que a passagem pela casa mostrou uma nova forma de enxergar suas próprias vidas, trouxe autoconhecimento, desejo de mudanças, e de colocar em prática tudo aquilo que aprenderam nessa etapa que, apesar de diferente e receosa, trouxe novas perspectivas de vida a partir dos novos significados por elas reconhecidos.

Quando Orquídea relata: “[...] eu aprendi na casa que eu tenho que ser autoridade pra ele [filho]. Eu sou a mãe e o pai. Eles [filhos] tem que me defender. Eu, eles têm que me respeitar, entendeu? Eu defender eles e eles têm que me respeitar, aí lá elas me ensinaram que eu tenho que ser mais forte!”, verificamos que a mediação consciente da informação realizada na CA modificou a forma como ela lidava com os (as) filhos (as), pois a mesma não sabia impor respeito e exercer seu papel de mãe junto às crianças.

Na fala de Margarida constatamos que a mesma consegue identificar que a violência é materializada em pequenos atos, e não se limita a agressão física grave. Orquídea e Girassol se apropriaram das informações sobre as políticas públicas para as mulheres e reconhecem em si próprias a capacidade de ajudar outras mulheres em situação de violência divulgando os órgãos da rede de atendimento.

Baseadas em Almeida Júnior (2004, 2007) ao dizer que a apropriação da informação acontece por meio da ação mediadora, sendo esta primeira uma ação não só de consumo, mas também de produção de conhecimento, reconhecemos que as mulheres acolhidas na CA também são agentes mediadoras de informações, pois a partir do momento que trazem suas experiências, seus medos e superações em um processo interativo e dialógico, estão assim assegurando que a Casa Abrigo se caracterize no que Gomes (2017) denominou de um espaço crítico, de dialogia, criatividade e alteridade.

d) Empoderamento das mulheres da CA

Para finalizar as categorias de análise, dedicamos esta última parte ao empoderamento das mulheres da CA. Considerando que o termo está relacionado à um processo de mudança

transformadora, que envolve autoconhecimento, reconhecimento de fragilidades e busca por reverter e ressignificar posições sociais (RAI, 2007; SARDENBERG, 2018), verificamos, durante todas as entrevistas, que as interlocutoras ao se apropriar das informações mediadas na casa, se empoderaram, de modo que, aprenderam a identificar e reconhecer suas potencialidades e capacidades enquanto mulheres, algo visível na alteração de seu comportamento e discurso, como exhibe o Quadro 41.

Quadro 41 - Empoderamento das mulheres da CA.

*[...] quando eu tava antes de eu tá na Casa Abrigo, que eu tava com o pai dos meus meninos, eu me sentia pra baixo, uma pessoa triste, sem vontade de pentear o cabelo, de se arrumar pra sair, por causa que, se eu me arrumasse, botasse um short, uma blusa de usar em casa pra ir na esquina e botasse uma sandália bonita diferente de sair, já era um motivo de eu escutar alguma coisa. Aí depois que passei pela Casa Abrigo a primeira vez eu disse assim: Poxa, eu agora, aqui, eu posso fazer o que eu quiser, eu posso cantar, eu posso fazer o que eu quiser aqui, eu posso me sentir livre, eu posso brincar, eu posso conversar, que eu sei que não vai ter ninguém pra me interromper, pra me xingar, pra fazer nada comigo. Eu posso dizer que eu sou uma nova Rosa né? Uma nova Rosa, uma nova mãe, uma pessoa que aprendeu muito com a violência apesar de ter vivido dez anos com o agressor, ter sofrido muito. Eu posso dizer que **eu sou muito vitoriosa!** [...]* (ROSA)

*[...] a pessoa fica mais forte, a gente fica mais... eu boto na minha cabeça, se Deus quiser, que eu vou conseguir tudo que eu quero novamente, **vou ser forte**, vou conseguir meu trabalho, vou conseguir meu curso novamente que eu fechei.* (MARGARIDA)

*[...] hoje eu sou eu mesma. Hoje eu me reconheço como uma mulher, como uma profissional. Hoje **eu sou uma pessoa capaz**, [...]* (LÍRIO)

*Eu dizia as meninas lá, eu dizia lá a psicóloga que eu me sentia um lixo [choro], hoje eu me sinto uma mulher poderosa, eu não sou tão poderosa porque eu não tenho os meus dentes, mas eu vou botar, sabe. Eu vou conseguir. [...] eu tô me sentindo viva, sabe? **Eu tô me sentindo uma mulher de verdade**. Assim, lá na casa eu posso vestir a roupa que eu quero, eu não podia vestir a roupa aqui não. Eu posso me vestir a roupa que eu me acho... Eu odiava tudo que você imaginar, esmalte, batom, nada disso eu não gostava, e lá eu fui incentivada que eu preciso, ó (mostra as unhas pintadas), sair porque ó, eu preciso disso pra viver. sabe? Eu quero me maquiar, eu quero, todo dia, eu quero um penteado novo, ó (mostra o cabelo) cortei meu cabelo. [...] quando eu cheguei aqui eu me sentia um lixo, hoje **eu me sinto uma mulher poderosa**, [...] Eu sei que eu posso conquistar várias coisas e não preciso de homem pra nada.* (ORQUÍDEA)

[...] eu mudei muito, muito mesmo [...] eu tenho mania de arrumar as meninas, ajeitar cabelo, ajeitar sobancelha, pronto, essa aí eu pinte o cabelo dela, da outra eu fiz a unha, da que tá grávida (GIRASSOL)

Fonte: Entrevistas com mulheres usuárias da Casa Abrigo (2019).

O empoderamento das mulheres pode ser observado em todas as falas expostas no quadro anterior principalmente na sensação de liberdade, pois as mesmas eram aprisionadas nas relações de poder, nas quais seus companheiros e agressores reprimiam-nas exercendo domínio sob seus corpos, algo que reflete profundamente na autoestima dessas mulheres.

Após acesso à Casa Abrigo, percebemos que as mulheres (re) aprenderam a se valorizar e começaram a pôr em prática o conhecimento adquirido por meio da mediação da informação no âmbito desta unidade informacional. Vimos que a interação que existe entre elas contribui para que, juntas, ressignifiquem a situação de violência colocando em prática o conceito de empoderamento exposto por Djamila Ribeiro (2015) como ações coletivas para fortalecimento das mulheres. Isso fica evidente quando Girassol ressalta que tem mania de arrumar as colegas, por meio de procedimentos estéticos, como ajeitar cabelos, fazer sobrancelhas e fazer as unhas. Constatamos, a partir da fala dessa interlocutora, que a mesma já se encontra empoderada, pois ainda segundo Ribeiro (2015), quando uma mulher se empodera ela tem condições de empoderar outras mulheres também.

As atitudes das mulheres, expostas no Quadro 41 por meio de suas falas, vai ao encontro do pensamento de Lourdes Rocha (2007) quando diz que há uma mudança interior muito forte na vida das mulheres acolhidas em uma Casa Abrigo. Essas mudanças podem ser vistas, por exemplo, em sua aparência física. Segundo a autora, as mulheres “[...] passam a se cuidar, expondo sua vaidade, o que traduz o despertar da mulher em relação a si própria, o resgate de sua condição de ser humana, com desejos, potencialidades, capacidades, e vontades até então sufocadas. (ROCHA, 2007)

Eu sou uma mulher, eu sou uma guerreira, eu sou bonita do meu jeito sabe? Eu juro que, eu me sentia um lixo, eu tinha horror a espelho, hoje eu consigo olhar pro espelho, eu não sou bonita porque eu não tenho meus dentes, mas eu me sinto, se eu vestir uma calça eu digo: essa ficou boa em mim, sabe? Hoje eu quero botar um batom, pequenas coisas que parece grande sabe? (ORQUÍDEA)

O empoderamento de Orquídea pode também ser observado nas suas atitudes enquanto mãe. Ao se deparar com uma outra mãe, também acolhida na CA, ameaçando seu filho, Orquídea relatou: “Eu só apanhava, apanhava e eu defendi [seu filho]. Eu disse: você não vai gritar, [...] eu sou a mãe dele. Depois ele me elogiou, sabe? eu me senti tão maravilhada [...] Me elogiou! [orgulhosa] - Gostei mãe. Pela primeira vez você me defendeu.” Nesta fala percebemos que, enquanto vivia em situação de violência, Orquídea não se sentia capaz de defender os (as) próprios (as) filhos (as), e foi a partir da mediação consciente da informação na CA que a mesma se apropriou e tomou posição protagonista, se pondo à frente do problema e enfrentando-os, por meio da criação de mecanismos em busca de solucioná-los (RIBEIRO, 2015).

Partindo dos pressupostos até agora apresentados, vimos que, embora tenhamos separado em subcategorias: protagonismo, resistência, apropriação da informação e empoderamento, verificamos que todos esses conceitos estão relacionados e imbricados um ao

outro. Tema central deste estudo, o protagonismo social envolve resistência, apropriação da informação e empoderamento.

As mulheres da CA são protagonistas à medida que problematizam a situação de violência e apropriam-se da informação mediada no processo de enfrentamento à violência, que, resultante desse processo, se empoderam identificando suas capacidades enquanto mulheres. Isso faz parte do autoconhecimento, característica de um protagonista social. Dito isso, finalizamos a análise deste estudo e apresentamos a seguir, as considerações finais da pesquisa.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Alcançar a finalização deste trabalho representa muito mais que o término de uma pesquisa. É um novo olhar, um novo comportamento e uma nova responsabilidade social enquanto mulher, pois trabalhar com a temática da violência doméstica já é algo desafiador e intenso e, adentrar em um campo que acolhe mulheres em risco iminente de morte o torna ainda mais complexo. Tal complexidade se apresenta porque envolve pessoas que se encontram extremamente fragilizadas e marcadas por momentos quase inesquecíveis. Isso nos mostra o quanto a desigualdade de gênero nos afeta e o quanto ainda temos que lutar em busca de uma sociedade justa, igualitária, isenta de qualquer tipo de preconceito e discriminação.

Destacamos que, na mesma intensidade que foi possível enxergar as dores das mulheres a partir de cada entrevista realizada, também foi extremamente gratificante ver o quanto elas se sobressaíram da situação que chegaram ao abrigo e se encontram empoderadas, confiantes e fortes. Uma mudança visível em cada lágrima e em cada sorriso acompanhado de um brilho no olhar.

Para que possamos ter uma melhor compreensão das considerações deste estudo, relembremos aqui nosso objetivo geral que consistiu-se em: analisar, sob o paradigma social da Ciência da Informação, de que forma a mediação dos conteúdos informacionais dinamizados pela Casa Abrigo contribui no desenvolvimento do protagonismo das mulheres, impactando nas percepções sobre a violência doméstica e o rompimento do ciclo de violência.

Quanto aos inúmeros achados da pesquisa, ressaltamos que houve alguns impasses para o aprofundamento da mesma, a exemplo da falta de acesso direto e presencial à CA devido ao sigilo de seu endereço; e a troca de gestão do órgão, que também impossibilitou uma certa viabilidade nas entrevistas finais com as mulheres, mas que não comprometeu os resultados do estudo.

Dito isso, gostaríamos de tratar sobre os dados quantitativos que mostraram como a CA é fundamental no enfrentamento à violência doméstica, em especial, para as mulheres que se encontram em vulnerabilidade social e desprovidas de recursos para romper com a situação de violência sem o apoio externo, haja vista que foram a maioria das usuárias da Casa Abrigo no período analisado, ou seja, de 2011 a 2018. Os dados apresentados na presente pesquisa têm potencial para contribuir na gestão das políticas públicas para as mulheres no estado da Paraíba e principalmente para a CA. A disponibilização de dados estatísticos pode viabilizar diagnósticos e gerar propostas para a potencialização das ações do órgão no enfrentamento à violência doméstica.

A partir deste estudo, verificamos a importância da manutenção da CA por meio de recursos direcionados ao órgão, tendo em vista que o mesmo recebe as mulheres e também seus (as) filhos (as), os quais requerem cuidados específicos. A ampliação do número de atividades desenvolvidas no âmbito da Casa foi uma das sugestões positivas das mulheres entrevistadas na pesquisa. Reconhecemos que, por meio da interação envolvida na mediação da informação durante as diversas atividades realizadas na CA (como, por exemplo, as oficinas, palestras, entre outras), as mulheres se apropriam das informações e constroem novos sentidos para suas vidas, de modo a contribuir no desenvolvimento e/ou aprimoramento do protagonismo social não só das mulheres, mas de todos envolvidos nesse processo.

No tocante à informação, cerne desta pesquisa, destacamos a importância de uma boa gestão da mesma no âmbito da CA tanto a informação mediada oralmente quanto a informação materializada em suportes, visto que encontramos algumas lacunas durante a pesquisa, a exemplo da ficha de atendimento, utilizada nesse estudo para extrair os dados quantitativos da pesquisa. Constatamos que as fichas de atendimento constituem-se numa fonte de informação de extrema relevância para a CA, pois é possível ter a visão do quantitativo de mulheres atendidas, assim como saber o perfil das mesmas, dos agressores e informações sobre a violência sofrida por cada usuária da CA. Para tanto, ressaltamos a importância, do preenchimento adequado das fichas, de modo que as informações sejam padronizadas para melhor acesso, uso e disseminação das mesmas, assim como um (a) profissional qualificado (a) que reconheça a importância de tal procedimento. Sugerimos a edição dessas fichas de modo a atender as necessidades informacionais da equipe, tendo em vista que as próprias coordenadoras do órgão reconheceram que esse instrumento precisa ser reajustado.

Ainda sobre essas fichas, percebemos que as mesmas eram preenchidas no momento de entrada das mulheres na CA, e devido ao calor da emoção presente nesse momento, constatamos que algumas informações eram perdidas e não captadas pela equipe. Inferimos que isso se deve ao fato de as mulheres estarem ainda sob o impacto da mudança e extremamente fragilizadas com a situação em que se encontram. Assim, sugerimos que a equipe realize tal procedimento em um momento que a mulher, acolhida na CA, esteja calma e consciente das informações a serem recolhidas.

Notamos a necessidade de profissional da informação nos órgãos de atendimento às mulheres em situação de violência, a exemplo da Casa Abrigo da Paraíba, para a organização dos dados de atendimento e o registro consistente dos mesmos para a geração de informação estatística que venha a auxiliar no planejamento de ações e a realização de pesquisas como esta. Evidenciamos que praticamente em todas as variáveis analisadas nas fichas de atendimento

encontramos ausência de dados, representados neste estudo por ‘NI’, como, por exemplo: caracterização étnico-racial, ocupação das mulheres, grau de escolaridade, renda individual e familiar, entre outros. Apontamos, assim, para a necessidade de um (a) Arquivista para atuar na CA enquanto unidade informacional, tendo em vista que o órgão possui um Arquivo e que este é detentor de documentos que resguardam a memória de cada mulher acolhida. Faz-se necessária uma gestão documental para que as informações sejam acessadas e tornem-se fonte de pesquisas futuras.

Quanto aos dados qualitativos apresentados por meio das entrevistas com as mulheres, os resultados demonstraram que a CA é um espaço crítico, de dialogia, criatividade e alteridade, no qual a mediação da informação é consciente e constante com o intuito de ressignificar a violência vivenciada pelas mulheres acolhidas na Casa.

No que diz respeito aos profissionais que atuam na CA, destacamos que esses (as) são fundamentais no desenvolvimento do protagonismo das mulheres acolhidas, pois também se configuram como protagonistas sociais à medida que agem em busca de dar novos significados à situação de violência vivenciada por cada mulher que ali se encontra, ou seja, é uma luta pelo bem comum. Porém, evidenciamos a importância da qualificação dos (as) profissionais da CA, para que esses (as) realizem uma mediação consciente da informação de modo que as mulheres reconheçam-nos (nas) enquanto agente sociais e fonte de informações, pois é preciso deixar claro para essas usuárias que, a televisão que elas assistem na CA não é a principal fonte informacional que elas possuem, como mostra a presente pesquisa, mas sim, a equipe de profissionais, por meio de um processo interativo e dialógico.

Considerando que a violência doméstica contra mulheres é um fenômeno transversal, persistente e multifacetado que ignora qualquer fronteira de raça/etnia, classes sociais, religião, grau de escolaridade e grau de desenvolvimento econômico ressaltamos a importância da ampliação dos estudos sobre a violência doméstica principalmente no âmbito da Casa Abrigo. Tal sugestão se deve ao fato da sua relevância no enfrentamento a esse tipo de violência tanto no estado da Paraíba quanto no Brasil e também por ser um campo pouco explorado no âmbito da CI. Sugerimos a realização de estudos que contemplem as singularidades de cada usuária da CA, considerando a intersecção dos diferentes marcadores sociais que operam na produção da vulnerabilidade e potencializam as diversas formas como cada mulher sofre com o fenômeno da violência.

Constatamos que a CA representa uma porta de esperança para as mulheres que se encontram em risco iminente de morte, pois nestas casas elas são assistenciadas de forma integral e multidisciplinar, promovendo condições objetivas de inserção na sociedade. No

entanto, as mulheres entrevistadas neste estudo enfatizaram que o desconhecimento da existência de equipamentos de atendimento às mulheres em situação de violência é um dos fatores que contribuem para a permanência delas nas relações de poder. Desta forma, salientamos que é preciso traçar ações informacionais que promovam e divulguem os serviços oferecidos pela rede a fim de ampliar o acesso das mulheres à informação e aos órgãos de atendimento. É necessário a articulação em rede para que haja a eficácia das ações de prevenção e redução da violência doméstica.

No tocante à mediação da informação na Casa Abrigo, o estudo mostrou que o processo de mediação da informação acontece de forma dialética - da Casa para as mulheres e das mulheres para a equipe - na qual a informação é produto das partilhas efetivadas nas relações sociais, e torna-se o substrato para compreender a realidade e as possibilidades de transformação desta.

Percebemos que as mulheres não são apenas receptoras de informações, mas atuam como sujeitos ativos na CA, pois compartilham saberes através de diálogos que favorecem o exercício da crítica e possibilitam-na a construir novos sentidos de significados. Isso contribui para o desenvolvimento do protagonismo social, pois essas mulheres se apropriam dos conteúdos informacionais dinamizados nesse espaço crítico que constitui a CA.

O protagonismo das mulheres pôde ser constatado na resistência e luta para romper com a situação de violência desde o momento que elas buscaram ajuda e foram direcionadas para a CA. O estudo evidenciou que a informação, na condição de conhecimento em estado de compartilhamento (GOMES, 2016; 2017; 2018; 2019), torna-se responsável por contribuir para o desenvolvimento do protagonismo das mulheres que tiveram acesso à CA, uma vez que a troca de experiências possibilita que tanto as usuárias da casa quanto os (as) profissionais que atuam na mesma se tornem sujeitos conscientes e persistam na luta contra a violência doméstica, pois a partir da ação consciente é que o protagonismo social se sustenta. Para tanto, a informação deve ser considerada elemento central dessas ações.

Assim, verificamos que a informação é substrato do processo de empoderamento das mulheres por gerar novos conhecimentos e ressignificar a violência que as levaram ao abrigo. Os relatos das entrevistadas mostraram mudanças nas suas formas de agir, despertando-as para uma nova forma de viver, de se enxergar e de agir socialmente. Todo o aparato informacional adquirido na CA possibilitou a construção de novos conhecimentos e despertou nelas o desejo de ajudar outras mulheres que se encontram na mesma situação de violência, o que confere, assim, o agir de protagonistas sociais.

Consideramos que o acesso, a mediação e a apropriação da informação são ações fundamentais para que as mulheres desenvolvam seu protagonismo e consigam se empoderar ao ponto de romper com o ciclo de violência e se tornarem sujeitos conscientes quanto ao seu papel social. Sugerimos a necessidade de ampliação de pesquisas que tratem sobre protagonismo social, assim como sobre violência doméstica, pois esses são temas ainda pouco explorados na CI.

Diante do exposto, concluímos este estudo ressaltando a importância das temáticas sobre protagonismo social e violência doméstica na CI mediante seu aspecto social estar em grande evidência. Esperamos que este trabalho se torne fonte de novas pesquisas de modo que se problematize o fenômeno da violência doméstica contra as mulheres, e desperte o interesse de pesquisadores (as) em ampliar os estudos de gênero não só no âmbito da CI, mas em todos os campos de conhecimento. É preciso a consciência de que a violência doméstica é um grave problema social, que fere os direitos humanos não só das mulheres, mas de todos que reconhecem que é preciso lutar como protagonistas sociais em busca de um mundo melhor. Acreditamos que a informação mediada conscientemente pode ser uma das vias para mudança de mentalidades e reversão dos diversos problemas existentes em nossa sociedade que ainda é regida pelo machismo, racismo e a desigualdade social.

Por fim, nossos agradecimentos às nossas interlocutoras da pesquisa, à equipe da Casa Abrigo e da Secretaria da Mulher e da Diversidade Humana que propiciaram a concretização desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

- ABATH, Raquel J.; IRELAND, Timothy D. Os grupos de mulheres no Estado da Paraíba na conjuntura de novos espaços: um estudo de caso. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 8, n. 1, p. 45-63, 1998. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/426/347>. Acesso em: 24 abr. 2019.
- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Leitura, mediação e apropriação da informação. In: SANTOS, Jussara Pereira dos. (org.) **A leitura como prática pedagógica na formação do profissional da informação**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2007. p. 33-45.
- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Brasília/DF, v. 2, n. 1, p. 89-103, jan./dez. 2009.
- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação: ampliando o conceito de disseminação. In: Encuentro de Educadores e Investigadores en Bibliotecología, Archivología, Ciencias de la Información y de la Documentación de Iberoamérica y el Caribe (EDIBCIC), 7., 2006, Marília. **Anais [...]**. Marília: UNESP, 2006. Originalmente publicado em CD-ROM. Disponível em: http://edicic.org/data/documents/Actas_VII_EDIBCIC.pdf. Acesso em: 05 dez. 2019.
- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação: um conceito atualizado. In: BORTOLIN, Sueli; SANTOS NETO, João Arlindo dos; SILVA, Rovilson José. (org.). **Mediação oral da informação e da leitura**. Londrina: Abecin, 2015. p. 9-32.
- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Profissional bibliotecário: um pacto com o excludente. In: BAPTISTA, Sofia Galvão; MUELLER, Suzana Pinheiro Machado (org.). **Profissional da informação: o espaço de trabalho**. Brasília: Thesaurus, 2004. p. 70-86.
- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de; BORTOLIN, Sueli. Mediação da informação e da leitura. In: SILVA, Terezinha Elisabeth da. (org.). **Interdisciplinaridade e transversalidade em Ciência da Informação**. Recife: Néctar, 2008, p. 67-86.
- ALMEIDA, Marco Antônio de. A produção social do conhecimento na sociedade da informação. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 19, n. 1, p. 11-18, 2009.
- ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini. Educação à distância na internet: abordagens e contribuições dos ambientes digitais de aprendizagem. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 327-340, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022003000200010&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 16 fev. 2019.
- ALMEIDA, Suely de S. Essa Violência mal-dita. In: ALMEIDA, Suely de S. (org.). **Violência de gênero e políticas públicas**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2007.
- ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jaqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Brasiliense, 2007. (Coleção Primeiros passos)

AMORIM, Elba Ravane Alves. **Casa-abrigo para as mulheres em situação de violência doméstica em Pernambuco:** sob a ótica das mulheres pós-abrigadas. 2015. 165 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Recife, 2015.

AQUINO, Mirian de Albuquerque. Políticas de informação para inclusão de negros afrodescendentes a partir de uma nova compreensão da diversidade cultural. **Inclusão Social**, Brasília, v. 3, n. 2, 2010. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2011/07/pdf_328668f599_0009736.pdf. Acesso em: 12 dez. 2018.

ARAÚJO, Ana Rafaela Sales de. **Mediação no âmbito da organização da informação: proposta de um programa de atuação para o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Ceará.** 2018. 208 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Cariri, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia, Mestrado Profissional em Biblioteconomia, Juazeiro do Norte, 2018a. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/38110>. Acesso em: 10 dez. 2019.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Correntes teóricas da ciência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 38, n. 3, p. 192-204, 2009. Disponível em: <http://revista.ibict.br/cienciadainformacao/index.php/ciinf/article/view/1719>. Acesso em: 23 fev. 2019.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Estudos de usuários conforme o paradigma social da ciência da informação: desafios teóricos e práticos de pesquisa. **Informação & Informação**, Londrina, v. 15, n. 2, p. 23-39, jul./dez. 2010.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Estudos de usuários: pluralidade teórica, diversidade de objetos. In: IX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008a, São Paulo, SP. **Anais [...]**. São Paulo, SP: IX ENANCIB, 2008. Disponível em: <http://www.eci.ufmg.br/bogliolo/downloads/ARAUJO%20Enancib%202008.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2019.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Fundamentos da Ciência da Informação: correntes teóricas e o conceito de informação. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 4, n. 1, p. 57-79, 2014a.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. O que é Ciência da Informação?. **Informação & Informação**, Londrina, v. 19, n. 1, p. 01-30, jan./abr. 2014b.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **O que é informação.** Belo Horizonte: KMA, 2018b.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. O que são “práticas informacionais”? **Informação em Pauta**, Fortaleza, CE, v. 2, número especial, p. 218-236, out. 2017. Disponível em: <http://periodicos.ufc.br/informacaoempauta/article/view/20655/31068>. Acesso em: 24 jan. 2019.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. O sujeito informacional no cruzamento da Ciência da Informação com as Ciências Sociais. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM

CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14., 2013, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: ENANCIB, 2013.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Paradigma social nos estudos de usuários da informação: abordagem interacionista. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 22, n. 1, p. 145-159, jan./abr. 2012.

ARAÚJO, Maria de Fátima. Gênero e violência contra a mulher: o perigoso jogo de poder e dominação. **Psicología para América Latina**, México, n. 14, out. 2008b. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2008000300012&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 02 jan. 2020.

BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 449-469, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922014000200008. Acesso em: 15 jan. 2019.

BANDEIRA, Regina. Casas Abrigo: O provisório refúgio de vítimas da violência doméstica. **Conselho Nacional de Justiça**, [S. l.], p. 1, 16 nov. 2018. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/88021-casas-abrigo-o-provisorio-refugio-de-vitimas-da-violencia-domestica>. Acesso em: 5 abr. 2019.

BAPTISTA, Sofia Galvão; CUNHA, Murilo Basto da. Estudo de usuários: visão global dos métodos de coleta de dados. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 2, p. 168-184, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362007000200011&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 fev. 2019.

BARBOSA, Andreza Gonçalves; DUARTE, Adriana Bogliolo Sirihal. Práticas informacionais de presas grávidas. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação - RBBD**, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 50-67, 2018. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1051>. Acesso em: 15 abr. 2019.

BARBOSA, Karla Maria da Silva. **Feminismo e Emancipação feminina**: um estudo sobre a concepção da emancipação da mulher negra na Bamidelê – Organização de Mulheres Negras da Paraíba. 2016. 112 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

BARDIN, Lawrence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2010.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. Mudança estrutural no fluxo do conhecimento: a comunicação eletrônica. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 122-127, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v27n2/2729803.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2019.

BATLIWALA, Srilatha. The meaning of women's empowerment: new concepts from action. In: SEN, G.; GERMAIN, A.; CHEN, L.C. (eds.). **Population policies reconsidered**: health, empowerment and rights. Boston: Harvard University Press, 1994. p. 127-138.

BERTH, Joice. **O que é empoderamento?** Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2018.

BIGLIARDI, Adriana Maria; ANTUNES, Maria Cristina; WANDERBROOKE, Ana Claudia N. S. O impacto das políticas públicas no enfrentamento à violência contra a mulher: implicações para a Psicologia Social Comunitária. **Boletim Academia Paulista de Psicologia**, v. 36, n. 91, 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/html/946/94649376003/>. Acesso em: 10 jan. 2019.

BONAN, Cláudia; FERREIRA, Cláudia. **Mulheres e movimentos**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2005.

BORGES, Cláudia Andréa Mayorga. Machismo. In: FLEURY-TEIXEIRA, Elizabeth; MENEGUEL, Stela N. (org.). **Dicionário Feminino da Infâmia: acolhimento e diagnóstico de mulheres em situação de violência**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2015. p. 213. Verbetes machismo.

BORGES, Elinielle Pinto; OLINTO, Gilda; LETA, Jacqueline. Gênero, ciência e contexto regional: reflexões sobre resultados acadêmicos da pós-graduação no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 15., 2014. **Anais [...]**. Belo Horizonte: ANCIB, 2014. GT7, p. 3557-3576. Disponível em: <http://ridi.ibict.br/handle/123456789/825>. Acesso em: 02 dez. 2019.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kuhner. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2012.

BRASIL. Lei n. 13.104, de 9 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 10 mar. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/lei/L13104.htm. Acesso em: 23 mar. 2019.

BRASIL. Lei nº. 11.340, de 7 de agosto de 2006. Lei Maria da Penha. Dispõe sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 8 ago. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 10 jan. 2019.

BRASIL. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres Presidência da República, 2004.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para mulheres - SPM. **Diretrizes Nacionais para o abrigo de mulheres em situação de risco e violência**. Coleção Enfrentamento à violência contra as mulheres. Brasília, DF: SPM, 2011a.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para mulheres - SPM. **Mulheres do Campo e da Floresta: Diretrizes e Ações Nacionais**. Coleção Enfrentamento à Violência Contra as mulheres. Brasília, DF: SPM, 2011b.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para mulheres - SPM. **Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Coleção Enfrentamento à Violência Contra as mulheres. Brasília, DF: SPM, 2011c.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para mulheres - SPM. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Coleção Enfrentamento à Violência Contra as mulheres. Brasília, DF: SPM, 2011d.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para mulheres - SPM. **Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para mulheres - SPM. Brasília, DF: SPM, 2011e. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2011/rede-de-enfrentamento>. Acesso em: 20 mar. 2019.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres - SPM. **Programa de Prevenção, Assistência e Combate à Violência Contra a Mulher - Plano Nacional**: diálogos sobre violência doméstica e de gênero: construindo políticas públicas. Brasília, DF: SPM, 2003.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres - SPM. **Centro de referência de atendimento à mulher**: norma técnica de padronização. Brasília, DF: SPM, 2006b.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. **Trabalho das Mulheres no Brasil**: continuidades e mudanças no período 1985-1995. São Paulo: FCC/DPE, 1998. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/textosfcc/article/viewFile/2435/2390>. Acesso em: 15 jan. 2019.

BUFREM, Leilah Santiago; NASCIMENTO, Bruna Silva. A Questão do gênero na literatura em ciência da informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 18, n. 3, p. 199-214, 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/33285>. Acesso em: 25 jan. 2019.

CABRAL, Ana Maria Rezende; VASCONCELOS, Leonardo Renault. Informação, cultura e sociedade: estado da arte. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 6., 2005, Florianópolis, SC. **Anais [...]**. Florianópolis: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2005. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/vienancib/paper/viewFile/1823/964>. Acesso em: 16 fev. 2019.

CAMPOS, Carmen Hein de. Feminicídio no Brasil: uma análise crítico-feminista. **Sistema Penal & Violência**, Porto Alegre, v. 7, p. 103-115, 2015. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/sistemapenaleviolencia/article/view/20275/13455>. Acesso em: 4 mar. 2019.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e ciência da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2003. Disponível em: http://www.capurro.de/enancib_p.htm. Acesso em: 15 jan. 2019.

CARDOSO, Cláudia Pons. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 965-986, 2014.

CARLOTO, Cássia Maria; CALÃO, Vanusa Ferreira. A importância e o significado da casa abrigo para mulheres em situação de violência conjugal. **Emancipação**, v. 6, n. 1, 2006.

Disponível em: <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/79>. Acesso em: 15 jan. 2019.

CARMO, Perla. C. C. S.; MOURA, Fernanda. G. A. Violência doméstica: a difícil decisão de romper ou não com esse ciclo. **Fazendo Gênero**, Florianópolis, v. 9, 2010. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278278656_ARQUIVO_VIOLENCIA_DOMESTICAADIFICILDECISAODEROMPEROUNAOCOMESSECICLO.pdf. Acesso em: 25 jan. 2020.

CARVALHO, Jonathas. **Tópicos em Biblioteconomia e Ciência da Informação: epistemologia, política e educação**. Rio de Janeiro: Agência Biblioo, 2016. 124p.

CARVALHO, Larissa Akabochi de. **As mulheres na sociedade da informação: acesso, uso e apropriação da leitura**. 2014. 239 f. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

CASA Abrigo acolhe mulheres vítimas de violência e sob ameaça de morte: A Paraíba possuía uma dívida histórica em construir uma casa abrigo para mulheres. **Diário do Sertão**, [S. l.], p. 1, 20 jun. 2012. Disponível em: <https://www.diariodosertao.com.br/noticias/paraiba/82913/casa-abrigo-aryane-thais-acolhe-mulheres-vitimas-de-violencia-e-sob-ameaca-de-morte.html>. Acesso em: 10 fev. 2019.

CAVALCANTE, Ricardo Bezerra; CALIXTO, Pedro; PINHEIRO, Marta Macedo Kerr. ANÁLISE DE CONTEÚDO: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 24, n. 1, p. 13-18, jan./abr. 2014. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/10000/10871>. Acesso em: 2 dez. 2018.

CAVALCANTI, Eliane Cristina Tenório; OLIVEIRA, Rosane Cristina de. Políticas públicas de combate à violência de gênero: a rede de enfrentamento à violência contra as mulheres. **Revista de Pesquisa Interdisciplinar**, Cajazeiras, v. 2, n. 2, 2017. Disponível em: <http://revistas.ufcg.edu.br/cfp/index.php/pesquisainterdisciplinar/article/view/194>. Acesso em: 4 fev. 2019.

CERQUEIRA, Daniel *et al.* **Atlas da violência 2019**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9406>. Acesso em: 10 dez. 2019.

CERQUEIRA, Daniel. **Trajetórias individuais, criminalidade e o papel da educação**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2016. (Boletim de Análise e Política Institucional, n. 9).

CERQUEIRA, Daniel; MOURA, Rodrigo; PASINATO, Wânia. **Participação no mercado de trabalho e violência doméstica contra as mulheres no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2019. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9358>. Acesso em: 20 dez. 2019.

CHOO, Chun Wei. **A organização do conhecimento**: como as organizações usam a informação para criar conhecimento, construir conhecimento e tomar decisões. São Paulo: SENAC, 2003.

COLLING, Ana Maria. 50 anos da ditadura no Brasil: questões feministas e de gênero. **OPIS**, Catalão, v. 15, n. 2, p. 370-383, 2015. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/Opsis/article/view/33836>. Acesso em: 2 abr. 2019.

CORROY, Laurence; GONNET, Jacques. Médiation. In: **DICTIONNAIRE d'initiation à l'info-com**. 2ème édition. Paris: Magnard-Vuibert, 2008. p. 204-209.

CÔRTEZ, Gisele Rocha. Violência doméstica: centro de referência da mulher “Heleieth Saffioti”. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 17, n. 32, p. 149-168, 2012. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/4932>. Acesso em: 20 jan. 2019.

CÔRTEZ, Gisele Rocha; ALVES, Edvaldo Carvalho; Leyde Klebia Rodrigues da. Mediação da informação e violência contra mulheres: disseminando dados quantitativos no centro estadual de referência da mulher Fátima Lopes. In: XVI ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. 16., 2015. João Pessoa-PB. **Anais [...]**. João Pessoa, PB: UFPB, 2015. Disponível em: <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/2842/20%20MEDIA%C3%87%C3%83O%20DA%20INFORMA%C3%87%C3%83O%20E%20VIOL%C3%84NCIA%20CONTRA.pdf?sequence=1>. Acesso em: 15 jan. 2019.

COSTA, Ana Alice Alcântara. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Revista Gênero**, Niterói, v. 5, n. 2, p. 9-35, 2005. Disponível em: <http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/380>. Acesso em: 22 jan. 2019.

COSTA, Ana Alice; SARDENBERG, Cecília. Teoria e Práxis Feminista na Academia: Os Núcleos de Estudos sobre a Mulher nas Universidades Brasileiras. **Revista Feminismos**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 31-39, maio/ago, 2014. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/30048/17778>. Acesso em: 10 jan. 2019.

COSTA, Luciana Ferreira da; SILVA, Alan Curcino Pedreira da; RAMALHO, Francisca Arruda. (Re)visitando os estudos de usuário: entre a “tradição” e o “alternativo”. **DataGramaZero**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, p. 1-12, 2009.

COSTA, Maria de Fátima Oliveira; ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Os conceitos de estudos de usuários e a visão do bibliotecário no processo de mediação da informação. In: CAVALCANTE, Lidia Eugenia; PINTO, Virgínia Bentes; VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti Gregório. (Org.). **Ciência da Informação e contemporaneidade: tessituras e olhares**. Fortaleza: UFC, 2012. p. 59-87.

COSTA, Renata Gomes da; MADEIRA, Maria Zelma de Araújo; SILVEIRA, Clara Maria Holanda. Relações de Gênero e Poder: tecendo caminhos para a desconstrução da subordinação feminina. In: ENCONTRO NACIONAL DA REDE FEMINISTA NORTE E NORDESTE DE ESTUDOS E PESQUISA SOBRE A MULHER E RELAÇÕES DE GÊNERO - REDOR, 17., 2012, João Pessoa. **Anais [...]**. João Pessoa, PB: UFPB, 2012.

Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/17redor/17redor/paper/view/56>. Acesso em: 16 jun. 2019.

COSTA, Rosiane da Silva; FARIAS, Maria Giovanna Guedes. Informação mediada como instrumento de transformação social. **Revista Ibero-Americana De Ciência Da Informação**, v. 12, n. 2, p. 361-384, 2018. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/download/8873/21362>. Acesso em: 30 nov. 2019.

COSTA, Suely Gomes. Onda, rizoma e “sororidade” como metáforas: representações de mulheres e dos feminismos (Paris, Rio de Janeiro: anos 70/80 do século XX). **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, Florianópolis, v. 6, n. 2, p. 1-29, jan. 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2009v6n2p1>. Acesso em: 25 jul. 2018

COUTINHO, Maria José; SANI, Ana Isabel. Casa abrigo: a solução ou o problema?. **Psicologia: teoria e pesquisa**, Brasília, v. 26, n. 4, p. 633-641, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-37722010000400007&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 15 jan. 2019.

CUNHA, Murilo Bastos da. **Para saber mais: fontes de informação em ciência e tecnologia**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2001.

DANTAS-BERGER, Sônia Maria; GIFFIN, Karen. A violência nas relações de conjugalidade: invisibilidade e banalização da violência sexual?. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 417-425, abr. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2005000200008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 26 jan. 2020.

DAVALLON, Jean. A mediação: a comunicação em processo?, **Prisma.com**, Porto, n. 4, 2007. Disponível em: <http://ojs.letras.up.pt/index.php/prismacom/article/view/2100>. Acesso em: 05 dez. 2019.

DAVIS, Angela. **A liberdade é uma luta constante**. Organização de Frank Barat. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2018. 144p.

DERVIN, Brenda; NILAN, Michael. Information needs and uses. **Annual Review of Information Science and Technology**, Chicago, v. 21, p. 03-33. 1986.

DIAS, Maria Berenice. **A Lei Maria da Penha na Justiça: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher**. 3. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012. 351p.

DIAS, Maria M. K.; PIRES, Daniela. **Usos e usuários da informação**. São Carlos: Edufscar, 2004.

DIETRICH, Pascale; LOISON, Marie; ROUPNEL, Manuella. Articular as abordagens quantitativa e qualitativa. In: PAUGAM, Serge. (org.). **A pesquisa sociológica**. Petrópolis: Vozes, 2015. p. 176-182. Disponível em: http://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/784769/mod_resource/content/1/2.1%20-

%20DIETRICH%2C%20M.%20ROUPNEL%2C%20M.%20-
%20Articular%20as%20abordagens%20quantitativa%20e%20qualitativa.pdf. Acesso em: 15 nov. 2018.

DUTRA, Maria de Lourdes. **Análise das redes sociotécnicas e socioinstitucionais das políticas públicas de atendimento às mulheres em situação de violência doméstica: dimensões simbólicas, atores e discursos**. 2017. 243 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), São Paulo, 2017. Disponível em: <http://repositorio.unifesp.br/handle/11600/41894>. Acesso em: 15 abr. 2019.

EGGERT-STEINDEL, Gisela. Fontes de informação e a questão de gênero no cotidiano da mulher (dona de casa). **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 23, n. 2, 1994. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/76165>. Acesso em: 24 jan. 2020.

ELLIS, David. A behavioural approach to information retrieval design. **Journal of Documentation**, Londres, v. 45, n. 3, p. 171-212, 1989.

ESPÍRITO SANTO, Patrícia. Os estudos de gênero na Ciência da Informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 14, n. 2, 2008. Disponível em: <http://www.redalyc.org/html/4656/465645959014/>. Acesso em: 14 mar. 2019.

FARIAS, Maria Giovanna Guedes. **Análise da produção, implementação e avaliação de um modelo de mediação da informação no contexto de uma comunidade urbana**. 2014. 283 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1493735. Acesso em: 05 dez. 2019.

FARIAS, Maria Giovanna Guedes; VARELA, Aida Varela; FREIRE, Isa Maria. Competência em informação para comunidades: empoderamento e protagonismo social. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 24, n. 1, p. 4-24, 2019. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/2614>. Acesso em: 14 maio 2019.

FERNANDES, Emília. **Programa de prevenção, assistência e combate à violência contra a mulher** – Plano Nacional: diálogos sobre violência doméstica e de gênero: construindo políticas públicas. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2003. p. 9-10.

FERNANDES, Nathaly Cristina; NATIVIDADE, Carolina dos S. Jesuino da. A naturalização da violência contra a mulher. In: V SIMPÓSIO GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS, 5., 2018. Londrina. **Anais [...]** Londrina: UEL, 2018. p. 1-11. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/VSGPP-%20GT3-%20Nathaly%20Cristina%20Fernandes%20e%20Carolina%20dos%20Santos.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2020.

FERREIRA, Lola. No Brasil, pesquisas sobre gênero ganham força nos últimos 10 anos, mas professores já falam sobre “caça às bruxas”. **Gênero e Número**, [S. l.], p. 1, 22 jan. 2019. Disponível em: <http://www.generonumero.media/grupos-genero-caca-bruxas/>. Acesso em: 14 abr. 2019.

FERREIRA, Mary. Feminismos no Nordeste brasileiro. **Polis Revista Latinoamericana** [online], v. 10, n. 28, 2011. Disponível em:

<https://web.b.ebscohost.com/abstract?direct=true&profile=ehost&scope=site&authtype=crawler&jrnl=07176554&AN=78555645&h=xnJvtx%2fa2X0m3GYd%2b4wpbrECEVnU8BzbRCe%2f%2fVknVepheAVR6TYao0yCAF%2bGFDyimcWnFqAR308CS5u70NXmPg%3d%3d&crl=c&resultNs=AdminWebAuth&resultLocal=ErrCrlNotAuth&crlhashurl=login.aspx%3fdirect%3dtrue%26profile%3dehost%26scope%3dsite%26authtype%3dcrawler%26jrnl%3d07176554%26AN%3d78555645>. Acesso em: 29 abr. 2019.

FIGUEIREDO, Nice. **Estudos de uso e usuários da informação**. Brasília: IBICT, 1994.

FLEURY-TEIXEIRA, Elizabeth; MENEGUEL, Stela N. (org.). **Dicionário Feminino da Infância**: acolhimento e diagnóstico de mulheres em situação de violência. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2015.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: edições Graal, 1979.

FROHMANN, Bernd. O caráter social, material e público da informação. In: FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; MARTELETO, Regina Maria; LARA, Marilda Lopes Ginez de (org.). **A dimensão epistemológica da Ciência da Informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Fundepe, 2008. p. 19-34.

GALANO, Maria M. *et al.* Predicting shelter residence in women experiencing recent intimate partner violence. **Violence Against Women**, v. 19, n. 4, p. 518-535, 2013.

GALVÃO, Elaine Ferreira. Violência contra a mulher: análise de casos atendidos em serviço de atenção à mulher em município do Sul do Brasil. **Saúde e Sociedade**, v. 13, n. 2, p. 89-99, maio/ago., 2004. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/sausoc/2004.v13n2/89-99/pt>. Acesso em: 02 jan. 2020.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1992.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Henriette Ferreira. A dimensão dialógica, estética, formativa e ética da mediação da informação. **Informação & Informação**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 46-59, maio./ago. 2014. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/19994>. Acesso em: 12 maio 2019.

GOMES, Henriette Ferreira. Comunicação e Informação: relações dúbias, complexas e intrínsecas. In: MORIGI, Valdir; JACKS, Nilda; GOLIN, Cida. **Epistemologia, comunicação e informação**. Porto Alegre: Sulina, 2016. p. 91-107.

GOMES, Henriette Ferreira. Mediação da informação e protagonismo social: relações com vida ativa e ação comunicativa à luz de Hannah Arendt e Jürgen Habermas. *In*: GOMES, Henriette Ferreira; NOVO, Hildenise Ferreira (org.). **Informação e protagonismo social**. Salvador: EDUFBA, 2017. p. 27-44.

GOMES, Henriette Ferreira. Protagonismo sócio-informacional na saúde coletiva. **Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 3, n. especial, p. 47-61, 2018. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6699059>. Acesso em: 13 maio 2019.

GOMES, Henriette Ferreira. Tendências de pesquisa sobre mediação, circulação e apropriação da informação no Brasil: estudo em periódicos e anais dos Enancib (2008-2009). **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Brasília/DF, v. 3, n. 1, p. 85-99, jan./dez. 2010. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000009337/16317a98d523661d93fddb019e58510a/>. Acesso em: 12 dez. 2019.

GOMES, Henriette Ferreira. Protagonismo social e mediação da informação. **Logeion: Filosofia da informação**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 10-21, mar./ago. 2019. Disponível em: <http://revista.ibict.br/fiinf/article/view/4644/4048>. Acesso em: 13 maio 2019.

GOMES, Henriette Ferreira; NOVO, Hildenise Ferreira. (org.). **Informação e protagonismo social**. Salvador: EDUFBA, 2017. 194p.

GONDIM, Linda M. P.; LIMA, Jacob Carlos. **A pesquisa como artesanato intelectual**. São Carlos: EDUFSCAR, 2006.

GONZALEZ, Lélia. “Por um feminismo afrolatinoamericano”. **Revista Isis Internacional**, Santiago, v. 9, p. 133-141, 1988.

GREGORI, Maria Filomena. Delegacias de Defesa da Mulher de São Paulo: paradoxos e paralelismos. *In*: DEBERT, Guita Grin; GREGORI, Maria Filomena; PISCITELLI, Adriana. **Gênero e distribuição da justiça: as Delegacias de Defesa da Mulher e a construção das diferenças**. Campinas: Pagu/Núcleo de Estudos de Gênero, Unicamp, p. 57-87, 2006. Disponível em: http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2012/08/GREGORI_DDM_SP2006.pdf. Acesso em: 20 jan. 2019.

GROSSI, Miriam Pillar; MIGUEL, Sônia Malheiros. Transformando a diferença: as mulheres na política. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 167-206, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2001000100010&script=sci_arttext. Acesso em: 05 fev. 2019.

GROSSI, Patricia Krieger; TAVARES, Fabrício André; OLIVEIRA, Simone Barros de. A rede de proteção à mulher em situação de violência doméstica: avanços e desafios. **Athenea digital**, n. 14, p. 267-280, 2008. Disponível em: <https://www.raco.cat/index.php/Athenea/article/view/120298>. Acesso em: 20 mar. 2019.

GUIMARÃES, Maisa Campos; PEDROZA, Regina Lúcia Sucupira. Violência contra a mulher: problematizando definições teóricas, filosóficas e jurídicas. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 27, n. 2, p. 20, 2015. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v27n2/1807-0310-psoc-27-02-00256.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2019.

HARDING, Sandra. Women, science, and society. **Science**, v. 281, n. 5383, p. 1599-1600, 1998. Disponível em: <http://science.sciencemag.org/content/281/5383/1599>. Acesso em: 10 jan. 2019.

HARLAN, Mary Ann. **Information practices of teen content creators: the intersection of action and experiences**. A Grounded Theory study. 2012. Thesis (Doctor of Philosophy) - School of Information Systems, Science and Engineering Faculty, Queensland University of Technology, Queensland, Austrália, 2012. Disponível em: http://eprints.qut.edu.au/57125/1/Mary_Harlan_Thesis.pdf. Acesso em: 16 fev. 2019.

HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini *et al.* Indicadores da participação feminina em Ciência e Tecnologia. **TransInformação**, Campinas, v. 19, n. 2, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-37862007000200007&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 25 jan. 2019.

HIRATA, Helena *et al* (orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

HJØRLAND, Birger. Principia Informatica: Foundational Theory of Information and Principles of Information Services. In: BRUCE, Harry; FIDEL, Raya; INGWERSEN, Peter; VAKKARI, Pertti (Eds.). **Emerging Frameworks and Methods**. Proceedings of the Fourth Conference on Conceptions of Library and Information Science (CoLIS4), Greenwood Village, Colorado: Libraries Unlimited, p. 109-121, 2003.

IBGE (BRASIL). AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS. Mesmo com Lei Maria da Penha, somente 2,4% dos municípios oferecem casas-abrigo: Perfil dos Estados e Municípios. **Agência IBGE Notícias**, [S.l], 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25518-mesmo-com-lei-maria-da-penha-somente-2-4-dos-municipios-oferecem-casas-abrigo>. Acesso em: 13 dez. 2019.

INSTITUTO MARIA DA PENHA. **Ciclo da violência**. Fortaleza, CE: Instituto Maria da Penha, 2019. Disponível em: <http://www.institutomariadapenha.org.br/violencia-domestica/ciclo-da-violencia.html>. Acesso em: 15 dez. 2019.

JESUS, Ingrid Paixão de; GOMES, Henriette Ferreira. A mediação da leitura no viés das dimensões da mediação da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB, 20., 2019, Florianópolis. **Anais eletrônico [...]**. Florianópolis: UFSC, 2019. Disponível em: <https://conferencias.ufsc.br/index.php/enancib/2019/paper/view/510/469>. Acesso em: 20 dez. 2019.

KRENKEL, Scheila. **Violência familiar: dinâmica relacional das redes pessoais significativas de mulheres acolhidas em Casa-Abrigo**. 2014. 268 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Pós-Graduação em Psicologia, Florianópolis, 2014.

KRENKEL, Scheila; MOREÍ, Carmen Leontina Ojeda Ocampo. Violência contra a mulher, casas-abrigo e redes sociais: revisão sistemática da literatura. **Psicologia: Ciência e Profissão**,

Brasília, v. 37, n. 3, p. 770-783, 2017. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932017000300770&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 20 jan. 2019.

KUHLTHAU, Carol. Inside the search process: information seeking from the users perspective. **Journal of the American Society for Information Science**, Nova Iorque, v. 42, n. 5, p. 361-371, 1991.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. 2. ed. rev. e atual. Brasília, DF: Brique de Lemos, 2004. 124 p. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000050&pid=S0103-3786200900020000100014&lng=pt. Acesso em: 30 dez. 2018.

LISBOA, Teresa Kleba. Gênero, feminismo e Serviço Social – encontros e desencontros ao longo da história da profissão. **Revista. Katálisis**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 66-75, jan./jun. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v13n1/08>. Acesso em: 15 dez. 2019.

LOURO, Guacira. Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. Disponível em:
https://www.mp.ba.gov.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-das-mulheres/artigostesesdissertacoes/questoes_de_genero/guacira_lopes_genero_26_ago_15.pdf. Acesso em: 25 dez. 2018.

LOUSADA, Mariana. **A mediação da informação na Teoria Arquivística**. 2015. 135 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2015. Disponível em:
http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNSP_523e1950abbcf64780db725dcf9fb9a9. Acesso em: 05 dez. 2019.

MACHADO, Lia Zanotta. **Atender vítimas, criminalizar violência: dilemas das delegacias da mulher**. Brasília: Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 2002.

MACHADO, Lia Zanotta. **Feminismo em movimento**. São Paulo: Francis, 2010.

MACHADO, Lia Zanotta. Feminismos brasileiros nas relações com o Estado: contextos e incertezas. **Cadernos pagu**, n. 47, p. 5-40, 2016. Disponível em:
<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8647251>. Acesso em: 24 dez. 2019.

MAGALHAES, Maria Jose; MORAIS, Carminda; CASTRO, Yolanda Rodríguez. Organização e funcionamento duma casa de abrigo de solidariedade social. **Psicologia & Sociedade**, [online], v. 23, n. 3, p. 598-607, 2011. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v23n3/18.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2019.

MALHEIRO, Armando; RIBEIRO, Fernanda. **Paradigmas, serviços e mediações em Ciência da Informação**. Recife: Néctar, 2011. 216 p.

MALTA, Renata Barreto; OLIVEIRA, Laila Thaíse Batista de. Enegrecendo as redes: o ativismo de mulheres negras no espaço virtual. **Revista Gênero**, Niterói, v. 16, n. 2, p. 55-69,

2016. Disponível em:

<http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/viewFile/811/436>. Acesso em: 27 mar. 2019.

MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTELETO, Regina Maria. Cultura da modernidade: discussões e práticas informacionais. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 23, n. 2, p. 115-1001, 2009. Disponível em:

www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000002738/1a36511429b9c2b19939241159e84cbf/. Acesso em: 15 jan. 2019.

MARTELETO, Regina Maria. Cultura informacional: construindo o objeto informação pelo emprego dos conceitos de imaginário, instituição e campo social. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 89-93, 1995. Disponível em:

<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/613>. Acesso em: 20 fev. 2019.

MARTINS, Ana Amélia Lage. **Mediação**: reflexões no campo da Ciência da Informação. 2010. 255 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/ECID-88MHR9>. Acesso em: 27 dez. 2019.

MATOS, Marlise. Feminismo. In: FLEURY-TEIXEIRA, Elizabeth; MENEGUEL, Stela N. (org.). **Dicionário Feminino da Infância**: acolhimento e diagnóstico de mulheres em situação de violência. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2015. p. 150-152. Verbetes feminismo.

MEDEIROS, Karlene Roberto Braga de. **Descortinando bastidores**: o olhar dos usuários internos dos museus paraibanos. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013. 364p.

MEMÓRIAS DA DITADURA. Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/mulheres/>. Acesso em: 2 abr. 2019.

MEYER, Dagmar Elisabeth Estermann. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre. **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. Petrópolis: Vozes, p. 9-27, 2003.

MIGUEL, Luís Felipe. Feminismo e Política: uma introdução. In: MIGUEL, Luís Felipe; BIROLI, Flávia (org.). **Feminismo e política**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Laços perigosos entre machismo e violência. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 23-26, mar. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v10n1/a03cv10n1.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2019.

MINAYO, Maria. Cecília de Souza. O desafio da Pesquisa Social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 28. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

MIURA, Camila Tiemi. Movimento de mulheres negras e sua luta por direitos no Brasil - a constituição do sujeito político “mulher negra” a partir do conceito de interseccionalidade de opressões. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women’s Worlds Congress, 11., 2017, Florianópolis. **Anais Eletrônicos** [...]. Florianópolis, 2017. Disponível em:

http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499441004_ARQUIVO_Aconstrucaoedosujeitopoliticomulhernegraapartirdoconceitodeinterseccionalidadedeopressoes.pdf. Acesso em: 28 mar. 2019.

MOREIRA, Núbia Regina. **O feminismo negro brasileiro**: um estudo do movimento de mulheres negras no Rio de Janeiro e São Paulo. 2007. 121 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2017. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/278996>. Acesso em: 1 abr. 2019.

NARVAZ, Martha Giudice. **Submissão e resistência**: explodindo o discurso patriarcal da dominação feminina. 2005. 195 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/5442>. Acesso em: 10 mar. 2019.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Mulheres vítimas de violência doméstica: compreendendo subjetividades assujeitadas. **Psico**, v. 37, n. 1, p. 7-13, 2006. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5161476>. Acesso em: 10 fev. 2019.

NASCIMENTO, Denise Morado; MARTELETO, Regina Maria. A informação construída nos meandros dos conceitos da teoria social de Pierre Bourdieu. **DataGramaZero**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 5, out, 2004. Disponível em: http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/05_biblioteca/acervo/morado_info.pdf. Acesso em: 25 dez. 2018.

NASCIMENTO, Maria de Jesus. Informação e cidadania: necessidades e formas de busca por parte da mulher catarinense. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 13, n. 2, p. 123-150, jul./dez. 2003. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/11/pdf_6b5cec4da0_0013251.pdf. Acesso em: 24 jan. 2020.

NERY, Inez Sampaio; SANTOS, Sherly Maclaine de Jesus. Aspectos legais da violência doméstica e familiar contra a mulher brasileira. In: ENCONTRO NACIONAL DA REDE FEMINISTA NORTE E NORDESTE DE ESTUDOS E PESQUISA SOBRE A MULHER E RELAÇÕES DE GÊNERO, 18., 2015, Recife. **Anais** [...] Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2015. Disponível em: <http://paradoxzero.com/zero/redor/wp-content/uploads/2015/04/2339-4571-1-PB.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2019.

NEVES Marília Nogueira. Rede de atendimento social: uma ação possível?. **Revista da Católica**, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 147-165, 2009. Disponível em: http://www.catolicaonline.com.br/revistadacatolica2/artigosv1n1/13_Rede_de_atendimento.pdf. Acesso em: 7 abr. 2019.

NUNES, Jefferson Veras; CAVALCANTE, Lidia Eugênia. Por uma epistême mediacional na ciência da informação. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - ENANCIB*, 18., 2017, Marília, SP. **Anais [...]**. Marília: ANCIB/PPGCI/UNESP, 2017. Disponível em:

<http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/59112>. Acesso em: 05 nov. 2019.

OLINTO, Gilda. A inclusão das mulheres nas carreiras de ciência e tecnologia no Brasil. **Inclusão Social**, Brasília-DF, v. 5, n. 1, p. 68-77, jul./dez. 2011.

OLIVEIRA, Elisa Rezende. Violência doméstica e familiar contra a mulher: um cenário de subjugação do gênero feminino. **Revista do Laboratório de Estudos da Violência da UNESP**, Marília, v. 9, p. 1-16, 2012. Disponível em:

<https://www2.marilia.unesp.br/index.php/levs/article/view/2283>. Acesso em: 25 jan. 2020.

OLIVEIRA, Rayana Benício de. **O assassinato de Violeta Formiga**: a imprensa e a atuação do movimento feminista paraibano. 2017. 133 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017. Disponível em:

<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/9574/2/arquivototal.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2019.

PAIVA, Anadilza Maria; BARBOSA, Luciana Cândido; OLIVEIRA, Tatyane Guimarães (org.). **Mulheres em situação de violência**: olhares feministas sobre a rede de atendimento. João Pessoa: Editora Ideia, 2015. 301p.

PAIVA, E. B. Conceituando fonte de informação indígena. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 24, n. 1, p. 61-70, 2014. Disponível em:

<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/91931>. Acesso em: 24 jan. 2020.

PAIVA, Eliane Bezerra; SANTOS, Edilene Toscano Galdino dos; NASCIMENTO, Genoveva Batista. Uso de fontes de informação por alunos de arquivologia. **Archeion Online**, João Pessoa, v. 2, n. 2, p. 55-73, 2014. Disponível em:

<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/14962>. Acesso em: 24 jan. 2020.

PASINATO, Wânia. Delegacias de Defesa da Mulher e Juizados Especiais Criminais: mulheres, violência e acesso à justiça. **Plural**, v. 12, p. 79-104, 2005.

<https://doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcs.2005.75673>. Acesso em: 12 jan. 2019.

PASINATO, Wânia. Oito anos de Lei Maria da Penha. Entre avanços, obstáculos e desafios. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 533-545, 2015. Disponível em:

<https://www.jstor.org/stable/pdf/estufemi.23.2.533.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2018.

PERROTTI, Edmir. Sobre informação e protagonismo cultural. *In: GOMES, Henriette Ferreira; NOVO, Hildenise Ferreira (orgs.). Informação e protagonismo social*. Salvador: EDUFBA, 2017. p. 11-26.

PERROTTI, Edmir. Sobre informação e protagonismo cultural. *In: GOMES, Henriette Ferreira; NOVO, Hildenise Ferreira (orgs.). Informação e protagonismo social*. Salvador: EDUFBA, 2017. p. 11-26.

PINHEIRO, Lena. **Usuários – informação:** o contexto da ciência e tecnologia. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, jun. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782010000200003&script=sci_arttext. Acesso em: 22 dez. 2018.

PINTO, Celi Regina. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

RAI, S. **(Re)defining empowerment, measuring survival**. In: WORKSHOP ON EMPOWERMENT: OBSTACLES, FLAWS, ACHIEVEMENTS, 2007, Canada. Paper. Canada: Carleton University, 2007.

RIBEIRO, Djamila. O empoderamento necessário. **GELEDÉS: Instituto da Mulher Negra**, [S. l.], online, 31 jul. 2015. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-empoderamento-necessario/>. Acesso em: 10 dez. 2019.

ROCHA, Lourdes de Maria Leitão Nunes. **Casas-abrigo:** no enfrentamento da violência de gênero. São Paulo: Veras, 2007.

RODRIGUES, Virginia Lúcia. **Estudo de usuários da informação como instrumento para avaliação de serviços em unidades de informação:** estudo de caso. 2017. 79 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Sistemas de Informação e Gestão do Conhecimento) - Faculdade de Ciências Empresariais – FACE, Universidade FUMEC, Belo Horizonte, 2017.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 16, p. 115-136, 2001b.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004, 151p.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, v. 13, n. 4, p. 82-91, 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88391999000400009&script=sci_arttext. Acesso em: 05 out. 2019.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Violência contra a mulher e violência doméstica. In: SEMINÁRIO ESTUDOS DE GÊNERO FACE AOS DILEMAS DA SOCIEDADE BRASILEIRA, 2001, Itu (SP). **Anais [...]**. Itu (SP), 2001a. 21p. Não publicado.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Violência de Gênero no Brasil Atual. **Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, CIEC/ECO/UFRJ, nº especial, 2º semestre de 1994, p. 443-461.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 13, n. 4, p. 82-91, dec. 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102. Acesso em: 16 maio 2019.

SAFFIOTI, Heleieth I. B.; ALMEIDA, Suely Souza de. **Violência de Gênero:** poder e impotência. Rio de Janeiro, Livraria e Editora Revinter Ltda., 1995.

SAMPIERI, Roberto Hernandez. Definição da pesquisa a ser realizada: exploratória, descritiva, correlacional ou explicativa. In: SAMPIERI, Roberto Hernandez; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, María de Pilar Baptista. **Metodologia de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: McGraw-hill, 2006. cap. 5. p. 97-115.

SANTIAGO, Idalina Maria Freitas Lima; SANTOS, Franciele da Silva; MOREIRA, Orlandil de Lima. Mulheres jovens e movimento feminista em João Pessoa – PB. In: Seminário Nacional Gênero e Práticas Culturais - Subjetividades e contradiscursos. 4., 2013, João Pessoa. **Anais [...]** João Pessoa: UEPB, 2013. Disponível em: <http://www.itaporanga.net/genero/4/gt10/07.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2019.

SANTOS NETO, João Arlindo dos. **Mediação implícita da informação no discurso dos bibliotecários da Biblioteca Central da Universidade Estadual de Londrina (UEL)**. 2014. 193 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2014. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/santos_netto_jad_me_mar.pdf. Acesso em: 02 dez. 2019.

SANTOS NETO, João Arlindo dos. **O estado da arte da mediação da informação: uma análise histórica da constituição e desenvolvimento dos conceitos**. 2019. 460 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência da Informação, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Marília, 2019.

SANTOS NETO, João Arlindo dos; BORTOLIN, Sueli. Mediação da informação: afinando o foco na Arquivologia. In: MOURA, Maria Aparecida; SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da (org.). X EDICIC – Encontro da Associação de Educação e Pesquisa em Ciência da Informação da Íbero-América e Caribe, 9., 2017, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: ECI/UFMG, 2017. Disponível em: <http://edicic2016.eci.ufmg.br/anais/#artigos>. Acesso em: 07 dez. 2019.

SANTOS, Cecília M. Da delegacia da mulher à Lei Maria da Penha: lutas feministas e políticas públicas sobre violência contra mulheres no Brasil. **Oficina do CES: Publicação seriada do Centro de Estudos Sociais**, Coimbra, 2008. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/11080/1/Da%20Delegacia%20da%20mulher%20%C3%A0%20Lei%20Maria%20da%20Penha.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2019.

SANTOS, Maria Cristina dos. **Mediação para acesso, uso e apropriação da informação: um estudo das configurações e práticas das Bibliotecas Públicas Municipais do Estado da Bahia**. 2013. 182 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

SANTOS, Raimundo Nonato Ribeiro dos; TARGINO, Maria das Graças; FREIRE, Isa Maria. A temática diversidade sexual na Ciência da Informação: a perspectiva da responsabilidade social. **Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação**, v. 4, n. 1, p. 114-135, 2017.

SANZ CASADO, Elías. **Manual de estudios de usuarios**. Madrid: Pirámide, 1994.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, 1996. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/235>. Acesso em: 12 jan. 2019.

SARDENBERG, Cecilia Maria Bacellar. **Liberal vs Liberating Empowerment: Conceptualising Women's Empowerment from a Latin American Feminist Perspective**. Brighton: Institute of Development Studies: Pathways of Women's Empowerment, Pathways Working Paper 7, 2009.

SARDENBERG, Cecilia Maria Bacellar. O pessoal é político: conscientização feminista e empoderamento de mulheres. **Inclusão Social**, Brasília, DF, v. 11, n. 2, p. 15-29, jan./jun. 2018. Disponível em: <http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/4106>. Acesso em: 12 nov. 2019.

SARDENBERG, Cecília. **Liberal vs Liberating Empowerment: Conceptualising Women's Empowerment from a Latin American Feminist Perspective**. Brighton: Institute of Development Studies: Pathways of Women's Empowerment, Pathways Working Paper 7, 2009.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 35, 2004.

SARTI, Cynthia Andersen. O início do feminismo sob a ditadura no Brasil: o que ficou escondido. In: XXI CONGRESSO INTERNACIONAL DA LASA, 21., 1998, Illinois, Chicago. **Anais [...]**. Chicago: Latin American Studies Association, 1998.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./ dez. 1995. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 15 jan. 2019.

SECRETARIA ESTADUAL DA MULHER E DA DIVERSIDADE HUMANA. **Guia da rede de enfrentamento e atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e sexual na Paraíba**. João Pessoa, 2019.

SEIXAS, Virgínia Falcão. **Política de abrigamento - a casa abrigo na Bahia**: história de um difícil processo. 2008, 176 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismos, Salvador, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/9986>. Acesso em: 2 jan. 2019.

SILVA, Armando Malheiro da.; RIBEIRO, Fernanda. **Recursos de informação: serviços e utilizadores**. Lisboa: Universidade Aberta, 2010.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho. Necessidades de informação e satisfação do usuário: algumas considerações no âmbito dos usuários da informação. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 3, n. 2, p. 102-123, jul./dez. 2012.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho. Percepções conceituais sobre mediação da informação. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 6, n. 1, p. 93-108, mar./ago. 2015. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/89731/96288>. Acesso em: 4 dez. 2019.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho; FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo. Um olhar sobre a origem da Ciência da Informação: indícios embrionários para sua caracterização identitária. **Encontros Bibli: revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 17, n. 33, p. 1-29, jan./abr., 2012.

SILVA, Ronaldo Alves. **As práticas informacionais das profissionais do sexo da zona boêmia de Belo Horizonte**. 2008. 171 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

SILVEIRA, Lenira Politano. Serviços de atendimento a mulheres vítimas de violência. In: DINIZ, Carmen Simone G.; SILVEIRA, Lenira P. da; MIRIM, Liz Andréa L. (orgs.). **Vinte e cinco anos de respostas brasileiras em violência contra a mulher: alcances e limites**. São Paulo: Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, 2006, p. 45-77.

SIQUEIRA, Camilla Karla Barbosa. As três ondas do movimento feminista e suas repercussões no direito brasileiro. In: BEDIN, Gilmar A.; CITTADINO, Gisele G.; ARAÚJO, Florivaldo de. **Poder, Cidadania e desenvolvimento no estado democrático de direito**. Florianópolis: CONPEDI, 2015. p. 328-354.

SIRIHAL DUARTE, Adriana B.; ARAÚJO, Carlos A. A.; DE PAULA, Claudio P. A. de. Práticas Informacionais: desafios teóricos e empíricos de pesquisa. **Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 2, número especial, p. 111-135, out. 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/informacaoempauta/article/view/20650>. Acesso em: 15 dez. 2018.

SOARES, Gilberta Santos. **Sapatos tem sexo? Metáforas de gênero em lésbicas de baixa renda, negras, no nordeste do Brasil**. 2016. 278f. Tese (Doutorado) – Curso de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM). Salvador, 2016.

SOARES, Vera. Movimento feminista: Paradigmas e desafios. **Estudos Feministas**, p. 11-24, 1994.

SOCIAL WATCH REPORT. Fear and Want - Obstacles to Human Security. Montevideo, Uruguay, 2004. Disponível em: <http://www.socialwatch.org/node/11114>. Acesso em: 14 jan. 2019.

SOUZA, Rafael Benedito de. Formas de pensar a sociedade: o conceito de habitus, campos e violência simbólica em Bourdieu. **Ars Historica**, n. 7, p. 139-151, 2014. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4766705>. Acesso em: 5 jan. 2019.

SOUZA, Sílvia Rita. A mulher nos espaços de poder político. **Cadernos Adenauer XIV**, n. 3, p. 183-198, 2013.

TAVARES, Márcia Santana; SARDENBERG, Cecília M. B.; GOMES, Márcia Queiroz de C. Feminismo, estado e políticas de enfrentamento à violência contra mulheres: monitorando a lei Maria da Penha. **Labrys Estudos Feministas**, Florianópolis: UFSC, jun./dez. 2011. Disponível em: <https://www.labrys.net.br/labrys20/brasil/lei%20MP.htm>. Acesso em: 15 jan. 2019.

TELES, Maria Amélia de Almeida; MELO, Mônica. **O que é violência contra a mulher**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

TOLEDO, Patsili. Feminicídio. **Sistema Penal & Violência**, Porto Alegre, v. 8, p. 77-92, 2016. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/sistemapenaleviolencia/article/view/23927/14735>. Acesso em: 23 fev. 2019.

THOMPSON, Denise. **Radical feminism today**. Great Britain: Sage Publications, 2001.

VASCONCELOS, Paula Mota. **As práticas informacionais das clientes dos serviços de estética**. 2016. 80 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/BUBD-AMWHC5>. Acesso em: 2 maio 2019.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil**. Brasília, DF: FLACSO, 2015. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf. Acesso em: 31 jan. 2018.

WALKER, Leonore. **The battered woman**. New York: Harper and How, 1979.

WILSON, Tomas Daniel. On user studies and information needs. **Journal of Documentation**, Londres, v. 37, n.1, p. 03-15. 1981.

WILSON, Tomas Daniel. Recent trends in user studies: action research and qualitative methods. **Information Research**, v. 5, n. 3, 2000. Disponível em: <http://www.informationr.net/ir/5-3/paper76.html>. Acesso em: 19 fev. 2019.

ZANATTA, Michelle Ângela; FARIA, Josiane Petry. Violência contra a mulher e desigualdade de gênero na estrutura da sociedade: da superação dos signos pela ótica das relações de poder. **Revista de Gênero, Sexualidade e Direito**, Salvador, v. 4, n. 1, p. 99-114, 2018.

APÊNDICES

APÊNDICE A

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADO - (EQUIPE TÉCNICA DA CA)

Mestranda: Aurekelly Rodrigues da Silva

Orientadora: Dr^a. Gisele Rocha Côrtes

Esta é uma pesquisa de mestrado, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – PPGCI da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, e tem como objetivo geral: Analisar, sob o paradigma social da Ciência da Informação, de que forma a mediação dos conteúdos informacionais dinamizados pela Casa Abrigo contribui no desenvolvimento do protagonismo das mulheres, impactando nas percepções sobre a violência doméstica e o rompimento do ciclo de violência.

- Conte um pouco sobre o que é a Casa Abrigo.
 - Quando foi implantada.
 - Qual a história do nome da casa.
 - Qual público a casa atende.
 - Qual a capacidade de atendimento da casa.
- Qual o processo de encaminhamento que as mulheres atendidas na casa percorre?
- Quais condições são exigidas para ter acesso a casa?
- Quais os procedimentos são realizados quando a mulher dá entrada na casa?
- Quais os direitos e os deveres que as mulheres e seus acompanhantes possuem?
- Como é formada a equipe de profissionais que atuam na CA?
- Quais os serviços que a CA dispõe?
- Quais as atividades são realizadas no âmbito da CA?
- Quais as parcerias que a CA possui?
- O que acontece quando as mulheres se desligam da CA?
- Como você se sente ao trabalhar na CA?
- Quais os desafios você enfrenta diariamente atuando na CA?

APÊNDICE B

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADO - (GERENTE DA GERÊNCIA DE
EQUIDADE DE GÊNERO DA SEMDH)

Mestranda: Aurekelly Rodrigues da Silva

Orientadora: Dr^a. Gisele Rocha Côrtes

Esta é uma pesquisa de mestrado, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – PPGCI da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, e tem como objetivo geral: Analisar, sob o paradigma social da Ciência da Informação, de que forma a mediação dos conteúdos informacionais dinamizados pela Casa Abrigo contribui no desenvolvimento do protagonismo das mulheres, impactando nas percepções sobre a violência doméstica e o rompimento do ciclo de violência.

- Conte como se deu a implantação das políticas públicas para mulheres na Paraíba.
 - O que influenciou e quem contribuiu nesse processo?
 - Como encontrava-se o cenário da violência contra as mulheres no Estado no momento em que começou a se pensar nessas políticas públicas?
 - No Estado existiam grupos de mulheres que protagonizaram o movimento feminista paraibano? Se sim, quais foram estes e como atuavam?
- Quais as políticas foram criadas no Estado após implantadas políticas públicas para mulheres?
- Como se configura atualmente a rede de serviços para o enfrentamento da violência contra as mulheres na Paraíba?
- Como estão distribuídos os órgãos de gestão de políticas públicas para as mulheres em todo o Estado paraibano?

APÊNDICE C

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADO - (MULHERES DA CA)

Mestranda: Aurekelly Rodrigues da Silva

Orientadora: Dr^a. Gisele Rocha Côrtes

Esta é uma pesquisa de mestrado, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – PPGCI da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, e tem como objetivo geral: Analisar, sob o paradigma social da Ciência da Informação, de que forma a mediação dos conteúdos informacionais dinamizados pela Casa Abrigo contribui no desenvolvimento do protagonismo das mulheres, impactando nas percepções sobre a violência doméstica e o rompimento do ciclo de violência.

PARTE I – PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO

Nome:

Endereço:

Idade:

Raça/ cor:

Estado civil:

Situação Conjugal:

Escolaridade:

Orientação sexual:

Profissão:

Ocupação:

Possui filhos (as)?

Quantos?

Idade dos (as) filhos (as):

Nacionalidade – Naturalidade:

Reside em qual cidade?

Renda individual:

() Sem renda

() Mais de 3 a 5 salários mínimos

() Menos de 1 salário mínimo

() Mais de 5 salários mínimos

() De 1 a 3 salários mínimos

Renda familiar:

() Sem renda

() Mais de 3 a 5 salários mínimos

() Menos de 1 salário mínimo

() Mais de 5 salários mínimos

() De 1 a 3 salários mínimos

Recebe algum Benefício Social? Qual?

PARTE II – VIVÊNCIA PRÉ-ABRIGAMENTO

- Conte sobre a sua história de violência e sua vinda para o abrigo.

- Qual a sua relação com o agressor?
- Conte sobre o relacionamento?
- Conte sobre as agressões.
- Descreva em que situações as agressões aconteciam e o tempo que sofre violência doméstica.
- Quais os tipos de violência você foi acometida?
- O que acontecia após as violências?
- Ele cometia às violências na frente de outras pessoas?
- Como você se sentia ao sofrer violência?
- Você contou a alguém que sofria violência doméstica? Como foi?
- Conte o que te motivou/fortaleceu a procurar ajuda.
- Conte sobre o caminho percorrido por você até chegar à Casa Abrigo. Procurou órgãos de atendimento? Quais? Quais informações recebeu?
- Como foi a definição para decidir pelo abrigamento? Como você se sentiu?

PARTE III – VIVÊNCIA NA CA

- Quanto tempo você está na Casa Abrigo?
- Como você está se sentindo na Casa Abrigo?
- Você conhecia a Casa Abrigo? Por quais meios?
- Você conhece órgãos especializados de atendimento à mulher? Quais? Conhecia antes?
- Na sua visão mudou algo com relação a sua percepção da violência após ter contato com a CA?
- Como é a sua rotina na Casa Abrigo?
- Quais informações você acessa na Casa Abrigo?
- As informações acessadas na CA têm contribuído para enfrentar ou superar a/as violência/a sofrida/s?
- O acompanhamento feito na Casa tem favorecido mudanças na sua vida? De que forma?
- Você considera a equipe de profissionais da casa preparados para lidar com a situação de violência que você se encontra?
- Na sua opinião as estratégias utilizadas pela equipe são satisfatórias?
- Qual a sua percepção sobre a passagem pela Casa Abrigo e o atendimento recebido no órgão?
- O que representa na sua vida essa experiência?
- Você indicaria a Casa Abrigo para outras mulheres? Por que?
- Você se considera empoderada após a passagem pela CA e o apoio da equipe de atendimento?

- Você considera que poderá ajudar outras mulheres que se encontram sob risco de violência doméstica a procurar ajuda na rede de atendimento às mulheres? De que forma?
- Antes da sua passagem pela Casa Abrigo você conhecia fontes de informação (televisão, redes sociais, jornais, amigos) sobre questões relacionadas à violência doméstica? Quais? O que pensa das campanhas?
- Você conhece a Lei Maria da Penha? Qual sua visão sobre a Lei? Ela teve alguma influência na sua decisão de procurar ajuda?
- O que você gostaria de falar sobre a sua experiência. O que você diria para outras mulheres?
- Teria propostas para Casa Abrigo?

PARTE IV – MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO

- Como é a sua relação com a equipe da Casa Abrigo? E com as mulheres?
- Quais as atividades que vocês mulheres participam na casa?
- Ao participar dessa(s) atividade(s) você incorpora ou pretende incorporar algo dessa(s) experiência(s) à sua vida?
- Você avalia que as atividades oferecidas pela casa contribuem para o seu crescimento pessoal, profissional e social?
- Você tem acesso a livros na casa? Faz leitura deles?
- Quais os tipos de informação que você recebe na CA?
- Você compartilha suas experiências?
- Você considera que o diálogo dentro da casa favorece o seu empoderamento e rompimento com a situação de violência?
- A equipe da casa te ajuda no enfrentamento à violência? De que forma?
- O que você já aprendeu no período de acolhimento na casa?
- O conhecimento dos tipos de violência doméstica foi adquirido a partir da informação mediada na casa?

APÊNDICE D

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezada Participante,

Inicialmente gostaríamos de agradecer a sua disposição.

Essa é uma entrevista que faz parte de uma pesquisa de mestrado desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – PPGCI da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, realizada pela pesquisadora AUREKELLY RODRIGUES DA SILVA, sob orientação da Professora Doutora Gisele Rocha Côrtes.

Sua participação será fundamental para analisarmos, sob o paradigma social da Ciência da Informação, de que forma a mediação dos conteúdos informacionais dinamizados pela Casa Abrigo contribui no desenvolvimento do protagonismo das mulheres, impactando nas percepções sobre a violência doméstica e o rompimento do ciclo de violência.

As perguntas constantes na entrevista dizem respeito: traçar o perfil socioeconômico das mulheres atendidas na Casa Abrigo no período entre 2011 e 2018; identificar a dinâmica de acesso e busca de informação protagonizado pelas mulheres; c) verificar quais os dispositivos de mediação da informação disseminados pela CA; d) conhecer como se dinamiza o protagonismo das mulheres que acessaram o serviço.

Solicitamos, assim, sua colaboração para o desenvolvimento da entrevista, que será gravada em áudio, como também sua autorização para apresentarmos e publicarmos os resultados desse estudo em eventos e periódicos científicos da área da Ciência da Informação. Por ocasião da publicação dos resultados, garantimos que seu nome será mantido em sigilo.

Esclarecemos que, sua participação no estudo é voluntária e, portanto, a senhora não é obrigada a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pela Pesquisadora Responsável. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano. A Pesquisadora estará a sua disposição para quaisquer esclarecimentos que considere necessários, em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecida e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para que os resultados obtidos sejam publicados em eventos e periódicos científicos reconhecidos. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

João Pessoa, ____ de _____ de 20____.

Assinatura da Participante da Pesquisa

Assinatura do (a) Pesquisador (a) Responsável